| 1. Responsáveis Pelo Formulário | |
|--|----|
| 1.0 - Identificação dos responsáveis | 1 |
| 1.1 – Declaração do Diretor Presidente | 2 |
| 1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores | 3 |
| 1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores | 4 |
| 2. Auditores Independentes | |
| 2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores | 5 |
| 2.3 - Outras Informações Relevantes | 7 |
| 3. Informações Financ. Selecionadas | |
| 3.1 - Informações Financeiras | 8 |
| 3.2 - Medições Não Contábeis | 9 |
| 3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras | 15 |
| 3.4 - Política de Destinação Dos Resultados | 16 |
| 3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido | 19 |
| 3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas | 20 |
| 3.7 - Nível de Endividamento | 21 |
| 3.8 - Obrigações | 22 |
| 3.9 - Outras Informações Relevantes | 23 |
| 4. Fatores de Risco | |
| 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco | 24 |
| 4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado | 40 |
| 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes | 43 |
| 4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores | 45 |
| 4.5 - Processos Sigilosos Relevantes | 47 |
| 4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto | 48 |
| 4.7 - Outras Contingências Relevantes | 51 |

| 4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados | 52 |
|--|-----|
| 5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos | |
| 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos | 53 |
| 5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado | 57 |
| 5.3 - Descrição Dos Controles Internos | 60 |
| 5.4 - Programa de Integridade | 70 |
| 5.5 - Alterações significativas | 75 |
| 5.6 - Outras inf. relev Gerenciamento de riscos e controles internos | 76 |
| 6. Histórico do Emissor | |
| 6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm | 77 |
| 6.3 - Breve Histórico | 78 |
| 6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial | 80 |
| 6.6 - Outras Informações Relevantes | 81 |
| 7. Atividades do Emissor | |
| 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas | 82 |
| 7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista | 91 |
| 7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais | 92 |
| 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais | 100 |
| 7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total | 106 |
| 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades | 107 |
| 7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior | 109 |
| 7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades | 110 |
| 7.8 - Políticas Socioambientais | 111 |
| 7.9 - Outras Informações Relevantes | 112 |
| 8. Negócios Extraordinários | |
| 8.1 - Negócios Extraordinários | 113 |
| 8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor | 114 |

| | 8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais | 115 |
|--------|--|-----|
| | 8.4 - Outras Inf. Relev Negócios Extraord. | 116 |
| 9. Ati | vos Relevantes | |
| | 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros | 117 |
| | 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados | 118 |
| | 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis | 119 |
| | 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades | 123 |
| | 9.2 - Outras Informações Relevantes | 125 |
| 10. C | omentários Dos Diretores | |
| | 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais | 127 |
| | 10.2 - Resultado Operacional E Financeiro | 170 |
| | 10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras | 172 |
| | 10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Énfases no Parecer do Auditor | 173 |
| | 10.5 - Políticas Contábeis Críticas | 175 |
| | 10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras | 183 |
| | 10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras | 184 |
| | 10.8 - Plano de Negócios | 185 |
| | 10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante | 187 |
| 11. P | rojeções | |
| | 11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas | 188 |
| | 11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas | 189 |
| 12. A | ssembléia E Administração | |
| | 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa | 190 |
| | 12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais | 197 |
| | 12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração | 202 |
| | 12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem | 207 |

| | 12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal | 208 |
|-----|---|-----|
| | 12.7/8 - Composição Dos Comitês | 212 |
| | 12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores | 214 |
| | 12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros | 215 |
| | 12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores | 218 |
| | 12.12 - Outras informações relevantes | 219 |
| 13. | Remuneração Dos Administradores | |
| | 13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária | 220 |
| | 13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal | 229 |
| | 13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal | 233 |
| | 13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária | 237 |
| | 13.5 - Remuneração Baseada em Ações | 244 |
| | 13.6 - Opções em Aberto | 253 |
| | 13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues | 255 |
| | 13.8 - Precificação Das Ações/opções | 256 |
| | 13.9 - Participações Detidas Por Órgão | 260 |
| | 13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários | 261 |
| | 13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal | 262 |
| | 13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria | 264 |
| | 13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores | 265 |
| | 13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam | 266 |
| | 13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor | 267 |
| | 13.16 - Outras Informações Relevantes | 268 |
| 14. | Recursos Humanos | |
| | 14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos | 269 |
| | | |

| | 14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos | 270 |
|-----|---|-----|
| | 14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados | 271 |
| | 14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos | 272 |
| | 14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos | 273 |
| 15. | Controle E Grupo Econômico | |
| | 15.1 / 15.2 - Posição Acionária | 274 |
| | 15.3 - Distribuição de Capital | 277 |
| | 15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico | 278 |
| | 15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte | 279 |
| | 15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor | 280 |
| | 15.7 - Principais Operações Societárias | 281 |
| | 15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico | 283 |
| | 16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas | 284 |
| | 16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas | 286 |
| | 16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado | 297 |
| | 16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas | 298 |
| 17. | Capital Social | |
| | 17.1 - Informações Sobre O Capital Social | 299 |
| | 17.2 - Aumentos do Capital Social | 300 |
| | 17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações | 301 |
| | 17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social | 302 |
| | 17.5 - Outras Informações Relevantes | 303 |
| 18. | Valores Mobiliários | |
| | 18.1 - Direitos Das Ações | 304 |
| | | |

| | 18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública | 305 |
|-----|--|-----|
| | 18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto | 307 |
| | 18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados | 308 |
| | 18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil | 309 |
| | 18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários | 311 |
| | 18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação | 312 |
| | 18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros | 313 |
| | 18.8 - Títulos Emitidos no Exterior | 314 |
| | 18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição | 315 |
| | 18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas | 316 |
| | 18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição | 317 |
| | 18.12 - Outras Inf. Relev Val. Mobiliários | 318 |
| 19. | Planos de Recompra/tesouraria | |
| | 19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor | 321 |
| | 19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria | 322 |
| | 19.3 - Outras Inf. Relev Recompra/tesouraria | 323 |
| 20. | Política de Negociação | |
| | 20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários | 324 |
| | 20.2 - Outras Informações Relevantes | 326 |
| 21. | Política de Divulgação | |
| | 21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações | 327 |
| | 21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas | 330 |
| | 21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações | 332 |
| | 21.4 - Outras Informações Relevantes | 333 |
| | | |

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do

formulário

Cargo do responsável

Túlio Cintra

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do

formulário

Cargo do responsável

Marcelo Gonçalves Costa

Diretor de Relações com Investidores

1.1 - Declaração do Diretor Presidente

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ITEM 1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

TULIO CINTRA, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Carteira de Identidade n.º 5060048884D, expedida pelo CREA-SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia sob o n.º 120.423.248-25, na qualidade de Diretor Presidente da PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Geremário Dantas, nº 1400, lojas 249 a 267, Freguesia, Jacarepaguá, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o n.º 18.593.815/0001-97 ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução da CVM n.º 480, em especial aos artigos 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

TULIO CINTRA

Diretor Presidente

1.1 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ITEM 1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

MARCELO GONÇALVES COSTA, brasileiro, casado, administrador, portador da Carteira de Identidade n.º 2026555-7, expedida pelo CRA/RJ, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia sob o n.º 961.422.437-15, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Geremário Dantas 1400, lojas 249 a 267, Freguesia, Jacarepaguá, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o n.º 18.593.815/0001-97 ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução da CVM n.º 480, em especial aos artigos 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

MARCELO GONÇALVES COSTA

Diretor de Relações com Investidores

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores

1.3 – Declaração individual de novo ocupante do cargo de Presidente ou de Diretor de Relações com Investidores devidamente assinada, atestando que: a. reviu as informações que foram atualizadas no formulário de referência após a data de sua posse; b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19.

Não aplicável.

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

| Possui auditor? | SIM | | | | | |
|--|---|-----------------------|--|--|--|--|
| Código CVM | 385-9 | | | | | |
| Tipo auditor | Nacional | Nacional | | | | |
| Nome/Razão social | Deloitte Touche Tohmatsu | Auditores Independer | ntes | | | |
| CPF/CNPJ | 49.928.567/0002-00 | | | | | |
| Data Início | 30/11/2013 | 30/11/2013 | | | | |
| Descrição do serviço contratado | O contrato assinado com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes teve por objeto a prestação, pelos auditores independentes, dos serviços de auditoria contábil para (i) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, com a emissão de relatório sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Priner Serviços Industriais S.A. ("Companhia") referentes aos exercícios sociais findos em 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017; (ii) revisão de das informações intermediárias individuais e consolidadas da Companhia, com a emissão de relatório sobre as Informações Trimestrais (ITRs) individuais e consolidadas da Companhia para os períodos findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2016 e 2017. | | | | | |
| Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço | Não aplicável, informação r | requerida apenas para | a o exercício social mais recente. | | | |
| Justificativa da substituição | Apesar de a Companhia ter obtido o registro de companhia aberta no exercício de 2017, a Companhia decidiu pela substituição dos auditores independentes, em função de ter sido completado um período de cinco anos de prestação de serviços. | | | | | |
| Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor | Não aplicável. | | | | | |
| Nome responsável técnico | DATA_INICIO_ATUACAO | CPF | Endereço | | | |
| Antônio Carlos Brandão de Souza | 01/01/2016 | 892.965.757-53 | Rua São Bento, nº 18, 15º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20090-010, Telefone (21) 39810665, e-mail: antonio.brandao@deloitte.com | | | |

| Possui auditor? | SIM | | | | |
|--|--|-----------------------|---|--|--|
| Código CVM | 1032-4 | | | | |
| Tipo auditor | Nacional | Nacional | | | |
| Nome/Razão social | BDO RCS AUDITORES IN | DEPENDENTES - SO | CIEDADE SIMPLES | | |
| CPF/CNPJ | 54.276.936/0005-00 | | | | |
| Data Início | 01/01/2018 | | | | |
| Descrição do serviço contratado | O contrato assinado com a BDO RCS Auditores Independentes - Sociedade Simples teve por objeto a prestação, pelos auditores independentes, dos serviços de auditoria contábil para (i) emissão de relatório sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Priner Serviços Industriais S.A. ("Companhia") referente aos exercícios sociais findos em 2018 e 2019, (ii) revisão e emissão de relatório sobre as Informações Trimestrais (ITRs) individuais e consolidadas da Companhia para os períodos findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2018 e 2019, conforme a seguir: (a) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia; e (b) revisão de das informações intermediárias individuais e consolidadas da Companhia; (c) emissão de carta conforto sobre determinadas informações históricas a serem incluídas em documento de oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações, nos termos da Instrução CVM n°400, de 29 de dezembro de 2003, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. | | | | |
| Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço | Total da remuneração bruta auferida pelo auditor independente referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018: R\$ 222.507,26. Total da remuneração auferida pelo auditor independente referente ao período findo em 30 de setembro de 2019: R\$ 78.367,34. | | | | |
| Justificativa da substituição | Não houve substituição dos | s auditores independe | | | |
| Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor | a Não houve substituição dos auditores independentes. | | | | |
| Nome responsável técnico | DATA_INICIO_ATUACAO | CPF | Endereço | | |
| Julian Clemente | 01/01/2018 | 085.922.988-22 | Rua Buenos Aires, 48 – 4º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20010-020, Telefone (021) 22105166, e-mail: julian.clemente@bdobrazil.com.br | | |

2.3 - Outras Informações Relevantes

2.3 - Outras informações relevantes

Nos termos da Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999, é obrigatória a substituição de nossos auditores independentes, no máximo, a cada cinco anos, sendo que os mesmos auditores não podem ser recontratados por um período de três anos. Nos termos de nosso Estatuto Social, cabe ao Conselho de Administração a escolha e destituição dos auditores independentes.

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, conforme alterada, informamos que adotamos como procedimento formal consultar os auditores independentes, no sentido de assegurarmo-nos de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente.

Na contratação de serviços de auditores independentes, nossa administração busca assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade, cabendo ao nosso Conselho de Administração a decisão final sobre a substituição e contratação dos nossos auditores.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

| (Reais) | Últ. Inf. Contábil (30/09/2019) | Exercício social (31/12/2018) | Exercício social (31/12/2017) | Exercício social (31/12/2016) |
|--|---------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| Patrimônio Líquido | 59.973.000,00 | 66.129.000,00 | 54.774.000,00 | 55.790.000,00 |
| Ativo Total | 239.903.000,00 | 207.986.000,00 | 182.406.000,00 | 121.565.000,00 |
| Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos | 260.725.000,00 | 327.237.000,00 | 236.502.000,00 | 204.112.000,00 |
| Resultado Bruto | 33.960.000,00 | 45.023.000,00 | 33.403.000,00 | 47.145.000,00 |
| Resultado Líquido | -5.434.000,00 | 5.140.000,00 | -7.388.000,00 | 6.269.000,00 |
| Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades) | 104.873.000 | 104.873.000 | 93.708.314 | 93.077.010 |
| Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade) | 0,571900 | 0,630600 | 0,584500 | 0,599400 |
| Resultado Básico por Ação | -0,030090 | 0,072320 | -0,062500 | 0,067350 |
| Resultado Diluído por Ação | -0,02 | 0,06 | 0,00 | 0,06 |

3.2 - Medições não contábeis

As informações financeiras incluídas neste Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às nossas demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018 e informações financeiras trimestrais referentes ao trimestre e período de 9 meses findos em 30 de setembro de 2019.

A seguir, apresentamos as principais medições não contábeis utilizadas por nossa administração:

(i) EBITDA

O EBITDA é uma medição não contábil calculada por nós e conciliada com nossas demonstrações financeiras, observadas as disposições da Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012 ("Instrução CVM 527"). O cálculo do EBITDA é realizado como resultado líquido, adicionado pelo resultado financeiro líquido, pelas despesas com depreciação, pelas despesas com amortização e pelas despesas com imposto de renda e contribuição social. O EBITDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS. Divulgamos o EBITDA porque o utilizamos para medir nosso desempenho. O EBITDA não deve ser considerado isoladamente ou como substituto do lucro líquido ou do lucro operacional, como indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida. Não poderá também ser considerado para o cálculo de distribuição de dividendos, nem possui um significado padrão e pode não ser comparável com as medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16/ CPC 06(R2)) emitida pelo IASB e CPC, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado simplificado, com efeito cumulativo na data de adoção. Consequentemente, as informações financeiras trimestrais de 30 de setembro de 2018 e demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, base para o EBITDA, não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 16/CPC 06(R2) e, por isso, não são comparativas com as informações financeiras de 30 de setembro de 2019, as quais refletem os efeitos da adoção desta norma, com um aumento das despesas com depreciação do direito de uso, juros pela atualização do passivo de obrigações e por arrendamento, bem como redução das despesas com aluguéis

a. valor

Vide item 3.2 (i) (b) deste Formulário de Referência, abaixo.

conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

O EBITDA é a sigla em inglês de *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*, que é uma medição não contábil que pode ser utilizada como métrica para avaliar a geração de caixa proveniente das operações de uma companhia. Calculamos o EBITDA da seguinte forma: resultado líquido, adicionado pelo resultado financeiro líquido, despesas de imposto de renda e contribuição social e despesas de depreciação e amortização.

As tabelas abaixo apresentam a conciliação entre o EBITDA e o resultado líquido divulgado em nossas informações trimestrais e demonstrações financeiras para o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019 e para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018:

| | Período de nove meses findo em 30 de setembro de | Exercício encerrado em 31 de dezembro de | | | |
|--|--|---|---------|--------|--|
| (em R\$ mil) | 2019 | 2018 | 2017 | 2016 | |
| Lucro Líquido (prejuízo) do exercício/período | (5.434) | 5.140 | (7.388) | 6.269 | |
| (+) Resultado financeiro, líquido | 10.118 | 9.131 | 6.135 | 3.185 | |
| (+) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos | (2.421) | 825 | (6.274) | 2.132 | |
| (+) Depreciação e amortização | 14.695 | 14.682 | 12.204 | 9.992 | |
| EBITDA | 16.958 | 29.778 | 4.677 | 21.578 | |

Nota: o EBITDA referente ao período de doze meses findo em 30 de setembro de 2019 é de R\$ 25.133.

c. motivo pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia

O EBITDA é utilizado como uma das medidas de desempenho adotadas por nossa administração pois acreditamos que é uma medida prática para aferir nosso desempenho operacional e nosso fluxo de caixa.

O EBITDA é uma medição não contábil não reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), por nós apurada e conciliada com nossas demonstrações financeiras e não é uma medida de desempenho financeiro. O EBITDA não deve ser considerado isoladamente ou como substituto do resultado líquido ou o resultado operacional, não mede o fluxo de caixa, liquidez ou capacidade de pagamento de nossa dívida, mas funciona como indicador de nosso desempenho econômico geral, não sendo afetado pelo impacto de flutuações de taxas de juros em nossas dívidas e aplicações e alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social. Não poderá também ser considerado para o cálculo de distribuição de dividendos, nem possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Adicionalmente, essa medição não-contábil apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medidas de desempenho, em razão de desconsiderarem certos custos ou despesas da Companhia que podem impactar significativamente os resultados operacionais e de liquidez, tais como nosso resultado financeiro líquido, impostos de renda e contribuição social e depreciação e amortização.

(ii) DÍVIDA LÍQUIDA

A dívida líquida da Companhia é uma medida não contábil calculada conforme prática do mercado, sendo possível ser conciliada com nossas demonstrações financeiras e consiste no valor da dívida bruta (empréstimos e financiamentos, contas a pagar por aquisição societária, instrumento derivativo (swap) líquido, debêntures e mútuo com pessoas físicas a pagar), descontada de (i) caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários vinculados, e (ii) títulos e valores mobiliários e mútuo com pessoas físicas a receber. A dívida líquida é um indicador financeiro utilizado para avaliar a solvência e capacidade de uma companhia fazer frente às suas obrigações quando medida em conjunto com seu EBITDA (descrito no item acima).

(a) valor

Vide item 3.2 (ii) (b) deste Formulário de Referência, abaixo.

(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A tabela abaixo demonstra a apuração da Dívida Líquida, a partir de contas patrimoniais extraídas de nossas demonstrações financeiras auditadas.

| | Valores expressos em R\$ Mil | | | |
|--|------------------------------|------------|-----------------|------------|
| Indicadores financeiros | 30/09/2019 | 31/12/2018 | m 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| | 30/09/2019 | 31/12/2010 | 31/12/2017 | 31/12/2010 |
| | | | | |
| Empréstimos e financiamentos Circulante Empréstimos e financiamentos Não | 8.334 | 53.735 | 43.774 | 14.751 |
| Circulante | 4.419 | 13.902 | 21.702 | 1.928 |
| Instrumentos financeiros derivativos | | | | |
| (swap) – ativo circulante | (266) | (2.163) | 336 | 269 |
| Debêntures - circulante | 3.981 | - | - | - |
| Debêntures – não circulante | 61.654 | - | - | - |
| Contas a pagar por aquisição societária - | 0.400 | 0.505 | 5.004 | 00.550 |
| circulante | 8.139 | 6.525 | 5.904 | 22.558 |
| Contas a pagar por aquisição societária - não circulante | _ | 2.193 | 4.612 | _ |
| Mútuo a pagar – circulante | 9.507 | 2.676 | - | _ |
| Mútuo a pagar – não circulante | - | 4.303 | _ | _ |
| Matao a pagar Trao orionanto | | 1.000 | | |
| | | | | |
| Dívida | | | | |
| Bruta | 95.768 | 81.171 | 76.328 | 39.506 |
| | | | | |
| (-) Caixa e equivalentes de caixa | (13.296) | (3.400) | (644) | (12.063) |
| (-) Depósitos bancários vinculados | (9.800) | - | - | - |
| (-) Títulos e valores mobiliários - circulante(-) Títulos e valores mobiliários - não | (3.573) | (28) | (1.864) | - |
| circulante | (137) | (46) | - | - |
| (-) Mútuo a receber - circulante | (272) | - | - | - |
| (-) Mútuo a receber – não circulante | - | (245) | - | _ |
| | | <u> </u> | | |
| | | | | |
| Dívida | 69 600 | 77.450 | 72 000 | 27 442 |
| Líquida | 68.690 | 77.452 | 73.820 | 27.443 |

(c) motivo pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia

A dívida líquida da Companhia não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Ela é por nós apurada e conciliada com nossas demonstrações financeiras. A dívida líquida é um indicador financeiro utilizado para avaliar a solvência e a

capacidade de uma companhia fazer frente às suas obrigações quando medida em conjunto com seu EBITDA (descrito no item acima). A Companhia não exclui os valores de mútuos, debentures e seller's loan (dívida de aquisição) do seu endividamento líquido por julgar importante que todo compromisso financeiro assumido pela Companhia seja facilmente identificável e acompanhado pelos acionistas.

(iii) MARGEM BRUTA

A margem bruta é uma medida não contábil calculada conforme prática do mercado, sendo possível ser conciliada com nossas demonstrações financeiras e consiste na divisão do lucro bruto pela receita líquida. A margem bruta é expressa em formato percentual e é um indicador financeiro utilizado para avaliar a rentabilidade direta dos contratos firmados entre a Companhia e seus clientes. Ela pode ser apurada para diversos períodos, como por exemplo, mês, trimestre, semestre, ano, dentre outros.

(a) valor

Vide item 3.2 (iii) (b) deste Formulário de Referência, abaixo.

(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A tabela abaixo demonstra a apuração da Margem Bruta, a partir de contas patrimoniais extraídas de nossas demonstrações financeiras auditadas.

| Indicadores Operacionais e Financeiros | Período de nove meses findo em 30 de setembro de | | Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de | | |
|---|---|--------------------|---|-------|-------|
| | 2019 | 2018 | 2018 | 2017 | 2016 |
| | (em milhões | de R\$, exceto qua | ando indicado de maneira diversa) | | |
| Receita Líquida | 260,7 | 240,3 | 327,2 | 236,5 | 204,1 |
| Lucro Bruto | 34,0 | 26,5 | 45,0 | 33,4 | 47,1 |
| Margem Bruta | 13,0% | 11,0% | 13,8% | 14,1% | 23,1% |

(c) motivo pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia

A Companhia entende que o monitoramento da margem bruta, em todas as suas dimensões (por contrato, por filial e por segmento) é essencial para a gestão de suas atividades, especialmente considerando-se que ela representa a rentabilidade direta e incremental dos contratos firmados entre a Companhia e seus clientes.

A administração da Companhia entende que a margem bruta não deva ser utilizada de forma isolada e não deve substituir outros indicadores, tais como margem EBITDA, margem líquida e outras

(iv) MARGEM EBITDA

A margem EBITDA é uma medida não contábil calculada conforme prática do mercado, sendo possível ser conciliada com nossas demonstrações financeiras e consiste na divisão do EBITDA, anteriormente descrito, pela receita líquida. A margem EBITDA é expressa em formato percentual e pode ser apurada para diversos períodos, como por exemplo, mês, trimestre, semestre, ano, dentre outros.

(a) valor

Vide item 3.2 (iv) (b) deste Formulário de Referência, abaixo.

(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A tabela abaixo demonstra a apuração da Margem EBITDA, a partir de contas patrimoniais extraídas de nossas demonstrações financeiras auditadas.

| Indicadores Operacionais e Financeiros | | e meses findo em embro de | Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de | | |
|---|-------------|------------------------------|---|--------------|----------|
| | 2019 | 2018 | 2018 | 2017 | 2016 |
| | (em milhões | de R\$, exceto qua | ando indicado | o de maneira | diversa) |
| Receita Líquida | 260,7 | 240,3 | 327,2 | 236,5 | 204,1 |
| EBITDA | 17,0 | 21,6 | 29,8 | 4,7 | 21,6 |
| Margem EBITDA | 6,5% | 9,0% | 9,1% | 2,0% | 10,6% |

(c) motivo pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia

A margem EBITDA é utilizada como uma das medidas de desempenho adotadas por nossa administração por entendermos que a mesma seja útil para aferir nosso desempenho operacional e geração de caixa operacional potencial, ou seja, desconsiderando-se variações de capital de giro.

A administração da Companhia entende que a margem EBITDA não deva ser utilizada de forma isolada e não deve substituir outros indicadores, tais como margem bruta, margem líquida e outras.

(v) MARGEM LIQUIDA

A margem líquida é uma medida não contábil calculada conforme prática do mercado, sendo possível ser conciliada com nossas demonstrações financeiras e consiste na divisão do lucro líquido pela receita líquida. A margem líquida é expressa em formato percentual e é um indicador financeiro utilizado para avaliar a rentabilidade final da Companhia. Ela pode ser apurada para diversos períodos, como por exemplo, mês, trimestre, semestre, ano, dentre outros.

(a) valor

Vide item 3.2 (v) (b) deste Formulário de Referência, abaixo.

(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A tabela abaixo demonstra a apuração da Margem Líquida, a partir de contas patrimoniais extraídas de nossas demonstrações financeiras auditadas.

| Indicadores Operacionais e Financeiros | Período de nove 30 de set | Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de | | | | | | | |
|---|--|--|-------|-------|-------|--|--|--|--|
| | 2019 | 2018 | 2018 | 2017 | 2016 | | | | |
| | (em milhões de R\$, exceto quando indicado de maneira diversa) | | | | | | | | |
| Receita Líquida | 260,7 | 240,3 | 327,2 | 236,5 | 204,1 | | | | |
| Lucro Líquido | -5,4 | -0,3 | 5,1 | -7,4 | 6,3 | | | | |
| Margem Líquida | -2,1% | -0,1% | 1,6% | -3,1% | 3,1% | | | | |

(c) motivo pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia

A Companhia entende que o monitoramento da margem líquida é essencial para a gestão de suas atividades, especialmente considerando-se que ela representa a rentabilidade final de suas operações.

A administração da Companhia entende que a margem líquida não deva ser utilizada de forma isolada e não deve substituir outros indicadores, tais como margem bruta, margem EBITDA e outras

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

3.3- Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Seguem os eventos subsequentes às nossas informações trimestrais relativas ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019:

- Em vista das deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas de 5 de novembro de 2019, foram celebrados em 12 de novembro de 2019 os aditamentos dos seguintes documentos: (i) Segundo Aditamento ao Contrato de Prestação de Serviços de Depositário, (ii) Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Recebíveis e de Conta Vinculada em Garantia e Outras Avenças; e (iii) Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1º Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com esforços Restritos de Distribuição, da Priner Serviços Industriais S.A. Os aditamentos em questão dispuseram sobre dois assuntos: (i) inclusão de novos contratos cedidos pela Companhia no rol de contratos componentes da garantia do fluxo mensal de recebíveis; e (ii) alteração na forma de apuração do fluxo mensal, que passou a considerar a média mensal dos últimos três meses, em substituição à regra anterior, que determinava utilização do fluxo mensal.
- Em 6 de novembro de 2019, a controlada Smartcoat Serviços em Revestimentos S.A. ("Smartcoat") contratou um empréstimo na modalidade 4131 junto ao Banco Bradesco S.A. no valor de R\$3,6 milhões a uma taxa de 6,5% ao ano, com pagamento em 12 parcelas com carência de 2 meses. Primeira parcela de principal e juros iniciando em 7 de janeiro de 2020 e com término em 3 de dezembro de 2020.
- Em 13 de novembro de 2019, a controlada Smartcoat, realizou Assembleia Geral Extraordinária, em fase de registro na Junta Comercial, onde ocorreu a renúncia do Sr. Luiz Antonio Angelica ao cargo de membro do conselho, e a eleição do Sr. Paulo Muniz Barretto Cury.
- Em 29 de novembro de 2019, os acionistas aprovaram o aumento de capital da Companhia em R\$ 19.999.999,95 (dezenove milhões, novecentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e cinco centavos), mediante a emissão de 19.047.619 (dezenove milhões, quarenta e sete mil, seiscentas e dezenove) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, pelo preço de emissão unitário de R\$ 1,05 (um real e cinco centavos) totalmente subscritas e integralizadas pelo Sr. Tobias Cepelowicz, que passou a integrar o quadro de acionistas da Companhia.

PÁGINA: 15 de 333

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

3.4 - Política de destinação dos resultados

2016

2017

2018

a. Regras sobrea retenção de lucros

Reserva Legal: De acordo com o artigo 26, inciso (i) do estatuto social da Companhia, o montante equivalente a 5% do lucro líquido do exercício será destinado à reserva legal, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

Reserva Estatutária: De acordo com o artigo 26. inciso (ii) do estatuto social da Companhia, após a dedução do montante relativo à reserva legal e do pagamento dos dividendos obrigatórios aos acionistas, o lucro líquido restante será destinado constituição de reserva de investimento para assegurar а manutenção do nível de capitalização da Companhia, а expansão das atividades sociais e/ou o reforço do capital de giro, sendo que a reserva de investimento não excederá 80% do capital social da Companhia. em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

Reserva Legal: De acordo com o artigo 26, inciso (i) do estatuto social da Companhia, o montante equivalente a 5% do lucro líquido do exercício será destinado à reserva legal, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

Reserva Estatutária: De acordo com o artigo 26, inciso (ii) do estatuto social da Companhia, após a dedução do montante relativo à reserva legal e do pagamento dos dividendos obrigatórios aos acionistas, o lucro líquido restante será destinado à constituição reserva de investimento para assegurar a manutenção do nível de capitalização Companhia, da expansão das atividades sociais e/ou o reforço do capital de giro, sendo que a reserva de investimento não excederá 80% do capital social da Companhia. em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

Reserva Legal: De acordo com o artigo 26, inciso (i) do estatuto social da Companhia, o montante equivalente a 5% do lucro líquido do exercício será destinado à reserva legal, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

Reserva Estatutária: De acordo com o artigo 26, inciso (ii) do estatuto social da Companhia, após a dedução montante relativo à reserva legal e do pagamento dos dividendos obrigatórios aos acionistas, o lucro líquido restante destinado à constituição reserva investimento para assegurar a manutenção do nível de capitalização Companhia, expansão das atividades sociais e/ou o reforço do capital de giro, sendo que a reserva de investimento não excederá 80% do capital social da Companhia. em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

a.i Valores das retenções de lucros Reserva Legal: R\$411.137,70.

Reserva Estatutária: R\$3.811.616,21.

Houve redução na reserva estatutária em R\$ 7.810.322,75 em função da absorção do prejuízo apurado no exercício

Reserva Legal: R\$152.051,71.

Reserva Estatutária: R\$2.166.736,90.

a.ii Percentuais em relação aos lucros totais declarados 67%

Não aplicável.

45%

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

 b. Regras sobre distribuições de dividendos

De acordo com o artigo inciso (ii) do estatuto social da Companhia vigente em 31 de dezembro de 20 16, os acionistas da Companhia fazem jus recebimento do dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado (após a destinação para a reserva legal), em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações.

De acordo com o artigo 26, parágrafo único do estatuto social da Companhia vigente em 31 de dezembro de 20 16, o saldo do lucro líquido ajustado (após a destinação para а reserva legal, pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios е destinação da reserva estatutária) será distribuído aos acionistas como dividendo complementar.

 c. Periodicidade das distribuições de dividendos Os dividendos são distribuídos aos acionistas conforme deliberação da assembleia geral ordinária da Companhia que deliberará sobre a destinação do lucro líquido do exercício. De acordo com o artigo 13, inciso (x) do estatuto social da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2016, a Companhia pode distribuir juros sobre capital próprio por deliberação do conselho de administração da Companhia, e imputar o valor distribuído dividendo obrigatório.

De acordo com o artigo 26, inciso (ii) do estatuto social da Companhia os acionistas da Companhia vigente em 31 de dezembro de 201 7 fazem jus ao recebimento do dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado (após a destinação para a reserva legal), em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações.

De acordo com o artigo 26, parágrafo único do estatuto social da Companhia vigente em 31 de dezembro de 201 7, o saldo do lucro líquido ajustado (após a destinação para reserva legal, pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios е destinação da reserva estatutária) será distribuído aos acionistas como dividendo complementar.

Os dividendos são distribuídos aos acionistas conforme deliberação da assembleia geral ordinária da Companhia que deliberará sobre a destinação do lucro líquido do exercício. De acordo com o artigo 13, inciso (x) do estatuto social da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2017 , a Companhia pode distribuir juros sobre capital próprio por deliberação do conselho administração Companhia, e imputar o valor distribuído dividendo obrigatório.

De acordo com o artigo 26, inciso (ii) do estatuto social da Companhia os acionistas da Companhia vigente em 31 de dezembro de 201 fazem jus ao recebimento do dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado (após a destinação para a reserva legal), em conformidade com a Lei das Sociedades Ações.

De acordo com o artigo 26, parágrafo único do estatuto social da Companhia vigente em 31 de dezembro de 201 9, o saldo do lucro líquido ajustado (após a destinação para reserva legal, pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios е destinação da reserva estatutária) será distribuído aos acionistas como dividendo complementar.

Os dividendos são distribuídos aos acionistas conforme deliberação da assembleia geral ordinária da Companhia que deliberará sobre a destinação do lucro líquido do exercício. De acordo com o artigo 13, inciso (x) do estatuto social da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2018 a Companhia pode distribuir juros sobre capital próprio por deliberação do conselho administração Companhia, e imputar o valor distribuído dividendo obrigatório.

Sem restrições.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

d. Eventuais restrições a distribuição de dividendos impostas pela legislação ou regulamentação aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Sem restrições.

Sem restrições.

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Não possui uma política destinação de de vigente em 31 de dezembro de 20 de retenção e de destinação do lucro destinação do líquido da Companhia.

Não possui uma política destinação resultados formalmente resultados formalmente resultados formalmente aprovada. Contudo o aprovada. Contudo o aprovada. Contudo o artigo 26 do estatuto artigo 26 do estatuto social da Companhia social da Companhia vigente em 31 de dezembro de 201 16 estabelece as regras 7 estabelece as regras retenção e de lucro líquido da Companhia.

Não possui uma política destinação artigo 26 do estatuto social da Companhia vigente 31 de dezembro de 201 8 estabelece as regras retenção destinação do lucro líquido da Companhia.

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

| (Reais) | Últ. Inf. Contábil | Exercício social 31/12/2018 | Exercício social 31/12/2017 | Exercício social 31/12/2016 |
|---|--------------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| Lucro líquido ajustado | 0,00 | 2.889.000,00 | -5.857.000,00 | 7.812.000,00 |
| Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%) | 0,000000 | 0,240000 | 0,000000 | 0,510000 |
| Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%) | 0,000000 | 12,150000 | -12,560000 | 11,240000 |
| Dividendo distribuído total | 0,00 | 722.000,00 | 0,00 | 4.000.000,00 |
| Lucro líquido retido | 0,00 | 722.000,00 | 0,00 | 3.812.000,00 |
| Data da aprovação da retenção | | 17/04/2019 | 26/04/2018 | 31/03/2017 |

| Lucro líquido retido | Montante | Pagamento dividendo | Montante | Pagamento dividendo | Montante | Pagamento dividendo | Montante | Pagamento dividendo |
|-----------------------------|----------|---------------------|------------|---------------------|----------|---------------------|--------------|---------------------|
| | • | | | | | • | | |
| Ordinária | 0,00 | | | | | | | |
| ı | | | | | (| 0,00 | | |
| Dividendo Obrigatório | | | | | | | | |
| Ordinária | | | 722.000,00 | | | | 64.000,00 | 05/01/2017 |
| Juros Sobre Capital Próprio | | | | | | | | |
| Ordinária | | | | | | | 3.936.000,00 | 05/01/2017 |

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios anteriores

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
|--|------------|------------|------------|
| Dividendos declarados à Conta de Reserva | - | 4.000 | - |
| de Lucros Constituídas em Exercícios | | | |
| Anteriores (milhares de reais) | | | |

3.7 - Nível de Endividamento

| Exercício Social Soma do Passivo Circulante e Não Circulante | | Tipo de índice Índice de I endividamento | | Descrição e motivo da utilização de outro índice | | |
|--|----------------|--|------------|--|--|--|
| 30/09/2019 | 179.930.000,00 | Índice de Endividamento | 3,00000000 | | | |
| 31/12/2018 | 141.857.000,00 | Índice de Endividamento | 2,15000000 | | | |
| 30/09/2019 | 0,00 | Outros índices | 2,73000000 | A Companhia também acompanha, mensalmente, a relação dívida líquida/EBITDA (acumulado em doze meses). A Companhia entende que o referido índice é uma boa medição de seu nível de endividamento por combinar a dívida líquida com a capacidade de geração de caixa operacional dos últimos doze meses. Adicionalmente, o referido índice é bastante utilizado pelo mercado financeiro em momentos de decisão a respeito da concessão de crédito. | | |
| 31/12/2018 | 0,00 | Outros índices | 2,60000000 | A Companhia também acompanha, mensalmente, a relação dívida líquida/EBITDA (acumulado em doze meses). A Companhia entende que o referido índice é uma boa medição de seu nível de endividamento por combinar a dívida líquida com a capacidade de geração de caixa operacional dos últimos doze meses. Adicionalmente, o referido índice é bastante utilizado pelo mercado financeiro em momentos de decisão a respeito da concessão de crédito. | | |

3.8 - Obrigações

| Últ. Inf. Contábil (30/09/2019) | | | | | | | |
|---------------------------------|------------------|---------------------------------|-------------------|----------------|-------------------|-----------------------|---------------|
| Tipo de Obrigação | Tipo de Garantia | Outras garantias ou privilégios | Inferior a um ano | Um a três anos | Três a cinco anos | Superior a cinco anos | Total |
| Financiamento | Garantia Real | | 598.415,28 | 1.574.499,38 | 69.071,86 | 0,00 | 2.241.986,52 |
| Empréstimo | Garantia Real | | 7.470.166,58 | 2.775.088,69 | 0,00 | 0,00 | 10.245.255,27 |
| Γítulos de dívida | Garantia Real | | 12.120.225,24 | 61.654.348,56 | 0,00 | 0,00 | 73.774.573,80 |
| Empréstimo | Quirografárias | | 9.506.996,43 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 9.506.996,43 |
| Total | | | 29.695.803,53 | 66.003.936,63 | 69.071,86 | 0,00 | 95.768.812,02 |
| Observação | • | | | | | • | • |

| Tipo de Garantia | Outres managins and | | | | | |
|------------------|---|--|---|--|--|--|
| · | Outras garantias ou privilégios | Inferior a um ano | Um a três anos | Três a cinco anos | Superior a cinco anos | Total |
| Garantia Real | | 472.207,14 | 768.585,17 | 575.779,55 | 0,00 | 1.816.571,86 |
| Garantia Real | | 6.524.630,97 | 2.193.193,96 | 0,00 | 0,00 | 8.717.824,93 |
| Garantia Real | | 51.099.343,73 | 12.558.656,27 | 0,00 | 0,00 | 63.658.000,00 |
| Quirografárias | | 2.676.278,70 | 4.303.429,68 | 0,00 | 0,00 | 6.979.708,38 |
| | | 60.772.460,54 | 19.823.865,08 | 575.779,55 | 0,00 | 81.172.105,17 |
| | Garantia Real Garantia Real Garantia Real | Garantia Real Garantia Real Garantia Real Quirografárias | Garantia Real 472.207,14 Garantia Real 6.524.630,97 Garantia Real 51.099.343,73 | Garantia Real 472.207,14 768.585,17 Garantia Real 6.524.630,97 2.193.193,96 Garantia Real 51.099.343,73 12.558.656,27 Quirografárias 2.676.278,70 4.303.429,68 | Garantia Real 472.207,14 768.585,17 575.779,55 Garantia Real 6.524.630,97 2.193.193,96 0,00 Garantia Real 51.099.343,73 12.558.656,27 0,00 Quirografárias 2.676.278,70 4.303.429,68 0,00 | Garantia Real 472.207,14 768.585,17 575.779,55 0,00 Garantia Real 6.524.630,97 2.193.193,96 0,00 0,00 Garantia Real 51.099.343,73 12.558.656,27 0,00 0,00 Quirografárias 2.676.278,70 4.303.429,68 0,00 0,00 |

Observação

3.9 - Outras Informações Relevantes

3.9 - Outras informações relevantes

A Companhia realizou sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia fidejussória, em duas séries, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, mediante a celebração do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, celebrado em 3 de maio de 2019, pela Companhia, pela Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., pela Priner Locação de Equipamentos S.A. e pela Smartcoat –Serviços em Revestimentos S.A. ("Escritura de Emissão").

A Escritura de Emissão prevê a manutenção de índices de endividamento, os quais serão acionados a partir do 1º trimestre de 2020, como segue:

• Trimestral: Dívida Bruta + Sellers Finance – Escrow ≤ R\$ 80 milhões;

Nota: "<u>Dívida Bruta</u>", para fins da Escritura de Emissão, significa a soma dos (i) empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, incluídos (1) os títulos descontados com regresso, (2) as fianças e avais prestados em benefício de terceiros, (3) os arrendamento mercantil / leasing financeiro, e (4) os títulos de renda fixa não conversíveis frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional; (ii) passivos decorrentes de instrumentos financeiros derivativos, líquidos de ativos decorrentes de instrumentos financeiros derivativos; e (iii) contas a pagar em decorrência de aquisição de outras empresas (menos a conta reserva e escrow account). Exclui empréstimos de mútuo recebidos de controladores, investidores e executivos da empresa; "Sellers Finance" significa contas a pagar em decorrência da aquisição de outras empresas concedidos pelos vendedores.

• Anual: Dívida Liquida/EBITDA ≤ 2,5 em 2019 e ≤ 2,0 de 2020 em diante.

Nota: "<u>Dívida Líquida</u>", para fins da Escritura de Emissão, significa valor da Dívida Bruta, menos a conta reserva ou escrow account. Exclui empréstimos de mútuo recebidos de controladores, investidores e executivos da empresa), menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

a) à Companhia.

As atividades da Companhia consistem em prover soluções e atender às demandas de diversos setores da economia, especialmente óleo e gás, petroquímica, siderurgia, papel e celulose e química. Consequentemente, suas operações estão sujeitas a riscos semelhantes aos enfrentados pelas empresas que atuam nesses e em outros setores.

As atividades da Companhia consistem em prover soluções customizadas de acesso, pintura industrial, tratamento de superfície, isolamento térmico e habitáculos pressurizados para plantas de diversos segmentos industriais, especialmente óleo e gás, petroquímica, siderurgia, papel e celulose e química. Consequentemente, suas operações e resultados estão atreladas ao desenvolvimento de tais segmentos industriais, o que torna a Companhia exposta aos riscos enfrentados pelas empresas atuantes nestes segmentos.

Eventos que afetem negativamente os negócios desenvolvidos em tais setores, incluindo fatores macroeconômicos, adversidades climáticas, degradação das condições sociais brasileiras, redução dos investimentos, alterações adversas introduzidas na regulamentação específica a cada um dos referidos setores, restrição de crédito, problemas com fornecedores, redução do poder de consumo dos clientes e dificuldades dos clientes em gerenciarem seus próprios negócios, entre outros, fogem ao controle da administração da Companhia e poderão causar efeito material adverso nas operações e resultados da Companhia.

Adicionalmente, parte relevante das receitas da Companhia decorrem da prestação de serviços a empresas que estão sendo investigadas em operações conduzidas por autoridades públicas, dentre elas a chamada "Operação Lava Jato". Desdobramentos das investigações podem causar a diminuição das atividades de referidas empresas ou mesmo a extinção das mesmas, o que poderá resultar em atrasos no recebimento das receitas esperadas de tais clientes e/ou comprometimento da demanda futura aos serviços prestados pela Companhia.

A Companhia pode não conseguir executar sua estratégia de negócios.

O crescimento da Companhia depende de diversos fatores, muitos deles fora do controle da Companhia. Em particular, a estratégia para o seu crescimento depende, principalmente, do desempenho do setor industrial no Brasil nos próximos anos, sujeito a investimentos públicos e privados para fomentar o setor de infraestrutura brasileira em diversas áreas, tais como energia, saneamento, agronegócio, transportes, dentre outros. Caso tais investimentos não sejam realizados ou sejam realizados em volume inferior ou em prazos superiores aos esperados pela Companhia, de forma a comprometer negativamente a demanda esperada para seus produtos e serviços , a Companhia poderá não ser capaz de implementar satisfatoriamente sua estratégia de expansão.

Adicionalmente, a Companhia pode não ser capaz de estabelecer com sucesso sua estratégia de crescimento regional, em razão da ocorrência de diversos fatores, dentre eles a escassez de mão de obra especializada, ausência de fornecedores confiáveis, concorrência de empresas locais, dificuldade e custo de locação de terrenos, prazo para obtenção de licenças e dificuldades de aceitação das marcas. Ainda que a Companhia consiga expandir seus negócios para outras cidades e regiões, a Companhia estará sujeita aos riscos da economia local das novas regiões em que vier a atuar, os quais poderão, em razão de suas particularidades, não serem contornados satisfatoriamente pela Companhia.

Neste sentido, o desempenho futuro da Companhia dependerá de sua capacidade de gerenciar o crescimento de suas operações e negócios. Não é possível assegurar que a capacidade de gerenciamento de crescimento será bem-sucedida ou que não interferirá adversamente na estrutura já existente. Caso não seja capaz de gerenciar o crescimento de forma satisfatória, a Companhia poderá perder sua posição no mercado, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre sua

condição financeira, resultados operacionais e, consequentemente, influenciar negativamente o preço de negociação das ações da Companhia.

Ainda, o crescimento das operações pode tornar o espaço das atuais instalações insuficientes para armazenar, manter e movimentar os equipamentos da Companhia de forma eficiente, o que pode acarretar em aumento dos custos operacionais e/ou a necessidade de mudança para novas instalações, o que poderá resultar, inclusive, na sujeição da Companhia ao pagamento de multas rescisórias e necessidade de realização de investimentos em benfeitoras nas novas instalações, o que poderá causar um impacto negativo e adverso em nossa condição financeira.

Condições adversas nos mercados financeiro e de crédito ou a incapacidade da Companhia de obter financiamento adequado poderão prejudicar sua capacidade de operar os negócios ou implementar sua estratégia.

A implementação da estratégia da Companhia, bem como a manutenção de sua capacidade operacional, poderá demandar investimentos adicionais e acarretar um aumento das necessidades de capital, o qual poderá não ser acompanhado por um crescimento equivalente das receitas operacionais. Adicionalmente, poderá ocorrer um aumento dos custos operacionais em decorrência, entre outros fatores, da escassez de matérias-primas, insumos e mão de obra, do aumento do custo de equipamentos e do crescimento da competição nas unidades de negócio. Dessa forma, a Companhia poderá ser obrigada a recorrer a fontes adicionais de recursos, sob a forma de capital ou dívida, para atender às futuras necessidades de capital, os quais poderão não estar disponíveis ou, ainda que disponíveis, não sejam em condições favoráveis.

As futuras necessidades de capital dependerão de diversos eventos, incluindo a taxa de crescimento de suas receitas, o prazo médio de pagamento praticado pelo mercado, a taxa e a relevância de futuras aquisições e a necessidade de expansão de suas unidades de negócio. Dependendo do volume de investimentos a serem efetuados ou dos custos que deverão ser suportados, a Companhia poderá ser obrigada a incrementar o fluxo de caixa e/ou buscar fontes alternativas de recursos, incluindo por meio da celebração de parcerias estratégicas. Qualquer esforço para aumentar o fluxo de caixa, por meio do crescimento das vendas, redução dos custos operacionais, cobrança dos recebíveis de forma mais eficiente e/ou redução de estoques pode não ser bemsucedido. Adicionalmente, a Companhia poderá não conseguir obter crédito no mercado para financiar suas atividades em condições favoráveis. Nesse caso, poderá se tornar incapaz de aproveitar futuras oportunidades, responder a pressões competitivas ou alongar o prazo de pagamento dos financiamentos já contratados. A ocorrência de quaisquer desses eventos poderá acarretar um efeito adverso relevante nas operações, nos resultados e, consequentemente, no preço de negociação das ações da Companhia.

Adicionalmente, alguns dos clientes da Companhia dependem da disponibilidade de crédito para financiar seus investimentos. Um cenário de escassez de crédito ou de altas taxas de juros poderá afetar negativamente a capacidade de tais clientes custearem seus projetos, gerando redução na demanda pelos serviços da Companhia, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre as operações e sobre a situação financeira e/ou aumento no prazo de pagamento requerido, fato que poderá aumentar a necessidade de contratação de financiamento para capital de giro da Companhia.

A dificuldade no acesso ao crédito também pode afetar seus fornecedores, os quais, caso não sejam capazes de cumprir satisfatória e pontualmente as obrigações assumidas nos contratos celebrados com a Companhia, poderão levar a Companhia a buscar novos fornecedores. O atraso no recebimento dos produtos ou a dificuldade em encontrar novos fornecedores poderão impactar a qualidade e a pontualidade da prestação dos serviços pela Companhia a seus clientes, bem como resultar em litígios com os seus parceiros ou clientes, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre a reputação, operações e condição financeira da Companhia.

O ciclo de prestação de serviços leva a Companhia a aplicar significativos recursos financeiros e técnicos antes mesmo de sua contratação.

Os serviços prestados pela Companhia requerem um alto investimento inicial, direcionado ao desenvolvimento de novos processos e principalmente à aquisição das máquinas e equipamentos que serão empregados na prestação de serviços ou na locação aos seus clientes, além dos custos com treinamentos e reciclagem constante de seus funcionários. Alguns desses investimentos são realizados sem que haja a prévia contratação da Companhia por clientes em bases contínuas para a prestação do serviço para o qual os custos foram empregados. Nestes casos, a Companhia poderá não ser capaz de recuperar os recursos despendidos ou recuperá-los em prazo superior ao esperado, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre as operações e condição financeira da Companhia.

A perda de membros da administração pode ter um efeito substancialmente adverso sobre a Companhia.

A capacidade da Companhia em manter a posição competitiva depende, em grande escala, da experiência dos membros da administração nos setores em que atua. Nenhum dos membros da administração está sujeito a contratos de trabalho de longo prazo ou a acordos de não concorrência. Não há qualquer garantia de que a Companhia conseguirá reter os membros da atual administração ou contratar novos membros qualificados. A perda de alguns dos membros da alta administração ou a incapacidade de atrair e reter executivos experientes para administrar e expandir suas operações poderá impactar negativamente a capacidade de conduzir seus negócios com sucesso e implementar sua estratégia de crescimento, o que poderá causar um efeito adverso relevante nos resultados operacionais da Companhia.

Falhas na gestão de ativos poderão afetar a credibilidade e rentabilidade da Companhia.

Grande parte do sucesso da Companhia depende da gestão eficiente de sua mão de obra e equipamentos, bem como de sua capacidade de identificação da necessidade de investimentos e desinvestimentos serem realizados em ativos e equipamentos que devam ser utilizados pela Companhia na prestação de serviços a seus clientes.

A Companhia realiza seus investimentos e desinvestimentos em ativos e equipamentos baseados numa projeção de demanda por seus produtos ou serviços. Caso tal projeção não se confirme ou se altere, a rentabilidade da Companhia poderá ser afetada em termos de retorno sobre o capital investido.

Adicionalmente, para a precificação dos valores a serem cobrados pela prestação de serviços a seus clientes, a Companhia contabiliza os equipamentos, mão de obra e demais materiais necessários para a execução dos trabalhos. Caso a Companhia não seja eficiente nesta contabilização, poderá ter sua rentabilidade afetada negativamente, que poderá resultar em um efeito adverso relevante sobre a condição financeira da Companhia.

A Companhia enfrenta competição significativa em todas as suas áreas de atuação.

A Companhia possui fortes concorrentes em todas as áreas de atuação, e está sujeita à competição adicional no caso de surgimento de novos competidores ou da entrada no mercado brasileiro de competidores estrangeiros. Diversos fatores influenciam a decisão dos clientes no momento de contratar um prestador de serviços, incluindo a qualidade e confiabilidade dos serviços, o grau de inovação agregado pelo contratado e o preço cobrado. Os concorrentes da Companhia dedicam esforços substanciais para ampliar sua posição no mercado, estando a Companhia sujeita ao risco de perder clientes.

Adicionalmente, a Companhia integra um mercado fragmentado, com um considerável potencial de crescimento de seus concorrentes, em razão da presença de empresas que oferecem serviços menos sofisticados e, portanto, de menor custo.

Ainda, as indústrias podem desenvolver internamente áreas complementares às suas atividades principais, de forma a não mais demandar os serviços da Companhia ou mesmo a concorrer com ela. Todos os eventos acima podem levar a uma redução no nível de demanda por serviços da Companhia ou um eventual aumento na competição, o que pode afetar seus resultados operacionais e, consequentemente, o preço de mercado das ações.

A concepção de soluções de engenharia e inovações tecnológicas, que agreguem valor aos serviços é fundamental na manutenção da posição de liderança e na expansão dos negócios da Companhia.

O negócio da Companhia demanda que esteja constantemente em linha com as mais recentes soluções de engenharia e inovações tecnológicas da indústria. Para tanto, é fundamental que a Companhia conte com pessoal qualificado e infraestrutura adequada, além de manter e ampliar seu relacionamento com fornecedores com histórico de inovação. Caso a Companhia não tenha sucesso em prover soluções de engenharia diferenciadas ou não seja capaz de adquirir ou licenciar novas tecnologias de terceiros em condições aceitáveis, os serviços poderão ficar defasados em relação aos serviços dos concorrentes, comprometendo a qualidade dos serviços prestados e, consequentemente, resultando em um impacto adverso em suas operações, resultados operacionais e, consequentemente, o preço de mercado das ações da Companhia.

Caso a Companhia seja incapaz de contratar e reter mão de obra qualificada e treinar seus profissionais, o potencial de expansão dos negócios poderá ser afetado.

Parte do sucesso da Companhia depende de sua habilidade de atrair, contratar e reter profissionais capacitados para a condução de seus negócios. Há competição na atração de profissionais qualificados no setor de engenharia e prestação de serviços industriais com diversas outras empresas e não se pode assegurar que a Companhia será capaz de reter os profissionais em seus quadros, caso não seja capaz de manter sua cultura corporativa e um patamar de remuneração atrativo ou, em caso de expansão de suas atividades, atrair pessoal qualificado em número suficiente para acompanhar seus crescimento. A Companhia acredita que a contratação e retenção de mão de obra qualificada seja um fator fundamental para o sucesso dos negócios e da estratégia de crescimento. A não consecução de tal estratégia, ou sua execução em termos insatisfatórios, poderá resultar em um impacto adverso em suas operações, resultados operacionais e, consequentemente, o preço de mercado das ações da Companhia.

Questões trabalhistas podem vir a interromper as operações da Companhia.

A Companhia possui convenções com sindicatos, que são renegociadas anualmente. A renegociação pode tornar-se mais difícil à medida que os sindicatos busquem aumentos salariais. Caso não seja possível alcançar acordos nessas renegociações, as atividades e serviços prestados pela Companhia podem vir a ser interrompidos, com risco de descumprimento contratual junto aos clientes capazes de gerar obrigações indenizatórias em desfavor da Companhia, resultando em um impacto adverso em suas operações, resultados operacionais e, consequentemente, o preço de mercado das ações da Companhia.

O sucesso da Companhia depende, em grande parte, da qualidade e segurança dos serviços e produtos.

O sucesso da Companhia depende, em grande parte, da qualidade, treinamento de pessoal e segurança das máquinas e equipamentos que são utilizados na prestação dos serviços aos clientes. Caso ocorram falhas de segurança que provoquem algum tipo de acidente, causem atrasos nas operações dos clientes, ou ainda não atinjam o padrão de qualidade e segurança esperado, o relacionamento com os clientes e parceiros poderá ser abalado, afetando a reputação e a força da marca, e a Companhia poderá perder participação no mercado, além de estar sujeita ao pagamento de multas e indenizações e, ainda, a ser ré em processos administrativos ou judiciais, bem como a desembolsos financeiros. A ocorrência de qualquer desses fatores poderá afetar adversamente as atividades da Companhia e impactar negativamente seus resultados e sua reputação.

As apólices de seguros mantidas pela Companhia podem não ser suficientes para cobrir os danos decorrentes de um eventual sinistro.

Não é possível garantir que as apólices de seguro contratadas pela Companhia serão suficientes para cobrir os danos decorrentes de um eventual sinistro. Da mesma forma, existem determinados tipos de risco que podem não estar cobertos pelas apólices (tais como guerra, caso fortuito, atos de terrorismo, força maior ou interrupção de certas atividades). Na hipótese de ocorrência de quaisquer desses eventos não cobertos, a Companhia poderá incorrer em custos adicionais para recomposição ou reforma de instalações e equipamentos.

Adicionalmente, não é possível garantir que, mesmo na hipótese da ocorrência de um sinistro coberto pelas apólices, incluindo acidentes de trabalho e erros de projeto, o pagamento do seguro será suficiente para cobrir os danos decorrentes de tal sinistro. Ainda, não é possível assegurar que a Companhia será capaz de manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis e em termos aceitáveis no futuro ou contratá-las com as mesmas companhias de seguro nas bases atuais, aumentando significativamente seus custos, o que poderia resultar em um impacto adverso em suas operações e resultados operacionais.

Decisões desfavoráveis em processos administrativos ou judiciais nos quais a Companhia é parte podem afetar de maneira adversa os resultados.

Em 30 de setembro de 2019, o valor total dos processos envolvendo contingências passivas possíveis e prováveis relevantes da Companhia (posição consolidada) era de R\$ 12,1 milhões, para os quais haviam sido constituídas provisões no montante de R\$ 3,2 milhões, referentes às contingências classificadas como prováveis. Para maiores informações, ver item 4.3 e 4.3.1 deste Formulário de Referência.

Decisões desfavoráveis aos interesses da Companhia que envolvam ou alcancem valores substanciais, poderão acarretar o desembolso de valores significativos, causando um efeito adverso relevante sobre as operações e resultados da Companhia. Adicionalmente, caso tais processos tenham por objeto a apuração de ato de negligência, imperícia ou imprudência supostamente praticado pela Companhia, o envolvimento em referidas ações, independentemente de qual seja o resultado, poderá afetar sua imagem e reputação no mercado e prejudicar seus resultados operacionais e financeiros.

Caso a Companhia não seja capaz de identificar e concluir aquisições estratégicas, seu crescimento pode ser prejudicado. Dificuldades na integração de empresas adquiridas pela Companhia podem afetar seus resultados operacionais.

A Companhia integra um mercado consideravelmente fragmentado, com acesso restrito ao crédito. Acredita-se, portanto, que o setor atravessará nos próximos anos um processo de consolidação, cujo resultado poderá alterar de forma substancial a posição de mercado das empresas atualmente envolvidas nesse setor. Especificamente com relação à estratégia de crescimento da Companhia, considera-se que fusões e aquisições constituem-se uma das maneiras de expandir os negócios, inclusive geograficamente, de forma rápida e eficiente. Todavia, caso a Companhia não seja capaz de identificar fusões e aquisições estratégicas e/ou de concluir tais aquisições em termos favoráveis, essa estratégia de expansão poderá ser prejudicada. Adicionalmente, a Companhia poderá não conseguir promover, nos prazos e nas condições determinados pela administração, a integração às operações de novos negócios que vier a adquirir, o que pode comprometer o retorno de tais operações para os negócios e o aproveitamento de sinergias e, consequentemente, afetando de forma adversa suas operações e resultados operacionais.

A Companhia pode não ser capaz de integrar adequadamente as operações de outras companhias que venham a ser adquiridas por ela ou de alcançar os benefícios esperados decorrentes de tais aquisições.

Aquisições, especialmente aquelas que envolvam empreendimentos de grande porte, podem apresentar desafios, tanto de gestão, quanto operacionais, como o desvio da atenção da

administração do negócio existente e dificuldades na integração de operações e pessoal. Qualquer falha em novos negócios ou na administração de quaisquer alianças novas pode afetar negativamente o negócio e o desempenho financeiro da Companhia. Adicionalmente, alguns dos maiores concorrentes da Companhia podem buscar crescimento por meio de aquisições e alianças, o que pode diminuir a probabilidade de a Companhia obter sucesso na conclusão de aquisições e alianças. Aquisições também podem expor a Companhia ao risco de responsabilidade de sucessor em relação a ações ajuizadas anteriormente envolvendo uma empresa adquirida, ou obrigações contingentes incorridas antes da aquisição. O processo de auditoria conduzido em associação à aquisição e quaisquer garantias contratuais ou eventuais indenizações que a Companhia receber dos vendedores das empresas adquiridas podem não ser suficientes para proteger a Companhia ou compensá-la por obrigações efetivas. Obrigações decorrentes da aquisição de outra companhia, como obrigações trabalhistas ou ambientais, podem afetar negativamente a reputação e o desempenho operacional e financeiro da Companhia, reduzindo, assim, os benefícios da aquisição.

Caso não seja capaz de cumprir com as leis e normas destinadas a impedir a corrupção governamental em países em que opera (exclusivamente, o Brasil), a Companhia pode ficar sujeita a multas, penalidades ou outras sanções regulatórias, e suas vendas e lucratividade podem sofrer quedas significativas.

As políticas e procedimentos anticorrupção da Companhia podem não impedir que a administração da Companhia, funcionários ou terceiros atuem em seu nome de forma que viole legislações e regulamentos, por exemplo, no âmbito de pagamentos indevidos a funcionários do governo para obter ou manter vantagens comerciais ou empresariais. As leis que proíbem tais comportamentos incluem, mas não se limitam, a leis relativas à Convenção da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) de 1997 sobre Combate ao Suborno de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, como a Lei de Práticas de Corrupção Externa dos EUA e a Lei Federal nº 12.846, de 29 de janeiro de 2014 ("Lei Anticorrupção"). Qualquer violação a estas legislações pode ter um efeito adverso relevante nos negócios da Companhia, incluindo na captação de empréstimos e financiamentos. A Lei Anticorrupção impõe uma responsabilidade às empresas por atos de corrupção, fraude ou manipulação de licitações públicas e contratos governamentais, e interferência com investigações ou inspeções pelas autoridades governamentais. As empresas consideradas responsáveis nos termos da Lei Anticorrupção podem ter multas de até 20% de sua receita bruta no ano imediatamente anterior ou, se essa receita bruta anual não puder ser estimada, tais multas podem variar entre R\$ 6.000,00 e R\$ 60.000.000,00. Entre outras sanções, a Lei Anticorrupção também prevê a apreensão de bens ou benefícios obtidos ilegalmente, a suspensão ou a proibição parcial das operações, a dissolução da entidade e/ou a proibição de receber incentivos, subsídios, doações ou financiamentos do governo ou de entidades controladas pelo governo por um período de até cinco anos. Ao avaliar as penalidades no âmbito da Lei Anticorrupção, as autoridades brasileiras podem considerar a adoção de um programa efetivo de compliance. Outras leis aplicáveis a violações relacionadas à corrupção, como a Lei Federal nº 8.492, de 2 de junho de 1992 ("Lei de Improbidade Administrativa"), também preveem penalidades que incluem a proibição de celebrar contratos com o governo por um período de até 10 (dez) anos. Adicionalmente, diversos contratos financeiros celebrados pela Companhia contêm cláusulas que exigem o cumprimento da Lei Anticorrupção. Dessa forma, o descumprimento da Lei Anticorrupção pela Companhia, por sociedades integrantes de seu grupo econômico ou por seus representantes pode representar um evento de inadimplemento no âmbito de tais contratos e, consequentemente, provocar o vencimento antecipado das dívidas. Consequentemente, se a administração da Companhia, funcionários ou terceiros, agindo em seu nome envolverem-se em qualquer investigação ou processo anticorrupção ou criminal em conexão com seus negócios, os negócios da Companhia podem ser afetados adversamente de forma relevante tanto em relação ao seu aspecto financeiro, quanto em relação à sua imagem.

A Companhia pode ser alvo de tentativas de ameaças cibernéticas no futuro, as quais podem afetar adversamente os negócios da Companhia.

A Companhia pode estar sujeita a fraudes e roubos em potencial por criminosos virtuais, que estão se tornando cada vez mais sofisticados, buscando obter acesso não autorizado ou explorar pontos fracos que possam existir nos sistemas da Companhia. O monitoramento e desenvolvimento das redes e infraestrutura de tecnologia da informação para prevenir, detectar, tratar e mitigar riscos de acesso não autorizado, uso indevido, vírus de computador e outros eventos que podem ter um impacto de segurança podem não ser eficazes para proteger a Companhia contra ataques cibernéticos e outras violações relacionadas nos seus sistemas de tecnologia da informação. Qualquer interrupção ou perda de sistemas de tecnologia da informação, dos quais dependem as operações da Companhia, podem ter um efeito adverso sobre os negócios, os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia. A Companhia armazena informações altamente confidenciais em seus sistemas de tecnologia da informação, incluindo informações relacionadas aos seus produtos. Se os servidores da Companhia ou de terceiros nos quais os dados da Companhia são armazenados forem objeto de invasão física ou eletrônica, vírus de computador ou outros ataques cibernéticos, as informações confidenciais da Companhia poderão ser roubadas ou destruídas. Qualquer violação de segurança envolvendo apropriação indevida, perda ou outra divulgação não autorizada ou uso de informações confidenciais dos fornecedores ou clientes da Companhia, seja por si ou por terceiros, pode (i) sujeitar a Companhia à aplicação de penalidades civis e criminais; (ii) ter um impacto negativo na reputação da Companhia; e/ou (iii) expor a Companhia à responsabilidade perante seus fornecedores, clientes, terceiros ou autoridades governamentais. Qualquer um desses desenvolvimentos pode ter um impacto adverso nos negócios, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

Rescisão do contrato com a empresa escocesa Safehouse Habitats (Scotland) Ltd.

Possuímos contrato de operações conjuntas com a empresa escocesa Safehouse Habitats (Scotland) Ltd ("SHS"), por meio do qual nos é concedida licença exclusiva e intransferível, em todo território nacional, do know-how de sistemas e métodos de trabalho relativos ao fornecimento e instalação de habitáculos pressurizados para a comercialização e locação a terceiros de produtos (Kits de habitáculo e totalidade de equipamentos e materiais complementares para uso em plataformas offshore, refinariais onshore e plantas petroquímicas, dentre outras unidades industriais), além do fornecimento de serviços (pacotes de transporte mobilizados, instalações, engenharia e manutenção dos produtos ora mencionados).

Este contrato foi iniciado em 2013 e renovado até 31 de dezembro de 2021. Em 31 de dezembro de 2018, a comercialização dos produtos e fornecimento dos serviços acima mencionados representaram 1,7% da receita bruta da Companhia. Em 30 de setembro de 2019, a comercialização dos produtos e fornecimento dos serviços acima mencionados representaram 2,7% da receita bruta da Companhia.

Caso este contrato seja descontinuado, a Companhia poderá ter o seu portfólio de produtos reduzido e sua rentabilidade afetada.

Rescisão do contrato com a empresa escocesa WEB Rigging Ltd

Possuímos contrato de fabricação de pisos para o sistema WEB Deck™ (renomeado no Brasil para PrinerDeck para fins de comercialização) de tecnologia da empresa escocesa WEB Rigging Ltd, por meio do qual nos é concedida licença exclusiva e intransferível, em todo território nacional, do knowhow de sistemas e métodos de trabalho relativos à fabricação, fornecimento e instalação do sistema de acesso WEB Deck™ para a comercialização e locação a terceiros de produtos (conjuntos completos de materiais e engenharia para montagem de acesso para uso em pontes, viadutos, píeres, plataformas offshore, refinarias e plantas petroquímicas, dentre outras unidades comerciais e industriais), além do fornecimento de serviços (logística de mobilização, instalação, engenharia e manutenção dos produtos ora mencionados).

Este contrato foi iniciado em 2016 e é válido até 2 de junho de 2021. Em 31 de dezembro de 2018, a comercialização dos produtos e fornecimento dos serviços acima mencionados representaram 1,4% da receita bruta da Companhia. Em 30 de setembro de 2019, a comercialização dos produtos e fornecimento dos serviços acima mencionados representaram 1,7% da receita bruta da Companhia.

Caso referido contrato seja descontinuado, a Companhia poderá ter o seu portfólio de produtos reduzido e sua rentabilidade afetada.

A Companhia pode não ser capaz de atender toda a demanda pelos serviços em prazos satisfatórios para seus clientes.

A Companhia tem um número limitado de equipamentos para alocar em cada projeto em que atua. Atrasos e interrupções na fabricação e manutenção de tais equipamentos e de seus respectivos componentes, assim como aumentos repentinos na demanda pelos serviços, podem impedir a Companhia de prestar seus serviços pontualmente e de atender a todos os clientes de forma satisfatória e eficiente, por conta da ocorrência dos seguintes fatores, dentre outros: (a) incapacidade de atender satisfatoriamente as necessidades dos clientes; (b) atrasos causados pelos fornecedores; (c) insuficiência de capacidade instalada; (d) falhas nos equipamentos; (e) carência de mão de obra, greves e disputas trabalhistas; (f) falhas na prestação de serviços públicos, especialmente de energia elétrica; (g) interrupção ou atraso no sistema de transporte dos equipamentos; (h) alterações nas regulamentações de importação; (i) fatores macroeconômicos; e (j) catástrofes naturais.

Além de eventuais penalidades pelo descumprimento de contratos vigentes, conforme aplicável, caso a Companhia não seja capaz de cumprir seus prazos, seja por problemas de sua responsabilidade, seja por motivos que fogem ao controle da administração, poderá perder a confiança dos seus clientes e, consequentemente, sofrer diminuições nas demandas por seus serviços, o que poderá afetar adversamente as operações, resultados operacionais e preço de mercado das ações da Companhia.

Os controles internos da Companhia podem não detectar falhas.

Os controles internos da Companhia poderão não ser bem-sucedidos em sua função de prevenir ou detectar todas as práticas inadequadas, fraudes ou violações às leis ou às políticas internas da Companhia, incluindo leis anticorrupção e normas de *compliance*, por parte de seus colaboradores, administradores, parceiros, agentes e fornecedores ou evitar que tais pessoas pratiquem ações violando as políticas e procedimentos da Companhia. A Companhia está exposta a comportamentos incompatíveis com a sua ética e padrões de conformidade. A Companhia também está sujeita a violações de seu código de conduta em decorrência de conduta ilícita nos negócios bem como à ocorrência de comportamento fraudulento e desonesto por parte das pessoas acima mencionadas. Tal descumprimento pode resultar em penalidades, contingências, multas, com a decorrente responsabilização subsidiária ou solidária da Companhia, perda de licenças e impossibilidade de contratação com poder público, bem como prejuízos à reputação da Companhia. Todas as circunstâncias descritas acima podem ter um efeito material adverso sobre seu negócio, seus resultados operacionais, sua situação financeira e imagem.

A Companhia pode não ser capaz de captar clientes e estabelecer novos negócios no ritmo necessário para o desenvolvimento de seu segmento de locação.

Os serviços prestados pela Companhia no âmbito de seu segmento de locação são desenvolvidos segundo termos e condições definidos em contratos de prazo geralmente menor do que os prazos praticados no segmento de serviços industriais, demandando, consequentemente, constante geração de novos negócios para que o nível de receita se mantenha constante. Para tanto, considerando a forte concorrência que a Companhia enfrenta nessa unidade de negócio, devem ser realizados significativos investimentos na captação e retenção de clientes e no oferecimento dos serviços a preços cada vez mais competitivos. Caso a Companhia não seja capaz de desenvolver

novos negócios para o segmento de locação no ritmo adequado, as operações e o crescimento das atividades desenvolvidas por tal segmento poderão ser adversamente afetados.

Os titulares das ações de emissão da Companhia poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o estatuto social da Companhia, os acionistas fazem jus a um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual ajustado. O ajuste do lucro líquido para os fins de cálculo da base dos dividendos inclui contribuições à reserva legal e outras deduções que reduzem o valor disponível para a deliberação de dividendos. O lucro líquido também pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos acumulados ou ser retido, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações, assim também ficando indisponível para a distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Nesse sentido, a Companhia poderá não pagar dividendos acima da distribuição mínima obrigatória prevista em seu estatuto social, ou mesmo não distribuir quaisquer dividendos aos seus acionistas, em qualquer exercício fiscal, caso o Conselho de Administração da Companhia informe que essas distribuições não sejam aconselháveis em vista da condição financeira da Companhia.

Algumas unidades da Companhia podem ter dificuldades temporárias para realização de suas atividades ou podem sofrer incremento indesejado em seus custos operacionais em função de funcionarem em imóveis locados de terceiros.

Algumas unidades da Companhia operam em imóveis locados de terceiros. Caso os respectivos contratos de locação não sejam renovados ou sejam rescindidos, ou, por qualquer motivo, os proprietários solicitem a desocupação dos imóveis, a Companhia pode ter suas atividades temporariamente prejudicadas ou pode ser obrigada a locar outro imóvel, com preço de aluguel superior àqueles pagos em relação aos imóveis anteriores, ou mesmo mudar para endereço que onere seus custos operacionais, o que pode afetar de forma adversa suas operações e resultados operacionais.

Enfrentamos riscos relacionados aos registros, autorizações, licenças e alvarás para a instalação e a operação das unidades da Companhia

Nossas atividades estão sujeitas à obtenção de diversos registros, autorizações, licenças e alvarás federais, estaduais e municipais, além de Autos de Vistoria do Corpo de Bombeiros, relacionados à operação e a localização das nossas unidades e devemos obter e renovar periodicamente grande parte desses registros, autorizações, licenças e alvarás. Na hipótese de não conseguirmos obter, em tempo hábil, todos os registros, licenças, alvarás e autorizações necessários ou renová-los, podemos vir a sofrer sanções administrativas ou judiciais, incluindo o pagamento de multas e/ou a interdição de nossas unidades, o que pode afetar de forma adversa as operações e resultados da Companhia.

Além disso, o Poder Público pode editar normas mais rigorosas ou buscar interpretações mais restritivas das leis e regulamentos existentes, o que pode implicar em gastos adicionais de modo a adequar nossas atividades a estas regras. Qualquer ação nesse sentido por parte do Poder Público, poderá ter um efeito adverso para nossas atividades.

b) ao seu Controlador

Os interesses do atual acionista controlador da Companhia podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas.

O acionista controlador da Companhia tem poderes para, entre outras coisas, eleger ou destituir a maioria dos membros de seus órgãos de administração e determinar o resultado de quase todas as matérias que exijam aprovação de acionistas, inclusive nas operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações, aquisições e venda de ativos, parcerias e a época e montante do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas as exigências de pagamento do dividendo obrigatório impostas pela Lei das Sociedades por Ações. O acionista controlador da Companhia poderá ter interesse em realizar aquisições, alienações, parcerias, buscar

financiamentos ou operações similares que podem entrar em conflito com os interesses dos demais acionistas.

Adicionalmente, o controlador da Companhia poderá optar por vender parcela significativa ou a totalidade de sua participação para terceiros. Caso não haja um acionista controlador titular da maioria absoluta do capital votante da Companhia, os acionistas da Companhia poderão não gozar da mesma proteção conferida pela Lei das Sociedades por Ações contra abusos praticados por outros acionistas e, em consequência, poderão ter dificuldade em obter a reparação dos danos causados. Qualquer mudança repentina ou inesperada na administração da Companhia, em sua política empresarial ou direcionamento estratégico, tentativa de aquisição de controle ou qualquer disputa entre acionistas concernentes aos seus respectivos direitos podem afetar adversamente os negócios da Companhia e os seus resultados operacionais.

Caso surja um grupo de acionistas agindo em conjunto ou vinculados por acordo de voto e este grupo passe a deter o poder decisório da Companhia, esta pode sofrer mudanças repentinas e inesperadas de suas políticas corporativas e estratégias, inclusive através de mecanismos como a substituição dos seus administradores. Além disso, pode ser que a Companhia fique mais vulnerável a tentativas hostis de aquisição de controle e aos conflitos daí decorrentes.

c) a seus Acionistas.

Não aplicável. A Companhia entende que não está sujeita a riscos decorrentes de seus acionistas.

d) a suas Controladas e Coligadas.

A Companhia entende que os riscos aplicáveis às suas controladas e coligadas são os mesmos riscos aplicáveis à Companhia, apresentados no item (a) acima.

e) a seus Fornecedores.

A variação dos preços de matérias primas, componentes e equipamentos utilizados nas operações ou de commodities podem afetar adversamente os resultados da Companhia.

Determinadas matérias-primas e componentes utilizados nas operações da Companhia estão sujeitas a variações repentinas e significativas de preços, sobre as quais ela não possui controle. Uma parcela relevante dos custos que formam o preço dos componentes, máquinas e equipamentos que a Companhia adquire ou loca de terceiros é representada por *commodities*, tais como aço e alumínio, entre outros. Um aumento dos preços de tais *commodities* tende a causar um crescimento equivalente nos custos operacionais dos fornecedores e, consequentemente, reajustes nos preços dos produtos por eles produzidos. Caso tais reajustes venham a ocorrer, a Companhia pode não ser capaz de repassar tais aumentos a seus clientes e estará sujeita a um impacto adverso nos seus custos e resultados operacionais.

Adicionalmente, alguns equipamentos utilizados pela Companhia são importados, inexistindo substitutos nacionais com as mesmas características e de qualidade equivalente, e seus preços são definidos em moeda estrangeira. A depreciação do Real em relação à moeda estrangeira utilizada em tais contratos poderá tornar difícil o repasse de diferença cambial para seus clientes, o que poderá aumentar significativamente seus custos, o que poderia resultar em um impacto adverso em suas operações e resultados operacionais.

A Companhia é dependente de terceiros para fabricar os componentes ou fornecer as máquinas e equipamentos que utiliza.

A Companhia deixa a cargo de terceiros a fabricação dos componentes, das máquinas e dos equipamentos que utiliza, além de adquirir de terceiros, os insumos que utiliza na prestação dos serviços. A Companhia não possui por prática manter estoques significativos dos equipamentos utilizados além do nível de ociosidade mínimo que as operações exigem, a não ser em épocas em

que os segmentos por ela atendidos apresentem níveis de atividade atipicamente baixos. Dessa forma, a Companhia está sujeita a ter de lidar com atrasos ou aumento de prazos ou preços por parte dos fornecedores, o que pode prejudicar a pontualidade na prestação dos seus serviços e fornecimento dos seus equipamentos a seus clientes. Adicionalmente, caso os fornecedores não sejam capazes de atender a um eventual aumento da demanda por seus produtos, a Companhia poderá não conseguir adquirir a quantidade de equipamentos, matérias primas ou insumos necessários ao desenvolvimento de suas operações.

O mesmo cenário pode se configurar caso a Companhia interrompa suas compras com um fornecedor e, por conta de tal interrupção, este fornecedor não a atenda posteriormente, seja por ter reduzido ou alterado sua produção, por ter comprometido sua capacidade com terceiros ou por quaisquer outros motivos. Caso tais atrasos ou falta de produtos sejam recorrentes, a Companhia poderá não conseguir substituir seus fornecedores com a agilidade necessária para atender à demanda de seus clientes. Ademais, restrições à importação ou um aumento de impostos sobre a importação de equipamentos também poderão prejudicar suas atividades.

Caso qualquer dos eventos descritos acima ocorra, a Companhia poderá sofrer uma redução da demanda pelos serviços o que, consequentemente, poderá prejudicar seus resultados e situação financeira de forma adversa relevante.

f) a seus Clientes.

A Companhia possui uma concentração de principais clientes responsáveis por uma parcela significativa de suas receitas.

A Companhia dispõe de um alto nível de concentração de suas receitas em alguns principais clientes. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019, 10 clientes representaram, aproximadamente, 80% e 78%, respectivamente, das receitas líquidas totais da Companhia. Para mais informações, vide item 7.4 deste Formulário de Referência.

Considerando tal cenário, a migração de um ou mais dos principais clientes da Companhia para seus concorrentes pode afetar de modo adverso os resultados financeiros da Companhia.

A Companhia está exposta ao risco de crédito e inadimplência de clientes.

A Companhia está sujeita ao risco de crédito dos clientes. Alguns clientes da Companhia podem apresentar restrições financeiras ou problemas de liquidez que podem ter um efeito negativo significativo na sua capacidade de solvência. Problemas financeiros graves enfrentados pelos clientes da Companhia podem resultar em uma diminuição no fluxo de caixa operacional da Companhia e, ao mesmo tempo, reduzir ou limitar a demanda futura por esses clientes pelos produtos e serviços da Companhia, o que pode ter um efeito adverso sobre os negócios, resultado das operações e condição financeira da Companhia.

Adicionalmente, as provisões para créditos de liquidação duvidosa que a Companhia constitui mensalmente podem não ser suficientes para fazer frente a eventuais inadimplementos de clientes. Perdas acima das expectativas da Companhia (e, portanto, não refletidas nas provisões) podem impactar adversamente os resultados da Companhia.

Além disso, a Companhia está sujeita a outros riscos relacionados a conduta de seus clientes, incluindo riscos relacionados à reputação de seus clientes, como, por exemplo, descumprimento por parte de seus clientes de leis de combate à corrupção ou lavagem de dinheiro, embargos, violações trabalhistas, dentre outros.

A Companhia tem exposição a clientes que estão relacionados em investigações policiais ligadas a sociedade de economia mista e/ou empresas públicas.

Em 30 de setembro de 2019, aproximadamente 12% da receita líquida total da Companhia era proveniente de empresas e seus respectivos consórcios que estão sendo relacionadas, de alguma forma, com as investigações para apuração do crime de corrupção na Petrobras ("Operação Lava Jato"). Em referida data, a Companhia possuía saldo a receber líquido de perda estimada para crédito de liquidação duvidosa de referidos clientes envolvidos na Operação Lava Jato no montante de aproximadamente R\$3,5 milhões, considerando sua posição consolidada. Desdobramentos das investigações podem causar a diminuição das atividades de referidas empresas ou mesmo a extinção das mesmas, o que poderá resultar em atrasos no recebimento das receitas esperadas de tais clientes, comprometimento da demanda futura aos serviços prestados pela Companhia e/ou o inadimplemento por clientes de contratos já celebrados com a Companhia, resultando em um impacto adverso relevante nos resultados da Companhia.

Flutuações nos preços de commodities podem afetar as decisões de investimento dos clientes diretos ou finais (e indiretos) da Companhia, bem como os custos dos equipamentos e, consequentemente, sujeitá-la a riscos de cancelamento e atrasos nos projetos, mudanças nas datas e financiamento de novos pedidos ou perda de receita.

Preços de *commodities* podem afetar os clientes diretos ou finais (e indiretos) da Companhia em diversos aspectos. Por exemplo, para clientes que produzem petróleo, gás natural, aço, cobre ou fertilizantes, flutuações nos preços de seus produtos podem ter um impacto direto em suas margens de lucro e fluxo de caixa e, consequentemente, na decisão de manter seus investimentos ou de realizar novos desembolsos de capital. Caso os clientes adiem novos investimentos e/ou cancelem ou atrasem projetos em andamento, a demanda pelos serviços da Companhia sofrerá uma redução, o que poderá ter um efeito adverso relevante nas suas operações e situação financeira.

g) aos setores da economia nos quais o Emissor atue.

A demanda por serviços da Companhia está relacionada ao crescimento dos setores de engenharia, construção e infraestrutura.

A demanda por serviços da Companhia está relacionada ao volume de investimentos públicos e privados realizados nos setores de engenharia, construção e infraestrutura. De forma geral, grandes projetos de engenharia e infraestrutura conduzidos no Brasil contam, em maior ou menor grau, com a participação do setor público, seja através de investimentos ou de financiamentos.

Historicamente, a realização de investimentos públicos no Brasil é influenciada por fatores macroeconômicos, políticos e legais, os quais fogem inteiramente ao controle da administração da Companhia. Tais fatores podem, inclusive, determinar a suspensão ou o cancelamento de projetos que dependam do setor público, o que poderá afetar de forma relevante as operações dos clientes e, consequentemente, a demanda pelos serviços da Companhia. Caso não sejam confirmadas as expectativas acerca dos investimentos públicos a serem realizados nos próximos anos, especialmente nos setores de construção e infraestrutura, as operações dos clientes (e, consequentemente, as operações e resultados da Companhia) poderão ser afetadas adversamente.

h) à regulação dos setores nos quais o Emissor atue.

A Companhia atua em um segmento que envolve riscos para seus empregados e para os empregados de terceiros, inclusive risco de vida.

Nos termos da legislação vigente, a Companhia é obrigada a oferecer equipamentos de proteção individual aos empregados diretos e terceirizados alocados nas suas instalações e a fiscalizar a utilização dos equipamentos de proteção individual por todos empregados, sob pena de ser responsabilizada por eventuais acidentes de trabalho.

Caso haja falhas no fornecimento de equipamentos de proteção individual ou na fiscalização da utilização desses equipamentos por todos os empregados ou, ainda, caso as empresas terceirizadas não tenham o mesmo nível de preocupação que a Companhia com a segurança dos empregados, a Companhia pode ser considerada responsável pela ocorrência de acidentes de trabalho nas suas instalações, o que, além de diminuir a força de trabalho disponível, pode sujeitar a Companhia ao pagamento de pensões e altas multas e indenizações aos colaboradores afetados.

Mudanças introduzidas na regulamentação acerca de procedimentos de segurança no trabalho podem impor obrigações adicionais e representar um aumento dos custos decorrentes de investimentos em equipamentos e práticas de segurança do trabalho. A Companhia não tem como garantir que as mudanças introduzidas na legislação aplicável não serão relevantes. Por exemplo, alterações que imponham a redução da jornada de trabalho por motivos de segurança de trabalho podem acarretar uma redução na produtividade dos seus colaboradores diretos e terceirizados e podem obrigar a Companhia a contratar mais colaboradores e a adotar regras exigindo componentes adicionais de segurança, o que pode aumentar os custos com mão de obra e equipamentos, afetando negativamente os custos operacionais e os resultados financeiros da Companhia.

A utilização de mão-de-obra terceirizada pode implicar a assunção de obrigações de natureza trabalhista e previdenciária.

A Companhia pode ter que recorrer a profissionais e empresas terceirizados em períodos de rápido crescimento da demanda pelos serviços. De acordo com a legislação trabalhista, a Companhia pode ser considerada como responsável subsidiária pelas obrigações trabalhistas e previdenciárias referentes aos colaboradores terceirizados, pelo período da prestação de serviços do colaborador terceirizado para a Companhia.

Adicionalmente, caso seja verificada a existência de elementos da relação de emprego, sobretudo de pessoalidade e subordinação, entre os colaboradores terceirizados e a Companhia, a justiça do trabalho pode declarar a Companhia como empregadora direta dos colaboradores terceirizados e reconhecer a responsabilidade solidária entre a Companhia e a empresa prestadora de serviços pelo pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias referentes ao período no qual o colaborador trabalhou para a Companhia.

A ocorrência de eventuais contingências relacionadas aos colaboradores terceirizados é de difícil previsão e quantificação, e se vierem a ocorrer, poderão afetar adversamente a situação financeira e os resultados da Companhia. Além disso, a edição de regras mais rígidas relativas à terceirização ou que imponham mais responsabilidades ao beneficiário dos serviços poderá acarretar um aumento nos custos com mão de obra, impactando negativamente a situação financeira da Companhia.

i) aos países estrangeiros nos quais o Emissor atue.

Não aplicável. A Companhia não possui atividades em países estrangeiros.

j) a questões socioambientais

As atividades exercidas pela Companhia são sensíveis a mudanças relevantes no clima.

A ocorrência de mudanças relevantes no clima, incluindo inundações e erosões causadas pelo aumento das chuvas, pode demandar a modificação das especificações técnicas dos projetos e equipamentos, a utilização de insumos adicionais e a introdução de novas práticas na prestação dos serviços. Adicionalmente, condições climáticas adversas interferem no cronograma de execução dos projetos de clientes em geral, o que pode levar ao adiamento de projetos e impactar negativamente os níveis de demanda. Caso a Companhia não seja capaz de se adaptar de forma satisfatória a eventuais mudanças climáticas, mantendo o nível de qualidade dos equipamentos e serviços face a condições naturais diferentes das existentes quando da elaboração de cada projeto ou da contratação, é possível que ocorra a perda de participação de mercado para os concorrentes e o resultado operacional e condição financeira restem adversamente afetados.

As operações da Companhia estão sujeitas a extensa legislação federal, estadual e municipal relativa à proteção do meio ambiente, que abrange, inclusive, os normativos introduzidos no sistema legal em função de acordos e tratados internacionais de que o Brasil é ou venha a ser signatário.

A ocorrência ou a percepção quanto a mudanças climáticas em âmbito nacional e internacional pode levar à edição de normas ambientais mais rigorosas. O cumprimento da legislação ambiental no Brasil é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor, entre outras penalidades, sanções administrativas por eventual inobservância dessas normas. As sanções administrativas podem implicar em multas que podem alcançar o valor de até R\$ 50 milhões, cancelamento de autorizações ou a revogação de licenças ambientais e suspensão das atividades da Companhia. A aprovação de leis e regulamentos de meio ambiente mais rigorosos podem forçar a Companhia a destinar maiores investimentos de capital neste campo e, em consequência, alterar a destinação de recursos de investimentos já planejados. Tais alterações poderiam ter efeito adverso relevante sobre as condições financeiras e sobre os resultados. Além disso, a inobservância da legislação relativa à proteção do meio ambiente, como por exemplo, no caso de ausência de licenças ambientais que sejam exigidas para os empreendimentos e atividades, e a disposição irregular dos resíduos das atividades de pintura e reparação de equipamentos, podem implicar a imposição de sanções penais, sem prejuízo das sanções administrativas e da obrigação civil de reparação dos danos que eventualmente tenham sido causados.

As sanções no âmbito penal podem incluir, entre outras, a prisão dos responsáveis, bem como a perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento e a suspensão de linhas de financiamento de estabelecimentos oficiais de crédito, assim como a proibição de contratar com o poder público, o que pode ter impacto negativo nas receitas ou, ainda, inviabilizar as captações de recursos junto ao mercado financeiro. As exigências ambientais adicionais que venham a ser impostas no futuro em razão de alterações na legislação ambiental ou no impacto ambiental das atividades da Companhia, assim como a incapacidade de obter as licenças ambientais necessárias, podem exigir que a Companhia incorra em custos adicionais significativos e podem acarretar um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais e valor de mercado das ações da Companhia.

k) Condições econômicas e riscos relacionados ao Brasil

As condições políticas e econômicas do Brasil e a percepção do mercado internacional das referidas condições podem afetar de forma adversa os nossos negócios e o acesso aos mercados de capitais bem como os resultados das nossas operações e a nossa condição financeira.

A nossa condição financeira e os resultados das nossas operações dependem da economia brasileira, uma vez que nossas atividades ocorrem exclusivamente no Brasil. O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu 1,0% e 1,1% em 2017 e 2018, respectivamente, após duas quedas consecutivas de 3,8% e 3,6% em 2015 e 2016.

Embora haja expectativa de novo crescimento em 2019, eventos futuros na economia poderão afetar as taxas de crescimento do país e, por conseguinte, impactar negativamente as estratégias de negócios da Companhia, os resultados das suas operações e a sua condição financeira. Cabe destacar as dificuldades enfrentadas pelo governo federal na aprovação de medidas essenciais para a economia brasileira, o que tem gerado frequentes revisões nas expectativas de crescimento do PIB, fato que pode se estender por mais tempo, trazendo incertezas indesejadas.

O governo brasileiro exerce influência significativa sobre a economia do País. Essa influência e ações governamentais decorrentes das condições políticas e econômicas do Brasil podem afetar negativamente o mercado brasileiro e os nossos negócios.

O governo brasileiro administra a economia por meio de políticas monetária, fiscal, creditícia e cambial, dentre outras. Nesse contexto, descontrole inflacionário, grandes oscilações cambiais, instabilidade social e outros acontecimentos políticos, econômicos e diplomáticos, assim como a resposta do Governo Federal para tais acontecimentos, podem afetar os negócios e estratégias da Companhia.

Nosso negócio, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas poderão ser afetados negativamente por mudanças nas políticas ou regulamentações que envolvam ou afetem certos fatores, como:

- inflação;
- políticas cambiais e monetárias;
- crescimento da economia interna;
- redução na liquidez dos mercados internos de capital e de crédito;
- taxas de juros;
- políticas fiscais e legislação tributária; e
- outros desdobramentos políticos, sociais e econômicos no Brasil ou que o afetem.

Medidas adotadas pelo Governo Federal ou especulação sobre ações do governo podem levar a incertezas em relação à economia brasileira e aumentar a volatilidade dos mercados de capitais domésticos, o que pode afetar negativamente os negócios da Companhia, sua situação financeira, resultados operacionais e perspectivas.

A volatilidade cambial pode influenciar adversamente a economia do país e os nossos resultados operacionais.

Tendo como pano de fundo a fomentação das exportações e, por consequência, a melhora dos índices da taxa de emprego, o incremento do saldo da balança comercial e a ampliação das reservas internacionais, o Governo Federal tem adotado uma política cambial flutuante, mas com intervenções quando julga necessário. Este controle visa também evitar grandes variações no câmbio em períodos curtos, o que é indesejável para o planejamento das companhias. Como qualquer outro país, a moeda brasileira é sensível a mudanças na política monetária e cambial das demais nações, em especial dos Estados Unidos. Não se pode garantir que o Real irá valorizar ou desvalorizar no futuro, estando a nossa Companhia exposta as consequências destas flutuações na rentabilidade do negócio.

A deterioração das condições econômicas e de mercado em outros países pode afetar negativamente a economia brasileira e os negócios da Companhia.

O mercado de títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras é influenciado, em vários graus, pela economia global e condições do mercado, e especialmente pelos países da América Latina e outros mercados emergentes. A reação dos investidores ao desenvolvimento em outros países pode ter um impacto desfavorável no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários de companhias brasileiras. Crises ou políticas econômicas de outros países podem reduzir a demanda do investidor por títulos e valores mobiliários de companhias brasileiras e pelos emitidos por nós, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de nossas ações, além de afetar adversamente nossa capacidade de financiamento. No passado, o desenvolvimento adverso das condições econômicas nos mercados emergentes resultou em significante retirada de recursos do País e queda no montante de capital estrangeiro investido no Brasil. Mudanças nos preços de ações ordinárias de companhias abertas, ausência de disponibilidade de crédito, reduções nos gastos, desaceleração da economia global, instabilidade de taxa de câmbio, aumentos nas taxas de juros no Brasil ou no exterior e pressão inflacionária podem adversamente afetar, direta ou indiretamente, a economia e o mercado de capitais brasileiros, o que poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor no mercado de capitais brasileiro, afetando negativamente o preço das ações de nossa emissão.

A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos nossos acionistas de venderem ações pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Além disso, o mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais. Por conseguinte, a capacidade dos acionistas de venderem ações da nossa Companhia pelo preço e no momento desejado poderá ficar substancialmente afetada, o que poderá, ainda, afetar negativamente o preço de negociação das nossas ações. Adicionalmente, vendas ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações da nossa Companhia poderão prejudicar o seu valor de negociação.

Risco de Inflação

Historicamente, a economia brasileira apresentou taxas de inflação extremamente elevadas. Isso levou o Banco Central a adotar políticas monetárias restritivas para combater a inflação, o que teve um efeito negativo significativo sobre a economia do País. Entre 2004 e 2010, a taxa básica de juros (META SELIC) no Brasil apresentou variação entre 19,8% e 8,6% ao ano. Em 31 de dezembro de 2016, 2017, 2018, e no período findo em 30 de setembro de 2019, a taxa básica de juros encerrou em, 13,75%, 7%, 6,50% e 5,50%, respectivamente. Não há qualquer garantia de que eventuais aumentos em nossos custos em razão da inflação serão repassados aos consumidores finais de nossos produtos. A inflação e as medidas do governo brasileiro para combatê-la, principalmente por meio do Banco Central do Brasil, tiveram e poderão ter efeitos significativos sobre a economia do País e sobre nossas atividades. Uma maior rigidez das políticas monetárias, aliado a altas taxas de juros, poderá restringir o crescimento econômico do Brasil e, por sua vez, limitar a disponibilidade de crédito. Por outro lado, políticas mais tolerantes do governo e do Banco Central do Brasil e a redução das taxas de juros poderão desencadear aumentos na inflação, e, consequentemente, volatilidade de crescimento e a necessidade de aumentos das taxas de juros repentinos e significativos, que podem afetar negativamente nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira.

PÁGINA: 39 de 333

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

4.2 - Descrição quantitativa e qualitativa dos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e taxas de juros.

A Companhia está exposta aos seguintes riscos de mercado: riscos relacionados à taxa de juros, risco de crédito, risco de exposição cambial e risco de liquidez.

Risco de Exposição Cambial

A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de diferenças entre a moeda na qual um empréstimo é contratado, e a respectiva moeda funcional da Companhia (real). Em geral, empréstimos são denominados em moeda equivalente aos fluxos de caixa gerado pelas operações comerciais da Companhia, principalmente em reais, mas também em dólares americanos. Na data de 30 de setembro de 2019, a Companhia possuía endividamento em dólares americanos equivalente a US\$ 234, decorrentes do empréstimo contratado com o Banco ABC em 9 de abril de 2018. O empréstimo em questão foi captado originalmente no montante de US\$ 900, sujeito à variação cambial e *spread* de 8,17% a.a. O contrato de *swap* foi celebrado na mesma data, assumindo passivo equivalente à variação do CDI + 5,45% a.a. Em 30 de setembro de 2019, o *swap* apresentava valor justo ativo de R\$ 266.

Riscos de Taxa de Juros

Risco de taxas de juros decorrem da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os ativos e passivos financeiros da Companhia.

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros deve-se ao fato de que os empréstimos e financiamentos da Companhia, em sua maioria pós-fixados são indexados, primordialmente, ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Desta forma, a potencial elevação do CDI poderá aumentar as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado e afetar negativamente as obrigações de curto e longo prazos da Companhia, além de impactar de forma negativa o custo de captação de novos empréstimos pela Companhia.

Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros

Segue quadro com análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, o qual demonstra os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) e cenários de stress. Essa análise demonstra os efeitos no resultado antes dos impostos, considerando horizonte de um ano, quando deverão ser divulgadas as próximas demonstrações financeiras contendo tal análise.

| | | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|-----------|-----------------------|---------|---------|-----------------------|---------|---------|
| (em R\$ milhares) | | Mensuração dos riscos | | | Mensuração dos riscos | | s |
| | | Cenário I | Cenário | Cenário | Cenário I | Cenário | Cenário |
| Instrumentos Financeiros | Indexador | <u>Provável</u> | II | III | Provável | II | III |
| | | | | | | | |
| Aplicações Financeiras | CDI | 859 | 1.074 | 1.289 | 1.161 | 1.451 | 1.741 |
| Empréstimos | CDI | (593) | (741) | (890) | (923) | (1.154) | (1.385) |
| Debêntures | CDI | (3.394) | (4.243) | (5.092) | (3.394) | (4.243) | (5.092) |
| Contas a pagar por aquisição societária | CDI | (315) | (393) | (472) | (315) | (393) | (472) |
| Total | | (3.443) | (4.303) | (5.165) | (3.471) | (4.339) | (5.208) |
| | | | | | | | |

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

A análise de sensibilidade apresentada simula alterações na variável chave "CDI" (risco analisado), mantendo constante as demais variáveis, associadas a outros riscos. Conforme demonstrado a seguir, os cenários II e III consideram aumentos de 25% e 50% na variável chave (CDI), respectivamente.

| | Cenário I | Cenário II | Cenário III | |
|---|-----------|------------|-------------|--|
| Aumento na variável chave em comparação | | | | |
| ao cenário I | | 25% | 50% | |
| CDI (variável chave) | 5,00% | 6,25% | 7,50% | |

Com relação ao risco de juros, a Administração de Companhia considerou como premissa provável (cenário I) para seus instrumentos financeiros uma taxa de 5%, considerando taxa média anual prevista pelo relatório de projeções macroeconômicas do Banco Santander de 1º de novembro de 2019.

Risco de Liquidez

Risco de liquidez é a mensuração das dificuldades que a Companhia poderá encontrar para cumprir obrigações associadas a seus passivos financeiros, os quais deverão ser liquidados com pagamentos à vista e/ou com outros ativos financeiros.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

A tabela a seguir analisa os principais ativos e passivos financeiros por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até o vencimento contratual, quando a Companhia espera realizar o pagamento.

Controladora

| (em R\$ milhares) Em 30 de setembro de 2019 | Até um mês | Mais que um mês e menos de três meses | Mais que três meses e menos que um ano | Entre um e dois anos | Entre dois e cinco Anos |
|---|------------------|---|--|-------------------------------|----------------------------------|
| Outros créditos a receber - partes relacionadas, inclui mútuo a receber | 514 | 384 | - | - | 23.230 |
| Empréstimos e financiamentos bancários | (1.501) | (1.706) | (4.304) | (3.250) | - |
| Instrumentos financeiros (swap) | 76 | 77 | 121 | - | - |
| Debêntures | (9) | (19) | (4.015) | (28.227) | (51.136) |
| Contas a Pagar por Aquisição Societária | (131) | (132) | (8.980) | - | - |
| Fornecedores e partes relacionadas | (3.500) | (2.349) | (7.203) | - | - |
| Operação de risco sacado | - | (3.690) | - | - | - |
| Mútuo a pagar - Intercompany | - | - | - | (6.764) | - |
| Mútuo a pagar – partes relacionadas | | | (2.970) | | |
| Total por período | (4.551) | (7.435) | (27.351) | (38.241) | (27.906) |

Consolidado

| | | Mais que | Mais que | | |
|---|-----------|---------------|---------------|-------------|---------------|
| (em R\$ milhares) | | um mês e | três meses | Entre um | Entre dois |
| | Até | menos de | e menos | e dois | e cinco |
| | um mês | três meses | que um ano | anos | Anos |
| Em 30 de setembro de 2019 | | | | | |
| Outros créditos - partes relacionadas | - | 272 | - | - | - |
| Empréstimos e financiamentos bancários | (1.833) | (1.799) | (4.734) | (4.528) | (706) |
| Instrumentos financeiros (swap) | 76 | 77 | 121 | - | - |
| Debêntures | (9) | (19) | (4.015) | (28.227) | (51.136) |
| Contas a Pagar por Aquisição Societária | (131) | (132) | (8.980) | - | - |
| Mútuo a pagar - Intercompany | | | | | |
| Mútuo a pagar – partes relacionadas | - | (1.176) | (8.545) | - | - |
| Fornecedores e partes relacionadas | (6.180) | (6.136) | (447) | - | - |
| Operação de risco sacado | (2.674) | (5.271) | - | - | - |
| Total por período | (10.751) | (14.184) | (26.600) | (32.755) | (51.842) |

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

A Companhia e/ou suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, dentre processos com chance de perda provável, possível e remota. As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, com base na análise individual de cada processo por seus advogados internos e externos, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processos com chance de perda provável.

Para fins desta seção 4.3., foram considerados como individualmente relevantes processos em que a Companhia e suas controladas figuram como parte e que (i) possam vir a impactar de forma significativa o patrimônio ou os negócios da Companhia; ou (ii) individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

Em 30 de setembro de 2019, a Companhia figurava como ré em 230 processos administrativos e judiciais, cujo valor total envolvido com chance de perdas remotas, possíveis ou prováveis era de R\$ 12,2 milhões. De acordo com as demonstrações financeiras da Companhia em 30 de setembro de 2019, R\$ 3,2 milhões estavam provisionados (classificados como processos com chance de perda provável).

Com o advento da aquisição de 75% do capital da investida Smartcoat e com a elaboração do laudo para avaliação a valor justo dos ativos e passivos, cumprindo com a exigência prevista no pronunciamento CPC 15 - Combinação de negócios, foram identificados e reconhecidos na alocação do preço de compra, determinados passivos contingentes de natureza trabalhista e substancialmente em relação ao PAT – Programa de Alimentação ao Trabalhador, que somam o valor justo de R\$2,1 milhões (R\$ 2,6 milhões em 31 de dezembro de 2018).

Nesse sentido, o saldo de provisões consolidado para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, em 30 de setembro de 2019, é de R\$5,3 milhões.

(i) Trabalhistas

Em 30 de setembro de 2019, a Companhia e/ou suas controladas não figuravam como ré em processos trabalhistas, judiciais ou administrativos, individualmente relevantes. Para maiores informações sobre os processos trabalhistas dos quais a Companhia e/ou suas controladas são parte em tal data e que possam ser considerados relevantes em conjunto, ver o item 4.6 abaixo.

(ii) Tributários

Em 30 de setembro de 2019, a Companhia e/ou suas controladas não figuravam como rés em processos tributários, judiciais ou administrativos, individualmente relevantes. Para informações sobre os processos tributários dos quais a Companhia e/ou suas controladas são parte em tal data e que possam ser considerados relevantes em conjunto, ver o item 4.6 abaixo.

(iii) Cíveis

Em 30 de setembro de 2019, a Companhia e/ou suas controladas não figuravam como rés em processos cíveis que possam ser considerados como individualmente relevantes. Para informações sobre os processos cíveis dos quais a Companhia e/ou suas controladas são parte em tal data e que possam ser considerados relevantes em conjunto, ver o item 4.6 abaixo.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3.1 - Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3

Com o advento da aquisição de 75% do capital da investida Smartcoat e com a elaboração do laudo para avaliação a valor justo dos ativos e passivos, cumprindo com a exigência prevista no pronunciamento CPC 15 - Combinação de negócios, foram identificados e reconhecidos na alocação do preço de compra, determinados passivos contingentes de natureza trabalhista e substancialmente em relação ao PAT – Programa de Alimentação ao Trabalhador, que somam o valor justo de R\$2,1 milhões (R\$ 2,6 milhões em 31 de dezembro de 2018).

- 4.4 Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores
 - 4.4 Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Em 30 de setembro de 2019, a Companhia e/ou suas controladas não eram parte em processos judiciais ou procedimentos administrativos cujas partes contrárias fossem seus administradores, exadministradores, controladores, ex-controladores ou investidores.

- 4.4 Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores
 - 4.4.1 Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

Em 30 de setembro de 2019, a Companhia e/ou suas controladas não eram parte em processos judiciais ou procedimentos administrativos cujas partes contrárias fossem seus administradores, exadministradores, controladores, ex-controladores ou investidores.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Em 30 de setembro de 2019, a Companhia e/ou suas controladas não eram parte em processos sigilosos relevantes.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

(i). Trabalhistas

Em 30 de setembro de 2019, a Companhia e/ou suas controladas figuravam como rés em 217 ações trabalhistas com teses repetitivas ou conexas que podem ser relevantes em conjunto, as quais versavam principalmente sobre o montante de compensação pago nas demissões de empregados da Companhia e/ou suas controladas, responsabilidade subsidiária, reclamações de horas extras, desvio da função, equiparação salarial, acidente de trabalho, auxilio doença, dentre entre outros.

De acordo com as demonstrações financeiras da Companhia em 30 de setembro de 2019, R\$ 3,2 milhões estavam provisionados (classificados como processos com chance de perda provável).

Com o advento da aquisição de 75% do capital da investida Smartcoat e com a elaboração do laudo para avaliação a valor justo dos ativos e passivos, cumprindo com a exigência prevista no pronunciamento CPC 15 - Combinação de negócios, foram identificados e reconhecidos na alocação do preço de compra, determinados passivos contingentes de natureza trabalhista e substancialmente em relação ao PAT – Programa de Alimentação ao Trabalhador, que somam o valor justo de R\$2,1 milhões (R\$ 2,6 milhões em 31 de dezembro de 2018).

A seguir encontram-se descritos os processos judiciais e administrativos trabalhistas repetitivos ou conexos, que, em 30 de setembro de 2019, eram relevantes em conjunto:

| Processos trabalhistas (aproximadamente 174 processos) | | | | |
|--|---|--|--|--|
| | Disputas sobre o montante de compensação pago nas demissões do curso normal dos nossos negócios. | | | |
| Valores, bens ou direitos envolvidos | R\$ 21.710.966,79 (aproximadamente) | | | |
| Valor provisionado se houver provisão | R\$ 2.443.280,86 (aproximadamente) | | | |
| sua controlada que | Divergências de interpretação entre Companhia, empregados e sindicatos quanto a diversos fatos, dispositivos legais e instrumentos normativos relacionados aos objetos acima apontados. | | | |

| Processos trabalhistas (aproximadamente 36 processos) | | | | |
|---|---|--|--|--|
| Fato e/ou causa jurídica | Alegações de acidente de trabalho ou doença ocupacional | | | |
| Valores, bens ou direitos envolvidos | R\$ 21.315.008,90 (aproximadamente) | | | |
| Valor provisionado se houver provisão | R\$ 464.795,47 (aproximadamente) | | | |
| Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência | Alegações dos autores das ações referentes à ocorrência de acidentes de trabalho ou desenvolvimento de doenças ocupacionais | | | |

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

| Processos administrativos trabalhistas (aproximadamente 7 processos) | | | | |
|--|---|--|--|--|
| Fato e/ou causa jurídica | Autos de infração por não cumprimento de cotas estabelecidas pelo Ministério do Trabalho e Ministério da Economia | | | |
| Valores, bens ou direitos envolvidos | R\$ 275.909,73 (aproximadamente) | | | |
| Valor provisionado se houver provisão | R\$ 321.353,46 (aproximadamente) | | | |
| Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência | Autos de infração por não cumprimento de cotas de aprendizes e preenchimento de 2% a 5% dos seus cargos, com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência, habilitadas | | | |

(ii). Tributários

A seguir encontram-se descritos os processos judiciais e administrativos tributários repetitivos ou conexos, que, em 30 de setembro de 2019, eram relevantes em conjunto.

| Processos administrativos tributários (4 processos) | | | | |
|---|--|--|--|--|
| Fato e/ou causa jurídica | Foram apresentadas manifestações de inconformidades em face de despachos decisórios que não homologaram o pedido de compensação de PIS e/ou COFINS realizado pela Companhia. | | | |
| Valores, bens ou direitos envolvidos | R\$ 594.802,11 | | | |
| Valor provisionado se houver provisão | - | | | |
| Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência | A Priner solicitou, em sede administrativa, pedido de homologação de compensação de créditos tributários. Esse pedido está sendo discutido administrativamente. | | | |

(iii). Cíveis

Em 30 de setembro de 2019, a Companhia e/ou suas controladas não eram parte em processos judiciais e administrativos cíveis repetitivos ou conexos, relevantes em conjunto.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6.1 - Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.6

As contingências descritas no item 4.6 acima possuem provisão constituída no montante total de R\$ 3,2 milhões em 30 de setembro de 2019.

Com o advento da aquisição de 75% do capital da investida Smartcoat e com a elaboração do laudo para avaliação a valor justo dos ativos e passivos, cumprindo com a exigência prevista no pronunciamento CPC 15 - Combinação de negócios, foram identificados e reconhecidos na alocação do preço de compra, determinados passivos contingentes de natureza trabalhista e substancialmente em relação ao PAT – Programa de Alimentação ao Trabalhador, que somam o valor justo de R\$2,1 milhões (R\$ 2,6 milhões em 31 de dezembro de 2018).

4.7 - Outras Contingências Relevantes

4.7 - Outras contingências relevantes

Não temos conhecimento de outras contingências relevantes atinentes a este item 4.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

a. restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos

Não aplicável, pois temos sede no Brasil e nossos valores mobiliários são todos custodiados neste país.

b. restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários

Não aplicável, pois temos sede no Brasil e nossos valores mobiliários são todos custodiados neste país.

c. hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação

Não aplicável, pois temos sede no Brasil e nossos valores mobiliários são todos custodiados neste país.

d. hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável

Não aplicável, pois temos sede no Brasil e nossos valores mobiliários são todos custodiados neste país.

e. outras questões do interesse dos investidores

Não aplicável, pois temos sede no Brasil e nossos valores mobiliários são todos custodiados neste país.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos e controles internos

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia adota uma política de gerenciamento de riscos, aprovada pelo Conselho de Administração em 12 de dezembro de 2019 ("Política de Gestão de Riscos"). A eficácia da Política de Gestão de Riscos, nos termos da aprovação do Conselho de Administração, está sujeita à divulgação do anúncio de início da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações de emissão da Companhia ("Oferta"), bem como à conclusão da migração da Companhia entre segmentos especiais de governança corporativa da B3, do segmento denominado Bovespa Mais para o segmento denominado Novo Mercado ("Migração ao Novo Mercado"), vide item 6.3 deste Formulário de Referência.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

A Política de Gestão de Riscos tem por objetivo definir as diretrizes, conceitos, ações e responsabilidades a serem observados pelos administradores da Companhia no processo interno de gerenciamento de eventos incertos que podem causar impactos negativos no cumprimento dos objetivos da Companhia, incluindo os procedimentos a serem observados para identificação, categorização, avaliação, tratamento e monitoração dos riscos atrelados aos negócios da Companhia e de empresas do mesmo grupo econômico da Companhia.

i. os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia monitora os riscos descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência e busca proteção para as principais categorias de risco que possa impactar suas atividades e operações, quais sejam:

- Risco de Crédito: medida de incerteza relacionada à probabilidade da contraparte de uma operação, ou de um emissor de título de dívida, não honrar, total ou parcialmente, seus compromissos financeiros junto à Companhia, nos termos pactuados originalmente, gerando perdas financeiras;
- Risco de Liquidez: possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor ou da possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos e passivos;
- Risco de Exposição Cambial: decorre da possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento do câmbio, considerando a exposição da Companhia a compromissos assumidos em moeda estrangeira;
- Risco de Taxa de Juros: decorre da exposição da Companhia a variações de taxas de juros, com impacto sobre receitas de aplicações financeiras e custos de empréstimos bancários e que afetam, diretamente, as contas de resultados. A potencial elevação de taxa de juros poderá afetar negativamente as obrigações de curto e longo prazos da Companhia;
- Risco de Conformidade: risco de imposição de sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação que a Companhia pode sofrer como resultado do descumprimento de leis, acordos, regulamentos, código de conduta e das políticas e procedimentos internos. Incluem-se aqui, por exemplo, os riscos de fraudes em demonstrações financeiras e de desvios de ativos, de corrupção e de crimes cibernéticos;
- Risco Estratégico: riscos associados à estratégia da Companhia na busca de criação, proteção e crescimento de valor. São causados por eventos de mudanças no ambiente externo, tais como político, econômico e social, mercado, competidores, fusões e aquisições,

disponibilidade, inovações, tecnologias e portfólio de produtos e/ou serviços, e também pela qualidade na gestão de eventos internos relativos às suas finanças e operações;

- Risco Operacional: decorre da inadequação ou falha na gestão de processos internos e
 pessoas que possam dificultar ou impedir o alcance dos objetivos da Companhia. Estes
 riscos estão associados tanto à operação do negócio (como marketing e área comercial); quanto
 à gestão de áreas de suporte ao negócio (como contabilidade, controladoria, controles internos,
 suprimentos, tecnologia da informação, etc); e
- Risco Cibernético: possibilidade de determinada ameaça explorar vulnerabilidades de um ativo ou um conjunto de ativos, impactando na confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações

ii. os instrumentos utilizados para proteção

De acordo com a Política de Gestão de Riscos, a Companhia adota os instrumentos abaixo para proteção de riscos:

Após a identificação e classificação dos riscos, conforme descritos no item 5.1(b)(i) acima, a Companhia realiza a avaliação e priorização dos riscos. Esta etapa tem como objetivo avaliar a possibilidade de um risco ocorrer e ter um impacto nos objetivos de organizações, projetos ou atividade da Companhia como um todo, sendo medido em termos de consequências e probabilidade.

O enfoque da nossa gestão de riscos é baseado no modelo do COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), padrão internacionalmente reconhecido. O processo é composto por 4 (quatro) etapas:

- Identificação dos riscos: identificação dos fatores (causas) de riscos e implicações nos objetivos (metas e resultados) projetados;
- Avaliação: processo para determinar a probabilidade e o impacto para cada risco, de acordo com as respectivas respostas aos riscos;
- Tratamento: definição de tratamento a ser dado a cada risco, de acordo com a sua classificação; e
- Monitoramento: processo de verificação e supervisão executada de forma contínua, a fim de identificar mudanças de cenário, objetivos e respostas necessárias, podendo identificar novos riscos e causas.

Ademais, visando reforçar as melhores práticas de governança corporativa e fortalecer o gerenciamento dos riscos a que está exposta, a Companhia pretende contratar empresa de auditoria externa para prestar os serviços de verificação dos controles internos e externos (*compliance*), bem como a qualidade e efetividade no processo de gestão de riscos corporativos e governança da Companhia, de acordo com as melhores práticas de mercado, fornecendo ao Comitê de Auditoria avaliações independentes, imparciais e tempestivas.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

São responsáveis pela execução e acompanhamento da Política de Gestão de Riscos, o conselho de administração, o comitê de auditoria, a diretoria e o auditor independente contratado pela Companhia para prestação dos serviços de auditoria interna na Companhia (em janeiro de 2020, a UHY Bendoraytes & Cia. Auditores Independentes foi contratada para a prestação destes serviços) ("Auditoria Interna"), os quais possuem atribuições distintas e devem atuar de maneira integrada. Abaixo estão elencadas as principais responsabilidades de cada órgão neste processo:

Competirá ao Conselho de Administração:

- Definir o apetite a riscos da Companhia, com base nos princípios e diretrizes estabelecidos na Política de Gestão de Risco;
- Acompanhar a evolução da gestão de riscos por meio do enquadramento da Companhia nos limites estabelecidos;
- Aprovar a Política de Gestão de Riscos e suas revisões;
- Apoiar e direcionar o desenvolvimento de uma sólida estrutura de gerenciamento de riscos;
- Monitorar o Comitê de Auditoria e definir casos de conflitos e impasses nas decisões a serem tomadas; e
- Definir os direcionamentos e decisões levados pelo Comitê de Auditoria para aprovação.
 Competirá ao Comitê de Auditoria:
- Avaliar e monitorar a exposição da Companhia a riscos que possam afetar a sua sustentabilidade;
- Supervisionar as atividades da Área de Gestão de Riscos e Controles Internos;
- Avaliar a efetividade do modelo de gestão de riscos da Companhia e sugerir soluções de aprimoramento dos processos internos de gerenciamento de riscos ao Conselho de Administração, apontando as causas e responsabilidades;
- Recomendar ao Conselho de Administração a revisão ou a implementação de alterações, priorizações e inclusões à matriz de riscos da Companhia;
- Assessorar o Conselho de Administração na avaliação de políticas, limites e planos de ação; e
- Avaliar e monitorar o cumprimento e a efetividade da política de gerenciamento de riscos da Companhia e recomendar correções ou aprimoramentos necessários ao Conselho de Administração.

São atribuições da Diretoria:

- Implementar as estratégias e diretrizes da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração;
- Analisar a efetividade da Política de Gestão de Risco, assim como quaisquer revisões desta, submetendo-a à aprovação do Conselho de Administração;
- Manifestar-se sobre a avaliação da eficácia das políticas, dos sistemas de gerenciamento de riscos e controles internos realizada pela Auditoria Interna, bem como do programa de compliance da Companhia, e encaminhar tal avaliação para apreciação do Conselho de Administração; e

 Manifestar-se sobre as sugestões de alteração da estrutura operacional de gerenciamento de riscos realizadas pela Auditoria Interna, e recomendar ao Conselho de Administração sugestões de aprimoramento, caso entenda necessário.

São atribuições da Auditoria Interna:

- realizar a avaliação e supervisão da aderência e eficácia do processo de gerenciamento de riscos na Companhia, bem como de seu controle e governança, atuando de forma independente e objetiva;
- adequação do compliance interno da Companhia aos normativos da CVM e B3, especialmente as regras relativas ao Novo Mercado); e
- realizar auditoria nas áreas internas da Companhia, com entrevistas, testes de controle, revisão de processos e normativos e validação de documentação de suporte, com a emissão de relatórios de auditoria interna para as seguintes áreas da Companhia: Gerenciamento de Riscos Operacionais, Controles Internos, Contabilidade Corporativa, Tesouraria, Crédito e Cobrança, Tecnologia da Informação, Recursos Humanos, Comercial, Operações (RJ, SP, BA e ES) e Logística e Manutenção.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia considera que sua estrutura operacional possibilita a prevenção e detecção de fraudes e erros, de forma a mitigar os riscos inerentes ao negócio que desenvolve por meio da participação efetiva do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria, da Diretoria e da Auditoria Interna, cuja atuação integrada, conforme atribuições descritas no item (b)(ii) acima, garantem a efetividade da Política de Gestão de Riscos.

Adicionalmente, visando reforçar as melhores práticas de governança corporativa e fortalecer o gerenciamento dos riscos a que está exposta, a Companhia contratou empresa de auditoria externa (na data deste Formulário de Referência, a UHY Bendoraytes & Cia. Auditores Independentes está contratada para a prestação destes serviços) para prestar os serviços de verificação dos controles internos e externos (*compliance*), bem como a qualidade e efetividade no processo de gestão de riscos corporativos e governança da Companhia, de acordo com as melhores práticas de mercado, fornecendo ao Comitê de Auditoria avaliações independentes, imparciais e tempestivas.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

5.2 Política de gerenciamento de riscos de mercado

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Conforme informado no item 5.1 deste Formulário de Referência, a Companhia adota a Política de Gestão de Riscos, aprovada pelo Conselho de Administração em 12 de dezembro de 2019. A eficácia da Política de Gestão de Riscos, nos termos da aprovação do Conselho de Administração, está sujeita à divulgação do anúncio de início da Oferta, bem como à conclusão da Migração ao Novo Mercado. Para maiores informações com relação à Oferta e à Migração ao Novo Mercado, vide item 6.3 deste Formulário de Referência.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

A Política de Gestão de Riscos tem por objetivo definir as diretrizes, conceitos, ações e responsabilidades a serem observados pelos administradores da Companhia no processo interno de gerenciamento de eventos incertos de mercado que podem causar impactos negativos no cumprimento dos objetivos da Companhia, incluindo os procedimentos a serem observados para identificação, categorização, avaliação, tratamento e monitoração dos riscos de mercado atrelados aos negócios da Companhia e de empresas do mesmo grupo econômico da Companhia.

i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção

Os riscos de mercado para os quais a Companhia busca proteção estão relacionados a todo e qualquer evento decorrente de incertezas ao qual a Companhia está exposta e que possa impactar negativamente o alcance dos objetivos e de geração de valor estabelecidos no seu plano estratégico de longo prazo. Dentre tais riscos, estão incluídos os riscos mencionados no item 4.2 deste Formulário de Referência, quais sejam: exposição cambial, risco de taxa de juros e risco de liquidez.

ii. a estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia adota a seguinte estratégia para proteção patrimonial e mitigação de seus principais riscos:

- Risco de Exposição Cambial: A Companhia contrata operações de derivativos, normalmente swaps, com instituições financeiras de primeira linha. As operações de swaps são realizadas para converter para reais os compromissos financeiros futuros em moeda estrangeira. No momento da contratação dessas operações, a Companhia minimiza o risco cambial igualando o valor do compromisso e o período de exposição. A estratégia, quando aplicada, é realizada para reduzir a volatilidade do fluxo de caixa desejável, ou seja, a manutenção do desembolso do recurso planejado;
- Risco de Taxa de Juros: A Companhia sempre analisa o cenário econômico e as previsões de um mínimo de três instituições independentes para decidir o volume e taxas de empréstimos pré e pós-fixado; e
- Risco de Liquidez: A Tesouraria e a Diretoria financeira monitoram as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia, a fim de assegurar que esta tenha caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais. As previsões levam em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas contratuais e o cumprimento de metas internas, conforme plano estratégico da Companhia. Além disso, na medida das necessidades e disponibilidade de crédito ofertados pelo mercado financeiro, a Companhia mantém linhas de crédito com as principais instituições financeiras que operam no Brasil.

A Companhia acredita que o gerenciamento de tais riscos é primordial para apoiar sua estratégia de crescimento sem que possíveis perdas financeiras reduzam o seu resultado operacional.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A Companhia contrata instrumentos derivativos, normalmente *swaps* e NDF (*Non Deliverable Forwards*), com instituições financeiras de primeira linha (rating de risco de crédito brAAA - escala nacional, Standard & Poor's ou similar), para proteção patrimonial decorrente de eventuais flutuações na taxa de câmbio relacionadas ao pagamento por importações de equipamentos, no intervalo entre a colocação dos pedidos e a correspondente nacionalização, bem como relacionadas ao fluxo de pagamentos (amortização de principal e juros) de financiamentos contratados em moeda estrangeira. Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia não são utilizados para fins especulativos.

As operações de *swaps* e NDF são realizadas para converter para reais os compromissos financeiros futuros em moeda estrangeira. No momento da contratação dessas operações a Companhia minimiza o risco cambial igualando tanto o valor do compromisso quanto o período de exposição. O custo da contratação dos derivativos está atrelado à taxa de juros, normalmente ao percentual do CDI (Certificado de Deposito Interbancário). Os *swaps* e NDF com vencimento inferior ou posterior ao vencimento final dos compromissos para os quais se busca a proteção podem, ao longo do tempo, serem renegociados de forma que seus vencimentos finais se igualem - ou se aproximem - do vencimento final do compromisso. Sendo assim, na data de liquidação, o resultado do *swap* e do NDF deverão compensar o impacto da variação cambial da moeda estrangeira frente ao real, contribuindo para estabilizar o fluxo de caixa da Companhia.

iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia possui aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos indexados ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário), e, portanto, está exposta a flutuações nas taxas de juros. Os administradores da Companhia monitoram o comportamento de mercado das taxas futuras de juros com o objetivo de avaliar eventual necessidade de contratação instrumentos de proteção ao risco de volatilidade dessas taxas.

Com relação aos riscos decorrentes da variação cambial relacionada a compromissos financeiros futuros em moeda estrangeira, para a maior parte dos contratos de empréstimo, a Companhia realiza uma operação casada de *swap* cambial na mesma data, com o mesmo vencimento, com a mesma contraparte e que deverá ser liquidada pelo seu valor líquido, substituindo os juros contratados e a variação cambial em da moeda estrangeira pela variação de indexadores como CDI, TJLP e IPCA, entre outros.

Ressalta-se que o cálculo da posição mensal dos derivativos contratados é feito conforme a metodologia do valor justo, e são avaliados calculando o seu valor presente por meio da utilização de taxas de mercado que são impactadas nas datas de cada apuração. Essa metodologia, amplamente empregada, pode apresentar distorções mensais em relação à curva do derivativo contratado. Entretanto, a Companhia acredita que essa metodologia é a melhor a ser aplicada, pois mensura o risco financeiro caso seja necessário a liquidação antecipada do derivativo.

O monitoramento dos compromissos assumidos e a avaliação mensal do valor justo dos derivativos permitem acompanhar os resultados financeiros e o impacto no fluxo de caixa, bem como, garantir que os objetivos inicialmente planejados sejam atingidos. O cálculo preciso do valor justo das posições é disponibilizado mensalmente para o acompanhamento gerencial e o cálculo aproximado do referido valor é disponibilizado diariamente para acompanhamento gerencial.

A Companhia comprova a efetividade desses instrumentos com base na metodologia "Dollar offset", que é comumente utilizada por participantes do mercado de derivativos. Tal metodologia consiste em comparar o valor presente, líquido de exposições futuras em moeda estrangeira, de compromissos assumidos pela Companhia, com derivativos contratados para tal proteção cambial.

A provisão para as perdas não realizadas é reconhecida na conta de outros passivos, no balanço patrimonial, em contrapartida da conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia opera instrumentos financeiros com exclusivamente para fins de proteção patrimonial (hedge) e não tem como prática participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

O gerenciamento de riscos de mercado é de responsabilidade do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria, da Diretoria e da Auditoria Interna, que possuem atribuições distintas e devem atuar de maneira integrada. As principais responsabilidades de cada órgão neste processo estão indicados no item (b)(iii) acima.

c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A administração da Companhia monitora e avalia se as operações efetuadas pela Companhia estão de acordo com as políticas por ela adotadas e se representam exposição a riscos que comprometam o atendimento dos objetivos da Companhia.

A administração reporta os resultados dessa avaliação ao Comitê de Auditoria, o qual supervisiona as atividades de gerenciamento de riscos de mercado, por meio de interação com a gestão, de forma a assegurar o cumprimento das diretrizes de riscos estabelecidas pelo Conselho de Administração e dispostas na Política de Gestão de Riscos.

A administração da Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da política adotada, considerando o seu porte e seus objetivos operacionais e estratégicos. Não obstante, visando reforçar as melhores práticas de governança corporativa e fortalecer o gerenciamento dos riscos a que está exposta, a Companhia contratou empresa de auditoria externa (na data deste Formulário de Referência, a UHY Bendoraytes & Cia. Auditores Independentes está contratada para a prestação destes serviços) para prestar os serviços de verificação dos controles internos e externos (*compliance*), bem como a qualidade e efetividade no processo de gestão de riscos corporativos e governança da Companhia, de acordo com as melhores práticas de mercado, fornecendo ao Comitê de Auditoria avaliações independentes, imparciais e tempestivas.

- 5.3 Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:
- a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Para avaliar a eficiência dos controles internos de divulgação das informações financeiras, a administração da Companhia contratou a BDO RCS Auditores Independentes - Sociedade Simples para a realização de uma avaliação e controle interno de divulgação das informações financeiras com base nos princípios contábeis geralmente aceitos, para garantir a confiabilidade dos relatórios financeiros e das demonstrações financeiras.

Adicionalmente, visando reforçar as melhores práticas de governança corporativa e fortalecer o gerenciamento dos riscos a que está exposta, a Companhia contratou empresa de auditoria externa (na data deste Formulário de Referência, a UHY Bendoraytes & Cia. Auditores Independentes está contratada para a prestação destes serviços) para prestar os serviços de verificação dos controles internos e externos (compliance), bem como a qualidade e efetividade no processo de gestão de riscos corporativos e governança da Companhia, de acordo com as melhores práticas de mercado, fornecendo ao Comitê de Auditoria avaliações independentes, imparciais e tempestivas.

Além do disposto acima, a Companhia adota outros procedimentos e políticas internas das áreas de operações, engenharia, recursos humanos, segurança e comercial, tais como:

- · Código de Conduta;
- Procedimentos de adiantamento, reembolso e prestação de contas;
- Procedimento de níveis de alçada;
- Procedimentos de Suprimentos;
- Política de Savings (Suprimentos);
- Política para uso de veículos e procedimentos para Ressarcimento de Multas por Infração de Trânsito;
- Política de Telefonia;
- Procedimento para importação de serviços;
- Procedimento de gerenciamento de documentos e registros;
- Política de gestão integrada;
- Procedimento contábeis para realização de lançamentos contábeis, divulgação e publicação das informações contábeis;
- Procedimento contábil para aquisição, venda e baixa de imobilizado;
- Procedimento para apuração e recolhimento dos impostos, incluindo as obrigações acessórias;
- Procedimentos para rateio de despesas Intercompany;
- Procedimentos de Inventário Geral DISMAT;
- Procedimentos de manutenção de Equipamentos DISMAT;
- Procedimentos do Financeiro aplicação e resgates, tomada de empréstimos, contratação de seguros, gerenciamento do caixa diário;
- Procedimento para Faturamento de Mercadoria e Serviços.

Além dos procedimentos indicados acima, a Companhia possui cronograma com *checklist* de todas as atividades para o fechamento mensal.

A Companhia possui as seguintes políticas e procedimentos em processo de revisão, ainda não disponibilizado para todos os colaboradores através de sistema eletrônico.

- Política de acesso (TI);
- Política de segurança de informações (TI).

Adicionalmente, a Companhia possui um sistema de gestão integrada, o ERP da TOTVS, garantindo assim a incorporação das melhores práticas aos processos internos da Companhia.

As deficiências de controles são monitoradas mensalmente e, caso identificadas, são tratadas prontamente por meio de planos de ação estabelecidos pelas estruturas organizacionais envolvidas.

Os controles internos de divulgação das informações financeiras possuem limitações inerentes, podendo não prevenir ou detectar certos erros. Além disso, as projeções de avaliação de efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles internos possam tornar-se inadequados de acordo com mudanças de condições, ou por alterações no cumprimento de políticas ou procedimentos internos.

A Companhia acredita na eficiência dos procedimentos e controles internos que são adotados para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade de suas demonstrações financeiras.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

Além do Departamento de Contabilidade, responsável pela elaboração das demonstrações financeiras, participam deste processo as demais áreas da divisão financeira, a saber: fiscal, faturamento, tesouraria e crédito e cobrança. A Diretoria Executiva da Companhia é responsável pela revisão final das demonstrações financeiras.

O gerenciamento de riscos a que está exposta é de responsabilidade do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria, da Diretoria e da Auditoria Interna, que possuem atribuições distintas e devem atuar de maneira integrada.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Para cada uma das áreas da nossa Companhia foram definidos os fluxos operacionais, estabelecendo a atribuição, limite de competência e responsabilidade de cada membro. Todos os processos são revisados pelos responsáveis por cada área (diretores ou gerentes), os quais reportam eventual falha identificada nos controles internos diretamente à Diretoria Executiva da Companhia.

A administração da Companhia supervisiona constantemente a eficiência dos controles internos, bem como revisa anualmente, por ocasião da emissão da Comunicação de Deficiências de Controles Internos por parte dos Auditores Independentes.

Além disso a Auditoria Interna realiza a avaliação e supervisão da aderência e eficácia do processo de gerenciamento de riscos na Companhia. A Auditoria Interna atua de forma independente e objetiva, reportando-se periodicamente ao Comitê de Auditoria e, no mínimo, semestralmente ao Conselho de Administração, ou quando julgar necessário.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, os auditores independentes reportaram, em seu relatório de recomendações, as seguintes deficiências em controles internos da Companhia:

(i) Normas e procedimentos operacionais (significativo)

Nossos auditores independentes entendem que a Companhia não possui uma política de normas e procedimentos operacionais previamente definida para ser seguida por cada departamento, identificando toda a rotina de controles internos.

<u>Risco:</u> A ausência de manuais de normas e procedimentos detalhados e adequadamente atualizados pode gerar informações erradas de como procedimentos-chave devam ser executados. Além da ausência de referência de informações para empregados atuais, novas contratações e contratados externos.

Recomendação da empresa de auditoria independente especializada: Os auditores independentes recomendaram à Companhia que os procedimentos sejam formalizados para as seguintes áreas:

- Compras definição de procedimentos desde a emissão de requisição até a entrada de mercadorias;
- Prestação de serviços definição dos procedimentos desde o contato do cliente até a emissão da nota fiscal;
- Folha de pagamento definição de procedimentos quanto à admissão de funcionários, elaboração de folha e cálculo dos encargos sociais a serem recolhidos;
- Recebimentos implementação de políticas e controle sobre valores e títulos negociáveis, cobrança e procedimentos quanto a recebimentos; e
- Pagamentos evidenciando a conferência da documentação suporte, emissão de cheques e liquidação final.

O manual de procedimentos permite a uniformização das tarefas e deveres de cada colaborador sendo também um instrumento de treinamento de novos colaboradores.

<u>Comentários da Administração:</u> A Companhia não concorda, em parte, com a opinião dos auditores. Nossa discordância se baseia no fato de possuirmos políticas e procedimentos para as áreas de operações, engenharia, recursos humanos, segurança e comercial, referentes a controles internos administrativos e financeiros publicados e disponíveis para todos os colaboradores, através de sistema eletrônico, conforme mencionados a seguir:

- Código de conduta;
- Procedimentos de adiantamento, reembolso e prestação de contas;
- Procedimento de níveis de alçada;
- Procedimentos de Suprimentos;
- Política de Savings (Suprimentos);
- Política para uso de veículos e procedimentos para Ressarcimento de Multas por Infração de Trânsito;
- Política de Telefonia;
- Procedimento para importação de serviços;
- Procedimento de gerenciamento de documentos e registros;
- Política de gestão integrada;
- Procedimento contábeis para realização de lançamentos contábeis, divulgação e publicação das informações contábeis;
- Procedimento para apuração e recolhimento dos impostos, incluindo as obrigações acessórias;
- Procedimentos para rateio de despesas Intercompany;
- Procedimentos de Inventário Geral DISMAT;
- Procedimentos de manutenção de Equipamentos DISMAT;

- Procedimentos do Financeiro aplicação e resgates, tomada de empréstimos, contratação de seguros, gerenciamento do caixa diário;
- Procedimento para Faturamento de Mercadoria e Serviços.

Além dos procedimentos, elencados acima, a Companhia possui cronograma com *checklist* de todas as atividades para o fechamento mensal. A Companhia possui as seguintes políticas e procedimentos em processo de revisão, ainda não disponibilizado para todos os colaboradores através de sistema eletrônico.

- Política de acesso (TI);
- Política de segurança de informações (TI).

Adicionalmente, no último trimestre de 2017, a Companhia investiu na aquisição de um sistema de gestão integrada, o ERP da TOTVS, com início de operação em 01.01.2018, garantindo assim, dentre as diversas vantagens que um sistema integrado oferece, a incorporação das melhores práticas aos processos internos da Companhia. Em 01.01.2019, a Controlada Smartcoat passou a utilizar o mesmo ERP da Controladora, garantido uniformidade de procedimentos entre Controladora e Controlada.

Apesar de entender que as políticas acima e o ERP da TOTVS sejam suficientes para garantir níveis adequados de controles, a Companhia avalia frequentemente a necessidade do desenvolvimento de novas políticas e procedimentos internos.

(ii) Cadastros das instituições financeiras

Os auditores independentes entenderam que a Companhia não tem como procedimento a formalização e atualização do cadastro das Instituições Financeiras de modo que seja possível comparar as opções de tarifas, tributos, seguros e despesa disponíveis no mercado que sejam mais atrativas para a contratação de empréstimos e financiamentos.

Risco: Perdas financeiras pela ausência de análise das taxas mais atrativas praticadas no mercado.

Recomendação da empresa de auditoria independente especializada: Os auditores independentes recomendaram que a Companhia adote o procedimento de formalização e atualização do cadastro das Instituições Financeiras, a fim de manter e planejar relacionamentos mais vantajosos com essas Instituições Financeiras.

<u>Comentários da Administração:</u> A Companhia mantém relacionamento com diversas instituições financeiras que oferecem negócios vantajosos para a empresa, tais como linhas de crédito e alternativas de investimentos. Para todas as decisões, avaliamos a relação custo x benefício oferecida por diversas instituições.

As aplicações financeiras são distribuídas de forma a garantir adequada liquidez, rendimentos e menores custos de resgate, de acordo com a necessidade apontada em nosso fluxo de caixa projetado.

A renovação de nossas apólices de seguros é feita anualmente. Durante o período de cotação, várias seguradoras de primeira linha são convidadas a enviar propostas.

(iii) Formalização do processo de revisão e aprovação da concessão de crédito

Os auditores independentes entenderam que a Companhia não possui uma política de aprovação formalizada conforme a posição hierárquica para aprovação das concessões de crédito., citando como exemplo os seguintes clientes selecionados para análise da documentação:

- Braskem S.A;
- Dow Agrosciences Industrial Ltda;
- Petróleo Brasileiro S.A Petrobrás; e
- Unipar Indupa do Brasil S.A

Risco: Os auditores independentes entendem que a ausência de metodologias, procedimentos formais e ferramentas de controle implantadas adequadamente aumentam o risco de perdas financeiras e incentivo a criação de um ambiente propício a prática de fraude.

Recomendação da empresa de auditoria independente especializada: Os auditores independentes recomendaram que os procedimentos para aprovação da concessão de crédito sejam formalizados, além da adoção de procedimentos de revisão e atualização periódica a fim de que tal plano reflita as mudanças ocorridas ao longo do tempo no ambiente de negócios da Companhia, bem como que este seja revisado e aprovado pela Administração da Companhia.

<u>Comentários da Administração:</u> Os clientes selecionados pelos auditores são clientes antigos e usuais, com ótimo histórico de pagamentos. Usualmente, o setor de crédito e cobrança é acionado para realizar avaliação de crédito de novos clientes durante processo de análise de novos clientes.

(iv) Redução no prazo de encerramento contábil

Os auditores independentes entenderam que o processo de encerramento das demonstrações contábeis ocorreu em torno de 80 (oitenta) dias após o término do exercício social. A Companhia necessita aprimorar a formalização do processo de fechamento contábil, de modo que as informações contábeis estejam à disposição da Administração da Companhia em tempo hábil para a elaboração dos relatórios gerenciais, tais como comparativos orçamentários e fluxos de caixa.

A eficiência na elaboração dessas informações contábeis contribui de forma eficaz para a tomada de decisões por parte da alta Administração da Companhia, além da adequada elaboração e apresentação das demonstrações contábeis livres de distorção relevante.

<u>Risco:</u> Os auditores independentes entendem que curto prazo para análise e elaboração das informações contábeis pode gerar informações erradas, gerando possíveis divergências sobre as demonstrações contábeis da Companhia, além de incentivar um ambiente propício a prática de fraude.

Recomendação da empresa de auditoria independente especializada: Os auditores independentes recomendaram que sejam analisadas alternativas para reduzir o prazo de preparação das demonstrações contábeis da Companhia. Esse processo de melhoria deve envolver todos os departamentos como compras, prestação de serviços, folha de pagamento, recebimentos e pagamentos através de uma integração entre os mesmos.

Comentários da Administração:

Apesar do encerramento das demonstrações contábeis de 2018 ter ocorrido 80 dias após o término do exercício social, a controladoria disponibilizou relatórios preliminares de dezembro/18 para os gestores durante o mês de janeiro/19. O atraso no encerramento das demonstrações contábeis não gerou impacto na qualidade das informações disponibilizadas para apoio a tomada de decisões e foi gerado pelo acúmulo de projetos em andamento, conforme descrito a seguir.

Como já informado, ao longo de 2018 foram realizados ajustes nas operações de sua controlada Smartcoat, dentre os quais destacamos a centralização das atividades de controladoria, tesouraria e departamento pessoal, além de troca do sistema operacional (ERP) utilizando até então pela Smartcoat, que passou a utilizar o mesmo ERP do grupo.

A elaboração das informações contábeis da Smartcoat passou a ser efetuada pela controladoria da Companhia a partir de 01/01/2019, concomitantemente com a implantação do sistema integrada, o

ERP da TOTVS, garantindo assim aprimoramento nos seus controles internos contribuindo com a uniformidade de procedimentos entre controladora e controlada. Contudo, nos deparamos com dificuldades que surgiram durante a centralização da contabilidade, associada a implantação do ERP.

Além disso, no terceiro trimestre de 2018 iniciamos projeto para adequação dos controles do imobilizado da Companhia e de sua controlada Priner Locação. A previsão inicial para finalização desse projeto era até 31 dezembro de 2018, fato que não se confirmou. O projeto em questão foi concluído em fevereiro de 2019.

(v) Banco conta movimento/aplicação financeira (sem movimentação)

Os auditores independentes entenderam que a Companhia possui, aproximadamente, 02 (duas) contas correntes bancárias, nas quais não há movimentação financeira. Como exemplo foi citado:

| Empresa | Instituição Financeira | Modalidade | Nº Conta |
|---------|------------------------|----------------|----------|
| Priner | Banco Safra | Conta Corrente | XXXXXX-X |
| Priner | Banco Modal | Conta Corrente | xxxxxx-x |

<u>Risco:</u> Os auditores independentes entendem que a manutenção destas contas com baixa movimentação, gera custos para a Companhia com o tempo dispendido na preparação de suas conciliações, além de cobrança de tarifas bancárias no caso das contas corrente.

Recomendação da empresa de auditoria independente especializada: Os auditores independentes recomendaram que a Administração efetuasse junto ao departamento financeiro uma revisão da necessidade em manter estas contas-correntes em aberto, visando a redução de custos operacionais e praticidade no controle das operações.

Comentários da Administração:

Todas as contas correntes abertas têm uma finalidade específica. Não existem contas de aplicação financeira sem movimentação que gerem custos. O nome "conta de aplicação financeira" só existe na Contabilidade para registro das movimentações. Entretanto, nos bancos os valores em questão referem-se apenas a saldos de aplicações financeiras.

(vi) Conciliar o ativo imobilizado contábil x controle físico dos bens do ativo imobilizado

Os auditores independentes identificaram uma diferença não material para a auditoria no montante de R\$ 662.796 a maior no saldo contábil a nível consolidado com relação ao controle físico dos bens do ativo imobilizado da empresa controlada Smartcoat – Serviços em Revestimentos S.A.

Abaixo demonstramos a divergência supracitada:

Saldo contábil 26.866.544

Diferença (662.796)

Controle físico dos bens 26.203.748

do ativo imobilizado

<u>Risco:</u> Os auditores independentes entendem que distorções entre o saldo contábil e o controle físico dos bens do ativo imobilizado da Companhia gera dúvida quanto à existência física dos bens e a adequação dos saldos registrados nas demonstrações contábeis.

Recomendação da empresa de auditoria independente especializada: Os auditores independentes recomendaram que a Companhia providenciasse a reconciliação entre os registros no sistema de controle físico do ativo imobilizado e o controle físico dos bens do ativo imobilizado.

Comentários da Administração:

Em 12 de julho de 2019, a Companhia contratou uma consultoria externa na área de controle patrimonial para realizar inventário físico com conciliação física versus contábil, além de avaliação e estudo de vida útil para os bens do ativo imobilizado. Os trabalhos já foram iniciados e o prazo previsto para conclusão é até o final do 3º trimestre de 2019.

(vii) Relatório de provisão de férias - fragilidades - aplicável a controlada Smartcoat

Os auditores independentes identificaram que a empresa não vem considerando a contribuição do RAT no cálculo dos encargos sobre as férias, demonstrando ainda fragilidades na demonstração do cálculo dos demais encargos por ausência de clareza quanto a segregação.

<u>Risco:</u> Os auditores independentes entendem que o procedimento fragiliza o teste de provisão que pode apresentar distorções nos cálculos e gerar ajustes contábeis quando materiais.

Recomendação da empresa de auditoria independente especializada: Os auditores independentes recomendaram regularizar os procedimentos revisando os controles.

Comentários da Administração:

Com o intuito de garantir a integralidade de todas as obrigações legais trabalhistas, em janeiro de 2019 foi implementando na Smartcoat o novo sistema de gestão de pessoas (TOTVS/RM), mesmo sistema utilizado pela Controladora. Com essa ação, a inconsistência apresentada foi devidamente corrigida a partir do mês de março de 2019.

(viii) Ausência de controle de concessão de acesso lógico a sistemas

Os auditores independentes mencionam que foi informado pela Companhia que o controle é feito através de um sistema de chamados, com a devida aprovação específica do gestor dos usuários e que essa informação foi passada na entrevista de auditoria ocorrida há meses, mas não receberam as documentações como evidência para comprovar.

<u>Risco</u>: Os auditores independentes entendem que a ausência de uma aprovação formal para concessão de acesso aos usuários aumenta a probabilidade de fraudes, destruição ou vazamento de informações críticas ao negócio pelos colaboradores por conta de desconhecimento ou de forma intencional, em função de acessos em desacordo com as necessidades do colaborador.

Recomendação da empresa de auditoria independente especializada: Os auditores independentes recomendaram que a empresa elabore uma política formal apresentando as devidas regras e diretrizes, para que a concessão de acesso dos usuários à rede informatizada seja realizada de forma adequada, contendo a aprovação prévia do perfil adequado a função por alçada competente.

Comentários da Administração:

Recomendação aceita. Faremos isso o mais brevemente possível.

(ix) Ausência de controle para segregação e revisão de acessos ao sistema Totvs

Os auditores independentes identificaram que a Companhia não tem estabelecido um mapeamento dos riscos de negócio decorrentes de conflitos de funções e quais as atividades/transações ocasionam esses riscos no sistema gerencial. Por conta disso, a companhia não possui controles

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

complementares que mapeiem os perfis conflitantes e possíveis usuários com acesso a tais perfis. Adicionalmente, foi comentado pela gestão que as revisões periódicas dos direitos e perfis de acesso são realizadas, porém não são documentadas, o que nos impede de atestar a existência do controle.

Risco:

Os auditores independentes entendem que sem a formalização de uma matriz de segregação de funções (SOD), aumenta a probabilidade de fraude, vazamento ou destruição de informações críticas ao negócio, uma vez que um mesmo usuário pode acumular acessos conflitantes nos sistemas, de modo que possa registrar, autorizar, executar e revisar transações indevidas sem ser identificado no momento oportuno.

Adicionalmente, a ausência de revisão periódica dos direitos de acesso aos sistemas aumenta o risco de acesso indevido às informações da empresa, em decorrência da possibilidade de existência de usuários com acessos a transações em desacordo com a função desempenhada.

Recomendação da empresa de auditoria independente especializada:

Os auditores independentes recomendaram a elaboração de matriz de segregação de funções nos sistemas, possibilitando a avaliação de eventuais alterações nos perfis de acesso e que devem ser revisadas periodicamente. Caso haja perfis com conflitos de segregação de função em razão de necessidades do negócio, a empresa deve mapear e documentar os controles compensatórios.

Comentários da Administração:

Recomendação aceita. Faremos isso o mais brevemente possível.

(x) Ausência de controle para política de senhas para acesso aos sistemas

Os auditores independentes identificaram que os parâmetros de senha de rede estão razoavelmente bem configurados (deve satisfazer requisitos de complexidade, tamanho mínimo de 8 caracteres, memorizar 4 últimas senhas e expiração em 4 meses). Por outro lado, os parâmetros de senha do sistema Totvs exigem apenas tamanho mínimo de 8 caracteres e a inclusão de ao menos um caractere numérico.

Risco:

Os auditores entendem que a ausência de uma parametrização de senha alinhada às melhores práticas de mercado favorece a configuração de senhas fracas e fáceis de descobrir por técnicas específicas (p.ex. força bruta, *rainbow tables dictionary attacks* etc.), o que aumenta a probabilidade de fraude, vazamento ou destruição de informações críticas ao negócio por entidades malintencionadas.

Recomendação da empresa de auditoria independente especializada:

Com o intuito de fortalecer os controles existentes sobre o acesso ao sistema escopo, os auditores independentes entendem que os demais parâmetros de segurança devem ser configurados, a saber: exigir caracteres maiúsculos e minúsculos, caracteres especiais, validação da complexidade de senha no cadastro, além de forçar a alteração da senha mediante alteração da mesma no cadastro.

Comentários da Administração:

Recomendação sobre o padrão de senha referente ao TOTVS aceita. Faremos isso o mais brevemente possível.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

(xi) Ausência de controle para uso de contas genéricas no ambiente informatizado

Os auditores independentes identificaram que a Companhia não tem estabelecido controles que mapeiem as diretrizes e regras para o uso devido de contas genéricas em seus sistemas corporativos.

Risco:

Os auditores independentes entendem que sem um controle que verifique a devida identificação dos responsáveis pelas contas genéricas, a situação apresentada pode comprometer a confidencialidade dos dados, uma vez que tais contas podem ser compartilhadas entre diversos colaboradores, resultando em fragilidade na rastreabilidade de operações. Ressaltaram ainda que, se tal ID for utilizada indevidamente, a identificação do responsável pelo erro pode não ocorrer, devido seu uso ser compartilhado.

Recomendação da empresa de auditoria independente especializada:

Os auditores independentes recomendaram que a utilização de usuários genéricos seja revisada, e se o uso for necessário, tal ID deve possuir um único responsável, bem como, assinar um documento onde mencione o ID "genérico" e o responsável pelo uso. Recomendaram também a possibilidade de tornar os usuários (logins) das contas genéricas em contas nominais.

Comentários da Administração:

Recomendação aceita. Faremos isso o mais brevemente possível.

(xii) Ausência de controle para gerenciamento de projetos

Os auditores independentes entenderam que a Companhia não tem estabelecido controles que mapeiem as diretrizes e regras para o devido gerenciamento de Projetos em seu ambiente de sistemas. Não identificaram um processo formal que tenha a aprovação por alçada competente para as alterações de programas e softwares.

Risco:

A ausência de metodologia formal de projetos aumenta o risco dos projetos de TI não atingirem os benefícios esperados ao negócio, além de aumentar a probabilidade de materialização do risco de atrasos inesperados, aumento de custos e desalinhamento de expectativas entre a equipe do projeto e as partes interessadas, devido a falhas na comunicação.

Recomendação da empresa de auditoria independente especializada:

Os auditores independentes recomendaram a implementação de metodologia de projetos adequada, que englobe a gestão de programas e projetos do portfólio de investimentos, garantindo alinhamento com a estratégia da empresa. Adicionalmente, recomendaram a implementação de controles visando assegurar que todos os projetos passem por todas as fases atividades necessárias (tais como: Inicio, planejamento, controle e execução, encerramento e revisão) e sejam devidamente documentados (documentação da demanda/Business Case, requisitos funcionais e não-funcionais, arquitetura da solução/Blueprint, entre outros).

Comentários da Administração:

Recomendação aceita. Faremos isso o mais brevemente possível.

(xiii) Ausência de interface entre sistemas corporativos

Os auditores independentes identificaram que o controle dos totais de medição é realizado no programa APM desenvolvido internamente pela Companhia. Os resultados são divulgados da área

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

operacional para a administração de obras. A geração do faturamento é realizada no RM sem interface com o APM, com base em lançamentos manuais.

Risco:

Os auditores independentes entendem que a ausência e um controle automatizado de transferência dos valores contábeis do APM para o RM aumenta a probabilidade de lançamentos contábeis serem realizados de forma errônea, podendo interferir diretamente nos demonstrativos contábeis, gerando grande impacto legal e financeiro.

Recomendação da empresa de auditoria independente especializada:

Os auditores independentes recomendaram que a interface entre os sistemas APM e RM seja realizada de forma automática, de modo que seja possível a implementação de controles de revisão e segurança das informações com o intuito de garantir a visibilidade de eventuais erros e minimizar os possíveis danos causados por lançamentos incorretos.

Comentários da Administração:

Está sendo avaliada a possibilidade de interface entre esses sistemas e estamos avaliando custos com o fornecedor (Mídia 3).

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A administração está ciente dos pontos de controle interno reportados pelo auditor independente. Os mesmos foram endereçados aos responsáveis para o devido monitoramento e elaboração de ação para a sua correção, conforme o caso. A conclusão destes pontos será monitorada pela administração

5.4 – Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia possui um sistema de controles internos para monitorar seus processos operacionais e financeiros, inclusive aqueles relacionados à prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública. Tal sistema de controles internos está em constante aperfeiçoamento e é composto por diversos princípios, procedimentos e práticas efetivamente implementadas, as quais são atualizadas sempre que necessário, entre as quais destacam-se a Política de Integridade Contra Corrupção e Suborno ("Política de Integridade") e o Código de Ética e Conduta ("Código de Ética"), nos quais foram aprovados os mecanismos e procedimentos de integridade a seguir indicados:

- Divulgação para seus funcionários, administradores, prestadores de serviço, fornecedores e parceiros comerciais das Políticas;
- Realização de prévia due diligence para avaliar a integridade dos terceiros contratados, parceiros comerciais e toda e qualquer sociedade (inclusive seus sócios) que seja alvo de uma operação de fusão e aquisição pela Companhia. Caso seja identificada alguma informação sensível relacionada à corrupção, o caso deve ser submetido à análise e aprovação da Diretoria Executiva;
- Vedação à qualquer contribuição para campanhas ou causas políticas;
- Aprovação prévia do Comitê de Ética para a realização de quaisquer doações e patrocínios em nome da Companhia;
- Manutenção de registro, contabilização e controles financeiros da Companhia de acordo com a regulamentação vigente, a Política de Integridade e o Código de Ética;
- Treinamento anual dos funcionários e administradores da Companhia;
- Implementação de um canal de denúncia no site da Companhia, o qual pode ser, inclusive, utilizado de forma anônima pelos funcionários, administradores, prestadores de serviço, fornecedores, clientes e qualquer parceiro comercial;
- Adesão dos prestadores de serviço e fornecedores à Política de Integridade e ao Código de Ética;
- A inclusão obrigatória, em todos os contratos firmados com terceiros, de cláusulas anticorrupção para assegurar o cumprimento da Política de Integridade e do Código de Ética ou a assinatura de um termo de adesão à referida política e código;
- Realização de uma auditoria independente anual para verificar se todas as regras previstas na Política de Integridade e no Código de Ética estão sendo cumpridas. Concluída a auditoria, os auditores independentes encaminharão um relatório para o Diretor Financeiro e Relações com Investidores, que submeterá o relatório ao Comitê de Ética para que sejam propostas soluções para as eventuais falhas apontadas, bem como recomendações de medidas que possam reforçar a política anticorrupção da Companhia.

- Vedação à oferta ou recebimento de brindes e similares na forma de dinheiro e/ou presentes, viagens, cortesias de entretenimento e similares utilizado para satisfazer relacionamento pessoal ou proporcionar vantagem para Colaboradores ou para a Companhia;
- Obrigatoriedade de submissão de intenção de realizar doações filantrópicas ou patrocínios pela Companhia, ou em nome dela, ao Diretor Financeiro e Relações com Investidores;

A Companhia elaborou uma matriz de risco para avaliar seu nível de exposição de risco de corrupção e a eficiência dos controles utilizados. Essa matriz e a Política de Integridade e o Código de Ética serão revisados anualmente, se necessário, de acordo com o relatório circunstanciado anual preparado pelo auditor independente para verificação da efetividade dos controles internos da Companhia.

Além disso, a Companhia implementou Política de Transação com Partes Relacionadas. A Política tem por objetivo estabelecer regras e procedimentos para assegurar que todas as decisões envolvendo pessoas físicas ou jurídicas com as quais a Companhia tenha a possibilidade de contratar e que apresentem algum tipo de relação com a Companhia e/ou situações com potencial conflito de interesse sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas, vide item 12.2.

A eficácia da Política de Integridade e do Código de Ética, nos termos da aprovação do Conselho de Administração, está sujeita à divulgação do anúncio de início da Oferta, bem como à conclusão da Migração ao Novo Mercado. Para maiores informações com relação à Oferta e à Migração ao Novo Mercado, vide item 6.3 deste Formulário de Referência.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A Companhia instalou um Comitê de Ética, aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de abril de 2018 formado pelos membros da Diretoria e um membro do Conselho de Administração para:

- zelar pelo cumprimento da Política de Integridade e do Código de Conduta e esclarecer dúvidas quanto ao seu conteúdo;
- Analisar e deliberar sobre desvios de conduta e conflitos de natureza ética em relação às diretrizes estabelecidas pela Companhia;
- Estimular a adequação das práticas, políticas e procedimentos à Política de Integridade e ao Código de Conduta;
- Garantir a privacidade e a proteção dos temas e pessoas envolvidas em questões éticas;
- Aprovar e garantir a pertinência das Políticas, propondo o aprimoramento do documento;
- Monitorar e reportar os indicadores das denúncias de conduta, com a finalidade de manter diagnóstico atualizado sobre os temas, as áreas e as funções mais vulneráveis na Companhia; e
- Apreciar e decidir sobre eventuais recursos e/ou pedidos de reconsideração interpostos sobre aplicação e definição de sanções a colaboradores.

- iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:
 - se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

O Conselho de Administração da Companhia aprovou, em 24 de abril de 2018, o Código de Ética, o qual foi aditado pelo Conselho de Administração da Companhia em 21 de dezembro de 2018 e 12 de dezembro de 2019. O Código de Ética é aplicável a todos os membros da administração da Companhia, empregados diretos e indiretos da Companhia, bem como seus fornecedores, administradores, prestadores de serviço e demais parceiros comerciais da Companhia.

 se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema

Os gestores e empregados da Companhia serão submetidos a treinamentos anuais em relação ao Código de Ética.

- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas
 - O Código de Conduta prevê medidas disciplinares aplicáveis das em caso de descumprimentos de normas e regras da Companhia, sejam eles cometidos por seus funcionários diretos ou indiretos, administradores, fornecedores ou prestadores de serviço. Reincidências, incluindo o descumprimento de planos de ação, também são sujeitas a medidas disciplinares. São punições possíveis:
 - · Advertência verbal:
 - · Advertência por escrito;
 - · Suspensão;
 - · Demissão sem justa causa;
 - · Demissão com justa causa; ou
 - · Notificação até rescisão contratual para pessoas jurídicas.

A aplicação de medidas disciplinares deve ser feita, tanto quanto possível, logo em seguida à falta cometida. Admite-se um período maior de tempo para a aplicação de penalidade quando a falta requerer apuração de fatos e das devidas responsabilidades.

As sanções devem ser justas, razoáveis e proporcionais à falta cometida. Faltas semelhantes devem receber sanções semelhantes.

As sanções poderão ser definidas e aplicadas (i) pelo superior hierárquico do infrator e/ou (ii) por qualquer dos Diretores, sendo facultada a interposição de recurso/pedido de reconsideração ao Comitê de Ética.

- órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado
 - O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 24 de abril de 2018 o Código de Ética, o qual foi aditado pelo Conselho de Administração da Companhia em 21 de dezembro

de 2018 e 12 de dezembro de 2019. O Código de Ética encontra-se disponível no site da Companhia.

- b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:
- se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros.

A Companhia possui um canal de denúncia interno, para o recebimento de relatos anônimos ou identificados, prestados pelo público interno ou público externo, cujas denúncias são averiguadas pelo Comitê de Ética.

 se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O canal pode receber denúncias dos empregados, administradores e qualquer terceiro mediante o envio de e-mail para o seguinte endereço eletrônico: ouvidoria@priner.com.br ou pelo canal ouvidoria, disponível a todos no site da Companhia.

• se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

O Comitê de Ética, mediante os canais acima mencionados, recebe relatos anônimos ou identificados. Toda denúncia recebida será tratada com imparcialidade, transparência e confidencialidade. Nenhuma retaliação ao relator será aceita por se reportar em boa-fé. Retaliações de qualquer natureza devem ser informadas de imediato aos canais acima mencionados.

órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

As denúncias são recebidas e apuradas pelo Comitê de Ética.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

A Companhia adota os seguintes procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias:

- Busca parceiros ou companhias alvo que tenham o mesmo comprometimento com os valores éticos adotados pela Companhia em sua Política de Integridade e Código de Conduta;
- Realiza processo de "due diligence" criterioso que englobe uma análise fiscal, contábil, financeira e jurídica, bem como incluir no correspondente contrato cláusulas anticorrupção adequadas, além de cláusulas de indenização por eventual passivo que venha a ser atribuído à Companhia;
- Solicita a adesão das parceiras ou companhias alvo à Política de Integridade e Código de Conduta da Companhia;
- Após o fechamento da parceria ou aquisição, a Companhia aplicará nas parceiras ou companhias alvo as mesmas regras de compliance por ela adotada, como exemplo, canal de denúncia, política de brindes e contratação de terceiros, dentre outros.

Caso sejam identificadas quaisquer violações à legislação aplicável ou à Política de Integridade ou Código de Conduta, o Comitê de Ética deve ser comunicado formal e imediatamente.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não se aplica, pois a Companhia possui Política de Integridade e Código de Ética.

5.5 - Alterações significativas

5.5 – Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Em 2016, 2017 e 2018, as incertezas na economia e na política impactaram os mercados onde a Companhia atua e muitos de seus clientes reduziram investimentos, suspenderam projetos e diminuíram o ritmo de obras. Em 2017, esse comportamento do mercado impactou diretamente o desempenho da Companhia, através do aumento da competitividade entre seus concorrentes (fornecedores de serviços e de equipamentos para locação), fato que se refletiu em aumento da ociosidade de seus equipamentos e redução das margens de lucro das operações da Companhia. Com isso, a Companhia reduziu sua estrutura de apoio e direcionou esforços em busca de aumento da eficiência operacional. As ações implementadas, bem como a recuperação das atividades de locação propiciaram melhoria no desempenho da Companhia em 2018 e 2019. A Administração possui expectativa para manutenção dos mesmos níveis de riscos em 2020, comparativamente a 2019.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes atinentes a este item 5.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor 12/07/2013

Forma de Constituição do Emissor Sociedade por ações

País de Constituição Brasil

Prazo de Duração Indeterminado

Data de Registro CVM 02/10/2017

6.3 - Breve Histórico

6.3 - Breve histórico

Até 2013, as atividades da Companhia eram desenvolvidas pela Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. ("Mills"). A Mills foi constituída em 1952, como uma empresa de andaimes e escoramento que prestava serviços ao setor de construção civil. Nas décadas de 1970 e 1980, a Mills teve um crescimento considerável em decorrência da expansão significativa dos setores de construção civil e industrial no Brasil. Dentre as atividades desse período pode-se destacar a construção da primeira plataforma brasileira de exploração de petróleo (1983), entre outros projetos. Em 1986, as atividades da Mills foram segregadas em divisões, sendo criada a divisão de serviços industriais. Em pouco tempo, a unidade de serviços industriais se tornou uma relevante provedora de serviços para a construção e manutenção de plantas industriais do Brasil.

Na década de 1990, ainda como uma área de negócios da Mills, a unidade de serviços industriais foi ampliada, passando também a oferecer serviços de pintura industrial e isolamento térmico.

Nos anos de 2000, a liderança da área de serviços industriais foi consolidada com projetos como a montagem de estruturas do heliporto da plataforma P16 da Petrobrás e a renovação de contratos de andaimes com a Aracruz Celulose.

Em 2013, a divisão de serviços industriais da Mills foi segregada e constituída a Mills SI Serviços Industriais S.A., cujas ações foram vendidas para o Leblon Equities Partners V Fundo de Investimentos em Participações (FIP) gerido pela Leblon Equities Gestão de Recursos Ltda.

A Companhia, denominada Mills SI Serviços Industriais S.A., tinha como objeto social a prestação de serviços de acesso, pintura industrial, tratamento de superfície, isolamento térmico e montagem de câmaras pressurizadas para clientes industriais, oferecendo praticidade e alta produtividade, através de soluções inovadoras.

Em 30 de junho de 2016, em sede de assembleia geral extraordinária, os acionistas aprovaram a alteração da razão social da Companhia de Mills SI Serviços Industriais S.A. para Priner Serviços Industriais S.A.

Ainda no ano de 2016, os acionistas da Companhia aprovaram uma reestruturação societária, por meio da cisão parcial da Companhia, na qual os ativos da divisão de locação de equipamentos foram conferidos ao capital social de uma nova sociedade em 9 de janeiro de 2017, denominada Priner Locação de Equipamentos S.A., sociedade totalmente controlada pela Companhia.

Em outubro de 2016, a Companhia lançou a nova marca (PRINER), na Rio Oil & Gas 2016, oportunidade na qual a Companhia aproveitou para apresentar novos produtos de isolamento térmico. A Companhia manteve banner no aeroporto de Macaé durante todo o ano de 2016 e realizou inserções em veículos da mídia impressa.

Em janeiro de 2017, a Companhia adquiriu 51% das quotas representativas do capital social da R&R Indústria, Comércio e Instalação de Isolantes Removíveis e Reutilizáveis Ltda., sociedade foi criada em dezembro de 2010 tendo como atividade principal a fabricação de isolantes removíveis e reutilizáveis para isolamento térmico, acústico e proteção passiva contrafogo.

Em julho de 2017, a Companhia adquiriu 75% das ações representativas do capital social da Smartcoat – Serviços em Revestimentos S.A., sociedade concorrente da Companhia, cuja atividade principal é a prestação de serviço de preparação de superfícies, pintura industrial, engenharia em revestimento e locação de equipamentos de hidrojato. Com a aquisição da Smartcoat, a Companhia ampliou sua atuação para o segmento *offshore*, com foco em plataformas marítimas e navios de petróleo.

Em 3 de maio de 2019, foi aprovada pela Companhia a primeira emissão de um total de 67.500.000 (sessenta e sete milhões e quinhentas mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, com garantia real e com garantia fidejussória, em 2 (duas) séries de valor nominal unitário de R\$ 1,00 (Um real). As debêntures foram integralizadas à vista em 10 de maio de 2019, por meio de MDA — Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela

6.3 - Breve Histórico

B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão – Segmento CETIP UTVM, em moeda corrente nacional. O objetivo das debêntures foi alongamento do perfil da dívida.

Em 13 de dezembro 2019, a Companhia e o Leblon Equities Partners V – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia protocolaram perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) o pedido de registro de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações de emissão da Companhia ("Oferta"). Adicionalmente, em 13 de dezembro 2019, a Companhia protocolou perante a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") o pedido de migração da Companhia entre segmentos especiais de governança corporativa da B3, do segmento denominado Bovespa Mais para o segmento denominado Novo Mercado ("Migração ao Novo Mercado").

Mediante a divulgação do anúncio de início da Oferta e a conclusão da Migração ao Novo Mercado, tornar-se-ão vigentes determinadas disposições do Estatuto Social da Companhia, conforme nova versão aprovada em Assembleia Geral realizada em 12 de dezembro de 2019, bem como determinadas políticas e regimentos internos, conforme aprovados em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de dezembro de 2019, alterando as regras e práticas de governança corporativa da Companhia, inclusive, em linha com o disposto no Regulamento do Novo Mercado.

Para maiores informações sobre tais novos padrões de governança corporativa da Companhia a vigorarem mediante a divulgação do anúncio de início da Oferta e a conclusão da Migração ao Novo Mercado, vide seções 5, 12, 13, 16, 20 e 21 deste Formulário de Referência.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

6.5 – Indicar se houve pedido de falência, desde que fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial do emissor e o estado atual de tais pedidos

Até a data deste Formulário de Referência, não foi protocolado nenhum pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial.

6.6 - Outras Informações Relevantes

6.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes que não foram evidenciadas no item 6 deste Formulário de Referência.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Visão Geral

De acordo com a revista "O Empreiteiro", edição bimestral de julho/agosto de 2019, a Companhia é uma das principais empresas de engenharia de manutenção industrial no Brasil, possuindo foco no acrônimo APIIL — acesso, pintura, isolamento, inspeção e limpeza industrial, onde cobre os serviços de Acesso, Pintura (tratamento anticorrosivo) e isolamento térmico, possuindo, portanto amplo escopo de serviços. De acordo com a revista acima mencionada, a Companhia, considerada em conjunto com a Smartcoat, é uma das líderes nos serviços de estrutura metálica e manutenção industrial (acesso industrial, andaimes de encaixe e de alumínio, acessos suspensos — Priner Deck, alpinismo industrial, tratamento anticorrosivo no segmento offshore e em habitáculos pressurizados. (Vide ilustração a seguir).

A Companhia se destaca por ser capaz de oferecer serviços integrados e customizados aos clientes, o que também inclui a locação de equipamentos especializados para a prestação de serviços.

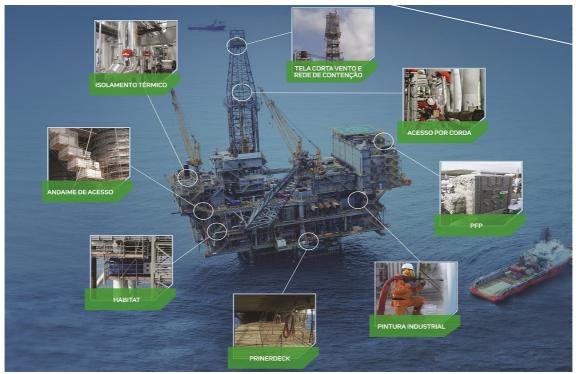
Nos segmentos de pintura, a Companhia possui certificação SSPC QP-1, ISO e está em auditoria para a obtenção da certificação NACE. A SSPC é uma associação americana com foco na preservação de estruturas industriais e marítimas por meio de revestimentos de proteção de alto desempenho. A certificação QP-1, internacionalmente reconhecida, avalia empresas que realizam serviços de revestimentos em estruturas complexas. (Fonte: https://www.sspc.org/abt-mission/). A NACE é líder global no desenvolvimento de normas, treinamento e padrão de qualidade em tratamento anticorrosivo. Todavia, no Brasil, não há empresas certificadas pela NACE até o momento. (Fonte: https://www.nace.org/about/nace-history; http://www.niicap.net/accredited-organizations). Haja vista a relevância dessas certificadoras, todas as referências e cobertura mundial no segmento de tratamento corrosivo, a Companhia acredita se destacar em seus segmentos de atuação.

A Companhia possui aproximadamente 2.500 Km em sistemas de acesso, 66 unidades de Ultra Alta Pressão (máquinas de hidrojateamento e unidades robóticas) para trabalhos em cascos de navios, esferas e tanques, além de amplo portfólio de equipamento para suporte aos seus projetos. Ao longo dos últimos anos, a Companhia tem trazido aos seus clientes várias soluções de engenharia que resultam em menor uso de mão de obra, maior produtividade e mínimo impacto ambiental.

Nos segmentos *Onshore* e *Offshore*, a Companhia presta serviços e realiza locação de equipamentos especializados nas seguintes áreas: acesso industrial, pintura industrial e tratamento de superfícies, isolamento térmico e outras especialidades, como ilustrado no gráfico abaixo.



Visão geral sobre os serviços prestados pela Companhia



Exemplos de serviços prestados offshore

A Companhia presta serviços de engenharia de manutenção em diversos setores, tais como Óleo & Gás, Petroquímica, Química, Papel e Celulose, Siderurgia, Naval, Mineração, Infraestrutura e

Distribuição de GLP e acredita que será beneficiada por um crescimento expressivo nos setores para os quais presta serviços industriais, sendo eles: (i) Óleo & Gás, que deve ser impulsionado pela retomada nos investimentos pela Petrobras e entrada de novas companhias no setor através de novas rodadas de licitações, assim como desinvestimentos de ativos produtivos pela Petrobras; (ii) Petroquímico, que deve passar por uma alteração de controle do principal player brasileiro (Braskem); (iiii) Mineração, que vem investindo muito mais em manutenção desde os acidentes de Mariana e Brumadinho; (iv) Papel e Celulose, no qual são estimados investimentos acima de USD 19 bilhões em CAPEX e USD 292 milhões em OPEX para os próximos 5 anos. (Fonte: Industrial info 2019).

A Companhia possui histórico de relacionamento com grandes e renomadas empresas que atuam no Brasil, tais como: Dow Chemical, Braskem, Klabin, MODEC, BW Offshore, Saipem, SBM, BASF, UltraCargo, International Paper, Petrobras, Actemium, Teekay, Aker Solution, Suzano e Halliburton, o que garante a oportunidade de participar do planejamento e desenvolvimento de importantes projetos, potencializando as chances da Companhia de captar futuros contratos e fornecer serviços e equipamentos ao longo de todas as fases dos projetos.

A Companhia acredita que confiabilidade, eficiência, agilidade e experiência são fatores críticos para o bom desempenho de seus serviços, os quais são consequências de uma equipe experiente, uso de tecnologia de ponta, utilização de programa de SMS eficiente e manutenção de certificações de primeira linha. A Companhia argumenta que além de possuir essas vantagens competitivas, há um alto custo de troca de prestador de serviços para os clientes (high *Switching Cost*), o que resulta em um dinâmica de receitas recorrentes.

No que tange à gestão de pessoas, a Companhia demonstra bons indicadores de retenção de pessoal evidenciado pelo baixo *turnover* das equipes indiretas e do pessoal estratégico, os quais foram, respectivamente, de 7.54% e 1.3% ao longo dos últimos 3 anos. O índice de ajuizamento de processos trabalhistas/autuações foi 2,74% (2019), 3.04% (2018) e 4.38% (2017), o que corrobora com a posição defendida pela Companhia de excelência na gestão de pessoas. A Companhia adota um rígido programa de recrutamento e seleção para as equipes de mão-de-obra direta, incluindo testes de proficiência para a atividade, avaliações psicológicas e pesquisa social. Adicionalmente, a Companhia fornece programas de desenvolvimento de pessoas baseada em desempenho, na cultura organizacional de *client care*, no zelo pelo trabalho sem acidentes e na geração de valor.

Ao longo dos últimos sete anos, a Companhia investiu em soluções que reduzem a intensidade da mão de obra direta, aumentando a produtividade e reduzindo o custo variável das obras. Como exemplo a Companhia cita: 1) máquinas de jato autopropelida da Blastrac, 2) mesa de corte automatizada Autometrix Cutter; 3) SafeCool, equipamento para refrigeração dos Habitats pressurizados, 4) diversos equipamentos de acesso feitos em alumínio, 5) máquinas de hidrojato com abrasivos; 6) sistemas de acesso suspensos, entre outros.

A Companhia possui um histórico recente de aquisições estratégicas e consolidação de ativos, tendo adquirido, em 2017, 51% do capital social da R&R Indústria, Comércio e Instalação de Isolantes Removíveis e Reutilizáveis Ltda. ("R&R") e 75% do capital social da Smartcoat — Serviços em Revestimentos S.A. ("Smartcoat"), possuindo ainda opções de compra das participações societárias residuais da R&R e da Smartcoat. Essas aquisições tiveram como objetivo o incremento do portfólio de serviços e posicionam a Companhia como líder no segmento offshore de tratamento de superfícies e locação de equipamentos para pintura industrial, bem como reforçam a presença da Companhia no negócio de isolamento.

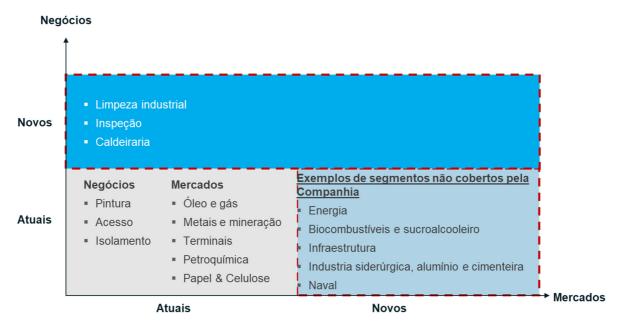
Os serviços prestados pela Companhia estão inseridos no segmento conhecido pelo acrônimo APIIL, acesso, pintura, isolamento, inspeção e limpeza. De acordo com dados das consultorias *Industrialinfo* (https://www.industrialinfo.com/about/) e *Mirrow&Co* (https://www.mirow.com.br/) trata-se de um segmento com tamanho aproximado de R\$8,05 bilhões/ano no Brasil. A presença da Companhia em relação a esse mercado é ilustrado na figura abaixo.





Esse mercado (APILL) é marcado pela presença de uma série de empresas menores e focadas em uma ou poucas atividades (Mirrow & Co). A proposta da Companhia é seguir sua estratégia de expansão orgânica, crescimento para clientes ainda não atendidos, mas na cadeia industrial, assim como através de aquisição de know-how via M&A para a oferta do portfólio completo dos serviços complementares aos seus, como a limpeza industrial (ilustração abaixo).

Sumário Plano de Crescimento da Companhia



Atividades das Controladas

No ano de 2016, os acionistas da Companhia aprovaram sua reestruturação societária, por meio da cisão parcial da Companhia, na qual os ativos da divisão de locação de equipamentos foram conferidos ao capital social de uma nova sociedade em 9 de janeiro de 2017, denominada Priner Locação de Equipamentos S.A. ("Priner Locação"), que é uma sociedade controlada pela

Companhia.

A participação das receitas com locação na receita consolidada da Companhia (Serviços + Locação – Eliminação entre Companhias), desconsiderando-se a controlada Smartcoat, tem oscilado aproximadamente entre 15% e 19% no período compreendido entre os dois últimos exercícios sociais já encerrados e o exercício atual A Priner Locação tem basicamente dois tipos de equipamentos locáveis: andaimes (feitos em aço ou alumínio) e habitáculos pressurizados e os respectivos acessórios. A Companhia paga *royalties* para duas empresas de origem escocesa, a WEB Rigging Services pelo uso dos sistemas suspensos, e a SafeHouse do Grupo Starn, pelo uso dos habitáculos pressurizados.

Em janeiro de 2017, a Companhia adquiriu 51% das quotas representativas do capital social da R&R, a qual foi criada em dezembro de 2010 e tem como atividade principal o projeto e a fabricação de isolamentos térmicos, acústico e proteção passiva contrafogo, todos removíveis e reutilizáveis. A R&R, a qual utiliza o nome fantasia de Isolafácil, paga *royalties* para a empresa inglesa Darchem Engineering e é certificada DNV, ABS e Lloyds Register. Após a aquisição da R&R, a Companhia conquistou novos contratos no segmento *offshore* de fornecimento de sistemas removíveis, consolidando sua estratégia de verticalização do âmbito dos serviços de isolamento flexível.

Em julho de 2017, a Companhia adquiriu 75% das ações representativas do capital social da Smartcoat, cuja atividade principal é a prestação de serviço de preparação de superfícies, pintura industrial, engenharia em revestimento e locação de equipamentos de hidrojato. Anteriormente à transação, a Smartcoat era concorrente da Companhia, embora atuasse no segmento *Offshore*, com foco em plataformas marítimas e navios de petróleo, enquanto a Companhia focava seus serviços no segmento *Onshore*. Dado a forte complementaridade das atividades de pintura e acesso, muitos clientes favorecem contratos com empresas que possam executar ambas as atividades. Fruto dessa união, em 2019 a Companhia venceu as licitações de manutenção da MODEC e Equinor.

Pontos Fortes da Companhia

A Companhia acredita que os seus principais pontos fortes incluem:

Liderança em serviços de engenharia industrial no Brasil, com ampla abrangência geográfica e qualidade comprovada por prêmios e certificações

A escala e abrangência nacional da Companhia a capacita a fornecer serviços, em qualquer localização do país, de forma eficiente. A Companhia é um dos maiores prestadores de serviços especializados de engenharia de manutenção industrial no Brasil. A Companhia acredita que a sua liderança de mercado a posiciona de maneira única para se beneficiar das oportunidades em setores globalmente competitivos e com alta perspectiva de crescimento no país, tais como Óleo & Gás, Petroquímica, Química, Papel e Celulose, Siderurgia, Naval, Mineração, Infraestrutura, Distribuição de GLP, Sucroenergético e Automobilístico.

A Companhia possui um sistema de gestão integrado em Qualidade, Saúde Ocupacional, Meio Ambiente e Segurança do Trabalho. Este Sistema de Gestão, certificado nas normas internacionais OHSAS 18001, ISO 9001, ISO 14001, SSPC QP1, DNV, ABS e Lloyd's Register, busca o aprimoramento contínuo e tem possibilitado a criação de um ambiente seguro e salutar ao longo dos anos. Além disso, a Companhia é reconhecida pelos clientes nos quesitos de saúde, segurança e meio ambiente, tendo recebido as seguintes premiações (os prêmios concedidos antes de 2013 foram concedidos em nome da Mills, uma vez que as atividades da Companhia eram desenvolvidas através da divisão de serviços industriais da Mills, que foi segregada em 2013 e resultou na constituição da Companhia):

- Prêmio 03 anos sem acidente reportável Dow Planta de PO- PG 2002
- Categoria Ouro pelo desempenho em SSMA na Braskem Ouro 2005;
- Prêmio Destaque em SSMA nas unidades da Braskem CS e PVC BA 2008;

- Prêmio de Índice de Prevenção em SEGURANÇA, SAÚDE e MEIO AMBIENTE Braskem CS e PVC AL – 2007;
- Prêmio Performance de SSMA na Millennium _Cristal 2008;
- Prêmio Zero Acidente Reportável Dow 2008;
- Prêmio Zero Acidente Reportável DOW 2008
- Prêmio Destaque Reconhecimento Braskem 2010
- Prêmio Capacete de Ouro /Dow SP 2017;
- Colaborador Destague em SSMA Petrobras -2018;
- Prêmio Performance em SSMA DOW ARATU 2018
- Reconhecimento da Chevron em SSMA
 2017;
- Reconhecimento em SSMA Ultracargo RJ 2018;
- Reconhecimento em excelência de SSMA na Rhodia 2019;
- Reconhecimento em SSMA Villares 2019.

Capacidade de oferecer, em tempo hábil, soluções inovadoras em engenharia e equipamentos de qualidade

O histórico de entrega de soluções únicas e em tempo hábil aos clientes da Companhia é uma vantagem competitiva em relação aos seus concorrentes, muitos dos quais não compartilham de escala, escopo e diferencial técnico da Companhia. A Companhia acredita que seus principais diferenciais são a capacitação técnica de seus profissionais, a capacidade desses de prestar serviços confiáveis e a flexibilidade de se ajustar rapidamente às necessidades mutáveis dos clientes da Companhia.

A Companhia é uma das poucas empresas de engenharia de manutenção especializada no Brasil com escala necessária para atender as crescentes demandas de seus clientes de grande porte. Além do mais, as parcerias da Companhia com grandes grupos internacionais propiciaram, e a Companhia acredita que continuarão a propiciar, acesso a novas técnicas e tecnologias que potencializarão a capacidade da Companhia de introduzir soluções inovadoras no mercado brasileiro. Por exemplo, a Companhia foi pioneira na introdução dos habitáculos pressurizados no Brasil e na fabricação de isolamentos removíveis com certificação ABS, DNV e Lloyds. A Companhia também foi a primeira empresa certificada pela SSPC (Society for protective coating), associação americana com foco na preservação de estruturas industriais e marítimas por meio de revestimentos de proteção de alto desempenho. A Companhia iniciou a utilização de telas corta-vento no segmento offshore e passou a utilizar o sistema de acesso alumínio suspensos por cabos tensionados e vigas (Priner Deck). Através da SmartCoat, a Companhia foi uma das pioneiras no uso de sistema de UHP (Ultra Alta Pressão) no Brasil, possuindo hoje uma das maiores frotas de equipamentos FLOW, de acordo com a Flow Corp, empresa americana com 50 anos de atividades, líder mundial em desenvolvimento e fabricação de tecnologia em jato de água a pressão ultra elevada para corte e hidrojateamento com foco total nesse segmento.

Fidedignidade e relacionamentos de longo prazo com clientes

O portfólio de clientes da Companhia inclui as maiores empresas e grupos industriais nos setores de Óleo & Gás, Petroquímica, Papel e Celulose, Mineração entre outros. O relacionamento de longa data da Companhia com esses clientes dá a oportunidade da Companhia de participar do planejamento e desenvolvimento de importantes projetos, potencializando suas chances de captar futuros contratos e fornecer serviços e equipamentos ao longo de todas as fases dos projetos. Confiabilidade, eficiência, agilidade e experiência são fatores críticos, e é por isso que os clientes escolhem a Companhia como parceiro preferencial para executar seus projetos. A credibilidade da Companhia e relacionamento de longo prazo com clientes também é evidenciado pelo seu currículo, que inclui uma extensa lista de projetos realizados com empresas brasileiras líderes em seus setores.

Capacidade comprovada de realizar sinergias de empresas adquiridas e alta resiliência, mesmo em tempos de crise

Entre 2015 e 2016, a receita líquida da Companhia cresceu 19,2%. A Companhia acredita que este número demonstra sua capacidade de gerar crescimento sólido, mesmo em condições de mercado desfavoráveis, como ocorreu durante a crise brasileira entre 2015 e 2016, onde o PIB do país retraiu 3,55% (2015) e o país sofria com instabilidade política. Nesse mesmo período, setores de clientes da Companhia sofreram um grande abalo com o escândalo "Petrolão" e a operação "Lava Jato". Entre 2012 e 2015, a presença da Companhia no segmento de CAPEX oscilou entre 35% e 45%. Desde o colapso das obras de investimento no Brasil, a receita da Companhia se tornou praticamente 100% em OPEX, demonstrando que a Companhia é capaz de gerar receita mesmo com condições adversas de mercado.

Parcerias estratégicas com grandes companhias internacionais de serviços industriais







A Companhia possui parcerias com algumas das maiores companhias no mundo, trazendo expertise e qualidade adicional para os serviços que presta:

- SafeHouse: empresa escocesa fundada em 2001, atuando em mais de 35 países. O principal serviço prestado em conjunto é o Habitat, desde 2013 quando essa parceria foi iniciada.
- Web Rigging Services: empresa escocesa fundada em 2006, especializada em soluções inovadoras de acesso, como alternativas para andaimes suspensos, em áreas underdeck. A parceria com a Companhia foi iniciada em 2016.
- Darchem Engineering: empresa inglesa fundada em 1954, especializada em tecnologia de isolamentos e sistemas corta-fogo, líder em tecnologia para altas temperaturas em diversas áreas. A parceria existe desde 2011 com a Companhia.

Equipe de gestão experiente e compromisso com práticas de governança corporativa

A equipe da Companhia tem significativa experiência nos segmentos em que atua, tendo comprovado histórico de desempenho operacional e financeiro, com sólidos resultados e reconhecimento dos clientes pelos serviços de qualidades prestados. Os diretores da Companhia trabalham juntos desde 2013 e possui uma média de 26 anos de experiência nos setores em que atua. Adicionalmente, há uma participação ativa do Conselho de Administração da Companhia, o qual conta com dois conselheiros independentes, um dos quais com mais de 40 anos de atuação nesse segmento e investidores liderados pela *Leblon Equities*, gestora fundada em 2008 e especializada em investimentos em empresas no Brasil. Desde 2017, a Companhia é uma companhia aberta e listada, demonstrando seu comprometimento com governança corporativa e transparência, o que capacita a Companhia a construir uma sólida credibilidade perante seus clientes, parceiros, colaboradores e acionistas.

Prestadora de serviços para setores competitivos e com alta perspectiva de crescimento

A Companhia presta serviços para grandes empresas nos segmentos de Óleo & Gás, Petroquímica, Química, Papel e Celulose, Siderurgia, Naval, Mineração, Infraestrutura e Distribuição de GLP, que possuem alta perspectiva de crescimento.

Recentemente, a Petrobras realizou alguns desinvestimentos, tais como a venda da TAG, a saída de vários campos maduros, venda da Liguigás. Além disso, em seu plano estratégico, os

desinvestimentos previstos variam entre US\$ 20-30 bilhões para o período 2020-2024. A Companhia acredita que a privatização desses ativos trará maior agilidade nas decisões de contratação e oportunidades para incremento de rentabilidade, incentivando soluções inovadoras de qualidade como as da Companhia. A Companhia também acredita que a privatização desses ativos destravará novos investimentos e aumentará a demanda por serviços inclusos no portfólio da Companhia.

A Petrobras passa por um momento de reequilíbrio financeiro e investimentos para aumento de capacidade de produção: é esperado um aumento nos investimentos e produção no período de 2020-2024, com redução de alavancagem financeira. O CAPEX previsto da Petrobras para 2020-2024 é de US\$ 75,7 bilhões, dos quais 85% estão alocados no segmento de Exploração & Produção. É esperado que a produção de óleo e gás atinja 3,5 milhões boed por dia até 2024, um aumento de 33% quando comparada com a produção de 2018. Além disso, espera-se que novos players privados internacionais invistam no setor de Óleo & Gás brasileiro.

Estratégia de Crescimento da Companhia

Nos últimos quatro anos, a Companhia aumentou, em média, sua receita líquida em 24% ao ano. Esses resultados refletem o forte crescimento orgânico da Companhia, bem como o desenvolvimento de novos serviços e aquisições. A Companhia fez e continua fazendo investimentos em pessoas, soluções, tecnologia e novos negócios, que resultem na oferta de produtos e serviços diferenciados para seus clientes. Os principais vetores de crescimento da Companhia são:

Aumento do portfólio de clientes e obras em segmentos de mercado que a Companhia já atua e que possuem significativo potencial de crescimento

A Companhia pretende aumentar sua participação em setores que já atua e que possuem grande potencial de crescimento nos próximos anos. Esses setores incluem: (i) Óleo & Gás, que deve ser impulsionado pela retomada nos investimentos pela Petrobras e entrada de novos players no setor; (ii) Petroquímico, que deve passar por uma restruturação do principal player Brasileiro, resultando em mais investimentos em manutenção; (iii) GLP, cuja manutenção de terminais e esferas de armazenamento tem sido incrementada recentemente e (iv) Mineração, que vem investindo muito mais em manutenção desde os acidentes de Mariana e Brumadinho. Desde 2015, a receita da Companhia se tornou praticamente 100% OPEX; com a retomada do CAPEX da indústria brasileira esperamos potencializar a geração de valor para nossa Companhia.

Entrada em novos setores de forma orgânica

A Companhia pretende expandir sua presença para tradicionais setores da economia que ainda não atende, tais como: (i) sucroenergético, que deve ser impulsionado pelo programa RenovaBio, que criará um mercado de crédito de descarbonização com regras claras permitindo uma maior atração de investimentos no setor de biocombustíveis; (ii) automobilístico, setor que demanda serviços de tratamento de superfície e pintura industrial das linhas de produção, (iii) geração de energia, tanto em usinas termoelétricas como em unidades eólicas, ambos em franca expansão no Brasil.

Aumento no portfólio de serviços organicamente e via M&A, buscando oportunidades de investimento e aquisições estratégicas

A Companhia pretende usar sua *expertise* para desenvolver novos serviços, tais como inspeções técnicas e serviços diversos com uso de ultra alta pressão no segmento *onshore*. Adicionalmente, a Companhia pretende realizar aquisições estratégicas e buscar oportunidades de investimentos em mercados atraentes, observadas as condições econômicas, para incrementar seu portfólio de

serviços e cobertura geográfica. Para tanto a Companhia já mapeou os mercados e os serviços complementares que irá atuar, identificando as melhores práticas na esfera de processo e de equipamentos para que a Companhia possa ter uma empresa de engenharia de manutenção com ainda mais produtiva e com forte componente de tecnologia.

Investimentos em tecnologia, recursos humanos, gerenciamento de projetos e políticas de segurança

A Companhia acredita que investimentos em equipamentos e tecnologias inovadoras, processos, pessoas e sistemas são fundamentais para a sua capacidade de oferecer serviços únicos e de alto valor agregado, soluções mais seguras, mais produtivas e com menor intensidade de mão de obra, comparativamente as práticas atualmente empregadas no Brasil, aumentando sua eficiência e competitividade. A Companhia pretende manter sua política de treinamento de novos colabores, investindo na continuada formação destes profissionais, visto que a Companhia acredita que sua qualidade técnica seja um importante diferencial competitivo.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

- 7.1 -A Informações específicas de sociedades de economia mista
- a. interesse público que justificou sua criação

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

b. atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

c. processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

a. produtos e serviços comercializados

Segmentos de negócios da Companhia

A Companhia oferece seus serviços por meio de dois segmentos de negócios: (i) Prestação de Serviços; e (ii) Locação de Equipamentos.

Segmento de negócio: prestação de serviços

Os serviços prestados pela Companhia compreendem serviços altamente especializados como o de projeto e montagem de acesso em ambiente industrial (*Onshore* e *Offshore*), tratamento de superfície e pintura industrial; projeto, fabricação e instalação de isolamento térmico, acústico, proteção passiva contrafogo e montagem e locação de habitáculos pressurizados. Os serviços da Companhia compreendem cerca de 70% (Schlumberger Consulting, 2011) da maior parte das despesas de manutenção industrial nos segmentos que a Companhia atua.

A tabela abaixo ilustra a quebra da receita da Companhia por tipo de serviço e segmentado pela presença em projetos *Onshore* ou *Offshore*.

Break-down da Receita - Período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019

| Distribuição do Faturamento por Disciplina e Setor, 2019 | | | | | | | | | |
|---|--------|---------|------------|---------|---------|------|--|--|--|
| Segmento | Acesso | Pintura | Isolamento | Habitat | Outros* | PESO | | | |
| Onshore | 39% | 14% | 4% | 0% | 5% | 61% | | | |
| Offshore | 10% | 21% | 4% | 4% | 0% | 39% | | | |
| | 49% | 35% | 8% | 4% | 5% | | | | |
| *Outros: caldeiraria, venda de usados, reparos em construção civil, | | | | | | | | | |

Os serviços da Companhia demandam a mobilização de equipamentos modernos, produtivos e leves. A Companhia tem investido preferencialmente em acesso feitos em alumínio, equipamentos de transporte vertical, máquinas de tratamento de superfície capazes de entregar alta qualidade com o mínimo de uso de mão-de-obra e sofisticados equipamentos de corte para o segmento de isolamento. A seleção de pessoal da Companhia é rigorosa e todos os novos funcionários passam por treinamentos adequados a cultura de segurança, qualidade e entrega da Companhia.

A Companhia desenvolve seu próprio sistema de medição automatizada de serviço, o que proporciona a Companhia controle, em tempo real, de todas as atividades de acesso e de pintura em andamento no Brasil. O BI (business intelligence) da Companhia é capaz de extrair dados de todas os projetos separadamente na granularidade que for necessária a boa tomada de decisão, por fim todo o controle de SMS (saúde, meio-ambiente e segurança) da Companhia é aprovado por 100% dos seus clientes e proporciona forte controle das melhores práticas de SMS em todos os projetos da Companhia. As características de bom planejamento, excelência em engenharia, treinamento adequado, mobilização de maquinaria moderna e muita eficiência faz a Companhia acreditar que há fortes barreiras de entrada no seu segmento.

Acesso

Temos um portfolio completo de soluções para os ambientes mais complexos aos mais simples.



Andaimes de Encaixe
Andaimes com sistema de
engates rápidos em todos os
componentes: poste, travessa,
diagonal, piso de alumínio,
rodapé extensível e escada. O
sistema atende às normas NR18 e NR-34.



PrinerUp
Sistema pantográfico e modular
de alumínio, indicado para
áreas internas como fornos e
silos. Leve, rápido e prático de
montar. Aplicavel na montagem
de projetos de caldeiras,
tanques internos e ambientes
confinados.



LinkDeck
Piso especial em alumínio
para grandes
comprimentos. Seu uso é
compatível com todos os
tipos de andaime.



Acesso por cordas Equipe treinada em alpinismo industrial para projetos especiais nas áreas de pintura, inspeção e isolamento térmico. Certificação IRATA e/ou ABENDI.

Em conformidade com a NBR15475 e operando com a NBR 15595.



PrinerDeck™

O sistema de acesso suspenso PrinerDeck é uma plataforma de trabalho, com pisos rígidos, e redes, apoiados em perfis com cabos de aço tensionados. Diminui em até 80% de tempo Homem-Dia. Aplicável em underdeck, pontes e viadutos.

Pintura Industrial

A proteção anticorrosiva é uma atividade de importância vital para a preservação patrimonial de linhas, equipamentos e estruturas metálicas.

A Priner e a Smartcoat possuem uma equipe qualificada e equipamentos de tecnologia avançada para soluções em todos os segmentos do mercado industrial.



Preservação Patrimonial Atividade que impacta diretamente na manutenção e no ciclo de vida útil da unidade fabril, reduzindo também os riscos ambientais.



Projeto sob medida
Painéis unidos uns aos
outros e vedados
internamente permitem a
passagem de tubulações e
placas estruturais dentro da
câmara.

Continu

Pintura Industrial



Canteiro Cabine de Jato Jateamento automático Cabine de pintura



Offshore e Indústria

- Cabines Temporárias
- Hidrojateamento UAP (UHP) - Maior frota privada do Brasil
- . Hidrojato com Abrasivo
- Pintura



Offshore e Indústria

- . Cabines Temporárias . Hidrojateamento UAP (UHP) - Maior frota privada do Brasil
- Hidrojato com Abrasivo Pintura



Segurança e confiabilidade Inspetores qualificados pela ABRACO, SEQUI, ISOs 9001, 14001 e OHSAS 18001.



Controle de qualidade

O laboratório de análise de tintas da Smartcoat contribui para avaliar as possibilidade de falhas nos esquemas de pintura, e a durabilidade da proteção anticorrosiva, proporcionada pelos revestimentos. Atua em parceria com fornecedores e clientes.

Isolamento Térmico

A Priner tem soluções eficientes de isolamento térmico visando a conservação energéticae a redução de riscos operacionais. Contamos com um corpo técnico altamente qualificado e com larga experiência no mercado industrial: plantas novas, ampliações, manutenção preventiva e corretiva.





Convencional

- · A frio
- A quente rígido
- A quente flexível
- Revestimento em chapas metálicas
- Concreto refratário
- Soldagem de stud welding
- Evita queimaduras de contato

Continua

Isolamento Térmico e PFP



Removível e Reutilizável

- Fácil instalação, dispensando uso de ferramentas e mão de obra especializada.
 Removível, permite acesso fácil e rápido para inspeção e manutenção dos equipamentos.
- Reutilizável, podendo ser recolocado a qualquer momento, funcionando como uma capa.
- Possui revestimento, o que dispensa a necessidade de proteção com chapa metálica.
- Reduz o tempo de parada para execução do isolamento.



PFP - Proteção Passiva contra fogo

- 180 minutos de proteção, com certificação Lloyd's, contra condições de incêndio em poça de hidrocarboneto (UL 1709) e jato de fogo (ISO 22899-1 e OTI 95-634).
- Proteção customizada para válvulas, atuadores, tubulações, vasos, bandejas e instrumentos.
- Resistência a explosão com pressão de 1.62 bar.
- Painéis de acesso para manutenção e inspeção.
- Permite inclusão de ventilação de gases e sistema de resfriamento.

Habitat

O habitáculo pressurizado permite a execução de trabalhos a quente como solda, corte e esmerilhamento, em Áreas Classificadas. Ideal para uso em plataformas offshore de produção de petróleo, refinarias, plantas industriais e terminais petroquímicos.



Flexibilidade
Painéis unidos uns aos
outros e vedados
internamente permitem a
passagem de tubulações e
placas estruturais dentro da



Segurança e Economia
Câmara pressurizada
utilizada em locais com
rígidos requisitos de
segurança para execução de
trabalhos a quente como
solda, corte e
esmerilhamento. Ideal para
uso em plataformas offshore
de produção de petróleo,
refinarias, plantas e terminais
petroquímicos.



Certificações

EX/ATEX (Appareils destinés à être utilisé en ATmosphères Explosives) UL-BR (INMETRO) SBAC – Atmosferas explosiva zona 1 e 2.

A maior parte da receita da Companhia provém do fornecimento de serviços de montagem e locação de estruturas de acesso para plantas industriais. A maioria desses contratos atende à demanda de manutenção constante (OPEX, atividades recorrentes) de unidades industriais, e de maneira geral possuem uma duração que varia de um a três anos, mas que são frequentemente renovados. A Companhia possui alta taxa de renovação de contratos da Companhia no segmento privado, demonstrando que os clientes aprovam e confiam nos serviços da Companhia.

A segunda fonte de receita mais relevante da Companhia advém da prestação de serviços de tratamento de superfícies, onde a Companhia utiliza equipamentos de baixa, alta e ultra alta pressão de água, para o tratamento de superfícies de aço seguida de pintura industrial. Na filial de Macaé da Companhia há duas cabines de jatos abrasivos e uma cabine de pintura, as quais atendem à demanda de pintura para peças e equipamentos semiacabados para montagem offshore. A Companhia também montou uma estrutura de jato e pintura no porto do Açu, dentro das dependências da DOME, para o atendimento das demandas futuras dessa região com exclusividade de 5 anos.

Uma outra parcela importante da receita da Companhia provém de serviços idênticos aos citados acima, entretanto realizados durantes os períodos de "paradas operacionais" das plantas industriais. Nesses casos, há uma mobilização de um alto contingente de recursos, sejam humanos ou materiais, em um curto espaço de tempo, e as atividades duram entre uma e quatro semanas, em turnos de até 24 horas. Esta interrupção da unidade industrial significa perda de receita para os clientes, sendo a confiança na capacidade em conduzir os trabalhos de forma segura e pontual um fator decisivo para escolha do prestador de serviço, motivo pelo qual a Companhia tem se destacado frente à concorrência. As paradas programadas ocorrem ao longo de todo o ano em diferentes indústrias, sendo, portanto, eventos recorrentes.

Segmento de negócio: Locação de Equipamentos

A Companhia atende a diversos segmentos industriais através da locação de equipamentos de acesso, bombas de ultra alta pressão (UHP) e fornecimento de habitáculos pressurizados.

Os habitáculos permitem que os clientes da Companhia evitem interrupções em atividades onde há presença de gases explosivos para a realização de serviços a quente de manutenção (solda, corte, esmerilhamento, etc.), pois eliminam o risco de explosão ao evitar contato de fagulhas com gases explosivos através da pressurização do ambiente e detecção de gás.

Para oferecer as melhores soluções de acesso, a Companhia conta com uma gama de equipamentos que proporcionam o projeto ideal para cada situação, o que leva a Companhia a desempenhos diferenciados. As atividades de logística de mobilização, manutenção e montagem desses acessos exigem conhecimentos técnicos e das especificidades de cada indústria, de domínio das equipes de Logística e Engenharia da Companhia, colocando a Companhia em posição privilegiada para os atendimentos. Um exemplo disso é a presença dominante nas plataformas offshore, onde sempre é demandado soluções rápidas e mais leves.

INDICADORES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

A tabela a seguir ilustra a evolução dos resultados operacionais e financeiros da Companhia ao longo dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018 e nos períodos de 9 meses findos em 30 de setembro de 2018 e 2019:

| Indicadores Operacionais e Financeiros | Período de nov em 30 de se | Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de | | | | |
|--|-------------------------------|---|--------------|-------------|-------------|--|
| | 2019 | 2018 | 2018 | 2017 | 2016 | |
| | (em milhões de | e R\$, exceto qua | ando indicad | do de manei | ra diversa) | |
| Número de Clientes | 265 | 255 | 281 | 229 | 114 | |
| Priner | 112 | 114 | 127 | 101 | 114 | |
| Smartcoat | 33 | 31 | 34 | 38 | NA | |
| R&R | 120 | 110 | 120 | 90 | NA | |
| Receita Líquida | 260,7 | 240,3 | 327,2 | 236,5 | 204,1 | |
| Prestação de Serviços | 218,2 | 209,4 | 283,0 | 201,6 | 182,4 | |
| Locação | 42,5 | 30,9 | 44,2 | 34,9 | 21,7 | |
| Lucro Bruto | 34,0 | 26,5 | 45,0 | 33,4 | 47,1 | |
| Margem Bruta | 13,0% | 11,0% | 13,8% | 14,1% | 23,1% | |
| EBITDA | 17,0 | 21,6 | 29,8 | 4,7 | 21,6 | |
| Margem EBITDA | 6,5% | 9,0% | 9,1% | 2,0% | 10,6% | |
| Lucro Líquido | -5,4 | -0,3 | 5,1 | -7,4 | 6,3 | |
| Margem Líquida | -2,1% | -0,1% | 1,6% | -3,1% | 3,1% | |

ENDIVIDAMENTO

A tabela a seguir ilustra a evolução do endividamento da Companhia, que está detalhada no item 3.2, "ii", ao longo dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018 e nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e 2019:

| Endividamento | Período de nove mo de setem | | Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de | | | |
|---|--------------------------------|--------------------|---|----------------|--------|--|
| | 2019 | 2018 | 2018 | 2017 | 2016 | |
| | (em milhares | de R\$, exceto qua | ando indicado d | de maneira div | ersa) | |
| Dívida Bruta | | | | | | |
| Curto Prazo | 29.695 | 52.335 | 60.773 | 50.014 | 37.578 | |
| Longo Prazo | 66.073 | 22.887 | 20.398 | 26.314 | 1.928 | |
| Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras e mútuos a receber | 27.078 | 5.123 | 3.719 | 2.508 | 12.063 | |
| Dívida Líquida | 68.690 | 70.099 | 77.452 | 73.820 | 27.443 | |
| Índice de endividamento (Divida líquida/EBITDA últimos doze meses) | 2,7 | 3,7 | 2,6 | 15,8 | 1,27 | |
| Patrimônio Líquido | 59.973 | 60.675 | 66.129 54.774 | | 55.790 | |

b. receita proveniente dos segmentos e sua participação na receita líquida da Companhia

| Valores | Receita | % na | Receita | % na | Receita | % na | Receita | % na |
|-----------------------------|---|---------|-------------------------------------|---------|-------------------------------------|---------|-------------------------------------|---------|
| expressos | | Receita | | Receita | | Receita | | Receita |
| em milhares de reais | Período de nove meses findo em | Líquida | Exercício social (31/12/2018) | Líquida | Exercício social (31/12/2017) | Líquida | Exercício social (31/12/2016) | Líquida |
| | 30/03/2013 | | | | | | | |
| Prestação de Serviços | 218.238 | 83,70% | 283.011 | 86,5% | 201.620 | 85,3% | 182.372 | 89,3% |
| Locação | 42.487 | 16,30% | 44.226 | 13,5% | 34.882 | 14,7% | 21.740 | 10,7% |
| Total | 260.725 | 100% | 327.237 | 100,0% | 236.502 | 100,0% | 204.112 | 100,0% |

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

| Valores | Lucro | % no Lucro | Lucro | % no | Lucro | % no | Lucro | % no |
|-----------|--------------------|------------|--------------------|----------|--------------------|----------|--------------------|---------|
| expressos | Líquido/(Prejuízo) | Líquido | Líquido/(Prejuízo) | Lucro | Líquido/(Prejuízo) | Lucro | Líquido/(Prejuízo) | Lucro |
| em | | | | Líquido | | Líquido | | Líquido |
| milhares | Período de nove | | Exercício social | | Exercício social | | Exercício social | |
| de reais | meses findo em | | | | | | | |
| | | | (31/12/2018) | | (31/12/2017) | | (31/12/2016) | |
| | 30/09/2019 | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| Prestação | (20.276) | 373,13% | (14.626) | (284,5%) | (19.846) | 268,6% | 436 | 6,9% |
| de | | | | | | | | |
| Serviços | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| Locação | 14.842 | (273,13%) | 19.766 | 384,5% | 12.458 | (168,6%) | 5.833 | 93,1% |
| | | | | | | | | |
| Total | (5.434) | 100,0% | 5.140 | 100,0% | (7.388) | 100,0% | 6.269 | 100,0% |
| | | | | | | | | |

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

a. Características do processo de produção

A Companhia terceiriza todo o processo de fabricação dos equipamentos utilizados em suas operações, tanto para o segmento de prestação de serviços quanto da locação. Vide item 7.3(e) abaixo.

b. Características do processo de distribuição

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS,

Nos segmentos *Onshore* e *Offshore*, a Companhia presta serviços e realiza locação de equipamentos especializados nas seguintes áreas: acesso industrial, pintura industrial e isolamento térmico.

Os clientes da Companhia possuem unidades expostas a intempéries, tais como maresia em alto mar, cloro, salmoura e outros gases corrosivos. Dado que a totalidade das unidades industriais são feitas em aço, a corrosão é um fenômeno frequente que é intensificado por tais intempéries. Adicionalmente, em geral plantas industriais são muitos altas, o que demanda a montagem de acessos frequentes, seja para atividades de manutenção de rotina como mecânica, elétrica ou caldeiraria. Também as plantas industriais trabalham com transporte por tubovias de água, produtos ou vapor em altas temperaturas, portanto a perda de temperatura tem impacto significativo nas despesas de energia. O foco da Companhia é contribuir com a integridade operacional dos ativos dos seus clientes através dos serviços de acesso, pintura, isolamento e *habitat*.

O ciclo de serviços compreende: 1) visita a planta e delineamento dos serviços; 2) elaboração de projeto com estimativa da quantidade de pessoas, máquinas e equipamentos, 3) aprovação do cliente das soluções propostas, em geral há uma defesa técnica, 4) entrega de proposta comercial e 5) mobilização das equipes. Em geral, os contratos de manutenção, nos segmentos em que a Companhia atua, tem duração de 1 a 3 anos e são renovados várias vezes ou relicitados no sentido de sempre manter preços compatíveis com o mercado.

Nos segmentos de pintura Offshore, a companhia detém extensa frota de equipamentos de tratamento anticorrosivo e completo laboratório de controle de qualidade, com presença em diversas unidades operacionais em produção e construção, tais como P-55, P-53, P-76, P-62, FPSO Cidade de Niterói, Santos, Mangaratiba, Angra dos Reis, dentre outras. No segmento de acesso, é crucial a excelência do projeto e o tipo de material (mais leves e versáteis melhor), sendo que a Companhia mantém em seus quadros projetistas experientes e acredita possuir um dos maiores volumes de andaimes de aço e alumínio do país. Tendo iniciado sua presença nesse setor ainda na construção das primeiras unidades de produção de petróleo em alto mar na década de 80, a Companhia vem desde então aprimorando seu conhecimento em projetos, gestão e tecnologia de acesso.

A totalidade dos projetos são vencidos em licitações abertas. No caso dos clientes do setor privado há um convite para um número máximo de quatro empresas, ao passo que no caso da Petrobras é publicada uma um edital no site Petronect, por onde também se envia as propostas por meio eletrônico.

O processo de mobilização de equipes é composto de uma matriz de treinamento que varia em função do cliente e do projeto. A Companhia possui rotina de planejamento de mobilização e desmobilização para a totalidade dos seus projetos. Na visão da Companhia, um dos fatores que contribuem para sua vantagem frente à concorrência é o forte emprego de acesso feitos em alumínio, grande número de equipamentos de transporte vertical, máquinas de tratamento de superfície capazes de entregar alta qualidade com o mínimo de uso de mão-de-obra e sofisticados equipamentos de corte para o segmento de isolamento.

A Companhia tem um setor de orçamento centralizado o qual visualiza e registra as melhores práticas em todo o país. É também centralizada o controle das equipes de execução de obra, treinamento,

PÁGINA: 100 de 333

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

compras e logística. Dessa forma minimiza-se perdas e reduz-se possíveis ociosidades de pessoal ou equipamento.

Os equipamentos do tipo andaimes de encaixe podem ser fabricados no Brasil, com projetos próprios, ou serem importados, sendo a decisão de fabricar localmente ou importar é tomada em função da quantidade, prazo e preço. Os acessórios de montagem do sistema PrinerDeck tem origem em vários países, com maior presença da Inglaterra. As máquinas para serviços de fabricação de isolamento são importadas da Alemanha. Os habitats são todos importados da Escócia e sem similares nacionais. Por fim, os equipamentos de hidrojateamento e tratamento de superfícies são majoritariamente importados dos EUA, entretanto a Companhia mapeou, para fins de novas aquisições de equipamentos, fabricantes com excelente know-how no segmento de ultra alta pressão na Alemanha.

II. LOCAÇÃO

A locação de equipamentos é um segmento crescente na Companhia, excluindo-se a Smartcoat, nos últimos 12 meses, o peso das receitas oriundas de locação simples saltou de 14.7% para 19.4% da receita mensal. A Companhia aluga máquinas de hidrojateamento, andaimes de aço e alumínio, pisos em alumínio, pistolas de pinturas e máquinas de jato úmido. A tabela abaixo mostra a evolução trimestral das receitas oriundas de locação na Priner Serviços e Priner Locação. Vale observar que houve um incremento de 79% nas receitas de locação no período indicado e 29% nas receitas de serviços.

Receita de Serviços e Locação, 1T18 – 3T19, Priner Serviços e Locação. (R\$ MM)

| Sumário Trimestral 1T18 - 3T19 | 1T18 | 2T18 | 3T18 | 4T18 | 1T19 | 2T19 | 3T19 |
|-----------------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Receita Serviços MM | 45,5 | 46,8 | 48,2 | 58,1 | 50,2 | 58,3 | 58,5 |
| Receita Locação MM | 7,8 | 9,7 | 9,0 | 11,3 | 12,6 | 13,2 | 14,0 |
| Peso Locação | 14,7% | 17,1% | 15,8% | 16,3% | 20,1% | 18,5% | 19,4% |
| Peso Serviços | 85,3% | 82,9% | 84,2% | 83,7% | 79,9% | 81,5% | 80,6% |

A locação ocorre em dois cenários distintos: 1) no segmento *Onshore*, quando o cliente possui a mão-de-obra ou paga a equipe da Companhia em contratos separados; 2) no *Offshore*, onde geralmente o pagamento de pessoal e equipamentos é realizado por diárias (*man and material*). Exceto andaimes e equipamentos de pintura no *Offshore*, a Companhia ainda não faz outras locações.

A gestão de andaimes possui uma gestão centralizada e três depósitos, localizados em Camaçari, Rio de Janeiro e Barueri (SP). Os equipamentos locáveis de pintura e tratamento de superfície estão lotados na filial de Macaé. Todos os equipamentos e materiais são geridos por ferramentas de software desenvolvidas e customizadas para o setor da Companhia. A logística de distribuição de equipamentos é de responsabilidade do Diretor de Operações.

c. Características do mercado de atuação, em especial:

I. participação em cada um dos mercados

A Companhia acredita ser um dos maiores prestadores de serviços especializados de engenharia de acesso e locação de equipamentos de acesso para o mercado brasileiro. Com a aquisição de 75% da Smartcoat, a Companhia passou a ter participação relevante no mercado brasileiro de prestação de serviços para tratamento de superfícies e pintura industrial. A Companhia também possui participação no mercado brasileiro de prestação de serviços de isolamento. Além disso, a Companhia é líder no mercado brasileiro de locação de habitáculos pressurizados.

II. condições de competição nos mercados

PÁGINA: 101 de 333

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

A Companhia enfrenta significativa concorrência em todos os mercados em que atua, com exceção do mercado de locação de habitáculos pressurizados, andaimes suspensos e sistemas de isolamento removível.

No mercado de engenharia de acesso e locação de equipamentos de acesso, no qual ocupa posição de liderança, a Companhia acredita deter vantagens competitivas relevantes, por oferecer soluções com alto grau de excelência, segurança e inovação, a custos competitivos, sendo capaz de cumprir ou superar os prazos esperados pelos clientes em potencial. Principais concorrentes: RIP (Kaefer), Rohr, Reframax e Mansery.

A Companhia enfrenta significativa concorrência nos mercados de fornecimento de serviços de tratamento de superfície, pintura industrial e isolamento. A Companhia é uma das líderes no segmento de manutenção industrial, conforme pode ser observado na revista O Empreiteiro, Ranking Geral 2019. Principais concorrentes da Companhia: Pinturas Ypiranga, Macseal, PSV, Solina, COMAU, RIP (Kaefer), Reframax, Manserv, Isar e AVSK *Solutions*.

A concorrência no mercado de locação de habitáculos pressurizados é composta por apenas uma empresa, com participação de mercado bastante reduzida até o momento: Step Oil & Gas, de origem portuguesa.

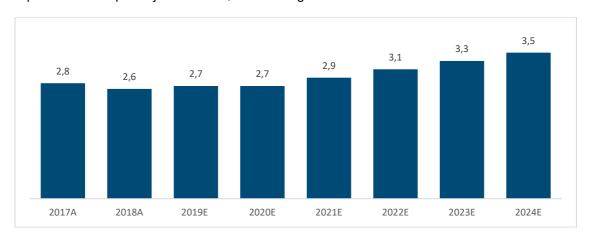
III. atualização sobre os principais setores de atuação

A Companhia atua prestando serviços industriais a diversos setores, e acredita que seus principais motores de crescimento são as tendências de crescimento nestes setores.

Óleo e Gás

Recentemente, a Petrobras realizou alguns desinvestimentos, tais como a venda da TAG, a saída de vários campos maduros, venda da Liquigás. Além disso, em seu plano estratégico, os desinvestimentos previstos variam entre US\$ 20-30 bilhões para o período 2020-2024. A Companhia acredita que o desinvestimento desses ativos trará maior agilidade nas decisões de contratação e oportunidades para incremento de rentabilidade, incentivando soluções inovadoras de qualidade como as da Companhia. Também acredita que o desinvestimento desses ativos destravará novos investimentos e aumentará a demanda por serviços inclusos no portfólio da companhia.

A Petrobras passa por um momento de reequilíbrio financeiro e investimentos para aumento de capacidade de produção (conforme http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/radar/171019_radar_53_cap_3.pdf): é esperado um aumento nos investimentos e produção no período de 2020-2024, com redução de alavancagem financeira. O CAPEX previsto da Petrobras para 2020-2024 é de US\$ 75,7 bilhões, dos quais 85% estão alocados no segmento de Exploração & Produção. É esperado que a produção de óleo e gás atinja 3,5 milhões boed por dia até 2024, um aumento de 33% quando comparada com a produção de 2018, conforme gráfico abaixo:



PÁGINA: 102 de 333

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Fonte: Petrobras (disponível em: https://www.investidorpetrobras.com.br/ptb/16065/FR-Novo%20PNG%202020-24-Portugues-FINAL.pdf)

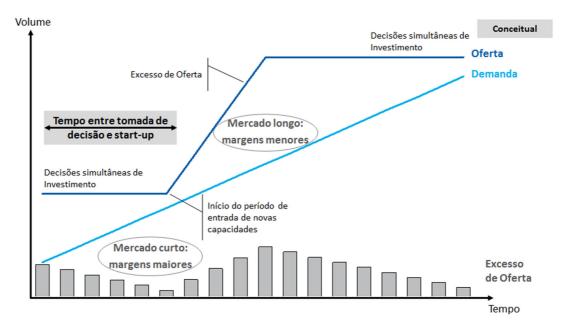
Além disso, novos players estão entrando no setor de Óleo & Gás através das rodadas de licitações que já ocorreram e que estão a ocorrer:



A 16º rodada de licitações foi a primeira do calendário de grandes leilões e arrecadou R\$8,9 bilhões em bônus de assinatura, valor recorde entre as rodadas de concessão já realizadas no Brasil. As empresas que participaram do processo foram: BP, Chevron, CNOOC, Ecopetrol, Enauta, Equinor, ExxonMobil, Karoon, Murphy, Petrobras, Petrogal, Petronas, QPI, Repsol, Shell, Total e Wintershall. As que arremataram pelo menos um bloco foram: BP, Chevron, Equinor, ExxonMobil, Petrobras, Petronas, QPI, Repsol, Shell, Total e Wintershall. Estima-se de três a quatro novas plataformas no litoral dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo e uma produção adicional de 400 a 500 mil barris por dia.

Petroquímico

O setor petroquímico é marcado por ciclos: quando a economia mundial está crescendo, os investimentos na indústria petroquímica aumentam e consequentemente sua capacidade produtiva. Quando a oferta for elevada pela alta capacidade produtiva da indústria, os preços caem. Em outras palavras, Investimentos em novas capacidades na Indústria Petroquímica não ocorrem linearmente com a demanda, o que causa um excesso de oferta significante em certos momentos do ciclo.



Fonte: Braskem (disponível em: https://www.braskem.com.br/RI/o-setor-petroquimico)

PÁGINA: 103 de 333

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Nos primeiros meses de 2018 (conforme valuation Book Braskem, vide https://www.braskem.com.br/ri), o setor começou a entrar no período de "start-up" de novas capacidades produtivas, principalmente em projetos base etano nos EUA que atrasaram e estão no momento em fase de comissionamento. O ciclo de baixa deve ser bem menor que o esperado, pois o atraso nesses projetos forneceu tempo para que a demanda mundial crescesse e absorvesse o excesso de capacidade criado. É esperado que a próxima onda de novas capacidades deve acontecer apenas após 2020.

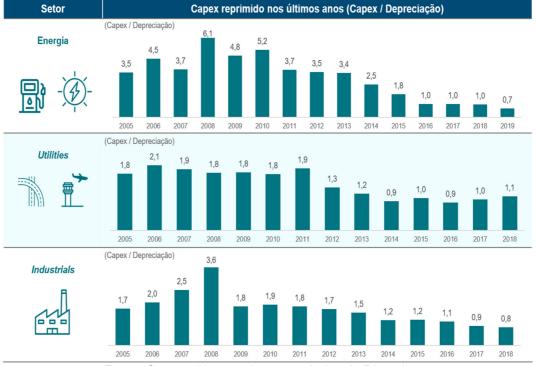
No Brasil, com a queda de juros e projeções de aquecimento da economia, o setor de construção civil será beneficiado e, portanto, o consumo de PVC e outros materiais terá forte crescimento. Considerando que a construção civil é responsável por aproximadamente 70% das aplicações de PVC, acreditamos que isso pode beneficiar o setor Petroquímico nos anos seguintes.

Papel e Celulose

São estimados investimentos acima de USD 19 bilhões em CAPEX e USD 292 milhões em OPEX (Industrial Info, 2019) para os próximos 5 anos. A Klabin, por exemplo, iniciou o Projeto Puma II em 2019 e é o maior investimento da história da empresa. A primeira etapa do projeto está relacionada a construção de uma linha de fibras para produzir celulose não branqueada integrada a uma máquina de papel Kraftliner e Kraftliner Branco, com capacidade anual de 450 mil toneladas. Na segunda etapa, será construído uma linha de fibras complementar integrada a uma máquina de papel Kraftliner com capacidade de 470 mil toneladas anuais e será realizada a expansão das estruturas de apoio. É esperado um investimento de R\$9,1 bilhões nesse projeto até 2023.

CAPEX reprimido nos últimos anos

Nos últimos anos, o Brasil passou por anos desafiadores, incluindo o impeachment de uma Presidente e retração do PIB. Essa conjuntura fatores causou uma queda de confiança do empresário industrial e uma redução nos investimentos. Para os próximos anos, com a atual recuperação da confiança e projeção de crescimento do PIB, a Companhia acredita que os investimentos em CAPEX poderão ser retomados. Os gráficos abaixo evidenciam a queda de investimentos em setores selecionados:



Fonte: Companhia, com base em dados da Bloomberg.

PÁGINA: 104 de 333

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

d. eventual sazonalidade

Excluindo-se períodos atípicos na economia nacional, historicamente observa-se redução do nível de atividades da Companhia no primeiro trimestre, em face de férias coletivas e lentidão na retomada das atividades de manutenção de alguns clientes.

e. principais insumos e matérias primas (i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável (ii) eventual dependência de poucos fornecedores (iii) eventual volatilidade em seus preços

As matérias primas necessárias para a fabricação dos equipamentos utilizados pela Companhia são, normalmente, chapas e tubos de aço, assim como perfis de alumínio, cujos preços tendem a acompanhar a oscilação de tais *commodities*. A Companhia possui diversas opções de fornecedores de matérias primas. A escolha dos fornecedores é influenciada, principalmente, pelo preço cobrado e qualidade oferecida.

O processo de produção dos equipamentos utilizados pela Companhia é terceirizado. Devido ao padrão de qualidade que os mesmos devem apresentar, a Companhia possui rol restrito de empresas homologadas para realizar a transformação e montagem dos referidos equipamentos. Até meados de 2016, a Companhia adquiria as matérias primas necessárias para produção de seus equipamentos e as entregavam a terceiros, responsáveis pela sua industrialização e transformação. Esse processo demandava necessidade de controles adicionais, os quais não agregavam valor ao produto final. A partir do segundo semestre de 2016, a Companhia negociou condições comerciais com fornecedores de aço e alumínio. Deste então, após concorrência e seleção de empresas fabricantes dos produtos que utiliza em seu processo produtivo, as mesmas passaram a adquirir a matéria prima diretamente dos fornecedores de aço e alumínio, com base nas condições comerciais negociadas pela Companhia.

Habitualmente, os compromissos da Companhia com fornecedores são de curto prazo e os preços cobrados podem sofrer volatilidade em função dos preços da mão de obra e das *commodities* que são usadas na fabricação de seus equipamentos, principalmente aço e alumínio.

PÁGINA: 105 de 333

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019, 10 clientes representaram, aproximadamente, 78% (setenta e oito por cento) das receitas líquidas totais da Companhia. No mesmo período, 133 clientes representaram, aproximadamente, 22% (vinte e dois por cento) das receitas líquidas totais da Companhia.

Em 2018, 10 clientes representaram, aproximadamente, 80% (oitenta por cento) das receitas líquidas totais da Companhia, três dos quais representaram, aproximadamente, 26%, 13% e 10%. No mesmo período, 136 clientes representaram, aproximadamente, 20% (vinte por cento) das receitas líquidas totais da Companhia.

Em 2017, 20 clientes representaram, aproximadamente, 80% (oitenta por cento) das receitas líquidas totais da Companhia, dois dos quais representaram, aproximadamente, 27% e 12%. No mesmo período, 109 clientes representaram, aproximadamente, 20% (vinte por cento) das receitas líquidas totais da Companhia.

Em 2016, 15 clientes representaram, aproximadamente, 80% (oitenta por cento) das receitas líquidas totais da Companhia, dois dos quais representaram, aproximadamente, 27% e 11%. No mesmo período, 99 clientes representaram, aproximadamente, 20% (vinte por cento) das receitas líquidas totais da Companhia.

O quadro a seguir demonstra os únicos clientes que representaram, individualmente, valor superior a 10% das receitas líquidas nos anos de 2016, 2017 e 2018 e no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019.

| | Período de | | | |
|------------------|--------------|--------|--------|--------|
| | nove meses | | | |
| | encerrado em | | | |
| | 30/09/2019 | 2018 | 2017 | 2016 |
| Maior cliente | 21,7% | 26,32% | 26,98% | 26,98% |
| 2º maior cliente | 12,6% | 12,53% | 1,84% | 1 |
| 3º maior cliente | 11,1% | 10,20% | 11,81% | 10,68% |

O quadro a seguir demonstra a receita líquida dos clientes com participação superior a 10% nos anos de 2016, 2017 e 2018 e no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019.

| Valores expressos em milhares de reais, para clientes com participação superior a 10% | Período de nove meses encerrado em 30/09/2019 | 2018 | 2017 | 2016 |
|---|--|--------|--------|--------|
| Maior cliente | 56.530 | 86.125 | 63.809 | 55.069 |
| 2º maior cliente | 32.788 | 41.017 | 4.344 | - |
| 3º maior cliente | 28.828 | 33.370 | 27.925 | 21.799 |

PÁGINA: 106 de 333

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Não há regulação específica sobre as atividades exercidas pela Companhia. A Companhia não precisa de autorizações ou licenças adicionalmente àquelas exigidas de toda sociedade comercial.

b. política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Considerando a natureza de suas atividades, a Companhia não adota política ambiental e não está sujeita a regulamentos ambientais específicos. Os principais impactos ambientais da Companhia são o processo de manutenção dos seus equipamentos, que envolvem, entre outros, compensados, tintas e óleos lubrificantes. A Companhia busca mitigar os possíveis impactos ambientais oriundos de suas atividades através do levantamento dos aspectos e busca pelo seu descarte adequado. Como exemplo, citamos o descarte adequado dos óleos lubrificantes através da separação e descarte em empresas licenciadas. São realizados investimentos também nos sistemas de separação de áqua/óleo oriundos da lubrificação/lavagens das máquinas e posterior descarte adequado junto a empresas licenciadas. Com o objetivo de reduzir a utilização de óleos na lubrificação de seus equipamentos, a Companhia tem investido expressivos recursos em andaimes de encaixe para o ambiente industrial, que dispensam a utilização de braçadeiras e luvas de união com parafusos e utilizam sistema de cunhas de encaixe, que além de dispensar manutenção com óleos lubrificantes, também proporcionam ganhos de produtividade e competitividade. A Companhia tem investido expressivos recursos para gradualmente substituir em andaimes os pisos de madeira por pisos de alumínio, mais duráveis e ecologicamente corretos, contribuindo, desta forma, para a redução da extração de árvores e para a manutenção de um planeta mais verde. Além disso, a Companhia tem produtos que reduzem o impacto ambiental, principalmente o uso de novas formas, escoramentos e estruturas metálicas, que reduzem o uso de madeira no processo construtivo. A Companhia atua com responsabilidade ambiental na aquisição de madeiras utilizadas para execução dos serviços. Todas as madeiras utilizadas em seus equipamentos são de fontes legais e licenciadas pelo Ministério do Meio Ambiente - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis, e a Companhia mantém arquivadas cópias de todas as documentações legais pertinentes relativas à origem, transporte e cadastro de seus fornecedores, com destague para o DOF - Documento de Origem Florestal. Os equipamentos danificados nas obras, quando classificados como impróprios para reutilização, são transformados em peças de tamanhos menores ou descartados com seu posterior envio para reciclagem. No descarte, as peças em aço carbono são enviadas para siderúrgicas e se transformam em outros produtos metálicos; os pisos e vigas em alumínio são enviados para reprocessamento em usinas, retornando para a Companhia em novos produtos com as mesmas características; e os pisos em madeira são enviados para parceiros credenciados que transformam este resíduo em fonte de energia.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Desde a sua constituição, a Companhia utilizava a marca "Mills SI", nos termos de contrato de licença de uso de marca firmado com a Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. A partir de outubro de 2016, a Companhia passou a utilizar a marca "Priner", de sua titularidade. A Companhia não espera que haja um impacto substancial nas suas operações em decorrência de mudanças de marca.

O desenvolvimento de suas atividades não depende de marcas secundárias, patentes, concessões, franquias e contratos de royalties. Não obstante, a Companhia possui parcerias com algumas das maiores companhias no mundo, trazendo expertise e qualidade adicional para os serviços que presta.

Possuímos contrato de licença com a empresa escocesa Safehouse Habitats (Scotland) Ltd, através do qual fomos autorizados a comercializar com exclusividade os produtos da licenciante, incluindo

PÁGINA: 107 de 333

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

habitáculos pressurizados, bem como a prestar serviços relacionados a tais produtos, no Brasil e pagamos um percentual sobre a receita líquida da comercialização dos produtos.

Este contrato foi iniciado em 2009 e renovado até 31 de dezembro de 2021. Não podemos distribuir, vender, revender, locar ou manufaturar bens que concorram diretamente ou indiretamente com os produtos objeto do contrato, durante o prazo de vigência deste contrato."

A Companhia possui contrato de licença com a empresa escocesa WEB Riggind Ltd, através do qual a Companhia foi autorizada a fabricar e comercializar com exclusividade pisos do andaime de acesso suspenso PrinerDeck (WEB Deck™) no Brasil utilizando a tecnologia da licenciante, e pagando um percentual sobre a receita líquida baseado no total de pisos fabricados e comercializados no Brasil. Este contrato foi iniciado em junho de 2016 e é válido até junho de 2021.

Por fim, a Companhia possui contrato de licença com a empresa inglesa Darchem Engineering Limited, através do qual foi autorizada a fabricar e comercializar com exclusividade isolamentos térmicos no Brasil utilizando a tecnologia da licenciante, e pagando um percentual sobre a receita líquida baseado no total de produtos comercializados no Brasil. Este contrato foi iniciado em dezembro de 2011 e é válido por 10 anos. A Companhia não pode desenvolver, usar ou distribuir bens que concorram com os produtos objeto do contrato, durante o prazo de vigência deste contrato.

As leis sobre privacidade e proteção de dados têm evoluído nos últimos anos, de modo a estabelecer regras mais objetivas sobre como os dados pessoais (informações que identificam ou são passíveis de identificar uma pessoa natural) podem ser utilizados pelas organizações, obrigações dos controladores de dados e direitos dos titulares de dados.

Os direitos à intimidade e à privacidade são genericamente assegurados pela Constituição Federal Brasileira (1988) e pelo Código Civil (2002). O Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) estabeleceu regras para a abertura de bancos de dados de consumidores e cadastro de maus pagadores. O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) dispôs sobre o uso e tratamento de dados pessoais coletados por meio da internet.

Assim, até agosto de 2018, quando foi aprovada a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18 - "LGPD"), as práticas relacionadas ao uso de dados pessoais eram reguladas por algumas normas esparsas e setoriais apenas. A LGPD, que entrará em vigor em 16 de agosto de 2020, traz um sistema de regras novo com relação ao tratamento de dados pessoais, mais completo e de aplicação transversal, afetando todos os setores da economia incluindo as empresas que tratam um maior volume de dados pessoais, como é o caso da Companhia, que coleta uma série de dados pessoais tais como dados referentes aos seus empregados e dados dos representantes legais e comerciais de seus clientes/fornecedores para poder exercer suas atividades.

A LGPD tem como objetivo criar um ambiente de maior controle dos indivíduos sobre os seus dados e de maiores responsabilidades para as organizações que tratam tais informações, trazendo novas obrigações a serem observadas pela Companhia. Sobre o tema, a Lei nº 13.853/19 criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, que será a entidade responsável por educar, fiscalizar a aplicação da LGPD e pela aplicação de penalidades disposta na LGPD.

Com a entrada em vigor da LGPD, a Companhia terá que adaptar suas operações e seu modelo de negócios aos limites estabelecidos na LGPD e, assim, será necessário que a Companhia revise suas políticas, processos internos e práticas comerciais para adaptação à LGPD.

PÁGINA: 108 de 333

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019, 100% da receita foi proveniente de clientes situados no Brasil.

b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019, não houve receita proveniente de clientes situados fora do Brasil.

c. receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019, não houve receita proveniente de clientes situados fora do Brasil.

PÁGINA: 109 de 333

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não está sujeita a nenhuma regulação estrangeira em suas atividades.

PÁGINA: 110 de 333

7.8 - Políticas Socioambientais

7.8 - Políticas socioambientais

a. se o emissor divulga informações sociais e ambientais

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais. Não obstante, a Companhia está em fase de estruturação dos processos, visando atuar de forma sustentável. A Companhia não publica relatório de sustentabilidade ou similar. Por considerar importante a ampliação da transparência sobre o assunto sustentabilidade, a Companhia está analisando a formalização de um processo de análise (diagnóstico) e plano de ação para melhorar suas práticas de sustentabilidade.

b. a metodologia seguida na elaboração dessas informações

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais. Não obstante, a Companhia está em fase de estruturação dos processos, visando atuar de forma sustentável. A Companhia não publica relatório de sustentabilidade ou similar. Por considerar importante a ampliação da transparência sobre o assunto sustentabilidade, a Companhia está analisando a formalização de um processo de análise (diagnóstico) e plano de ação para melhorar suas práticas de sustentabilidade.

c. se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais.

d. a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais.

PÁGINA: 111 de 333

7.9 - Outras Informações Relevantes

7.9 - Outras informações relevantes

Em 24 de abril de 2018, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a Política de Integridade Contra Corrupção e Suborno e Código de Ética e Conduta da Companhia ("Código"), disponível para todos os funcionários em rede interna, a qual foi alterada em 21 de dezembro de 2018.

Em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 12 de dezembro de 2019, aprovou-se nova versão do Código. A eficácia de referida nova versão do Código, nos termos da aprovação do Conselho de Administração, está sujeita à divulgação do anúncio de início da Oferta, bem como à conclusão da Migração ao Novo Mercado. Para maiores informações com relação à Oferta e à Migração ao Novo Mercado, vide item 6.3 deste Formulário de Referência.

PÁGINA: 112 de 333

8.1 - Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios extraordinários

Em janeiro de 2017, a Companhia adquiriu 51% das quotas representativas do capital social da R&R Indústria, Comércio e Instalação de Isolantes Removíveis e Reutilizáveis Ltda., sociedade foi criada em dezembro de 2010 tendo como atividade principal a fabricação de isolantes removíveis e reutilizáveis para isolamento térmico, acústico e proteção passiva contrafogo.

Em julho de 2017, a Companhia adquiriu 75% das ações representativas do capital social da Smartcoat – Serviços em Revestimentos S.A., sociedade concorrente da Companhia, cuja atividade principal é a prestação de serviço de preparação de superfícies, pintura industrial, engenharia em revestimento e locação de equipamentos de hidrojato. Com a aquisição da Smartcoat, a Companhia ampliou sua atuação para o segmento *offshore*, com foco em plataformas marítimas e navios de petróleo.

Para mais informações com relação às aquisições acima, vide item 15.7 deste Formulário de Referência.

PÁGINA: 113 de 333

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia:

Em 13 de dezembro 2019, a Companhia e o Leblon Equities Partners V – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia protocolaram perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) o pedido de registro de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações de emissão da Companhia ("Oferta"). Ainda, em 13 de dezembro 2019, a Companhia protocolou perante a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") o pedido de migração da Companhia entre segmentos especiais de governança corporativa da B3, do segmento denominado Bovespa Mais para o segmento denominado Novo Mercado ("Migração ao Novo Mercado").

Mediante a divulgação do anúncio de início da Oferta e a conclusão da Migração ao Novo Mercado, tornar-se-ão vigentes determinadas disposições do Estatuto Social da Companhia, conforme nova versão aprovada em Assembleia Geral realizada em 12 de dezembro de 2019, bem como determinadas políticas e regimentos internos, conforme aprovados em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de dezembro de 2019, alterando as regras e práticas de governança corporativa da Companhia, inclusive, em linha com o disposto no Regulamento do Novo Mercado.

Para maiores informações sobre tais novos padrões de governança corporativa da Companhia a vigorarem mediante a divulgação do anúncio de início da Oferta e a conclusão da Migração ao Novo Mercado, vide seções 5, 12, 13, 16, 20 e 21 deste Formulário de Referência.

Não houve outras alterações significativa na forma de condução dos negócios da Companhia, nos últimos três exercícios sociais ou no exercício social corrente.

PÁGINA: 114 de 333

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

Não aplicável, uma vez que a Companhia e suas controladas não celebraram, nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente, qualquer contrato relevante que não estivesse relacionado com as atividades operacionais da Companhia.

PÁGINA: 115 de 333

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

8.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes atinentes a este item 8 do Formulário de Referência.

PÁGINA: 116 de 333

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes

Uma parte relevante das receitas da Companhia e de suas controladas provém da locação e uso operacional de equipamentos e da prestação de serviços de soluções de engenharia de acesso, isolamento térmico, pintura industrial e habitáculos pressurizados, combinados com montagem e desmontagem de equipamentos.

A Companhia possui bens do seu ativo imobilizado para uso próprio, consistentes principalmente em instalações para armazenamento dos equipamentos acima mencionados, além de escritórios, benfeitorias, mobiliários e equipamentos necessários ao funcionamento de nossas atividades de ponta e *backoffice*.

PÁGINA: 117 de 333

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

| Descrição do bem do ativo imobilizado | País de localização | UF de localização | Município de localização | Tipo de propriedade |
|--|---------------------|-------------------|--------------------------|---------------------|
| Filial Camaçari - Terreno com benfeitorias | Brasil | BA | Camaçari | Própria |
| Filial Duque de Caxias | Brasil | RJ | Duque de Caxias | Alugada |
| Filial Barueri | Brasil | SP | Barueri | Alugada |
| Filial Macaé | Brasil | RJ | Macaé | Alugada |
| Matriz - escritório | Brasil | RJ | Rio de Janeiro | Alugada |

| Tipo de ativo | Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---------------|---|------------|---|---|
| Patentes | BR 10 2018 072611 0 | - | O pedido de registro de patente pode ser indeferido pelo INPI, seja de ofício a partir do exame técnico, seja em razão de oposição de terceiros. Ainda, quando deferido, o registro pode ser arquivado em razão do não pagamento da anuidade pelo titular. | Caso a patente seja indeferida pelo INPI, a Companhia ficaria impossibilitada de fabricar e utilizar com exclusividade decks de acesso suspenso sobre vigas de suporte com articulações e olhais para sustentação, o que impactaria diretamente a atividade da Companhia. |
| Marcas | Marca mista ISOLAFÁCIL – INPI 906926378 | 23/08/2026 | Os pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos, seja de ofício ou em razão de oposição de terceiros. Ainda, quando deferidos, os pedidos de registro podem ser arquivados em razão do não pagamento da taxa final pelo seu titular. Podem causar a perda dos direitos relativos ao registro já concedido: i) expiração do prazo de vigência, sem o pagamento das taxas de renovação; ii) renúncia total ou parcial do direito pelo titular; iii) transferência da marca se realizada em desacordo com o art. 135 da LPI; iv) caducidade do registro decorrente da não utilização injustificada da marca e/ou da utilização da marca com modificação significativa que implique alteração de seu caráter distintivo original, por período igual ou superior a 5 anos, contados da data da concessão; e v) declaração de nulidade do registro, obtida por terceiro em processo administrativo. | Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas, ou, ainda, a não consolidação da expectativa de registro em razão do depósito das marcas resulta na impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes. Existe ainda o risco de sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível por uso indevido de marca em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. A perda de uma marca poderia, também, resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. |
| Marcas | Marca mista ISOLAFÁCIL – INPI 906951135 | | Os pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos, seja de ofício ou em razão de oposição de terceiros. Ainda, quando deferidos, os pedidos de registro podem ser arquivados em razão do não pagamento da taxa final pelo seu titular. Podem causar a perda dos direitos relativos ao registro já concedido: i) expiração do prazo de vigência, sem o pagamento das taxas de renovação; ii) renúncia total ou parcial do direito pelo titular; iii) transferência da marca se realizada em desacordo com o art. 135 da LPI; iv) caducidade do registro decorrente da não utilização injustificada da marca e/ou da utilização da marca com modificação significativa que implique alteração de seu caráter distintivo original, por período igual ou superior a 5 anos, contados da data da concessão; e v) declaração de nulidade do registro, obtida por terceiro em processo administrativo. | Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas, ou, ainda, a não consolidação da expectativa de registro em razão do depósito das marcas resulta na impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes. Existe ainda o risco de sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível por uso indevido de marca em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. A perda de uma marca poderia, também, resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. |

| Tipo de ativo | Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|-----------------------------|----------------------------|------------|--|---|
| Marcas | PRINER - INPI 910362831 | 26/12/2027 | Os pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos, de ofício ou em razão de oposição de terceiros e, quando deferidos, em razão do não pagamento da taxa final, pelo seu titular. Podem causar a perda dos direitos relativos ao registro já concedido: i) a expiração do prazo de vigência, sem o pagamento das taxas de renovação; ii) renúncia total ou parcial do direito pelo titular; iii) transferência da marca se realizada em desacordo com o art. 135 da LPI, iv) caducidade do registro decorrente da não utilização injustificada da marca e/ou da utilização da marca com modificação significativa que implique alteração de seu caráter distintivo original, por período igual ou superior a 5 anos, contados da data da concessão; e v) declaração de nulidade do registro, obtido por terceiro em processo administrativo. | Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas, ou, ainda, a não consolidação da expectativa de registro em razão do depósito das marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes. Existe ainda, o risco de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. A perda de uma marca poderia, também, resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. |
| Nome de domínio na internet | Priner.com.br | 26/11/2025 | A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos solicitados; (iii) por ordem judicial decorrente de disputa, como por exemplo, anterioridade de marca registrada semelhante a nome de domínio registrado por outro titular; e (iv) expressa solicitação do requerente do registro do domínio. | Não há como quantificar o impacto pela perda do nome de domínio, sendo certo que em tais casos, ficaríamos impossibilitados de utilizar o nome de domínio, que voltaria a ficar disponível para terceiros. |
| Nome de domínio na internet | Prinerrental.com.br | 26/11/2025 | A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos solicitados; (iii) por ordem judicial decorrente de disputa, como por exemplo, anterioridade de marca registrada semelhante a nome de domínio registrado por outro titular; e (iv) expressa solicitação do requerente do registro do domínio. | Não há como quantificar o impacto pela perda do nome de domínio, sendo certo que em tais casos, ficaríamos impossibilitados de utilizar o nome de domínio, que voltaria a ficar disponível para terceiros. |
| Marcas | PRINER - INPI 910814112 | 27/02/2028 | Os pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos, de ofício ou em razão de oposição de terceiros e, quando deferidos, em razão do não pagamento da taxa final, pelo seu titular. Podem causar a perda dos direitos relativos ao registro já concedido: i) a expiração do prazo de vigência, sem o pagamento das taxas de renovação; ii) renúncia total ou parcial do direito pelo titular; iii) transferência da marca se realizada em desacordo com o art. 135 da LPI, iv) caducidade do registro decorrente da não utilização injustificada da marca e/ou da utilização da marca com modificação significativa que implique alteração de seu caráter distintivo original, por período igual ou superior a 5 anos, contados da data da concessão; e v) declaração de nulidade do registro, obtido por terceiro em processo administrativo. | Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas, ou, ainda, a não consolidação da expectativa de registro em razão do depósito das marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes. Existe ainda, o risco de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. A perda de uma marca poderia, também, resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. |

| Tipo de ativo | Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|-----------------------------|-------------------------------|------------|--|---|
| Marcas | PRINER - INPI 910814449 | 27/02/2028 | Os pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos, de ofício ou em razão de oposição de terceiros e, quando deferidos, em razão do não pagamento da taxa final, pelo seu titular. Podem causar a perda dos direitos relativos ao registro já concedido: i) a expiração do prazo de vigência, sem o pagamento das taxas de renovação; ii) renúncia total ou parcial do direito pelo titular; iii) transferência da marca se realizada em desacordo com o art. 135 da LPI, iv) caducidade do registro decorrente da não utilização injustificada da marca e/ou da utilização da marca com modificação significativa que implique alteração de seu caráter distintivo original, por período igual ou superior a 5 anos, contados da data da concessão; e v) declaração de nulidade do registro, obtido por terceiro em processo administrativo. | Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas, ou, ainda, a não consolidação da expectativa de registro em razão do depósito das marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes. Existe ainda, o risco de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. A perda de uma marca poderia, também, resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. |
| Marcas | Smartcoat - INPI 840083939 | 16/05/2027 | Os pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos, de ofício ou em razão de oposição de terceiros e, quando deferidos, em razão do não pagamento da taxa final, pelo seu titular. Podem causar a perda dos direitos relativos ao registro já concedido: i) a expiração do prazo de vigência, sem o pagamento das taxas de renovação; ii) renúncia total ou parcial do direito pelo titular; iii) transferência da marca se realizada em desacordo com o art. 135 da LPI, iv) caducidade do registro decorrente da não utilização injustificada da marca e/ou da utilização da marca com modificação significativa que implique alteração de seu caráter distintivo original, por período igual ou superior a 5 anos, contados da data da concessão; e v) declaração de nulidade do registro, obtido por terceiro em processo administrativo. | Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas, ou, ainda, a não consolidação da expectativa de registro em razão do depósito das marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes. Existe ainda, o risco de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. A perda de uma marca poderia, também, resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. |
| Nome de domínio na internet | Smartcoat.com.br | 29/10/2020 | A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos solicitados; (iii) por ordem judicial decorrente de disputa, como por exemplo, anterioridade de marca registrada semelhante a nome de domínio registrado por outro titular; e (iv) expressa solicitação do requerente do registro do domínio. | Não há como quantificar o impacto pela perda do nome de domínio, sendo certo que em tais casos, ficaríamos impossibilitados de utilizar o nome de domínio, que voltaria a ficar disponível para terceiros. |

| Tipo de ativo | Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---------------|----------------------------|------------|--|---|
| Marcas | PRINER - INPI 910362653 | 26/12/2027 | Os pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos, de ofício ou em razão de oposição de terceiros e, quando deferidos, em razão do não pagamento da taxa final, pelo seu titular. Podem causar a perda dos direitos relativos ao registro já concedido: i) a expiração do prazo de vigência, sem o pagamento das taxas de renovação; ii) renúncia total ou parcial do direito pelo titular; iii) transferência da marca se realizada em desacordo com o art. 135 da LPI, iv) caducidade do registro decorrente da não utilização injustificada da marca e/ou da utilização da marca com modificação significativa que implique alteração de seu caráter distintivo original, por período igual ou superior a 5 anos, contados da data da concessão; e v) declaração de nulidade do registro, obtido por terceiro em processo administrativo. | Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas, ou, ainda, a não consolidação da expectativa de registro em razão do depósito das marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes. Existe ainda, o risco de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. A perda de uma marca poderia, também, resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. |
| Marcas | ISOLAFACIL | 02/05/2028 | Os pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos, de ofício ou em razão de oposição de terceiros e, quando deferidos, em razão do não pagamento da taxa final, pelo seu titular. Podem causar a perda dos direitos relativos ao registro já concedido: i) a expiração do prazo de vigência, sem o pagamento das taxas de renovação; ii) renúncia total ou parcial do direito pelo titular; iii) transferência da marca se realizada em desacordo com o art. 135 da LPI, iv) caducidade do registro decorrente da não utilização injustificada da marca e/ou da utilização da marca com modificação significativa que implique alteração de seu caráter distintivo original, por período igual ou superior a 5 anos, contados da data da concessão; e v) declaração de nulidade do registro, obtido por terceiro em processo administrativo. | Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas, ou, ainda, a não consolidação da expectativa de registro em razão do depósito das marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes. Existe ainda, o risco de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. A perda de uma marca poderia, também, resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. |

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

| Denominação Social | CNPJ | Código CVM | Tipo sociedade | País sede | UF sede | Município sede | Descrição das atividades desenvolvidas | Participação do emisor (%) |
|---|-------------------------------|-------------------------------|--|----------------|------------|-----------------|---|----------------------------|
| Exercício social | Valor contábil - variação % | Valor mercado - variação % | Montante de dividendos recebidos (Reais) | | Data | Valor (Reais) | | |
| Priner Locação de Equipamentos S.A. | 24.566.534/0001-48 | - | Controlada | Brasil | RJ | Duque de Caxias | (i) A locação e venda de andaimes de acesso ou estruturais, plataformas de trabalho suspensa e habitáculos pressurizados, compreendendo suas peças, pisos e demais componentes e acessórios, em aço, alumínio e madeira; (ii) importação e exportação de andaimes e equipamentos de acesso e habitáculos pressurizados compreendendo suas peças, pisos e demais componentes e acessórios; e (iii) participação em outras sociedades no Brasil ou no exterior, na qualidade de sócia ou acionista, ou em consórcios. | 99,990000 |
| 30/09/2019 | 0,000000 | 0,000000 | 0,00 | Valor mercado | | | | |
| 31/12/2018 | 0,000000 | 0,000000 | 100.000,00 | Valor contábil | 30/09/2019 | 60.025.974,00 | | |
| 31/12/2017 | 0,000000 | 0,000000 | 4.000.000,00 | | | | | |
| 31/12/2016 | 0,000000 | 0,000000 | 0,00 | <u> </u> | | | | |
| Razões para aquisição | o e manutenção de tal partici | pação | | | | | | |
| Trata-se de segregação | de atividades, com duas linha | s de negócios distinta | as sob a forma de sociedades ind | lependentes. | | | | |
| R&R Indústria, Comércio e Instalação de Isolantes Removíveis e Reutilizáveis Ltda | 13.058.044/0001-14 | - | Controlada | Brasil | SP | Mogi das Cruzes | (a) fabricação de isolantes removíveis e reutilizáveis para isolamento térmico, isolamento acústico e proteção passiva contrafogo, para equipamentos industriais (b) comércio, importação e exportação de produtos isolantes (térmicos, acústicos e de proteção contra fogo); (c) instalação de produtos de fabricação própria. | |
| 30/09/2019 | 0,000000 | 0,000000 | 0,00 | Valor mercado | | | | |
| 31/12/2018 | 0,000000 | 0,000000 | 0,00 | Valor contábil | 30/09/2019 | 697.785,51 | | |
| 31/12/2017 | 0,000000 | 0,000000 | 765.000,00 | 1 | | | | |
| 31/12/2016 | 0,000000 | 0,000000 | 0,00 | 1 | | | | |
| Razões para aquisição | o e manutenção de tal partici | pação | | | | | | |

Empresa com capital intelectual, produto inovador para o mercado brasileiro, capacidade produtiva e potencial para rápido crescimento no segmento de isolamento térmico, um dos segmentos de atuação da Priner, no qual temos como objetivo estratégico aumentar nossa participação de mercado.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

| Denominação Social | CNPJ | Código CVM | Tipo sociedade | País sede | UF sede | Município sede | Descrição das atividades desenvolvidas | Participação do emisor (%) |
|--|-----------------------------|----------------------------------|--|------------------|------------|----------------|--|----------------------------|
| exercício social | Valor contábil - variação % | Valor mercado - variação % | Montante de dividendos recebidos (Reais) | | Data | Valor (Reais) | | |
| Smarcoat – Serviços em Revestimentos S.A. | 09.122.486/0001-05 | - | Controlada | Brasil | RJ | Rio de Janeiro | (a) prestação de serviços em preparação de superfícies, pintura industrial e engenharia em revestimentos; (b) locação de equipamentos de hidrojato. | 75,000000 |
| 0/09/2019 | 0,000000 | 0,000000 | 0,0 | 0 Valor mercado | | | | |
| 1/12/2018 | 0,000000 | 0,000000 | 0,0 | 0 Valor contábil | 30/09/2019 | 8.073.033,87 | | |
| 1/12/2017 | 0,000000 | 0,000000 | 0,0 | 0 | | | | |
| 31/12/2016 | 0,000000 | 0,000000 | 0,0 | 0 | | | | |
| 31/12/2018 31/12/2017 31/12/2016 | 0,000000 | 0,000000 0,000000 0,000000 | 0,0 | 0 Valor contábil | | 8.073.033,87 | | |

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Empresa com destaque na atuação no mercado de tratamento de superfícies e pintura industrial offshore, foi adquirida pela Priner com o fim de estratégico de incrementar o market share em uma das atividades em que atua.

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2 - Outras informações relevantes

A tabela abaixo apresenta os principais ativos imobilizados da Companhia:

| | Período de nove meses encerrado em | Exercício social encerrado em |
|--|------------------------------------|-------------------------------|
| Descrição | 30/09/2019 | 31/12/2018 |
| | (R\$ mil) | (R\$ mil) |
| Equipamentos de Locação e Uso Operacional | 70.168 | 65.733 |
| Benfeitorias | 190 | 218 |
| Computadores | 529 | 445 |
| Terrenos | 121 | 121 |
| Veículos | 314 | 404 |
| Máquinas, Equipamentos e Ferramentas | 26 | 133 |
| Moveis, Utensílios e Instalações | 665 | 460 |
| Prédios | 431 | 450 |
| Direito de uso – arrendamentos | 7.986 | - |
| Total | 80.430 | 67.964 |

Instalações da Companhia

A Companhia e suas controladas necessitam, sobretudo, de depósitos capazes de armazenar com segurança e eficiência os equipamentos utilizados em suas operações. A Companhia acredita que a localização dos seus depósitos, que abrange boa parte do território brasileiro, consiste em uma vantagem competitiva relevante, pois aumenta a agilidade no atendimento às demandas dos seus clientes, além de gerar otimização dos custos de transporte.

PÁGINA: 125 de 333

9.2 - Outras Informações Relevantes

A tabela a seguir apresenta as principais instalações utilizadas, atualmente, pela Companhia:

| Imóvel | Área do Terreno | Área Edificada | Situação | Término do Contrato de Locação | Cidade | Estado | Localização |
|-------------------------------------|--|--|----------|--------------------------------------|-----------------------|--------|--|
| Sede/ Escritório | 773 m² | 773 m² | Alugado | 01/10/2023 | Rio de Janeiro | RJ | Avenida Geremário Dantas, 1400, Lojas 249 a 267, Freguesia- Jacarepaguá |
| Escritório/ Depósito | 7.012 m² | 557,80 m² | Próprio | N/A | Camaçari | ВА | Avenida Concêntrica S/N, Camaçari de Dentro, Camaçari, Bahia |
| Escritório/ Depósito (galpão) | 711.549,90 m² (área total do condomínio) | 5.442 m² | Alugado | 01/09/2028 | Barueri | SP | Av. Prefeito João Vilallobo Quero, 1505, Jardim Belval |
| Escritório/ Depósito | 4.000 m² | 1.382,39 m² | Alugado | 26/11/2023 | Duque de Caxias | RJ | Av. Feliciano de Castilho, s/n, Quadra 24-B, Lote 36, Chácaras Rio Petrópolis e Av. Carmem Miranda s/n, Quadra 24-B, Lotes 31, 33 e 35, Chácaras Rio Petrópolis |
| Escritório/ Depósito | 8.567,40 m² | 2.949,94m²/ 540 m² de área alugada | Alugado | 06/03/2023 | Macaé | RJ | Est. José Recorder, 600, galpão 01, Parque Aeroporto, Macaé |
| Escritório/ Depósito | 11.319,01 m² | 4.206,68 m² de área construída | Alugado | 30/07/2024 | Macaé | RJ | Av. Amaral Peixoto, 4885 - KM 183,5 São José do Barreto - Macaé - RJ |
| Sede unidade industrial | 1.340,42 m² | 1.214,64 m² | Alugado | Indeterminado | Mogi das Cruzes | SP | Rua Professor Dalmo Faria de Almeida, 180 - Cezar de Souza |

PÁGINA: 126 de 333

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras incluídas nos itens 10.1 a 10.9 do Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 e às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

a. Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Os diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para a continuidade e desenvolvimento de suas operações.

Apesar do período conturbado enfrentado pela economia brasileira e, especialmente, pelo setor industrial, no período de 2015 em diante, as operações da Companhia foram geradoras de caixa até 2016, propiciando redução de sua dívida líquida no período.

Em 2017, as operações da Companhia foram deficitárias, tendo como principais motivos o aumento da concorrência por novos serviços e oportunidades para locação de equipamentos e as dificuldades enfrentadas pela Smartcoat - Serviços em Revestimentos S.A. ("Smartcoat") no segundo semestre.

Em 2018, as ações implementadas em 2017 visando melhoria de produtividade, assim como a recuperação das atividades de locação propiciaram melhoria no desempenho da Companhia.

No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019, o lucro bruto, relativo à Companhia (no contexto deste item 10 também referida como "Priner Serviços") e sua controlada Priner Locações de Equipamentos S.A. ("Priner Locação") cresceu impulsionado pelo aumento das receitas com locação. A controlada Smartcoat apresentou resultado bruto negativo, tendo os seus resultados sido fortemente impactados por custos com demissões. A Smartcoat deu continuidade ao movimento de alteração no perfil dos seus contratos, passando a priorizar contratos com forte participação de locação de equipamentos e prestação de serviços com cobrança de diária, em detrimento a contratos de prestação de serviços por produtividade.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016

O exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 foi marcado pela recuperação do volume de atividades da Companhia e redução das margens brutas, em função da estratégia adotada desde 2015, por meio da qual a Companhia optou por reduzir preços com o objetivo de viabilizar a conquista de novos contratos. Como consequência, considerando-se contratos performados, o volume de operações da Companhia aumentou 19,8% e 33,4% na comparação *versus* ano anterior e último trimestre do ano anterior, respectivamente. Ao final do ano de 2016, o *backlog* da Companhia atingiu R\$ 199 milhões, dos quais R\$ 119 milhões para o exercício social de 2017.

A pressão sofrida pelos custos e despesas da Companhia em função de inflação, dissídio coletivo e aumento da alíquota incidente sobre as receitas para apuração do INSS (de 2,0% para 4,5%, a partir de novembro de 2015) foi parcialmente compensada por ações estruturais (por exemplo, a aquisição de ativos que geram redução gradual na intensidade de utilização de mão-de-obra) e pontuais (por exemplo, reversão de PDD dos principais devedores, como consequência de negociações extrajudiciais e ações de cobrança judicial).

O forte aumento das receitas da Companhia, mais notadamente a partir de setembro de 2016, gerou incremento em seu capital de giro. A fim de compensar parcialmente esse fato, a Companhia manteve os investimentos em ativo imobilizado (CAPEX) limitados a equipamentos com potencial para geração de retorno financeiro imediato e a Companhia obteve sucesso em ações de cobrança e indenização por ativos não devolvidos. A relação Dívida Líquida/EBITDA nos últimos 12 meses, que chegou a atingir seu patamar mais baixo em outubro de 2016 (0,67), encerrou o ano no patamar de 1,27 em 31 de dezembro de 2016.

PÁGINA: 127 de 333

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Companhia gerou lucro líquido e EBITDA de R\$ 6,3 milhões e R\$ 21,6 milhões, respectivamente, e houve a distribuição de R\$ 4,0 milhões a seus acionistas, a título de juros sobre o capital próprio e dividendos no início do ano seguinte.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017

O longo período de retração do PIB industrial brasileiro levou a aumento da concorrência por novos serviços e oportunidades para locação de equipamentos. Neste cenário danoso para as margens e rentabilidade das empresas prestadoras de serviços industriais e locadoras de equipamentos, a Companhia priorizou o aumento em seu volume de atividades, via crescimento orgânico e aquisições. A Companhia encerrou o ano com *backlog* consolidado da Companhia e sua controlada, Priner Locação, desconsiderando a recém adquirida Smartcoat, de R\$ 157 milhões, dos quais R\$ 115 milhões para o exercício social de 2018.

As margens da Smartcoat no segundo semestre, período pós-aquisição, foram negativamente impactadas pela renovação de serviços em andamento (início de alguns contratos e encerramento de outros) e por dificuldades operacionais em quatro clientes, as quais foram solucionadas ao final do exercício social de 2017, seja pela reestruturação das equipes ou pelo encerramento dos contratos.

Conforme expectativa mencionada no relatório da administração do terceiro trimestre de 2017, as margens da Priner Serviços e Priner Locação apresentaram recuperação no último trimestre de 2017, após terem atingido o ponto mais baixo no terceiro trimestre. Em função das margens previstas nos contratos inclusos no *backlog* da Companhia, existe expectativa para nova recuperação de margens no exercício social de 2018, comparativamente ao exercício social de 2017.

No exercício social de 2017, a Companhia quitou a última parcela referente à aquisição da Priner Locação (R\$ 23,9 milhões), pagou sinal referente à aquisição de 75% da Smartcoat (R\$ 15 milhões) e à aquisição de 51% da R&R Indústria, Comércio e Instalação de Isolantes Removíveis e Reutilizáveis Ltda. ("R&R") (R\$ 2,2 milhões), e realizou investimentos para modernização dos equipamentos da Priner Rental, Smartcoat e R&R, além de implantação de novo *software* de gestão (ERP) (Totvs RM), totalizando R\$ 10,1 milhões. Em função desses pagamentos e da redução na geração de caixa da Companhia, fruto da redução de margens e incremento do capital de giro, a Companhia encerrou o ano com baixo nível de disponibilidades (R\$ 2,5 milhões no consolidado e R\$ 0,4 milhão na Priner SI, na controladora).

Em 2º de outubro de 2017, o pedido de registro da Companhia para negociação na categoria "A" foi deferido pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários). Em 10 de novembro de 2017, a B3 deferiu o pedido da Companhia para listagem e admissão à negociação de ações no Bovespa Mais, sob código PRNR3.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018

Os resultados de 2018 apresentaram franca recuperação em relação a 2017, tendo como principal causa a recuperação das margens brutas na Priner Serviços Industriais, entidade controladora, cujo lucro bruto aumentou 52% (para R\$ 30,1 milhões no exercício social de 2018, comparado a R\$ 19,8 milhões no exercício social de 2017). As receitas com locação, atividade com margens bastante atrativas, cresceram 8% no exercício de 2018, quando comparadas ao exercício de 2017, com destacado incremento no último trimestre (crescimento de 26% em comparação ao terceiro trimestre de 2017). Embora ainda tenha apresentado resultados negativos, a controlada Smartcoat apresentou recuperação em seus resultados operacionais.

Excluindo-se itens atípicos (ajuste a valor justo das opções de compra e venda das investidas R&R e Smartcoat), ao comparar os meses de dezembro de 2018 e dezembro de 2017, as despesas gerais e administrativas apresentaram redução de 0,4% e 7,1% nos resultados da controladora e consolidados, respectivamente. Considerando-se itens atípicos, houve redução de 27% e 26% nos resultados da controladora e consolidados, respectivamente.

PÁGINA: 128 de 333

Ao longo do exercício social de 2018, foram realizados ajustes nas operações da Smartcoat, dentre os quais destacamos mudanças na gestão de contratos e centralização de diversas atividades (controladoria, tesouraria, departamento de pessoal e segurança e meio ambiente), fechamento da sede em Taubaté com transferência para Rio de Janeiro (sede da Priner Serviços Industriais, controladora) e troca do sistema operacional (ERP). No primeiro trimestre de 2019, a equipe da filial Macaé da Priner Serviços Industriais mudou de endereço para o prédio da controlada Smartcoat, na mesma cidade.

No exercício social de 2018, o endividamento líquido (passivos onerosos menos caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários) consolidado apresentou incremento de 5%, equivalente a R\$ 3,9 milhões. O principal motivo a impactar negativamente o fluxo de caixa foi o prejuízo operacional apresentado pela controlada Smartcoat.

A fim de atender a demanda por novos serviços e locações, o grupo praticamente dobrou os investimentos em novos ativos (R\$ 14,9 milhões no exercício social de 2018, comparados a R\$ 7,7 milhões no exercício social de 2017), 96% dos quais em equipamentos produtivos. A Companhia recebeu, ainda, aporte de capital de R\$ 11,5 milhões no exercício de 2018. No início do quarto trimestre de 2018, após confirmação do terceiro trimestre seguido com EBITDA consolidado positivo e ligeira redução no endividamento líquido, a Companhia iniciou estudos e negociações para alongamento da dívida bancária do grupo.

Período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019

A receita líquida e o lucro bruto consolidados no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 apresentaram crescimento de 8% e 28% em relação ao mesmo período do ano anterior, respectivamente. O lucro bruto referente à Priner Serviços e à Priner Locação cresceu 17,54% em comparação com o mesmo período do ano anterior, impulsionado pelo crescimento das receitas com locação, atividade com margens bastante atrativas. A controlada Smartcoat apresentou resultado bruto negativo em linha com o registrado no mesmo período de 2018. Seus resultados foram fortemente impactados por custos com demissões, tendo seu quadro de colaboradores sido reduzido em 24% no terceiro trimestre de 2019 (a redução no primeiro semestre de 2019 foi de 32%).

Ao final de setembro de 2019 o *backlog* consolidado da Priner Serviços e Priner Locação era de R\$ 216 milhões (comparado com R\$ 182 milhões em junho de 2019) e na Smartcoat era de R\$ 202 milhões (comparado com R\$ 211 milhões em junho de 2019).

A Smartcoat deu continuidade ao movimento de alteração no perfil dos seus contratos, passando a priorizar contratos com forte participação de locação de equipamentos e prestação de serviços com cobrança de diária, em detrimento a contratos de prestação de serviços por produtividade. Em função deste movimento, o quadro de colaboradores da Smartcoat atingiu 362 funcionários ao final de setembro de 2019 (comparado com 699 funcionários em dezembro de 2018 e 474, em junho de 2019).

Os investimentos de capital no período findo em 30 de setembro de 2019 foram de R\$ 13,1 milhões, basicamente compostos investimentos em equipamentos produtivos, dentre os quais destacamos pisos de alumínio, andaimes suspensos (*web-deck*) e hidro-jatos.

O endividamento líquido (passivos onerosos menos caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários) consolidado de 30 de setembro de 2019 apresentou redução de R\$ 4,2 milhões e de R\$ 8,4 milhões, em relação a 30 de junho de 2019 e a 31 de dezembro de 2018, respectivamente. Como parte do plano da Companhia para a reestruturação das dívidas bancárias do grupo, em 10 de maio de 2019 concluiu-se o processo de emissão das debêntures pela Priner Serviços. A operação foi de R\$ 67,5 milhões e teve como objetivo a quitação antecipada das linhas para financiamento de capital de giro contratas pela Companhia e suas controladas, propiciando alongamento das dívidas financeiras do grupo.

PÁGINA: 129 de 333

Evolução da dívida líquida

A tabela a seguir apresenta sumário da dívida líquida da Companhia, expressa detalhadamente no item 3.2, "ii", deste Formulário de Referência, em 30 de setembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016:

| | Valores expressos em R\$ Mil | | | | | | |
|---|------------------------------|---------|--------------|----------|--|--|--|
| Indicadores Financeiros | Em 30 de setembro | Em : | 31 de dezemb | ro | | | |
| | 2019 | 2018 | 2017 | 2016 | | | |
| Dívida bruta circulante | 29.695 | 60.773 | 50.014 | 37.578 | | | |
| Dívida bruta não circulante | 66.073 | 20.398 | 26.314 | 1.928 | | | |
| Dívida Bruta | 95.768 | 81.171 | 76.328 | 39.506 | | | |
| (-) Caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e mutuo a receber) | (27.078) | (3.719) | (2.508) | (12.063) | | | |
| Dívida Líquida | 68.690 | 77.452 | 73.820 | 27.443 | | | |

O aumento de 150,30% da dívida líquida da Companhia entre 31 de dezembro de 2016 e 30 de setembro 2019 ocorreu, principalmente, em 2017. Esse desempenho negativo foi consequência de queda nas margens brutas, ocorrência de despesas não recorrentes (aquisições, processo de registro na CVM e listagem na B3), aumento do prazo médio de recebimento (fruto, principalmente, do aumento no saldo de BMs a faturar) e da aquisição da Smartcoat, a qual enfrentou dificuldades operacionais no segundo semestre de 2017.

Índice de liquidez corrente

O índice de liquidez corrente da Companhia é calculado pela divisão de seu ativo circulante por seu passivo circulante. A variação negativa de 20,60% do referido índice no período compreendido entre 31 de dezembro de 2016 a 31 de dezembro de 2018 se deveu, principalmente, à redução das disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários), dado que parcela representativa dos recursos disponíveis foram utilizados para quitação de parcelas anuais e mensais do saldo das contas a pagar por aquisição societária (aquisição da Priner e Smartcoat). De fato, vem ocorrendo uma redução do prazo médio dos empréstimos e financiamentos da Companhia desde 2015, quando a sua dívida de longo prazo representava 41,52% de sua dívida bruta em 31 de dezembro de 2015, passando a representar 4,88%, 34,61% e 25,13%, em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018, respectivamente. Em 30 de setembro 2019, o referido índice voltou ao patamar apresentado em 31 de dezembro de 2016 em função da emissão das debêntures, fato que propiciou o alongamento do perfil da dívida da Companhia.

| | Em 30 de setembro de | Em 31 | Em 31 de dezembro de | | | |
|-----------------------------|-------------------------|---------|----------------------|--------|--|--|
| Indicadores financeiros | 2019 | 2018 | 2017 | 2016 | | |
| | (em R\$ mil) | | | | | |
| Ativo Circulante | 119.048 | 105.316 | 90.691 | 73.027 | | |
| Passivo Circulante | 101.252 | 114.810 | 89.663 | 63.213 | | |
| Índice de liquidez corrente | 1,18 | 0,92 | 1,01 | 1,16 | | |

b. Estrutura de Capital

Em 30 de setembro de 2019, a estrutura de capital da Companhia era composta por 25% de capital próprio (patrimônio líquido) e 75% de capital de terceiros (passivo total). Em 31 de dezembro de

PÁGINA: 130 de 333

2018, a estrutura de capital da Companhia era composta por 31,8% de capital próprio (patrimônio líquido) e 68,2% de capital de terceiros (passivo total). Em 31 de dezembro de 2017, a estrutura de capital da Companhia era composta por 30,0% de capital próprio (patrimônio líquido) e 70,0% de capital de terceiros (passivo total). Em 31 de dezembro de 2016, a estrutura de capital da Companhia era composta por 45,9 % de capital próprio (patrimônio líquido) e 54,1% de capital de terceiros (passivo total), conforme evidenciado pela tabela a seguir:

| | Em 3 seteml | | | E | Em 31 de dezembro de | | | |
|-----------------------|----------------|--------|--------------|--------|----------------------|--------|---------|--------|
| | 2019 | | 2018 | | 2017 | | 2016 | |
| | R\$ mil | (%) | R\$ mil | (%) | R\$ mil | (%) | R\$ mil | (%) |
| | _ | | (em R\$ mil) | | | | | |
| Patrimônio líquido | 59.973 | 25% | 66.129 | 31,8% | 54.774 | 30,0% | 55.790 | 45,9% |
| Passivo total | 179.930 | 75% | 141.857 | 68,2% | 127.632 | 70,0% | 65.775 | 54,1% |
| Total | 239.903 | 100,0% | 207.986 | 100,0% | 182.406 | 100,0% | 121.565 | 100,0% |

A administração da Companhia acompanha constantemente a relação entre capital próprio e capital de terceiros visando a manutenção de uma relação ótima que propicie maior retorno ao capital investido para os acionistas da Companhia, sem prejuízo de sua liquidez, buscando garantir a sustentabilidade dos negócios da Companhia no longo prazo.

Em 30 de setembro de 2019, patrimônio líquido consolidado da Companhia era de R\$ 60,0 milhões, comparado a R\$ 66,1 milhões em 31 de dezembro de 2018, R\$ 54,8 milhões em 31 de dezembro de 2017 e R\$ 55,8 milhões em 31 de dezembro de 2016. O aumento do patrimônio líquido da Companhia entre 31 de dezembro de 2016 e 30 de setembro de 2019 decorreu, principalmente, do aporte de capital em 2018 e da participação dos não controladores oriundos da aquisição da Smartcoat.

Para mais informações sobre a evolução das contas de resultado da Companhia, vide item 10.1.h e 10.2 deste Formulário de Referência.

c. Capacidade de Pagamento em Relação aos Compromissos Financeiros Assumidos

A Companhia tem honrado todas as suas obrigações referentes a seus compromissos financeiros, até a data de arquivamento deste Formulário de Referência, bem como mantido a assiduidade dos pagamentos desses compromissos. O passivo da Companhia é composto basicamente por fornecedores, obrigações sociais e tributárias, debêntures, financiamentos bancários, contas a pagar por aquisição de participação societária, empréstimos de mútuo concedidos por pessoas físicas (partes relacionadas) e provisões.

O capital circulante líquido consolidado da Companhia (correspondente à subtração do ativo circulante pelo passivo circulante) foi de R\$ 17,8 milhões em 30 de setembro de 2019, e de um valor negativo de R\$ 9,5 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em períodos anteriores, o seu capital circulante líquido positivo consolidado foi de R\$ 1,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, e R\$ 9,8 milhões em 31 de dezembro de 2016. A redução ocorrida, de 31 de dezembro de 2016 para 31 de dezembro de 2017, foi consequência, principalmente, da captação de financiamento para pagamento de sinal da aquisição da Smartcoat, aliada a obtenção de *sellers finance*. De 31 de dezembro de 2017 para 31 de dezembro de 2018, ainda sob o efeito dos financiamentos captados para aquisição, foi agravado pelo mau desempenho operacional da Smartcoat. O incremento observado de 31 de dezembro de 2018 para 30 de setembro de 2019 foi consequência da geração de caixa operacional em 2019 e da redução do passivo circulante, fruto da emissão de debêntures pela Companhia.

PÁGINA: 131 de 333

d. Fontes de Financiamento Utilizadas para Capital de Giro e para Investimentos em Ativos Não circulantes

A Companhia tem adotado como estratégia a utilização de capital de terceiros, onerosos ou não onerosos, para financiar as suas atividades e os seus investimentos. A Companhia tem optado nos últimos anos em reter a maior parte dos lucros obtidos, bem como recorrer a financiamentos bancários para suportar a necessidade de capital de giro, bem como o financiamento do ativo fixo, seja para expansão ou para melhorias.

A alavancagem financeira da Companhia pode ser medida pela divisão entre sua dívida líquida e seu patrimônio líquido, tendo sido correspondente a 1,15 em 30 de setembro de 2019, 1,18 em 31 de dezembro de 2018, 1,34 em 31 de dezembro de 2017 e 0,49 em 31 de dezembro de 2016. O desempenho positivo no período findo em 30 de setembro de 2019 foi fruto, principalmente, da geração de caixa positiva, parcialmente compensada pelo prejuízo líquido do período. O desempenho positivo no exercício social de 2018 foi consequência, principalmente, da melhoria nos resultados operacionais e líquidos; o desempenho negativo no exercício social de 2017 teve como principais fatores a queda nas margens brutas, ocorrência de despesas não recorrentes (aquisições, processo de registro na CVM e listagem na B3), aumento do prazo médio de recebimento (fruto, principalmente, do aumento no saldo de BMs a faturar) e da aquisição da Smartcoat, a qual enfrentou dificuldades operacionais no segundo semestre do exercício de 2017.

e. Fontes de Financiamento para Capital de Giro e para Investimentos em Ativos Não circulantes Potenciais para Cobertura de Deficiências de Liquidez

As principais fontes de recursos para a necessidade de capital da Companhia que se pretende utilizar no curso regular de seus negócios são a geração de caixa da operação, empréstimos bancários, mútuos de acionistas e conselheiros, aporte de capital e recursos advindos do mercado de capitais. Os diretores entendem que que essas disponibilidades são suficientes para atender as necessidades regulares de capital da Companhia.

f. Níveis de endividamento e características de tais dívidas

Em 30 de setembro de 2019, a dívida bruta da Companhia era de R\$ 95,8 milhões (R\$ 81,2 milhões, R\$ 76,0 milhões e R\$ 39,5 milhões, em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, respectivamente).

A dívida líquida da Companhia, calculada pela soma de seus empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante, incluindo o contas a pagar por aquisição societária (dívida de aquisição, fruto de *spin-off*), saldo de instrumentos derivativos financeiros, e mútuo com pessoas físicas, deduzidos dos valores registrados como caixa, equivalentes de caixa e valores mobiliários, totalizou R\$ 68,7 milhões em 30 de setembro de 2019 (R\$ 77,5 milhões, R\$ 73,5 milhões e R\$ 27,4 milhões, em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, respectivamente).

Nos termos do Instrumento Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição celebrado em 3 de maio de 2019, foram emitidas 67.500.000 (sessenta e sete milhões e quinhentas mil) debêntures simples, com valor nominal unitário de R\$ 1,00 (um real) cada Debênture, no valor total de R\$ 67.500.000,00 (sessenta e sete milhões e quinhentos mil reais) ("Escritura de Emissão"), conforme detalhado na seção 18 deste Formulário de Referência. As debêntures foram integralizadas à vista em 10 de maio de 2019, por meio de MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão – Segmento CETIP UTVM, em moeda corrente nacional. O objetivo das debêntures foi alongamento do perfil da dívida.

PÁGINA: 132 de 333

As principais características da dívida líquida da Companhia, com base em suas demonstrações financeiras consolidadas, estão demonstradas na tabela a seguir:

| Tipo | Taxa de juros (%)¹ | Consolidado – em R\$ mil | | | |
|--|--|---------------------------------------|---------|--------|--------|
| | | 30 de setembro de 31 de dezembr | | ro de | |
| | | 2019 | 2018 | 2017 | 2016 |
| Financiamento com Instituições Financeiras | CDI + 0,90% a.a. a CDI + 6,42% a.a. | 9.511 | 52.069 | 65.117 | 16.148 |
| Financiamento com Instituições Financeiras | 15,44% a.a. pré-fixada | 1.000 | 13.751 | - | - |
| FINAME | 5,5% a.a. a 13,04% a.a. pré- fixada | 2.242 | 1.817 | 359 | 531 |
| Contas a pagar em Aquisição de Participação Acionária | 95% do CDI | 8.139 | 8.718 | 10.516 | 22.558 |
| Instrumento Derivativo Financeiro | | (266) | (2.163) | 336 | 269 |
| Mútuo Pessoa Física | CDI + 5% a.a. a CDI + 6% a.a. | 9.577 | 6.979 | - | - |
| Debêntures | CDI + 4,5% a.a. | 65.635 | - | - | - |
| Dívida Bruta | | 95.768 | 81.171 | 76.328 | 39.506 |
| Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários | | 27.078 | 3.719 | 2.508 | 12.063 |
| Dívida Líquida | | 68.690 | 77.452 | 73.820 | 27.443 |

¹ As informações relativas a taxa de juros (%) referem-se aos saldos existentes em 30 de setembro de 2019.

A tabela a seguir evidencia o perfil de amortização dos empréstimos e financiamentos da Companhia e contas a pagar em aquisição de participação acionária por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial consolidado até o vencimento contratual, quando a Companhia realizará os respectivos pagamentos:

| Em milhares de reais | Até 1 mês | Mais do que 1 mês e menos que 3 meses | Mais do que 3 meses e menos que 1 ano | Entre 1 e 2 anos | Entre 2 e 5 anos | Total ⁽¹⁾ |
|--|-----------|---|---|---------------------|---------------------|----------------------|
| Empréstimos e financiamentos | | | | | | |
| bancários | 1.908 | 1.851 | 4.563 | 3.928 | 503 | 12.753 |
| Instrumentos financeiros derivativos (<i>swap</i>) | (76) | (76) | (114) | - | - | (266) |
| Debêntures | 9 | 19 | 3.824 | 22.858 | 38.925 | 65.635 |
| Contas a pagar por aquisição societária | 131 | 130 | 7.890 | - | - | 8.139 |
| Mútuos pessoa física | - | 1.166 | 8.341 | - | - | 9.507 |
| Total ⁽¹⁾ | 1.971 | 3.090 | 24.493 | 26.786 | 39.425 | 95.768 |

⁽¹⁾ considerando a data-base de 30 de setembro de 2019.

PÁGINA: 133 de 333

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Capital de giro

Em 30 de setembro de 2019, os empréstimos bancários da Companhia totalizaram R\$ 12,8 milhões, dos quais R\$ 10,5 milhões referiam-se a empréstimos para financiamento de capital de giro. Os empréstimos em questão serão quitados com a utilização de recursos provenientes das debêntures, os quais encontram-se retidos em contas vinculadas.

Em 30 de setembro de 2019, a Companhia também possuía saldo de R\$ 9,5 milhões referentes a mútuos concedidos por acionistas minoritários, executivos e membros do Conselho de Administração.

Contas a pagar relativa à aquisição de participação societária

Em julho de 2017, a Companhia quitou a dívida referente à sua aquisição, ocorrida em 2013 (conforme descrito no item 6.3 deste Formulário de Referência), no valor de R\$ 23,9 milhões.

Em 30 de setembro de 2019, a Companhia possuía saldo de R\$ 8,1 milhões relativo à aquisição de participação acionária da Smartcoat, operação realizada em julho de 2017.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 30 de setembro de 2019, a Companhia tinha saldo em aberto de R\$ 2,2 milhões, relativo a financiamento para a aquisição de equipamentos.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível ocorrerá observado o disposto na Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005: (i) créditos trabalhistas; (ii) créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado; (iii) créditos tributários; (iv) créditos com privilégio especial conforme previsto em referida lei; (v) créditos com privilégio geral conforme previsto em referida lei; (vi) créditos quirografários; (vii) multas e penas pecuniárias; e (viii) créditos subordinados.

As dívidas financeiras da Companhia, existentes nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente, não possuem cláusula específica contratual de subordinação e, assim, não há relação de preferência entre as mesmas. Logo, o grau de subordinação entre as dívidas financeiras da Companhia e de suas controladas segue o disposto na legislação em vigor e nas eventuais garantias constituídas.

Os contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia são garantidos por meio de diversos instrumentos, incluindo alienação fiduciária de ativos nos contratos das operações de FINAME. Os empréstimos para capital de giro existentes em 30 de setembro de 2019 tinham como garantia trava de domicílio bancário simples de contratos firmados entre a Companhia e alguns de seus clientes. Para maiores informações, vide item 3.8 deste Formulário de Referência.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação das dívidas da companhia, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Escritura de Emissão prevê a manutenção de índices de endividamento, os quais serão acionados a partir do 1º trimestre de 2020, como segue:

• Trimestral: Dívida Bruta + Sellers Finance – Escrow ≤ R\$ 80 milhões;

Nota: "Dívida Bruta", para fins da Escritura de Emissão, significa a soma dos (i) empréstimos e

PÁGINA: 134 de 333

financiamentos de curto e longo prazos, incluídos (1) os títulos descontados com regresso, (2) as fianças e avais prestados em benefício de terceiros, (3) os arrendamento mercantil / leasing financeiro, e (4) os títulos de renda fixa não conversíveis frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional; (ii) passivos decorrentes de instrumentos financeiros derivativos, líquidos de ativos decorrentes de instrumentos financeiros derivativos; e (iii) contas a pagar em decorrência de aquisição de outras empresas (menos a conta reserva e escrow account). Exclui empréstimos de mútuo recebidos de controladores, investidores e executivos da empresa; "Sellers Finance" significa contas a pagar em decorrência da aquisição de outras empresas concedidos pelos vendedores.

• Anual: Dívida Liquida/EBITDA ≤ 2,5 em 2019 e ≤ 2,0 de 2020 em diante.

Nota: "<u>Dívida Líquida</u>", para fins da Escritura de Emissão, significa valor da Dívida Bruta, menos a conta reserva ou escrow account. Exclui empréstimos de mútuo recebidos de controladores, investidores e executivos da empresa), menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 30 de setembro de 2019, a Companhia possuía financiamentos totais junto a instituições financeiras de R\$ 12,8 milhões e limites disponíveis de R\$ 15,1 milhões. Desta forma, em 30 de setembro de 2019, a Companhia havia utilizado 54% dos limites de tais financiamentos.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia relativa aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2017, 2016 e revisados para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2019 e 2018.

Apresentação das principais contas das demonstrações de resultados da Companhia

Receita operacional de vendas

De acordo com as políticas contábeis em vigor adotadas no Brasil, a receita reportada na demonstração do resultado deve incluir somente os ingressos líquidos dos benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia, quando originários de suas próprias atividades. As quantias cobradas por conta de terceiros – tais como tributos sobre vendas, tributos sobre bens e serviços e tributos sobre valor adicionado – não geram benefícios para a Companhia e não resultam em aumento do patrimônio líquido e, portanto, são excluídos da receita. Desta forma, os comentários abaixo relativos às variações entre os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018, bem como aos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2019 e 2018, são referentes somente à receita líquida, e não à receita bruta.

PÁGINA: 135 de 333

Apresentam-se, a seguir, as explicações sobre as principais variações ocorridas e as explicações sobre o resultado da Companhia, a partir de suas demonstrações financeiras:

Análise comparativa das principais variações nas demonstrações de resultados para os períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2019 e 2018.

| | Período encerrado em 30 de setembro de | | | | |
|---|--|----------|-----------|-----------------------|-----------|
| | 2019 | | 20 | Variação 2019/2018 | |
| | (R\$ mil) | (%) | (R\$ mil) | (%) | (%) |
| Receita líquida de vendas e serviços | 260.725 | 100% | 240.306 | 100% | 8,50% |
| Custo dos produtos vendidos e serviços prestados | (226.765) | (86,97%) | (213.788) | (88,96%) | 6,07% |
| Lucro Bruto | 33.960 | 13,03% | 26.518 | 11,04% | 28,06% |
| Despesas operacionais, administrativas e gerais | (31.566) | (12,11%) | (18.317) | (7,62%) | 72,33% |
| Resultado de Equivalência Patrimonial | (131) | (0,05%) | 1.161 | (0,48%) | (111,28%) |
| Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro | 2.263 | 0,87% | 9.362 | 3,90% | (75,83%) |
| Receitas financeiras | 3.348 | 1,28% | 5.141 | 2,14% | (34,88%) |
| Despesas financeiras | (13.466) | (5,16%) | (12.380) | (5,15%) | 8,77% |
| Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social | (7.855) | (3,01%) | 2.123 | 0,88% | (470%) |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | (4.435) | (1,70%) | (2.923) | (1,22%) | 51,73% |
| Imposto de renda e | 6.856 | 2,63% | 486 | 0,20% | 1.310,70% |

Receita líquida de vendas e serviços

contribuição social diferidos Lucro líquido do exercício

No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019, a receita líquida de vendas e serviços da Companhia atingiu R\$ 260,7 milhões, equivalente a um incremento de R\$ 20,4 milhões (8,5%) em relação ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2018. O crescimento das receitas comparáveis com o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2018 foi causado, principalmente, por forte aumento nas receitas de locação (50%), fruto de aumento da demanda.

(2,08%)

(314)

(0,13%)

1.630,57%

(5.434)

Custos dos produtos vendidos e serviços prestados

O custo dos produtos vendidos e serviços prestados no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019 totalizou R\$ 226,8 milhões, equivalente a um incremento de R\$ 13 milhões (6,1%) em relação ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2018. O crescimento dos custos comparáveis com o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2018 foi causado, principalmente, por dissídio salarial e reajustes inflacionários em insumos.

Lucro Bruto

O lucro bruto no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019 atingiu R\$ 34 milhões, o que equivale a um incremento de R\$ 7,4 milhões (28,1%) em relação ao período de nove

PÁGINA: 136 de 333

meses encerrado em 30 de setembro de 2018. O crescimento do lucro bruto comparável com o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2018 foi causado pelo aumento da representatividade das receitas com locação em nosso *mix* de receitas.

Despesas Operacionais, Administrativas e Gerais

As despesas operacionais, administrativas e gerais foram de R\$ 31,6 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019, o que equivale a um incremento de R\$ 13,3 milhões (72,3%) em relação ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2018. Excluindose itens atípicos em 2018, que totalizam R\$ 12,4 milhões e se referem a avaliação a valor justo das opções de compra e venda das empresas investidas, créditos previdenciários e reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa, o incremento observado, do período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2018 para o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019, foi causado, basicamente, por inflação (dissídio salarial e reajustes em insumos).

Resultados Financeiros

Os resultados financeiros líquidos, compostos pelas receitas financeiras e despesas financeiras, obtiveram valor negativo de R\$ 10,1 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019, comparativamente a despesa líquida de R\$ 7,2 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2018, por três fatores: aumento da dívida líquida da controlada Smartcoat, aumento nas operações de desconto de duplicatas (antecipação de recebíveis) e risco sacado, além da adoção do CPC 06 (arrendamento mercantil).

Resultado de Equivalência Patrimonial

O resultado negativo de equivalência patrimonial de R\$ 0,1 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019, comparado a um resultado positivo de R\$ 1,2 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2018, teve como principal causa o resultado da controlada (R&R), registrado pelo método de equivalência patrimonial e pelos ajustes de lucros não realizados intercompanhia.

Imposto de renda e contribuição social correntes

O valor do imposto de renda e contribuição social correntes aumentou 51,7% no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019, em relação ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2018, em função do resultado positivo da controlada Priner Locação, fruto do incremento das receitas de locação.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O valor do imposto de renda e contribuição social diferidos aumentou 1.310% no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019, em relação ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2018, basicamente, em função da apuração de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social sobre o lucro do período e aumento das diferenças temporárias.

Lucro Líquido do Exercício

Os resultados no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019 atingiram prejuízo líquido de R\$ 5,4 milhões, comparativamente ao prejuízo de R\$ 0,3 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2018. Os principais motivos para o incremento do prejuízo líquido em 2019 comparável com o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2018 foram o incremento no lucro bruto (R\$ 7,4 milhões) compensado, negativamente, pela variação de itens atípicos que tiveram forte influência nos resultados de 2018, a saber: avaliação a valor justo das opções de compra e venda das empresas investidas, créditos previdenciários e reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

PÁGINA: 137 de 333

Análise comparativa das principais variações nas demonstrações de resultados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

| | 2018 | | 2017 | | Variação 2018/2017 | |
|---|-----------|--------|-----------|--------|-----------------------|--|
| | (R\$ mil) | (%) | (R\$ mil) | (%) | (%) | |
| Receita líquida de vendas e serviços | 327.237 | 100,00 | 236.502 | 100,00 | 38,37 | |
| Custo dos produtos vendidos e serviços prestados | -282.214 | -86,24 | -203.099 | -85,88 | 38,95 | |
| Lucro Bruto | 45.023 | 13,76 | 33.403 | 14,12 | 34,79 | |
| Despesas operacionais, administrativas e gerais | -30.375 | -9,28 | -41.116 | -17,39 | -26,12 | |
| Resultado de Equivalência Patrimonial | 448 | 0,14 | 186 | 0,08 | 140,86 | |
| Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro | 15.096 | 4,61 | -7.527 | -3,18 | -300,56 | |
| Receitas financeiras | 6.331 | 1,93 | 2.383 | 1,01 | 165,67 | |
| Despesas financeiras | -15.462 | -4,73 | -8.518 | -3,60 | 81,52 | |
| Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social | 5.965 | 1,82 | -13.662 | -5,78 | -143,66 | |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | -4.613 | -1,41 | -947 | -0,40 | 387,12 | |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 3.788 | 1,16 | 7.221 | 3,05 | -47,54 | |
| Lucro líquido do exercício | 5.140 | 1,57 | -7.388 | -3,12 | -169,57 | |

Receita líquida de vendas e serviços

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a receita líquida de vendas e serviços da Companhia atingiu R\$ 327,2 milhões, equivalente a um incremento de R\$ 90,7 milhões (38,4%) em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Deste aumento, R\$ 59,5 milhões referem-se a controlada Smartcoat, pelo fato dos seus resultados terem sido consolidados nos resultados da Companhia somente a partir de agosto de 2017, visto a aquisição ter sido concretizada em julho de 2017. O crescimento das receitas comparáveis com 2017 foi causado pela combinação de aumento no volume dos serviços prestados e das locações.

Custos dos produtos vendidos e serviços prestados

O custo dos produtos vendidos e serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 totalizou R\$ 282,2 milhões, equivalente a um incremento de R\$ 79,1 milhões (39%) em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Deste aumento, R\$ 61 milhões referem-se à controlada Smartcoat, pelo fato dos seus resultados terem sido consolidados nos resultados da Companhia somente a partir de agosto de 2017, visto a aquisição ter sido concretizada em julho de 2017. O crescimento dos custos comparáveis com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi causado por aumento no volume das operações (+12,7) e redução nos custos *per capita* (-1,6%). A redução nos custos *per capita* foram consequência de melhoria de produtividade nas operações, consequência de investimento em novos ativos (por exemplo, andaimes de alumínio), fato parcialmente compensado pelo dissídio coletivo e inflação.

PÁGINA: 138 de 333

Lucro Bruto

O lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 atingiu R\$ 45,0 milhões, o que equivale a um incremento de R\$ 11,6 milhões (34,8%) em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. A Smartcoat, gerou lucro bruto negativo de R\$ 5,5 milhões, enquanto na controladora Priner Serviços e na controlada Priner Locação o lucro bruto positivo foi de R\$ 50,5 milhões. Esse incremento foi resultado do aumento do volume dos serviços prestados e das receitas com locação.

<u>Despesas Operacionais, Administrativas e G</u>erais

As despesas operacionais, administrativas e gerais foram de R\$ 30,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o que equivale a uma redução de R\$ 10,7 milhões (26,1%) em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Essa redução foi causada pela diminuição das despesas com pessoal e por dois itens atípicos que totalizaram R\$ 10,1 milhões, a saber: reconhecimento (receita) do ajuste a valor justo das opções de compra e venda das investidas R&R e Smartcoat, e resultado positivo (receita) da provisão para perda de crédito de liquidação duvidosa quando da adoção do CPC 48.

Resultados Financeiros

Os resultados financeiros líquidos, compostos pelas receitas financeiras e despesas financeiras, obtiveram valor negativo de R\$ 9,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparativamente a despesa de R\$ 6,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, tendo como principal causa o aumento da dívida líquida da controlada Smartcoat.

Resultado de Equivalência Patrimonial

O resultado positivo de equivalência patrimonial (de R\$ 448 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado ao resultado positivo de R\$ 186 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017) teve como principal causa o resultado da nova controlada (R&R), adquirida em 24 de janeiro de 2017, registrada pelo método de equivalência patrimonial.

Imposto de renda e contribuição social correntes

O valor do imposto de renda e contribuição social correntes aumentou 387,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, em função do resultado positivo do exercício da controladora e da controlada Priner Locação.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O valor do imposto de renda e contribuição social diferidos aumentou 47,54% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, basicamente, em função da apuração de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social sobre o lucro do exercício de 2018, do ajuste valor justo das opções de compra e venda da aquisição da Smartcoat.

Lucro Líquido do Exercício

Os resultados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 atingiram lucro líquido de R\$ 5,1 milhões, comparativamente ao prejuízo de R\$ 7,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. A Smartcoat, adquirida em julho de 2017, gerou prejuízo líquido de R\$ 6,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. O aumento dos resultados na controladora Priner Serviços e na controlada Priner Locação foi consequência da combinação dos seguintes fatores: aumento da receita líquida, aumento da margem bruta e redução das despesas gerais e administrativas, parcialmente compensado pela deterioração das despesas financeiras (líquidas das receitas financeiras).

PÁGINA: 139 de 333

Análise comparativa das principais variações nas demonstrações de resultados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

| | Exercício social encerrado em 31 de dezembro de | | | | | |
|---|---|--------|-----------|--------|-----------------------|--|
| | 2017 | | 2016 | | Variação 2017/2016 | |
| | (R\$ mil) | (%) | (R\$ mil) | (%) | (%) | |
| Receita líquida de vendas e serviços | 236.502 | 100,00 | 204.112 | 100,00 | 15,87 | |
| Custo dos produtos vendidos e serviços prestados | -203.099 | -85,88 | -156.967 | -76,90 | 29,39 | |
| Lucro Bruto | 33.403 | 14,12 | 47.145 | 23,10 | -29,15 | |
| Despesas operacionais, administrativas e gerais | -41.116 | -17,39 | -35.519 | -17,40 | 15,76 | |
| Resultado de Equivalência Patrimonial | 186 | -0,08 | -40 | -0,02 | -565,00 | |
| Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro | -7.527 | -3,18 | 11.586 | 5,68 | -164,97 | |
| Receitas financeiras | 2.383 | 1,01 | 4.318 | 2,12 | -44,81 | |
| Despesas financeiras | -8.518 | -3,60 | -7.503 | -3,68 | 13,53 | |
| Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social | -13.662 | -5,78 | 8.401 | 4,12 | -262,62 | |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | -947 | -0,40 | -2.812 | -1,38 | -66,32 | |
| Imposto de renda e contribuição | 7 221 | 3.05 | 680 | 0.33 | 961 91 | |

Receita líquida de vendas e serviços

Lucro líquido do exercício

social diferidos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a receita líquida de vendas e serviços da Companhia atingiu R\$ 236,5 milhões, equivalente a um incremento de R\$ 32,4 milhões (15,9%) em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Deste aumento, R\$ 31,4 milhões referem-se aos resultados da Smartcoat consolidados nos resultados da Companhia, a partir de agosto de 2017. O crescimento das receitas comparáveis com 2016 foi causado pela combinação de aumento no volume das operações (+13,3%) e redução na receita *per capita* (-11,3%).

3,05

-3,12

680

6.269

0,33

3,07

961,91

-217,85

7.221

-7.388

Custos dos produtos vendidos e serviços prestados

O custo dos produtos vendidos e serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 totalizou R\$ 203,1 milhões, equivalente a um incremento de R\$ 46,1 milhões (29,4%) em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Deste aumento, R\$ 35,4 milhões referem-se aos resultados consolidados da Smartcoat, a partir de agosto de 2017. O crescimento dos custos comparáveis com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 foi causado por aumento no volume das operações (+13,3%) e redução nos custos *per capita* (-5,7%). A redução nos custos *per capita* foram consequência de melhoria de produtividade das operações, consequência de investimento em novos ativos (por exemplo, andaimes de alumínio), fato parcialmente compensado pelo dissídio coletivo e pela inflação.

Lucro Bruto

O lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 atingiu R\$ 33,4 milhões, o que equivale a uma redução de R\$ 13,7 milhões (29,2%) em relação ao exercício social encerrado

PÁGINA: 140 de 333

em 31 de dezembro de 2016. Essa redução foi causada pelo reconhecimento, via consolidação nos resultados da Companhia, dos resultados da Smartcoat, que gerou lucro bruto negativo de R\$ 9,0 milhões. A redução do lucro bruto na controladora Priner Serviços e na controlada Priner Locação foi resultado da combinação de três fatores: aumento no volume das operações e redução nas receitas e nos custos *per capita*.

Despesas Operacionais, Administrativas e Gerais

As despesas operacionais, administrativas e gerais foram de R\$ 41,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o que equivale a um aumento de R\$ 5,6 milhões (15,8%) em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Esse incremento foi causado pelo reconhecimento, via consolidação nos resultados da Companhia, dos resultados da Smartcoat e pela ocorrência de despesas não recorrentes (aquisições, processo de registro na CVM e listagem na B3).

Resultados Financeiros

Os resultados financeiros líquidos, compostos pelas receitas financeiras e despesas financeiras, obtiveram valor negativo de R\$ 6,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, comparativamente a despesa de R\$ 3,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Essa variação teve três causas, parcialmente compensadas pela redução nos juros básicos: alteração do perfil da dívida (redução do saldo médio do *sellers finance* e incremento dos financiamentos bancários), redução no saldo disponível para aplicações financeiras e redução nas receitas de juros de clientes por pagamentos com atraso.

Resultado de Equivalência Patrimonial

O resultado positivo de equivalência patrimonial (de R\$ 186 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, comparado ao resultado negativo de R\$ 40 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016) teve como principal causa o resultado da nova controlada (R&R), adquirida em 24 de janeiro de 2017, registrada pelo método de equivalência patrimonial.

Imposto de renda e contribuição social correntes

O valor do imposto de renda e contribuição social correntes reduziu 66,3% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, em função do resultado negativo do exercício da controladora e da redução da carga tributária da controlada Priner Locação (lucro presumido).

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O valor do imposto de renda e contribuição social diferidos aumentou 961,91% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, em função da apuração de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social sobre o lucro do exercício de 2017, do ajuste valor justo das opções de compra e venda da aquisição da Smartcoat e do ônus fiscal sobre a compra vantajosa da aquisição da Smartcoat.

Lucro Líquido do Exercício

Os resultados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 atingiram prejuízo de R\$ 7,4 milhões, comparativamente a lucro de R\$ 6,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. A Smartcoat, adquirida em julho de 2017, gerou prejuízo líquido de R\$ 5,5 milhões de agosto a dezembro de 2017. A redução dos resultados na controladora Priner Serviços e na controlada Priner Locação foi consequência de queda da margem bruta, ocorrência de despesas não recorrentes (aquisições, processo de registro na CVM e listagem na B3 e treinamentos) e incremento das despesas financeiras líquidas.

PÁGINA: 141 de 333

Análise Comparativa dos Balanços Patrimoniais

Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

| Balanços patrimoniais | 30 de setembro de 2019 (R\$ mil) | Análise Vertical (%)¹ | 31 de dezembro de 2018 (R\$ mil) | Análise Vertical (%)¹ | Variação 2019x2018 (%) ² |
|---|---|-----------------------------|---|-----------------------------|---|
| Ativo | (1.44 11111) | (70) | (1.44 11111) | (70) | (70) |
| Circulante | | | | | |
| Caixa e equivalentes | 13.296 | 11,17 | 3.400 | 3,23 | 291,06 |
| de caixa | | 11,17 | 3.400 | 3,23 | |
| Títulos e valores mobiliários | 3.573 | 3,00 | 28 | 0,03 | 12.660,71 |
| Depósitos bancários vinculados | 9.800 | 8,23 | - | - | 100,00 |
| Contas a receber | 59.853 | 50,28 | 69.815 | 66,29 | (14,27) |
| Contas a receber – membros da administração | 272 | 0,23 | - | - | 100,00 |
| Estoques | 1.442 | 1,21 | 1.052 | 1,00 | 37,07 |
| Créditos com | 1.518 | 1,28 | 1.189 | 1,13 | 27,67 |
| funcionários | 25.518 | | | | 10,89 |
| Tributos a recuperar | 25.516 | 21,44 | 23.011 | 21,85 | (40,36) |
| Despesas Antecipadas | | 1,84 | 3.682 | 3,50 | |
| Instrumento Derivativo Financeiro (<i>swap</i>) | 266 | 0,22 | 2.163 | 2,05 | (87,70) |
| Outros Ativos | 1.314 | 1,10 | 976 | 0,93 | 34,63 |
| Total do ativo circulante | 119.048 | 100,00 | 105.316 | 100,00 | 13,04 |
| Não circulante | | | | | |
| Títulos e valores mobiliários | 137 | 0,11 | 46 | 0,04 | 197,83 |
| Notas promissórias a receber | 997 | 0,82 | - | - | 100,00 |
| Mútuo a receber – partes relacionadas | - | - | 245 | 0,24 | (100,00) |
| Instrumentos financeiros derivativos | 4.193 | 3,47 | 5.820 | 5,67 | (27,96) |
| Tributos a recuperar | 1.126 | 0,93 | 315 | 0,31 | 257,46 |
| Tributos diferidos | 23.668 | 19,58 | 16.813 | 16,38 | 40,77 |
| Depósitos judiciais | 1.066 | 0,88 | 711 | 0,69 | 49,93 |
| Outros Créditos | 2.656 | 2,20 | 2.656 | 2,59 | 0,00 |
| Despesas Antecipadas | - | - | 24 | 0,02 | (100,00) |
| Investimentos | 1.565 | 1,29 | 1.696 | 1,65 | (7,72) |
| Imobilizado | 80.430 | 66,55 | 67.964 | 66,20 | 18,34 |
| Intangível | 5.017 | 4,15 | 6.380 | 6,21 | (21,36) |
| Total do Ativo Não Circulante | 120.855 | 100,00 | 102.670 | 100,00 | 17,71 |
| Total do ativo | 239.903 | | 207.986 | | 15,35 |

⁽¹⁾ Participação percentual em ativo circulante/não circulante.

PÁGINA: 142 de 333

⁽²⁾ Aumento (redução) do total registrado de um período para o outro.

| Balanços patrimoniais | 30 de setembro de 2019 | Análise Vertical | 31 de dezembro de 2018 | Análise Vertical | Variação 2019x2018 |
|--|------------------------------|---------------------|------------------------------|---------------------|-----------------------|
| | (R\$ mil) | (%)¹ | (R\$ mil) | (%)1 | (%)2 |
| Passivo | | | | | |
| Circulante | | | | | |
| Fornecedores partes | 11.768 | 11,62 | 12.846 | 11,19 | (8,39) |
| Fornecedores – partes relacionadas | 996 | 0,98 | 400 | 0,35 | 149,00 |
| Operações de risco sacado | 7.945 | 7,85 | - | - | 100,00 |
| Empréstimos e Financiamentos | 8.334 | 8,23 | 53.735 | 46,80 | (84,49) |
| Debêntures não conversíveis em ações | 3.981 | 3,93 | - | - | 100,00 |
| Arrendamento a pagar – direito de uso CPC 06 – R2 | 1.500 | 1,48 | - | - | 100,00 |
| Salários e encargos sociais | 34.811 | 34,38 | 28.385 | 24,72 | 22,64 |
| Imposto de renda e contribuição social | 1.622 | 1,60 | 1.685 | 1,47 | (3,74) |
| Tributos a pagar | 2.844 | 2,81 | 2.596 | 2,26 | 9,55 |
| Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar | 1.808 | 1,79 | 1.996 | 1,74 | (9,42) |
| Contas a pagar por aquisição societária | 8.139 | 8,04 | 6.525 | 5,68 | 24,74 |
| Mútuo a pagar | 9.507 | 9,39 | 2.676 | 2,33 | 255,27 |
| Provisões | 5.506 | 5,44 | 3.173 | 2,76 | 73,53 |
| Outros passivos | 2.491 | 2,46 | 793 | 0,69 | 214,12 |
| Total do passivo circulante | 101.252 | 100,00 | 114.810 | 100,00 | (11,81) |
| Não Circulante | | | | | |
| Fornecedores | 144 | 0,18 | - | _ | 100,00 |
| Empréstimos e Financiamentos | 4.419 | 5,62 | 13.902 | 51,40 | (68,21) |
| Debêntures não conversíveis em ações | 61.654 | 78,36 | - | - | 100,00 |
| Arrendamento a pagar – direito de uso CPC 06 – R2 | 6.828 | 8,68 | - | - | 100,00 |
| Mútuo a pagar | - | - | 4.303 | 15,91 | (100,00) |
| Contas a pagar por aquisição societária | - | - | 2.193 | 8,11 | (100,00) |
| Instrumento derivativo financeiro | 70 | 0,09 | 1.855 | 6,86 | (96,23) |
| Provisão para riscos | 5.327 | 6,77 | 4.794 | 17,72 | 11,12 |
| Outros passivos não circulantes | 236 | 0,30 | - | - | 100,00 |
| Total do passivo não circulante | 78.678 | 100,00 | 27.047 | 100,00 | 190,89 |
| Patrimônio líquido | | | | | |
| Capital social | 53.367 | 93,17 | 53.367 | 87,26 | 0,00 |

PÁGINA: 143 de 333

| Reservas de capital | 2.298 | 4,01 | 2.298 | 3,76 | 0,00 |
|--|---------|--------|---------|--------|----------|
| Reserva de lucros | 4.772 | 8,33 | 4.772 | 7,80 | 0,00 |
| Dividendos adicionais propostos | - | - | 722 | 1,18 | (100,00) |
| Prejuízo do período | (3.155) | (5,51) | - | - | 100,00 |
| Total do patrimônio líquido atribuível aos proprietários da Controladora | 57.282 | 100,00 | 61.159 | 100,00 | (6,34) |
| Participações não controladores | 2.691 | 100,00 | 4.970 | 100,00 | (45,86) |
| Total do passivo e do patrimônio líquido | 239.903 | | 207.986 | | 15,35 |

⁽¹⁾ Participação percentual em passivo circulante/não circulante.

Ativo Circulante

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e Valores Mobiliários

O saldo de nosso caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários foi de R\$ 16,9 milhões em 30 de setembro de 2019, um aumento de 392,1% em relação a 31 de dezembro de 2018, quando foi de R\$ 3,4 milhões. Esse aumento foi causado pela geração de caixa operacional no período. Os saldos registrados como caixa e equivalentes de caixa referem-se aos depósitos e às aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a insignificantes riscos de mudança de valor.

Depósitos bancários vinculados

O saldo de depósitos bancários vinculados atingiu R\$ 9,8 milhões em 30 de setembro de 2019. Esse saldo é fruto de valores recebido das debêntures que não foram utilizados imediatamente para quitação antecipada de empréstimos e financiamentos para capital de giro, visto alguns desses empréstimos possuírem multa para quitação antecipada. Os valores depositados em conta vinculada são liberados para a Companhia na medida em que os empréstimos para capital de giro remanescentes são amortizados.

Contas a receber

O saldo de contas a receber apresentou uma redução de 14,3%, passando de R\$ 69,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 59,8 milhões em 30 de setembro de 2019. Essa redução foi causado pelo incremento nas operações de antecipação de recebíveis, que tem como objetivo compensar o aumento do prazo médio de recebimento praticado pelo mercado.

Estoque

O saldo de estoque apresentou aumento de 37,1%, passando de R\$ 1,1 milhão em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 1,4 milhão em 30 de setembro de 2019. Esse aumento foi causado, principalmente, pelo incremento na venda de materiais de isolamento térmico removível. A Companhia só mantém estoques de produtos encomendados pelos clientes, havendo expectativa de venda dos mesmos em prazo reduzido de tempo.

Créditos com funcionários

O saldo de créditos com funcionários apresentou aumento de 27,7%, passando de R\$ 1,2 milhões

PÁGINA: 144 de 333

⁽²⁾ Aumento (redução) do total registrado de um período para o outro.

em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 1,5 milhões em 30 de setembro de 2019. Esse aumento é temporário: em setembro de 2019 existe saldo de adiantamento de 13º salário, que será revertido no final do exercício corrente.

Tributos a recuperar

O saldo de tributos a recuperar apresentou aumento de 10,9%, passando de R\$ 23,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 25,5 milhões em 30 de setembro de 2019. Esse aumento foi causado, principalmente, por acréscimos dos saldos negativos de IRPJ e CSLL apurados em exercícios anteriores, bem como de IRRF e CSSL retidos na fonte durante o exercício.

Despesas Antecipadas

O saldo de despesas antecipadas apresentou redução de 40,4%, passando de R\$ 3,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 2,2 milhões em 30 de setembro de 2019. Elas se referem, basicamente, aos custos para mobilização de contratos que são reconhecidos como despesas antecipada até o início das atividades em obra.

Instrumentos Derivativos Financeiros (Swap)

O saldo de instrumentos derivativos financeiros (*swap*) representa a diferença (valor a receber) entre a variação cambial de empréstimos e financiamentos contratados em moeda estrangeira e a variação de juros em moeda nacional, tendo sido constatada variação ativa, em 30 de setembro de 2019. A Companhia adota estratégia de proteção total do risco cambial decorrente de dívidas contratadas em moeda estrangeira.

Outros ativos

O saldo de outros ativos apresentou aumento de 34,6%, passando de R\$ 1,0 milhão em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 1,3 milhões em 30 de setembro de 2019. Este aumento foi causado, principalmente, pelo acréscimo do valor a receber da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A., referente as indenizações trabalhistas que são divididas conforme Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, celebrado entre Albuquerque Participações Ltda (incorporada pela Companhia em 2 de dezembro de 2013) e Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A, em 10 de julho de 2013.

Ativo não circulante

Titulos e Valores Mobiliários

O saldo de R\$ 0,1 milhão em 30 de setembro de 2019 são títulos de capitalização e referem-se à títulos de crédito comercializado pelo banco, com o objetivo de constituição de determinado capital, de acordo com o plano aprovado pela Susep. Equivale a uma aplicação financeira programada, com retorno e período pré-fixado (prazo de vigência), podendo ocorrer antes em função de sorteios.

Notas promissória a receber

O saldo se refere a nota promissória recebida pela Companhia em atendimento aos termos do plano de recuperação judicial de clientes da Companhia

Mútuo a receber-Partes Relacionadas

O saldo de R\$ 0,2 milhão de 31 de dezembro de 2018 foi transferido para o circulante em setembro de 2019.

Tributos a Recuperar

O saldo de tributos a recuperar apresentou aumento de 257,46% passando de R\$ 0,3 milhão em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 1,1 milhão em 30 de setembro de 2019. Esse aumento foi causado,

PÁGINA: 145 de 333

principalmente, pelo valor transferido do ativo circulante referente ao INSS retido a maior por alguns clientes que realizaram retenção de contribuição previdenciária com base em alíquota de 11%, ao invés de 3,5%.

Instrumentos financeiros derivativos

O saldo de instrumentos financeiros de R\$ 4,2 milhões, em 30 de setembro de 2019, refere-se aos derivativos embutidos nos contratos firmados com a aquisição da controlada em conjunto R&R e da controlada Smartcoat, referentes às opções de compra (*call*) de participações remanescentes em referidas sociedades, representativas de 49% e 25% de seus respectivos capitais sociais. Essas opções de compra estão apresentadas a valor justo em 30 de setembro de 2019, de modo que 100% do saldo se refere à controlada em conjunto R&R.

Tributos diferidos

O saldo de tributos diferidos apresentou aumento de 40,8%, passando de R\$ 16,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 23,7 milhões em 30 de setembro de 2019. A variação foi o aumento do reconhecimento do tributo diferido sobre o prejuízo fiscal e a base negativa da contribuição social e provisões sobre adições e exclusões temporárias no período.

Depósitos Judiciais

O saldo de depósitos judiciais apresentou aumento de 49,9%, passando de R\$ 0,7 milhão em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 1,1 milhão em 30 de setembro de 2019. Esse saldo é composto de recursos judiciais em função de processos trabalhistas.

Outros créditos

O saldo de outros créditos não sofreu variação, comparativamente a 31 de dezembro de 2018, mantendo o saldo de R\$ 2,7 milhões em 30 de setembro de 2019. Esses créditos referem-se ao adiantamento de distribuição de lucros efetuado pela controlada Smartcoat, em 2017, aos seus acionistas não controladores. Em 2018, por meio de Instrumento Particular de Confissão de Dívida, a Smartcoat acordou com seus devedores que o montante devido será quitado no prazo de 5 (cinco) anos a contar da data de assinatura desse instrumento e poderá ser antecipado, caso a investida distribua dividendos ou juros sobre capital próprio.

Investimento

O saldo de investimento apresentou redução 7,7%, passando de R\$ 1,7 milhão em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 1,6 milhão em 30 de setembro de 2019. A variação refere-se ao resultado de equivalência patrimonial da controlada em conjunto, R&R.

Imobilizado e Intangível

O saldo de imobilizado e intangíveis apresentou aumento de 14,9%, passando de R\$ 74,3 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 85,5 milhões em 30 de setembro de 2019. Esse aumento foi causado pelos investimentos em equipamentos para atender a demanda.

Passivo circulante

Fornecedores e operações de risco sacado

O saldo a pagar de fornecedores e operações de risco sacado aumentou de 53,5%, passando de R\$ 12,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 19,7 milhões em 30 de setembro de 2019. O saldo de fornecedores refere-se basicamente à aquisição de materiais para consumo diversos, dentre outros, a compra de EPI's, peças e ferramentas, material de pintura, material de escritório, serviços prestados, fretes, viagens e bens do ativo imobilizado, adquiridos no curso normal dos negócios.

PÁGINA: 146 de 333

Fornecedores – partes relacionadas

O saldo de fornecedores – partes relacionadas de R\$ 1 milhão, em 30 de setembro de 2019, referese a valores a pagar à controlada em conjunto R&R, referentes à compra de estoques para revenda (mantas removíveis) e à compra de material de consumo de isolamento térmico.

Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos de curto prazo apresentou redução de 84,5%, passando de R\$ 53,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 8,3 milhões em 30 de setembro de 2019. Essa redução foi causada pela captação de recursos através de emissão de debêntures pela Companhia, os quais foram utilizados para quitação antecipada de empréstimos e financiamentos que não possuíam multas para quitação antecipada ou que possuíam multas de pequena monta.

Debêntures não conversíveis em ações

O saldo de debêntures não conversíveis em ações atingiu R\$ 4,0 milhões em 30 de setembro de 2019. A operação foi de R\$ 67,5 milhões e teve como objetivo a quitação antecipada das linhas para financiamento de capital de giro contratas pela Companhia e suas controladas, propiciando alongamento das dívidas financeiras do grupo.

Arrendamento a pagar

O saldo em 30 de setembro de 2019 no valor de R\$ 1,5 milhão, refere-se a adoção em 1º de janeiro de 2019 do CPC 06 – R2. Para maiores informações sobre tal mudança de prática contábil, vide item 10.4, "a", deste Formulário de Referência.

Salários e encargos sociais

O saldo de salários e encargos sociais apresentou aumento de 22,64%, passando de R\$ 28,4 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 34,8 milhões em 30 de setembro de 2019. Esse aumento é temporário e é causado pela provisão de 13º salário, que será revertida no final do exercício mediante pagamento aos funcionários.

Imposto de renda e contribuição social

O saldo de Imposto de renda e contribuição social de R\$ 1,6 milhão em 30 de setembro de 2019 refere-se a valores a pagar da Controlada Priner Locação, tributados pelo lucro presumido, apurado no 3º trimestre de 2019.

Tributos a pagar

Do saldo de tributos a pagar de R\$ 2,8 milhões, em 30 de setembro de 2019, 72,0% refere-se a impostos devidos sobre o faturamento ref. ao ISS, ICMS, Pis e Cofins, apurados na competência de setembro, 23,9% refere-se a impostos a recolher, principalmente PIS/COFINS s/receita financeira-exigibilidade suspensa e IOF e 4,1% refere-se a impostos retidos a recolher de INSS, IRRF, ISS, CSLL/PIS/COFINS s/serviços de terceiros.

Juros sobre o capital próprio

O saldo de juros sobre o capital próprio de R\$ 1,8 milhões, em 30 de setembro de 2019, corresponde ao saldo a pagar (aproximadamente 50%) dos juros sobre capital próprio aprovado pelo Conselho de Administração, em 29 de dezembro de 2017.

Contas a pagar por aquisição societária

O saldo de contas a pagar por aquisição societária de R\$ 8,1 milhões, em 30 de setembro de 2019,

PÁGINA: 147 de 333

representa a obrigação pela aquisição da controlada Smartcoat, que será liquidada no próximo exercício social.

Mútuo a pagar

O saldo de mútuo consolidado a pagar apresentou aumento de 255,3%, passando de R\$ 2,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 9,5 milhões em 30 de setembro de 2019. Esse aumento foi causado por dois fatores: transferência do saldo do longo prazo para curto prazo devido ao seu vencimento e pela concessão de novos mútuos realizados pelos acionistas minoritários da controlada Smartcoat.

Outros passivos

O saldo de outros passivos apresentou aumento de 214,1%, passando de R\$ 0,8 milhão em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 2,5 milhões em 30 de setembro de 2019. Esse aumento foi causado pelo reconhecimento de indenização a pagar a cliente e antecipação de cliente a identificar.

Passivo não circulante

Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos de longo prazo apresentou redução de 68,2%, passando de R\$ 13,9 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 4,4 milhões em 30 de setembro de 2019. Essa redução foi causada pela captação de recursos através de emissão de debêntures, os quais foram utilizados para quitação antecipada de empréstimos e financiamentos que não possuíam multas para quitação antecipada ou que possuíam multas de pequena monta.

Debêntures não conversíveis em ações

O saldo de debêntures não conversíveis em ações atingiu R\$ 61,7 milhões em 30 de setembro de 2019. A operação foi de R\$ 67,5 milhões e teve como objetivo a quitação antecipada das linhas para financiamento de capital de giro contratadas pela Companhia e suas controladas, propiciando alongamento das dívidas financeiras do grupo.

Arrendamento a pagar

O saldo em 30 de setembro de 2019 no valor de R\$ 6,8 milhão, refere-se a adoção em 01 de janeiro de 2019 do CPC 06 – R2. Para maiores informações sobre tal mudança de prática contábil, vide item 10.4, "a", deste Formulário de Referência.

Mútuo a pagar

O saldo de mútuo consolidado a pagar em 30 de setembro de 2019 está zerado, em função dos valores terem sido transferidos para o curto prazo.

PÁGINA: 148 de 333

Contas a pagar por aquisição societária

O saldo de contas a pagar por aquisição societária em 30 de setembro de 2019 está zerado, em função dos valores terem sido transferidos para o curto prazo.

Instrumento derivativo financeiro

O saldo de instrumentos financeiros de R\$ 0,1 milhão, em 30 de setembro de 2019, refere-se aos derivativos embutidos nos contratos firmados para a aquisição da controlada em conjunto R&R e da controlada Smartcoat, referentes às opções de venda (*put*) de participações remanescentes em referidas sociedades, representativas de 49% e 25% de seus respectivos capitais sociais. Essas opções de venda estão apresentadas a valor justo em 30 de setembro de 2019, de modo que 100% do saldo se refere à controlada em conjunto R&R, visto o saldo da Smartcoat estar zerado.

Provisão para risco

O saldo de provisões para riscos apresentou aumento de 11,2%, passando de R\$ 4,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 5,3 milhões em 30 de setembro de 2019. Do saldo de R\$ 5,3 milhões, em 30 de setembro de 2019, R\$ 3,2 milhões representam riscos com processos trabalhistas, considerados de perda provável, de acordo com parecer de nossos consultores jurídicos externos, e R\$ 2,1 milhões são passivos contingentes identificados e reconhecidos na alocação do preço de compra referente à aquisição de 75% do capital da investida Smartcoat, conforme o laudo para avaliação a valor justo dos ativos e passivos, cumprindo com a exigência prevista no pronunciamento CPC 15 – combinação de negócios.

Patrimônio líquido

Capital social

Não houve variação no capital social da Companhia, o qual se manteve em R\$ 53,4 milhões, em 30 de setembro de 2019.

Reserva de Capital

Não houve variação na reserva de capital da Companhia, a qual se manteve em R\$ 2,3 milhões, em 30 de setembro de 2019. Essa reserva é referente ao planos de opções para administradores e certos empregados da Companhia. Vide item 13.4 deste Formulário de Referência.

Reserva de lucros

Não houve variação na reserva lucros da Companhia, a qual se manteve em R\$ 4,8 milhões, em 30 de setembro de 2019.

Dividendos Adicionais Propostos

No exercício social de 2018, a Companhia destinou o saldo de R\$ 0,7 milhões de dividendos mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, que foram objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária realizada em 17 de abril de 2019. Em 30 de setembro de 2019, o saldo havia sido transferido para dividendos a pagar.

PÁGINA: 149 de 333

Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de **Análise Análise** Variação Balanços patrimoniais 2018 2017 2018x2017 **Vertical Vertical** $(\%)^{1}$ $(\%)^{1}$ $(\%)^2$ (R\$ mil) (R\$ mil) (Reclassificado **Ativo** Circulante Caixa e equivalentes de 3.400 3,23 644 0,71 427,95 caixa Títulos e valores mobiliários 28 0,03 1.864 2.06 -98,50 Contas a receber 69.815 66,29 67.184 74,08 3,92 Contas a receber - partes 1 -100,00 relacionadas **Estoques** 1,00 1.052 1.662 1,83 -36,70Créditos com funcionários 1.189 1,13 888 0,98 33,90 Tributos a recuperar 23.011 21,85 13,09 93,81 11.873 Dividendos a receber 765 0.84 -100,00 Despesas Antecipadas 3.682 3,50 2.964 3,27 24,22 Instrumento Derivativo 2.163 2,05 100,00 Finnaceiro swap Outros créditos a receber 2.656 2.93 -100,00 **Outros Ativos** 976 0.93 190 0,21 413,68 Total do ativo circulante 105.316 100,00 90.691 100,00 16,13 Não circulante Contas a receber 805 0.88 -100,00 Títulos e valores mobiliários 46 0.04 100,00 Mútuo a receber - partes 245 0,24 100,00 relacionadas Créditos com funcionários 38 0.04 -100,00Instrumentos financeiros 5.820 5,67 1.923 2,10 202,65 derivativos Tributos a recuperar 315 0,31 315 0,34 Tributos diferidos 16.813 16.38 12.622 13.76 33.20 Depósitos judiciais 711 0.69 507 0,55 40,24 **Outros Créditos** 2.656 2,59 100,00 Despesas Antecipadas 24 0,02 82 0,09 -70,73Investimentos 1.696 1,65 1.247 1,36 36,01 Imobilizado 67.964 66,20 66.169 72,15 2,71 Intangível 6.380 6,21 8.007 8,73 -20,32Total do Ativo Não 102.670 100,00 91.715 100,00 11,94 Circulante Total do ativo 207.986 182.406 14,02

PÁGINA: 150 de 333

⁽¹⁾ Participação percentual em no ativo circulante/não circulante.

⁽²⁾ Aumento (redução) do total registrado de um período para o outro.

| | Exer | cício social | encerrado em | 31 de dezer | nbro de |
|---|--------------|---------------------|------------------|---------------------|-----------------------|
| Balanços patrimoniais | 2018 | Análise Vertical | 2017 | Análise Vertical | Variação 2018x2017 |
| | (R\$ mil) | (%)¹ | (R\$ mil) | (%)¹ | (%)2 |
| Passivo | | | (Reclassificado) | | |
| Circulante | | | | | |
| Fornecedores | 12.846 | 11,19 | 8.092 | 9,02 | 58,75 |
| Fornecedores – partes relacionadas | 400 | 0,35 | 1.540 | 1,72 | -74,03 |
| Empréstimos e Financiamentos | 53.735 | 46,80 | 43.774 | 48,82 | 22,76 |
| Salários e encargos sociais | 28.385 | 24,72 | 21.510 | 23,99 | 31,96 |
| Imposto de renda e contribuição social | 1.685 | 1,47 | 847 | 0,94 | 98,94 |
| Tributos a pagar | 2.596 | 2,26 | 3.203 | 3,57 | -18,95 |
| Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar | 1.996 | 1,74 | 3.992 | 4,45 | -50,00 |
| Contas a pagar por aquisição societária | 6.525 | 5,68 | 5.904 | 6,58 | 10,52 |
| Instrumento derivativo financeiro (Swap) | - | - | 336 | 0,37 | -100,00 |
| Mútuo a pagar | 2.676 | 2,33 | - | - | 100,00 |
| Provisões | 3.173 | 2,76 | - | - | 100,00 |
| Outros passivos | 793 | 0,69 | 465 | 0,52 | 70,54 |
| Total do passivo circulante | 114.810 | 100,00 | 89.663 | 100,00 | 28,05 |
| Não Circulante | | | | | |
| Empréstimos e Financiamentos | 13.902 | 51,40 | 21.702 | 57,16 | -35,94 |
| Mútuo a pagar | 4.303 | 15,91 | - | - | 100,00 |
| Contas a pagar por aquisição societária | 2.193 | 8,11 | 4.612 | 12,15 | -52,45 |
| Instrumento derivativo financeiro | 1.855 | 6,86 | 4.068 | 10,71 | -54,40 |
| Tributos diferidos | _ | _ | 2.098 | 5,53 | -100,00 |
| Provisão para riscos | 4.794 | 17,72 | 5.489 | 14,46 | -12,66 |
| Total do passivo não circulante | 27.047 | 100,00 | 37.969 | 100,00 | -28,77 |
| Patrimônio líquido | | | | | |
| Capital social | 53.367 | 87,26 | 41.867 | 89,81 | 27,47 |
| Reserva de lucros | 2.298 | 3,76 | 2.298 | 4,93 5.26 | 04.54 |
| Reserva de lucros Dividendos adicionais propostos | 4.772 722 | 7,80 1,18 | 2.453 | 5,26 | 94,54 100,00 |
| Total do patrimônio líquido | 122 | 1,10 | - | - | 100,00 |
| atribuível aos proprietários da Controladora | 61.159 | 100,00 | 46.618 | 100,00 | 31,19 |

PÁGINA: 151 de 333

| Participações não controladores | 4.970 | 100,00 | 8.156 | 100,00 | 100,00 |
|---|---------|--------|---------|--------|--------|
| Total do passivo e do patrimônio líquido | 207.986 | | 182.406 | | 14,02 |

⁽¹⁾ Participação percentual em no passivo circulante/não circulante.

Ativo Circulante

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e Valores Mobiliários

O saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários foi de R\$ 3,4 milhões em 31 de dezembro de 2018, o que representou um aumento de 36,7% em relação a 31 de dezembro de 2017, quando foi de R\$ 2,5 milhões. Os saldos registrados como caixa e equivalentes de caixa referem-se aos depósitos e às aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a insignificantes riscos de mudança de valor.

Contas a receber

O saldo de contas a receber apresentou um aumento de 3,92%, passando de R\$ 67,2 milhões em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 69,8 milhões em 31 de dezembro de 2018. Comparativamente ao exercício social de 2017, houve uma redução relevante no prazo médio de recebimento de 18,8% (15 dias), em função do incremento das operações de antecipação de recebíveis.

Estoque

O saldo de estoque apresentou uma redução de 36,7%, passando de R\$ 1,7 milhão em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 1,1 milhão em 31 de dezembro de 2018. A Companhia só mantém estoques de produtos encomendados pelos clientes, havendo expectativa de venda dos mesmos em prazo reduzido de tempo. Parte dos estoques em 31 de dezembro de 2018 referiam-se a materiais adquiridos da controlada R&R que serão vendidos a clientes da controladora no exercício social de 2019.

Créditos com funcionários

O saldo de créditos com funcionários apresentou um aumento de 33,9%, passando de R\$ 0,9 milhão em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 1,2 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa variação foi ocasionada, principalmente, pelo aumento de adiantamento de férias ocorrido no final do exercício social de 2018 e pelo aumento da quantidade de funcionários.

Tributos a recuperar

O saldo de tributos a recuperar apresentou um aumento de 93,9%, passando de R\$ 11,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 23,0 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento decorreu, principalmente, de: (i) acréscimos dos saldos negativos de IRPJ e CSLL apurados em exercícios anteriores, bem como de IRRF e CSSL retidos na fonte durante o exercício correspondente (R\$ 6,5 milhões); e (ii) reconhecimento no exercício social de 2018 de créditos referente à não incidência de contribuição previdenciária sobre algumas rubricas constantes na folha de pagamento no período de 5 anos.

Outros créditos a receber

O saldo de outros créditos a receber existente em 31 de dezembro de 2017 foi transferido para o ativo não circulante, sendo, portanto, nulo no ativo circulante em 31 de dezembro de 2018.

PÁGINA: 152 de 333

⁽²⁾ Aumento (redução) do total registrado de um período para o outro.

Despesas Antecipadas

Do saldo de R\$ 3,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, 91,4% são os custos para mobilização de contratos que são reconhecidos como despesas antecipada até o início das atividades em obra.

Outros ativos

O saldo de outros ativos apresentou aumento de 413,7%, passando de R\$ 0,2 milhão em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 1,0 milhão em 31 de dezembro de 2018.

Ativo não circulante

Contas a receber

O saldo de parcelas de confissão de dívida de clientes da controladora, com vencimento em 2019, foi transferido para o ativo circulante, sendo, portanto, nulo no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2018.

Instrumentos financeiros derivativos

O saldo de instrumentos financeiros de R\$ 5,8 milhões, em 31 de dezembro de 2018, refere-se aos derivativos embutidos nos contratos firmados com a aquisição da controlada em conjunto R&R e da controlada Smartcoat, referentes às opções de compra (*call*) de participações remanescentes em referidas sociedades, representativas de 49 % e 25% de seus respectivos capitais sociais. Essas opções de compra estão apresentadas a valor justo em 31 de dezembro de 2018, de modo que 78% do saldo se refere à controlada em conjunto R&R e 22% do saldo se refere à controlada Smartcoat.

Tributos diferidos

O saldo de tributos diferidos apresentou um aumento de 33,2%, passando de R\$ 12,6 milhões em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 16,8 milhões em 31 de dezembro de 2018. A variação mais relevante foi o aumento do reconhecimento do tributo diferido sobre o prejuízo fiscal e a base negativa da contribuição social.

Depósitos Judiciais

O saldo de depósitos judiciais apresentou um aumento de 40,24%, passando de R\$ 0,5 milhão em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 0,7 milhão em 31 de dezembro de 2018. Esse saldo é composto de recursos judiciais em função de processos trabalhistas.

Outros créditos

Saldo de R\$ 2,7 milhões, em 31 de dezembro de 2018, transferido do ativo circulante. O saldo referese ao adiantamento de distribuição de lucros efetuado pela controlada Smartcoat, em 2017, aos seus acionistas não controladores. Em 2018, por meio de Instrumento Particular de Confissão de Dívida, a Smartcoat acordou com seus devedores que o montante devido será quitado no prazo de 5 (cinco) anos a contar da data de assinatura desse instrumento e poderá ser antecipado, caso a investida distribua dividendos ou juros sobre capital próprio.

Investimento

O saldo de investimento apresentou um aumento de 36,0%, passando de R\$ 1,2 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 1,7 milhões em 31 de dezembro de 2018. A variação refere-se ao resultado de equivalência patrimonial da controlada em conjunto R&R.

PÁGINA: 153 de 333

Imobilizado e Intangível

O saldo de imobilizado e intangíveis apresentou um aumento de 0,23%, passando de R\$ 74,2 milhões em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 74,3 milhões em 31 de dezembro de 2018.

Passivo circulante

Fornecedores

O saldo a pagar de fornecedores apresentou um aumento de 58,8%, passando de R\$ 8,1 milhões em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 12,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, em função do aumento no volume de atividades da Companhia e aumento nos investimentos de capital. O saldo de fornecedores refere-se basicamente à aquisição de materiais para consumo diversos, dentre outros, a compra de EPI's, peças e ferramentas, material de pintura, material de escritório, serviços prestados, fretes, viagens e bens do ativo imobilizado, adquiridos no curso normal dos negócios.

Fornecedores – partes relacionadas

O saldo de fornecedores – partes relacionadas de R\$ 0,4 milhão, em 31 de dezembro de 2018, refere-se a valores a pagar à controlada em conjunto R&R, referentes à compra de estoques para revenda (mantas removíveis) e à compra de material de consumo de isolamento térmico.

Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos de curto prazo apresentou um aumento de 22,8%, passando de R\$ 43,8 milhões em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 53,7 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esse incremento foi consequência da necessidade de capital de giro, em função, principalmente, de empréstimos contraídos pela controlada Smartcoat.

Salários e encargos sociais

O saldo de salários e encargos sociais apresentou um aumento de 32,0%, passando de R\$ 21,5 milhões em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 28,4 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento teve como principal causa a alteração na data de pagamento dos salários da controladora e da controlada Priner Locação, passando do último dia do mês para o quinto dia útil do mês subsequente ao da competência, fato ocorrido em meados do exercício de 2018.

Imposto de renda e contribuição social

O saldo de imposto de renda e contribuição social de R\$ 1,7 milhões, em 31 de dezembro de 2018, refere-se a valores a pagar da controlada Priner Locação, tributados pelo lucro presumido, conforme apurado no 4º trimestre de do exercício de 2018, cujo recolhimento ocorreu em 2019.

Tributos a pagar

O saldo de tributos a pagar não apresentou variação significativa (redução de 18,9%), passando de R\$ 3,2 milhões em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 2,6 milhões em 31 de dezembro de 2018.

Juros sobre o capital próprio

O saldo de juros sobre o capital próprio de R\$ 2,0 em 31 de dezembro de 2018 corresponde ao saldo a pagar (50%) dos juros sobre capital próprio aprovado pelo Conselho de Administração, em 29 de dezembro de 2017.

Contas a pagar por aquisição societária

O saldo de contas a pagar por aquisição societária de R\$ 6,5 milhões, em 31 de dezembro de 2018, representa a obrigação pela aquisição da controlada Smartcoat, a ser liquidada no exercício de 2019.

PÁGINA: 154 de 333

Instrumentos Derivativos Financeiros (Swap)

O saldo de instrumentos derivativos financeiros (*swap*) representa a diferença (valor a receber) entre a variação cambial de empréstimos e financiamentos contratados em moeda estrangeira e a variação de juros em moeda nacional. Tendo sido constatada variação ativa, em 31 de dezembro de 2018, o respectivo saldo encontra-se registrado no ativo circulante. A Companhia adota estratégia de proteção total do risco cambial decorrente de dívidas contratadas em moeda estrangeira.

Mútuo a pagar

O saldo de mútuo consolidado a pagar de R\$ 2,7 milhões, em 31 de dezembro de 2018, decorre de mútuos firmados durante o exercício social de 2018, entre a Companhia, controladas e seus administradores, representando dívida a vencer de curto prazo.

Outros passivos

O saldo de outros passivos apresentou aumento de 71,0%, passando de R\$ 0,5 milhão em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 0,8 milhão em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento foi causado basicamente em função do aumento dos valores recebidos a títulos de adiantamento a clientes (28%) e dos valores a reembolsar aos funcionários (46%) por conta de despesas realizadas em viagens a serviço, dentre outras.

Passivo não circulante

Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos de longo prazo apresentou uma redução 35,9%, passando de R\$ 21,7 milhões em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 13,9 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa redução foi causada pela transferência para o curto prazo de acordo com o vencimento dos empréstimos.

Mútuo a pagar

O saldo de mútuo consolidado a pagar de R\$ 4,3 milhões, em 31 de dezembro de 2018, decorre de mútuos firmados durante o exercício social de 2018, entre a Companhia, controladas e seus administradores, com vencimentos entre o meses de janeiro e setembro do ano de 2020.

Contas a pagar por aquisição societária

O saldo de contas a pagar por aquisição societária de R\$ 2,2 milhões, em 31 de dezembro de 2018, representa a dívida de longo prazo com a aquisição, em 28 de julho de 2017, de participação societária na controlada Smartcoat.

Instrumento derivativo financeiro

O saldo de instrumentos financeiros de R\$ 1,9 milhões, em 31 de dezembro de 2018, refere-se aos derivativos embutidos nos contratos firmados para aquisição da controlada em conjunto R&R e da controlada Smartcoat, referentes às opções de venda (*put*) de participações remanescentes em referidas sociedades, representativas de 49 % e 25% de seus respectivos capitais sociais. Essas opções de venda estão apresentadas a valor justo em 31 de dezembro de 2018, de modo que 17% do saldo se refere à controlada em conjunto R&R e 83% do saldo se refere à controlada Smartcoat.

Provisão para risco

O saldo de provisões para riscos não apresentou variação relevante (redução de 12,7%), passando de R\$ 5,5 milhões em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 4,8 milhões em 31 de dezembro de 2018. Do saldo de R\$ 4,8 milhões, em 31 de dezembro de 2018, R\$ 2,1 milhões representam riscos com processos trabalhistas, considerados de perda provável, de acordo com parecer dos consultores

PÁGINA: 155 de 333

jurídicos externos da Companhia, e R\$ 2,7 milhões são passivos contingentes identificados e reconhecidos na alocação do preço de compra referente à aquisição de 75% do capital da investida Smartcoat, conforme o laudo para avaliação a valor justo dos ativos e passivos, cumprindo com a exigência prevista no pronunciamento CPC 15 – combinação de negócios.

Patrimônio líquido

Capital social

O capital social da Companhia apresentou incremento de 27,47%, passando de R\$ 41,9 milhões em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 53,4 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento decorreu do aumento de capital aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de abril de 2018.

Reserva de Capital

Não houve variação na reserva de capital da Companhia, a qual se manteve em R\$ 2,3 milhões, em 30 de setembro de 2019. Essa reserva é referente ao planos de opções para administradores e certos empregados da Companhia. Vide item 13.4 do Formulário de Referência.

Reserva de lucros

A reserva lucros da Companhia apresentou aumento de 94,6%, passando de R\$ 2,4 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 4,8 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento decorreu do resultado positivo no período.

Dividendos Adicionais Propostos

No exercício social de 2018, a Companhia destinou o saldo de R\$ 0,7 milhões de dividendos mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, que foram objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária realizada em 17 de abril de 2019.

Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de

| Balanços patrimoniais | 2017 | Análise Vertical | 2016 | Análise Vertical | Variação 2017x2016 |
|--|------------------------|---------------------|------------------------|---------------------|-----------------------|
| | (milhares de reais) | (%)1 | (milhares de reais) | (%)¹ | (%)2 |
| Ativo Circulante | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 644 | 0,71 | 12.063 | 16,52 | -94,66 |
| Títulos e valores mobiliários | 1.864 | 2,06 | - | - | 100,00 |
| Contas a receber | 67.184 | 74,08 | 56.130 | 76,86 | 19,69 |
| Contas a receber – partes relacionadas | 1 | - | - | - | 100,00 |
| Estoques | 1.662 | 1,83 | 15 | 0,02 | 10.980,00 |
| Créditos com funcionários | 888 | 0,98 | 642 | 0,88 | 38,32 |
| Tributos a recuperar | 11.873 | 13,09 | 3.801 | 5,21 | 212,37 |
| Dividendos a receber | 765 | 0,84 | - | - | 100,00 |

PÁGINA: 156 de 333

| Despesas antecipadas | 2.964 | 3,27 | - | - | 100,00 |
|----------------------------------|---------|--------|---------|--------|----------|
| Outros créditos a receber | 2.656 | 2,93 | - | - | 100,00 |
| Outros Ativos | 190 | 0,21 | 376 | 0,51 | -49,47 |
| Total do ativo circulante | 90.691 | 100,00 | 73.027 | 100,00 | 24,19 |
| Não circulante | | | | | |
| Contas a receber | 805 | 0,88 | - | - | 100,00 |
| Instrumentos | | | | | |
| financeiros derivativos | 1.923 | 2,10 | - | - | 100,00 |
| Tributos a recuperar | 315 | 0,34 | - | - | 100,00 |
| Tributos diferidos | 12.622 | 13,76 | 5.927 | 12,21 | 112,96 |
| Depósitos judiciais | 507 | 0,55 | 258 | 0,53 | 96,51 |
| Outros Créditos | - | - | 39 | 0,08 | -100,00 |
| Créditos com | 38 | 0,04 | _ | _ | 100,00 |
| funcionários Despesas | | 2,21 | | | |
| antecipadas | 82 | 0,09 | - | - | 100,00 |
| Investimentos | 1.247 | 1,36 | 64 | 0,13 | 1.848,44 |
| Imobilizado | 66.169 | 72,15 | 41.272 | 85,03 | 60,32 |
| Intangível | 8.007 | 8,73 | 978 | 2,02 | 718,71 |
| Total do Ativo Não Circulante | 91.715 | 100,00 | 48.538 | 100,00 | 88,96 |
| Total do ativo | 182.406 | | 121.565 | | 50,05 |

⁽¹⁾ Participação percentual em no ativo circulante/não circulante.

⁽²⁾ Aumento (redução) do total registrado de um período para o outro.

| | Exercício social encerrado em 31 de dezembro de | | | | | |
|---|---|-------|-----------|---------------------|---|--|
| | Análise 2017 Vertical ⁽¹⁾ | | 2016 | Análise Vertical | Variação 2017x2016 ⁽²⁾ | |
| | (R\$ mil) | (%)1 | (R\$ mil) | (%)¹ | (%) | |
| Passivo Circulante | | | | | | |
| Fornecedores | 8.092 | 9,02 | 5.113 | 8,09 | 58,26 | |
| Fornecedores – partes relacionadas | 1.540 | 1,72 | - | - | 100,00 | |
| Empréstimos e Financiamentos | 43.774 | 48,82 | 14.751 | 23,33 | 196,75 | |
| Salários e encargos sociais | 21.510 | 23,99 | 12.771 | 20,20 | 68,43 | |
| Imposto de Renda e Contrib.Social | 847 | 0,94 | - | - | 100,00 | |
| Tributos a pagar | 3.203 | 3,57 | 3.191 | 5,05 | 0,38 | |
| Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar | 3.992 | 4,45 | 3.932 | 6,22 | 1,53 | |
| Contas a pagar por aquisição societária | 5.904 | 6,58 | 22.558 | 35,69 | -73,83 | |

PÁGINA: 157 de 333

| Instrumento derivativo | 336 | 0,37 | 269 | 0,43 | 24,91 |
|--|---------|--------|---------|--------|----------|
| financeiro (Swap) | | | | | |
| Outros passivos | 465 | 0,52 | 628 | 0,99 | -25,96 |
| Total do passivo circulante | 89.663 | 100,00 | 63.213 | 100,00 | 41,84 |
| Não Circulante | | | | | |
| Empréstimos e Financiamentos | 21.702 | 57,16 | 1.928 | 75,25 | 1.025,62 |
| Contas a pagar por aquisição societária | 4.612 | 12,15 | - | - | 100,00 |
| Instrumentos derivativos financeiros | 4.068 | 10,71 | - | - | 100,00 |
| Tributos diferidos | 2.098 | 5,53 | - | - | 100,00 |
| Provisão para riscos | 5.489 | 14,46 | 634 | 24,75 | 765,77 |
| Total do passivo não circulante | 37.969 | 100,00 | 2.562 | 100,00 | 1.382,01 |
| Patrimônio líquido | | | | | |
| Capital social | 41.867 | 89,81 | 41.861 | 75,03 | 0,01 |
| Reservas de capital | 2.298 | 4,93 | 1.555 | 2,79 | 47,78 |
| Reserva de lucros | 2.453 | 5,26 | 14.264 | 25,57 | -82,80 |
| Dividendos adicionais propostos | - | - | 64 | 0,11 | -100,00 |
| Prejuízos acumulados | - | - | (1.954) | -3,50 | -100,00 |
| Total do patrimônio líquido atribuível aos proprietários da Controladora | 46.618 | 100,00 | 55.790 | 100,00 | -16,44 |
| Participação não controladores | 8.156 | 100,00 | | | 100,00 |
| Total do passivo e do patrimônio líquido | 182.406 | | 121.565 | | 50,05 |

⁽¹⁾ Participação percentual em no passivo circulante/não circulante.

Ativo Circulante

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e Valores Mobiliários

O saldo combinado de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários foi de R\$ 2,5 milhões em 31 de dezembro de 2017, o que representou uma redução de 79,2% em relação a 31 de dezembro de 2016, quando foi de R\$ 12,1 milhões. Essa redução foi ocasionada pela utilização de parcela representativa dos recursos disponíveis para quitação da parcela do saldo das contas a pagar por aquisição societária referente à compra da unidade de negócios de serviços industriais da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A, da Smartcoat – Serviços em Revestimentos S.A. e da R&R Indústria, Comércio e Instalações de Isolantes Removíveis e Reutilizáveis Ltda.

Contas a receber

O saldo de contas a receber apresentou um aumento de 19,7%, passando de R\$ 56,1 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 67,2 milhões em 31 de dezembro de 2017. O principal motivo deste incremento foi a consolidação da Smartcoat, adquirida em julho de 2017, que possuía R\$ 18,1 milhões ao final do exercício social de 2017. O saldo vencido e a vencer da controladora Priner Serviços e da controlada Priner Locação sofreu redução de R\$ 12,8 milhões, ao passo que o saldo de BMs a faturar aumentou R\$ 7,7 milhões no período.

PÁGINA: 158 de 333

⁽²⁾Aumento (redução) do total registrado de um período para o outro.

Estoque

O saldo de estoque apresentou um aumento de 10.980%, passando de R\$ 0,02 milhão em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 1,7 milhões em 31 de dezembro de 2017. A Companhia só mantém estoques de produtos encomendados pelos clientes, havendo expectativa de venda dos mesmos em prazo reduzido de tempo. O valor dos estoques em 31 de dezembro de 2017 referia-se a materiais adquiridos da controlada R&R, os quais foram vendidos a clientes da controladora no exercício social de 2018.

Créditos com funcionários

O saldo de créditos com funcionários apresentou um aumento de 38,3%, passando de R\$ 0,6 milhão em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 0,9 milhão em 31 de dezembro de 2017. Essa variação foi ocasionada, principalmente, pelo aumento na quantidade de funcionários na controladora (Priner Serviços), fruto do aumento no volume de operações, e pela aquisição da Smartcoat.

Tributos a recuperar

O saldo de tributos a recuperar apresentou um aumento de 212,4%, passando de R\$ 3,8 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 11,9 milhões em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento decorreu, principalmente, dos saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício de 2017, sendo que 31% desse crédito é da controlada Smartcoat, adquirida em julho de 2017.

Outros créditos a receber

O saldo refere-se ao adiantamento de distribuição de lucros efetuado pela controlada Smartcoat, no exercício de 2017, aos seus acionistas não controladores.

Outros ativos

O saldo de outros ativos apresentou aumento de 738,8%, passando de R\$ 0,4 milhão em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 3,2 milhões em 31 de dezembro de 2017. Deste incremento, 78% referese a despesas a apropriar com contrato celebrado entre a controlada Smartcoat e o cliente Techint, e 22% refere-se a incremento no volume das atividades.

Ativo não circulante

Contas a receber

O saldo de contas a receber de R\$ 0,8 milhão refere-se a parcelas de confissão de dívida de dois clientes da controladora com vencimento no exercício de 2019.

Instrumentos financeiros derivativos

O saldo de instrumentos financeiros de R\$ 1,9 milhões, em 31 de dezembro de 2017, refere-se aos derivativos embutidos nos contratos firmados com a aquisição da controlada em conjunto R&R e da controlada Smartcoat, referentes às opções de compra (*call*) de participações remanescentes em referidas sociedades, representativas de 49% e 25% de seus respectivos capitais sociais. Essas opções de compra estão apresentadas a valor justo em 31 de dezembro de 2017, de modo que 70% do saldo se refere à controlada em conjunto R&R e 30% do saldo se refere a controlada Smartcoat.

Tributos diferidos

O saldo de tributos diferidos apresentou um aumento de 113%, passando de R\$ 5,9 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 12,6 milhões em 31 de dezembro de 2017. Essa variação de 113% foi consequência dos seguintes eventos: (i) variação positiva de 15% relacionada a impostos diferidos referentes a provisões constituídas, representando adições temporárias na apuração do

PÁGINA: 159 de 333

imposto de renda e da contribuição social, (ii) variação positiva de 138% relacionada aoreconhecimento em relação aos prejuízos fiscais apurados no exercício de 2017, (iii) variação negativa de 28% relacionada a tributo diferido (redução) sobre o benefício fiscal da mais-valia do imobilizado referente à aquisição da Priner, e (iv) variação negativa de 12% (aumento) relacionada a tributo diferido passivo sobre ônus fiscal decorrente do ganho com a compra vantajosa na aquisição da Priner e sua controlada Smartcoat.

Depósitos Judiciais

O saldo de depósitos judiciais apresentou um aumento de 96,5%, passando de R\$ 0,3 milhão em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 0,5 milhão em 31 de dezembro de 2017. Esse saldo é composto de recursos judiciais em função de processos trabalhistas.

Outros créditos

O saldo de outros créditos apresentou aumento de 207,7%, passando de R\$ 0,04 milhão em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 0,1 milhão em 31 de dezembro de 2017, onde 32% da variação representa empréstimos concedidos a funcionários e 68% são despesas pagas antecipadamente de licença e cessão de direitos de uso de software.

Investimento

O saldo de investimento apresentou aumento de 1.848,4%, passando de R\$ 0,06 milhão em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 1,2 milhões em 31 de dezembro de 2017. A variação refere-se à dissolução de sociedade por conta de participação (SCP) e à aquisição de 51%, em 24 de janeiro de 2017, da R&R (controlada em conjunto).

Imobilizado e Intangível

O saldo de imobilizado e intangíveis apresentou um aumento de 75,6%, passando de R\$ 42,3 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 74,2 milhões em 31 de dezembro de 2017. O aumento em questão foi ocasionado, basicamente, pela consolidação do balanço da controlada Smartcoat (R\$ 32,1 milhões), visto os investimentos em imobilizado e intangíveis pela controladora Priner Serviços e pela controlada Priner Locação apresentarem os mesmos níveis de sua depreciação e amortização.

Passivo circulante

Fornecedores

O saldo a pagar a fornecedores apresentou um aumento de 58,3%, passando de R\$ 5,1 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 8,1 milhões em 31 de dezembro de 2017, basicamente em função da Smartcoat (R\$ 3,3 milhões).

Fornecedores – partes relacionadas

O saldo de fornecedores – partes relacionadas (R\$ 1,540 milhões) refere-se a valores a pagar à controlada em conjunto R&R, referente à compra de estoques para revenda (mantas removíveis) e de compra de material de consumo de isolamento térmico.

Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos de curto prazo apresentou um aumento de 196,7%, passando de R\$ 14,8 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 43,8 milhões em 31 de dezembro de 2017. Esse incremento foi consequência da necessidade de capital de giro, em função, principalmente, do pagamento da última parcela da aquisição da Priner, do pagamento da parcela à vista da aquisição da Smartcoat e de empréstimos contraídos pela controlada Smartcoat no segundo semestre de 2017, via consolidação.

PÁGINA: 160 de 333

Salários e encargos sociais

O saldo de salários e encargos sociais apresentou um aumento de 68,4%, passando de R\$ 12,8 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 21,5 milhões em 31 de dezembro de 2017, fruto, principalmente, da consolidação do balanço da controlada Smartcoat (R\$ 9,8 milhões).

Imposto de renda e contribuição social

O saldo de imposto de renda e contribuição social de R\$ 0,8 milhão, em 31 de dezembro de 2017, refere-se a valores a pagar da controlada Priner Locação, tributados pelo lucro presumido, conforme apurado no 4º trimestre do exercício de 2017, cujo recolhimento ocorreu em 2018.

Tributos a pagar

O saldo de tributos a pagar não apresentou variação significativa (crescimento de somente 0,4%), passando de R\$ 3,2 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 3,2 milhões em 31 de dezembro de 2017.

Participação nos lucros a pagar

Em 31 de dezembro de 2016 e 2017, não houve participação nos lucros a pagar, uma vez que o resultado do EVA da Companhia foi negativo.

Juros sobre o capital próprio

O saldo de juros sobre o capital próprio apresentou um aumento de 1,53%, passando de R\$ 3,9 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 4,0 milhões em 31 de dezembro de 2017.

Contas a pagar por aquisição societária

O saldo de contas a pagar por aquisição societária apresentou uma redução de 73,8%, passando de R\$ 22,6 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 5,9 milhões em 31 de dezembro de 2017. A variação ocorrida se deu em função da quitação da dívida pela aquisição da Priner e da contratação de nova dívida referente à aquisição da controlada Smartcoat, ocorrida em 28 de julho de 2017.

Instrumentos Derivativos Financeiros (Swap)

O saldo de instrumentos derivativos financeiros (*swap*), que representa a diferença (valor a receber) entre a variação cambial de empréstimos e financiamentos contratados em moeda estrangeira e a variação de juros em moeda nacional, apresentou um aumento de 24,9%, correspondente a R\$ 0,1 milhão, passando de R\$ 269 mil em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 336 mil em 31 de dezembro de 2017. A Companhia adota estratégia de proteção total do risco cambial decorrente de dívidas contratadas em moeda estrangeira.

Outros passivos

O saldo de outros passivos apresentou redução de 26,0%, passando de R\$ 0,6 milhão em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 0,5 milhão em 31 de dezembro de 2017, basicamente em função da reversão, pela realização no exercício de 2017, de provisão efetuada no exercício de 2016 referente a custos com desmobilização de obras.

Passivo não circulante

Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos de longo prazo apresentou um aumento de 1.025,62% passando de R\$ 1,9 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 21,7 milhões em 31 de dezembro de 2017. Esse incremento foi consequência do pagamento da última parcela da aquisição da Priner,

PÁGINA: 161 de 333

do pagamento da parcela à vista da aquisição da Smartcoat e de empréstimos contraídos pela controlada Smartcoat no segundo semestre de 2017, via consolidação.

Contas a pagar por aquisição societária

O saldo de contas a pagar por aquisição societária de R\$ 4,6 milhões, em 31 de dezembro de 2017, representa a dívida de longo prazo com a aquisição, em 28 de julho de 2017, de participação societária na controlada Smartcoat.

Instrumento derivativo financeiro

O saldo de instrumentos financeiros de R\$ 4,1 milhões, em 31 de dezembro de 2017, refere-se aos derivativos embutidos nos contratos firmados para aquisição da controlada em conjunto R&R e da controlada Smartcoat, referentes às opções de venda (*put*) de participações remanescentes de 49 % e 25% de seus respectivos capitais sociais. Essas opções de venda estão apresentadas a valor justo em 31 de dezembro de 2017, de modo que 21% do saldo se refere à controlada em conjunto R&R e 79% do saldo se refere à controlada Smartcoat.

Tributos diferidos

O saldo de tributos diferidos de R\$ 2,1 milhões em 31 de dezembro de 2017 representa o valor líquido dos tributos diferidos passivos deduzido dos tributos diferidos ativos. O saldo é composto de: (i) passivo diferido, no montante de R\$ 5,7 milhões, decorrente da alocação de mais-valia dos ativos adquiridos líquidos dos passivos assumidos de controlada adquirida (Smartcoat), conforme detalhes na combinação de negócios e (ii) ativo diferido, no montante de R\$ 3,6 milhões, representando adições temporárias na apuração do imposto de renda e contribuição social nas provisões com risco de contingências trabalhistas e provisão para perda estimada para crédito de liquidação duvidosa, reconhecidos na controlada Smartcoat.

Provisão para risco

O saldo de provisões apresentou um aumento de 765,8%, passando de R\$ 0,6 milhão em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 5,4 milhões em 31 de dezembro de 2017. Do saldo de R\$ 5,4 milhões, em 31 de dezembro de 2017, R\$ 2,1 milhões representam riscos com processos trabalhistas, considerados de perda provável, de acordo com parecer dos consultores jurídicos externos da Companhia, e R\$ 3,3 milhões são passivos contingentes identificados e reconhecidos na alocação do preço de compra referente à aquisição de 75% do capital da investida Smartcoat, conforme o laudo para avaliação a valor justo dos ativos e passivos, cumprindo com a exigência prevista no pronunciamento CPC 15 – combinação de negócios.

Patrimônio líquido

Capital social

O capital social da Companhia apresentou incremento de 0,01%, decorrente do aumento de capital aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de dezembro de 2017.

Reserva de capital

A reserva de capital da Companhia apresentou aumento de 47,8%, passando de R\$ 1,6 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 2,3 milhões em 31 de dezembro de 2017. Essa reserva é referente ao plano de opções para administradores e certos empregados da Companhia. Vide item 13.4 do Formulário de Referência.

Reserva de lucros

A reserva lucros da Companhia apresentou redução de 82,8%, passando de R\$ 14,3 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 2,5 milhões em 31 de dezembro de 2017. Essa redução decorreu

PÁGINA: 162 de 333

dos resultados negativos no período e a distribuição de juros sobre o capital próprio.

Dividendos Adicionais Propostos

No exercício social de 2016 foram propostos dividendos adicionais de R\$ 0,06 milhões, que foram pagos no exercício social de 2017.

Prejuízos acumulados

Tendo em vista a reapresentação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social de 2016, decorrente da inclusão dos Principais Assuntos de Auditoria no relatório emitido pelos auditores independentes, foi identificado evento subsequente relativo à provisão para devedores duvidosos sobre recebíveis de cliente que entrou em recuperação judicial e correspondente efeito de imposto de renda diferido ativo. Estes ajustes foram reconhecidos como segue:

Contas a receber (ativo circulante) – R\$ -2,96 milhões Tributo diferido (ativo não-circulante) – R\$ 1,01 milhões Prejuízo Acumulado (patrimônio líquido) – R\$ -1,95 milhões

No exercício de 2017, o prejuízo acumulado foi absorvido pelas reservas de lucros.

Demonstrações de fluxo de caixa

Comparação entre os períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2019 e 2018

Período de nove meses encerrado em 30 de setembro de

| | | COLONIDIO GI | |
|---|-----------|--------------|-----------------------|
| Demonstrações de fluxo de caixa | 2019 | 2018 | Variação 2019x2018 |
| 1-Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais | (R\$ mil) | (R\$ mil) | (%) |
| Lucro antes dos impostos Ajustes: | (7.855) | 2.123 | (470,00) |
| Depreciação e amortização | 14.695 | 12.241 | 20,05 |
| Perda (ganho) na baixa dos ativos imobilizados e intangíveis | (114) | (315) | (63,81) |
| Equivalência patrimonial | 131 | (1.161) | (111,28) |
| Juros, variação monetária sobre os empréstimos, atualização de derivativos e aquisição societária | 6.859 | (667) | (1.128,34) |
| Ajuste em valor de preço de aquisição - Smartcoat | - | (700) | (100,00) |
| Provisão para riscos | 533 | (414) | (228,74) |
| Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa | (1.938) | (4.330) | (55,24) |
| Custo da transação a apropriar – debêntures | (2.253) | - | 100,00 |
| Variação nos ativos e passivos: Contas a receber | 40.000 | 5 700 | 00.40 |
| • | 10.903 | 5.763 | 89,19 |
| Contas a receber – partes relacionadas | - | 1 | (100,00) |

PÁGINA: 163 de 333

| Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa | 9.896 | 4.457 | 122,03 |
|---|---------------------------|-----------------------|-----------------------------|
| Cana inquido anvidados de infanciamento | (1.790) | (004) | 107,18 |
| Caixa líquido - atividades de financiamento | 1.290 (1. 790) | (141) (864) | (1.014,89) 107,18 |
| Amortização de Swap | (2.418) 1.290 | - (1/11) | |
| Juros pagos s/ debêntures | (3.341) (2.418) | (4.039) | (17,28) 100,00 |
| Juros pagos s/ empréstimos | , , | (4.039) | |
| Pagamento arrendamento mercantil – CPC 06 R2 | (1.408) | _ | 100,00 |
| Operação de confirming | - | 2.742 | (100,00) |
| Operação de duplicatas descontadas | (3.924) | - | 100,00 |
| Captação de empréstimos | 16.710 | 33.627 | (50,31) |
| Amortização de empréstimos – principal | (67.358) | (43.644) | 54,34 |
| Amortização do contas a pagar por aquisição societária da Smartcoat – juros | (118) | (65) | 81,54 |
| Amortização do contas a pagar por aquisição societária da Smartcoat – principal | (514) | (1.107) | (53,57) |
| Mútuo a pagar – partes relacionadas | 2.528 | 6.779 | (62,71) |
| Mútuo a receber – partes relacionadas | (27) | | 100,00 |
| Juros sobre capital próprio e dividendos pagos | (910) | (1.996) | (54,41) |
| Dividendos recebidos | (0.40) | 765 | (100,00) |
| Depósitos bancários vinculados | (9.800) | | 100,00 |
| Emissão de debêntures | 67.500 | - | 100,00 |
| Ajuste adoção inicial CPC 47/48 | - | (5.285) | (100,00) |
| Aporte de Capital | - | 11.500 | (100,00) |
| 3 - Fluxo de Caixa - Atividade de Financiamento | | 44 500 | (400.00) |
| Caixa líquido - atividades de investimento | (16.171) | (8.729) | 85,26 |
| Caixa recebido na venda de imobilizado | 228 | 372 | (38,71) |
| Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível | (12.763) | (10.943) | 16,63 |
| Resgate/(Aplicação) em títulos e valores mobiliários | (3.636) | 1.842 | (297,39) |
| 2 - Fluxo de Caixa Atividade de Investimento | | | |
| Caixa líquido - atividades operacionais | 27.857 | 14.050 | 98,27 |
| Impostos pagos | (4.474) | (2.757) | 62,28 |
| Outros passivos | 4.267 | 2.170 | 96,64 |
| Tributos a pagar | 248 | (702) | (135,33) |
| IR e CS passivo | (23) | (2.515) | (99,09) |
| Salários e encargos sociais | 6.426 | 13.404 | (52,06) |
| Operações de risco sacado | 7.945 | () | 100,00 |
| Fornecedores – partes relacionadas | 596 | (1.242) | (147,99) |
| Fornecedores | (4.869) | 819 | (694,51) |
| Outros ativos e despesas antecipadas | (3.310) | (1.153) | (142,32) |
| Tributos a recuperar | (3.318) | (6.648) | (50,09) |
| Estoques | (390) | 133 | (393,23) |

PÁGINA: 164 de 333

| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 3.400 | 644 | 427,95 |
|--|--------|-------|--------|
| Caixa e equivalentes de caixa ao final do exercício | 13.296 | 5.101 | 160,65 |

O fluxo de caixa das atividades operacionais da Companhia totalizou R\$ 27,9 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019, comparado a R\$ 14,1 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2018. O crescimento da geração de caixa em 2019 em relação a 2018 foi ocasionado pelo incremento das receitas de locação e aumento das operações de antecipações de recebíveis e risco sacado.

O fluxo de caixa das atividades de investimento da Companhia foi negativo em R\$ 16,2 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019, e negativo em R\$ 8,7 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2018. No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019, incrementamos as aplicações financeiras em função da geração de caixa e aumentamos os investimentos em equipamentos para atender a crescente demanda por locações.

O fluxo de caixa das atividades de financiamento da Companhia consumiu R\$ 1,8 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019, comparado a consumo de R\$ 0,9 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2018. O evento relevante ocorrido no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019 foi a emissão de debêntures (R\$ 67,5 milhões), que teve como objetivo o alongamento do perfil da dívida da Companhia.

Comparação entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Evercício social encorrado em 31 de

| | Exercicio social encerrado em 31 de dezembro de | | | |
|---|---|-----------|-----------------------|--|
| Demonstrações de fluxo de caixa | 2018 | 2017 | Variação 2018x2017 | |
| | (R\$ mil) | (R\$ mil) | (%) | |
| 1-Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais | | | | |
| Lucro antes dos impostos | 5.965 | (13.662) | -143,66 | |
| Ajustes: | | | | |
| Depreciação e amortização | 14.682 | 12.204 | 20,30 | |
| Perda (ganho) na baixa dos ativos imobilizados e intangíveis | 101 | (561) | -118,00 | |
| Equivalência patrimonial | (448) | (186) | 140,86 | |
| Juros, variação monetária sobre os empréstimos, atualização de derivativos e aquisição societária | 1.511 | 8.224 | -81,63 | |
| Ganho por compra vantajosa | (700) | (2.391) | -70,72 | |
| Provisão para riscos | (695) | 688 | -201,02 | |
| Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa | (4.007) | 1.356 | -395,50 | |
| Despesas de stock options reconhecida no exercício. | - | 743 | -100,00 | |
| Baixa de investimentos em controlada em conjunto - SCP | - | 36 | -100,00 | |
| Variação nos ativos e passivos: | | | | |
| Contas a receber | 2.181 | 6.606 | -66,98 | |
| Contas a receber - partes relacionadas | 1 | (1) | -200,00 | |
| Estoques | 610 | (1.647) | -137,04 | |
| Tributos a recuperar | (11.138) | (6.118) | 82,05 | |

PÁGINA: 165 de 333

| Outros ativos e despesas antecipadas | (1.912) | (1.277) | 49,73 |
|---|----------|----------|------------|
| Fornecedores | 4.330 | (1.988) | -317,81 |
| Fornecedores - partes relacionadas | (1.140) | 1.840 | -161,96 |
| Salários e encargos sociais | 6.875 | (868) | -892,05 |
| IR e CS passivo | (2.519) | 2.623 | -196,04 |
| Tributos a pagar | (607) | (2.329) | -73,94 |
| Outros passivos | 3.501 | (354) | -1.088,98 |
| Impostos pagos | (3.757) | (2.723) | 37,97 |
| Caixa líquido - atividades operacionais | 12.834 | 215 | 5.869,30 |
| 2 - Fluxo de Caixa Atividade de Investimento | | | |
| Resgate/(Aplicação) em títulos e valores mobiliários | 1.790 | (1.864) | -196,03 |
| Aquisição de controlada em conjunto (R&R) | - | (2.200) | -100,00 |
| Aquisição de controlada (Smartcoat) - principal (consolidado líquido do caixa adquirido | - | (13.318) | -100,00 |
| Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível | (14.909) | (7.715) | 93,25 |
| Caixa recebido na venda de imobilizado | 380 | 962 | -60,50 |
| Caixa líquido - atividades de investimento | (12.739) | (24.135) | -47,22 |
| 3 - Fluxo de Caixa - Atividade de Financiamento | | | |
| | 44.500 | 0 | 404 500 07 |
| Aporte de Capital | 11.500 | 6 | 191.566,67 |
| Ajuste adoção inicial CPC 47/48 Dividendos recebidos | (5.285) | - | - |
| | 765 | - | 100,00 |
| Juros sobre capital próprio e dividendos pagos | (1.996) | (3.996) | -50,05 |
| Mútuo a receber - partes relacionadas | (245) | - | - |
| Mútuo a pagar - partes relacionadas | 6.979 | - | 100,00 |
| Amortização do contas a pagar por aquisição societária da Priner Serviços - principal | - | (15.647) | -100,00 |
| Amortização do contas a pagar por aquisição societária da Priner Serviços - juros | - | (8.230) | -100,00 |
| Amortização do contas a pagar por aquisição societária da Smartcoat- principal | (1.278) | (750) | 70,40 |
| Amortização do contas a pagar por aquisição societária da Smartcoat- juros | (98) | (14) | 600,00 |
| Amortização de empréstimos - principal | (56.582) | (22.011) | 157,06 |
| Captação de empréstimos | 50.940 | 67.788 | -24,85 |
| Operação de duplicatas descontadas | 3.924 | - | 100,00 |
| Juros pagos | (5.821) | (3.698) | 57,41 |
| Amortização de Swap | (142) | (947) | -85,01 |
| Caixa líquido - atividades de financiamento | 2.661 | 12.501 | -78,71 |
| Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa | 2.756 | (11.419) | -124,14 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 644 | 12.063 | -94,66 |
| Caixa e equivalentes de caixa ao final do exercício | 3.400 | 644 | 427,95 |

O fluxo de caixa das atividades operacionais da Companhia totalizou R\$ 12,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$ 0,2 milhão no exercício social

PÁGINA: 166 de 333

encerrado em 31 de dezembro de 2017. O aumento é devido, basicamente, ao crescimento do lucro liquido da Companhia.

O fluxo de caixa das atividades de investimento da Companhia foi negativo em R\$ 12,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e negativo em R\$ 24,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia incrementou investimentos em equipamentos produtivos, em função do aumento de demanda para locações. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, além dos investimentos em equipamentos produtivos, houve impacto referente à aquisição de participações na Smartcoat e na R&R.

O fluxo de caixa das atividades de financiamento da Companhia totalizou R\$ 2,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$ 12,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia reduziu o volume de captação de empréstimos, compensando esse movimento com aporte de capital concedido pelos seus acionistas, empréstimos de mútuo recebido de partes relacionadas e operações de antecipações de recebíveis. O aumento no volume de captações no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi fruto, principalmente, da necessidade de financiamentos para quitação da última parcela anual referente à aquisição da Priner, de pagamento do sinal referente à aquisição de participação acionária na Smartcoat, além de financiamento das necessidades de capital de giro.

Comparação entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de

| Demonstrações de fluxo de caixa | 2017 | 2016 | Variação 2017x2016 |
|--|---------------------|---------------------|-----------------------|
| | (milhares de reais) | (milhares de reais) | (%) |
| 1-Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais | | | |
| Lucro antes dos impostos | (13.662) | 8.401 | -262,62 |
| Ajustes: | | | |
| Depreciação e amortização | 12.204 | 9.991 | 22,15 |
| Perda (ganho) na baixa dos ativos imobilizados e intangíveis | (561) | (5.983) | -90,62 |
| Equivalência patrimonial | (186) | 40 | -565,00 |
| Juros, variação monetária sobre os empréstimos, atualização de derivativos e aquisição societária. | 8.224 | 6.395 | 28,60 |
| Ganho por compra vantajosa | (2.391) | - | - |
| Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas | 688 | 199 | 245,73 |
| Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa | 1.356 | 1.845 | -26,50 |
| Despesas de stock options reconhecida no exercício. | 743 | 965 | -23,01 |
| Baixa de investimentos em controlada em conjunto – SCP | 36 | - | 100,00 |
| Variação nos ativos e passivos: | | | |
| Contas a receber | 6.606 | (18.940) | -134,88 |

PÁGINA: 167 de 333

| Contas a receber – partes relacionadas | (1) | - | - |
|---|----------|----------|-----------|
| Estoques | (1.647) | 305 | -640,00 |
| Tributos a recuperar | (6.118) | 214 | -2.958,88 |
| Outros ativos | (1.277) | (558) | 128,85 |
| Fornecedores | (1.988) | (56) | 3.450,00 |
| Fornecedores – partes relacionadas | 1.840 | - | 100,00 |
| Salários e encargos sociais | (868) | 2.789 | -131,12 |
| IR e CS passivo | 2.623 | (2.630) | -199,73 |
| Tributos a pagar | (2.329) | (131) | 1.677,86 |
| Outros passivos | (354) | 172 | -305,81 |
| Impostos pagos | (2.723) | (183) | 1.387,98 |
| Caixa líquido - atividades operacionais | 215 | 2.835 | 92,42 |
| 2 - Fluxo de Caixa Atividade de Investimento | | | |
| Aplicação em títulos e valores mobiliários | (1.864) | - | - |
| Aumento de capital em Investida | - | (43) | 100.00 |
| Aquisição de controlada em conjunto (R&R) | (2.200) | - | - |
| Aquisição de controlada (Smartcoat) – principal (consolidado liquido do caixa adquirido | (13.318) | - | - |
| Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível | (7.715) | (4.535) | 70,12 |
| Caixa recebido na venda de imobilizado | 962 | 9.618 | -90,00 |
| Caixa líquido - atividades de investimento | (24.135) | 5.040 | -578,87 |
| 3 - Fluxo de Caixa - Atividade de Financiamento | | | |
| Aporte de Capital | 6 | 7 | -14,29 |
| Juros sobre capital próprio e dividendos pagos | (3.996) | (2.962) | 34,91 |
| Amortização do contas a pagar por aquisição societária da Priner Serviços - principal. | (15.647) | (15.647) | - |
| Amortização do contas a pagar por aquisição societária da Priner Serviços - juros | (8.230) | (5.537) | 48,64 |
| Amortização do contas a pagar por aquisição societária da Smartcoat - principal | (750) | - | - |
| Amortização do contas a pagar por aquisição societária da Smartcoat - juros | (14) | - | - |
| Amortização de empréstimos - principal | (22.011) | (16.898) | 30,26 |
| Captação de empréstimos | 67.788 | 22.360 | 203,17 |
| Juros pagos | (3.698) | (1.321) | 179,94 |

PÁGINA: 168 de 333

| Amortização de swap | (947) | 391 | -342,20 |
|--|----------|----------|---------|
| Caixa líquido - atividades de financiamento | 12.501 | (19.607) | -163,76 |
| Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa | (11.419) | (11.732) | -2,67 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 12.063 | 23.795 | -49,30 |
| Caixa e equivalentes de caixa ao final do exercício | 644 | 12.063 | -94,66 |

O fluxo de caixa das atividades operacionais da Companhia totalizou R\$ 0,2 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, comparado a R\$ 2,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o que representa redução de 92,42%. A principal causa desta variação foi a redução nos resultados operacionais: a Smartcoat, adquirida em julho de 2017, gerou prejuízo de agosto a dezembro de 2017; os resultados na controladora Priner Serviços e na controlada Priner Locação foram reduzidos em consequência de queda da margem bruta e ocorrência de despesas não recorrentes (aquisições, processo de registro na CVM e listagem na B3, e treinamentos).

O fluxo de caixa das atividades de investimento da Companhia foi negativo em R\$ 24,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e positivo em R\$ 5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, houve impacto de aquisição de participações na Smartcoat e R&R, além de investimentos em equipamentos produtivos. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Companhia decidiu reduzir a aquisição de novos equipamentos e obteve valor substancial com a venda de alguns ativos, fruto de indenizações negociadas com alguns clientes.

O fluxo de caixa das atividades de financiamento da Companhia consumiu R\$ 19,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 e foi positivo em R\$ 12,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. O aumento no volume de captações em no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi fruto, principalmente, da necessidade de financiamentos para quitação da última parcela anual referente a aquisição da Priner, de pagamento do sinal referente a aquisição de participação acionária na Smartcoat, além de financiamento das necessidades de capital de giro.

PÁGINA: 169 de 333

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

10.2 - Resultado Operacional e Financeiro

a. Resultados das Operações da Companhia, em especial:

i. descrição de componentes importantes da receita

A receita líquida de vendas e serviços da Companhia é integralmente denominada em reais e provém da prestação de serviços de engenharia de acesso, tratamento de superfície, pintura industrial, isolamento térmico, habitáculos pressurizados e locação, venda e indenização de equipamentos não devolvidos ou danificados pelos clientes da Companhia.

A tabela a seguir apresenta a participação de cada uma dessas categorias no total de sua receita líquida de bens e serviços nos períodos indicados:

| | encerrado de no encerrado em 30 de | | Exercício social encerrado em 31 de dezembro de | | |
|-----------------------------------|--|-----------|---|-----------|-----------|
| Descrição | 2019 | 2018 | 2018 | 2017 | 2016 |
| | (R\$ mil) | (R\$ mil) | (R\$ mil) | (R\$ mil) | (R\$ mil) |
| Prestação de Serviços e Cessão | 207.304 | 200.031 | 289.101 | 211.966 | 182.372 |
| Locação de Equipamentos | 44.258 | 37.153 | 33.613 | 21.031 | 8.652 |
| Vendas | 9.042 | 3.029 | 4.462 | 2.826 | 4.085 |
| Indenizações e recuperação | 121 | 93 | 61 | 679 | 9.003 |
| Total | 260.725 | 240.306 | 327.237 | 236.502 | 204.112 |

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os principais custos dos produtos vendidos e serviços prestados são custos de execução de obras, que incluem aqueles relativos a (i) pessoal para prestação dos serviços, montagem e desmontagem dos bens próprios locados, quando feitas pela Companhia; (ii) equipamentos sublocados de terceiros, quando o estoque é insuficiente para atender à demanda; (iii) despesas com materiais consumidos nas obras, desde equipamentos de proteção individual (EPIs) até madeira, tintas e isolantes térmicos; e (iv) fretes de transporte de equipamento entre filiais e eventualmente para os clientes.

Nos períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2019 e 2018, os custos de execução de obras representaram, respectivamente, 88% e 92% do total dos principais custos dos produtos vendidos e serviços prestados da Companhia, excluindo-se a depreciação. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017, 2016, os custos de execução de obras representaram, respectivamente, 95%, 94% e 94% do total dos principais custos dos produtos vendidos e serviços prestados da Companhia, excluindo-se a depreciação. Essa representatividade dos custos de execução de obras é típica em no negócio da Companhia, visto sua atividade ser intensiva no uso de mão de obra.

As principais despesas operacionais são despesas com coordenação de contratos, que compreendem aquelas relativas às equipes de projetos e de engenheiros da área comercial responsáveis pela prospecção de novos negócios, gestão e acompanhamento de cada um dos contratos da Companhia, incluindo salários, encargos e benefícios, viagens, representações e comunicação. Dada a natureza dos negócios da Companhia, não existe uma equipe exclusivamente voltada para vendas. Além das despesas já descritas, as despesas operacionais incluem aquelas relativas a QSMS, serviços gerais, marketing, suprimentos e provisões para devedores duvidosos. Nos períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2019 e 2018, as despesas da

PÁGINA: 170 de 333

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Companhia com coordenação de contratos corresponderam a 44% e 35% do total das despesas operacionais. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, as despesas da Companhia com coordenação de contratos corresponderam a 44%, 37% e 39% do total das despesas operacionais.

Outras despesas operacionais, gerais e administrativas relevantes incluem: (i) despesas administrativas, que compreendem aquelas incorridas com a área financeira, de relações com investidores, recursos humanos e presidência, inclusive salários e benefícios, (ii) participação dos empregados nos resultados e despesas com planos de opções de compra de ações, (iii) outras despesas administrativas, que compreendem, principalmente, atualizações e ajustes de provisões para contingências.

O resultado financeiro compreende o total das despesas financeiras da Companhia, líquido do total das receitas financeiras da Companhia. As principais despesas financeiras são juros e variação monetária ativa sobre empréstimos e contas a pagar relativo a aquisição de participação societária. As principais receitas financeiras correspondem a variação monetária ativa sobre créditos e juros sobre títulos eventualmente pagos em atraso pelos clientes da Companhia.

As despesas com imposto de renda e contribuição social corrente são calculadas de acordo com as bases legais tributárias vigentes no Brasil, na data da apresentação das demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, sobre a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25,0% para o imposto de renda e de 9,0% para a contribuição social.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As receitas da Companhia têm correlação direta com variações dos preços e dos volumes dos serviços prestados e dos equipamentos locados aos seus clientes. Introdução de novos produtos e serviços também impacta diretamente a receita. Quanto à inflação, sua correlação com a receita da Companhia é indireta, na medida em que os reajustes só ocorrem na renovação ou no fechamento de novos contratos, refletindo a inflação passada. Atualmente, a receita da Companhia não tem correlação com a flutuação de taxas de câmbio.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

As despesas da Companhia estão sujeitas a impactos decorrentes da inflação via reajustes salariais de seu pessoal, do aumento de valor dos serviços que contrata, tais como fretes, dos insumos que utiliza na prestação dos serviços, tais como tintas e materiais para isolamento térmico, e das despesas financeiras relativas ao endividamento bancário. Além disso, os equipamentos nos quais a Companhia investe para utilizar em sua prestação de serviços, também estão sujeitos a aumentos por inflação e por variação do preço das commodities, principalmente aço e alumínio.

PÁGINA: 171 de 333

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

10.3 - Efeitos Relevantes nas Demonstrações Financeiras

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional, nos últimos três exercícios sociais, tampouco no exercício social corrente.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 18 de março de 2016, a Companhia constituiu a sociedade denominada Priner Locação de Equipamentos S.A., registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 11 de abril de 2016.

Em 09 de janeiro de 2017, ocorreu a transferência das atividades de locação à Priner Locação de Equipamentos S.A., formalizada através de ata da assembleia extraordinária a título de adiantamento para futuro aumento de capital, mediante a transferência do acervo líquido dos bens de equipamentos de locação de titularidade da Companhia, tendo sido integralizado em 21 de fevereiro de 2017. A Companhia não espera que esse ato tenha efeito relevante nas suas demonstrações financeiras.

Em 24 de janeiro de 2017, a Companhia adquiriu 51% das quotas representativas do capital social da R&R Indústria, Comércio e Instalação de Isolantes Removíveis e Reutilizáveis Ltda., a qual foi criada em dezembro de 2010 e tem como atividade principal a fabricação de isolantes removíveis e reutilizáveis para isolamento térmico, acústico e proteção passiva contrafogo. A R&R apresentou resultados econômicos e financeiros positivos no exercício social de 2017 e realizou distribuição de dividendos em 23 de janeiro de 2018, cabendo à Priner o recebimento de R\$ 765 mil. Seus resultados são reconhecidos via equivalência patrimonial.

Em 28 de julho de 2017, a Companhia adquiriu 75% das quotas representativas do capital social da Smartcoat Engenharia em Revestimento Ltda. (atualmente denominada Smartcoat – Serviços em Revestimentos S.A.), cuja atividade principal é a prestação de serviço de preparação de superfícies, pintura industrial, engenharia em revestimento e locação de equipamentos de hidrojato. Conforme mencionado nos itens 10.1.a (com relação aos exercícios sociais de 2017 e 2018) e 10.1.h (alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras) deste Formulário de Referência, a Smartcoat gerou impactos negativos na liquidez e na rentabilidade da Companhia em 2017 e 2018. Os diretores acreditam na reversão destes impactos negativos no futuro.

c. eventos ou operações não usuais

Não houve evento ou operação não usual por parte da Companhia, nos últimos três exercícios sociais, tampouco no exercício social corrente.

PÁGINA: 172 de 333

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Enfases no Parecer do Auditor

10.4 - Mudanças Significativas nas Práticas Contábeis, Ressalvas e Ênfases

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve alteração de práticas contábeis, métodos de cálculo, julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2017.

Em 2018, em função da adoção da NBC TG 47 (IFRS 15) — Receita com contratos de clientes, os seguintes alterações foram realizadas: (i) constituição de provisão do custo estimado para desmobilização de contratos com respectiva amortização na data da efetiva desmobilização; (ii) constituição de despesa antecipada (conta ativa) referente aos custos para mobilização de contratos até o início das atividades, amortizando-a em período de seis meses após início das medições dos serviços prestados (iii) reflexo tributário sobre os ajustes (i) e (ii).

Adicionalmente, em 2018, em função da adoção da NBC TG 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros, a metodologia para apuração da Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa foi alterada. Em função da adoção inicial, foi constituída provisão em conta redutora do contas a receber de R\$ 7,4 milhões, tendo como contrapartida R\$ 5,0 milhões na conta de prejuízos acumulados no patrimônio líquido e R\$ 2,4 milhões na conta de IR e CS diferidos no ativo circulante.

Com relação ao exercício social corrente, a Companhia aplicou inicialmente a NBC TG 06/R2 (IFRS 16) em 1º de janeiro de 2019 usando a abordagem retrospectiva modificada. Sob essa abordagem, a informação comparativa não é exigida e o ativo de direito de uso é mensurado pelo mesmo valor do passivo de arrendamento. A Companhia analisou seus contratos de arrendamento operacional para identificar se eles continham ou não um arrendamento, de acordo com a NBC TG 06/R2 (IFRS 16). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período, em troca de uma contraprestação. A Companhia aplicou a NBC TG 06/R2 (IFRS 16) apenas para os contratos vigentes em 1º de janeiro de 2019 e que foram previamente identificados como arrendamentos. A Companhia optou por adotar as isenções de reconhecimento previstas na norma para arrendamentos de curto prazo, que são contratos com duração máxima de 12 meses e de baixo valor, que são contratos cujo valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US\$ 5 mil.

Os impactos significativos identificados pela adoção da NBC TG 06/R2 (IFRS 16) nos ativos e passivos da Companhia são decorrentes dos contratos de arrendamento de imóveis utilizados pela Companhia e por suas controladas para suas unidades operacionais (sede e filiais).

Adicionalmente, a NBC TG 06/R2 (IFRS 16) substitui a despesa linear de arrendamento operacional pelo custo de depreciação de ativos objetos de direito de uso desses contratos e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento às taxas efetivas de captação vigentes à época da contratação dessas transações.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve alteração de práticas contábeis, métodos de cálculo, julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2017.

Com relação ao exercício social de 2018 e o período corrente, vide comentário no item anterior.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório dos auditores independentes

Não houve ressalvas nos relatórios dos auditores independentes relativos às demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, tampouco às informações contábeis da Companhia referentes ao período de nove meses encerrado em 30 setembro de 2019.

PÁGINA: 173 de 333

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Énfases no Parecer do Auditor

No relatório dos auditores independentes relativo à demonstração financeira da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 consta os parágrafos de ênfase descritos abaixo. Nas demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2018, bem como nas informações contábeis referentes ao período de nove meses encerrado em 30 setembro de 2019, não constam parágrafos de ênfase.

> 2016

Reapresentação das demonstrações financeiras

"Em 14 de julho de 2017, emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre a reapresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Priner Serviços Industriais S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Conforme descrito na nota explicativa no 3.9, essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo atualizadas em atendimento ao Ofício CVM nº 267/17 e estão sendo novamente reapresentadas, incluindo as alterações descritas na referida nota explicativa. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

A Diretoria esclarece que as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 foram reapresentadas com o objetivo de (i) atender às regras contábeis aplicáveis às companhias abertas e realizar aprimoramentos no referido documento, conforme normas emitidas pela CVM, com a finalidade específica de obtenção de registro de emissores de valores mobiliários junto à CVM na categoria "A", (ii) ajustar as informações divulgadas na nota explicativa nº 25 — Resultado por segmento, no que se refere à representatividade individual dos clientes da Companhia, (iii) incluir os Principais Assuntos de Auditoria, nos termos do Ofício CVM nº 267/2017, e (iv) considerar o evento subsequente identificado após a última reapresentação das demonstrações financeiras da Companhia relativo à provisão para devedores duvidosos sobre recebíveis de cliente que entrou em recuperação judicial e correspondente efeito de imposto de renda diferido ativo. Destacamos que a ênfase mencionada acima somente tem o objetivo de esclarecer o motivo da referida reemissão, não representando nenhuma divergência dos auditores em relação às práticas contábeis da Companhia.

PÁGINA: 174 de 333

10.5 - Políticas contábeis críticas

Estimativas e Julgamentos Utilizados na Elaboração das Demonstrações Financeiras

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a diretoria da Companhia faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. As principais premissas relativas a fontes de incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são:

(i) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros e investimento reconhecido ao custo

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento e das expectativas da Administração para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa ou investimento objetos dos testes. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

(ii) Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

(iii) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência da administração e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Imposto diferido ativo é reconhecido para todas as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização destas. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

(iv) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros tais como os títulos e valores mobiliários apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para

PÁGINA: 175 de 333

esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

(v) Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa

A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização desses valores, considerando em suas premissas o conceito de perda de crédito esperadas.

(vi) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(vii) Vida útil dos bens do imobilizado

A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada período de relatório. Durante o exercício a Companhia acessou a vida útil dos bens e concluiu que o prazo de 10 anos representa com razoabilidade a vida útil média dos ativos da Companhia e deve ser mantido para seus equipamentos no exercício de 2018

(viii) Reconhecimento de Receita

As receitas de prestação de serviços, incluindo a cessão de equipamentos que são utilizados nos serviços, são reconhecidas no resultado tendo como base a medição das etapas de execução dos serviços realizados até a data-base de apresentação das demonstrações financeiras.

A diretoria da Companhia apresenta, a seguir, uma discussão sobre o que considera como práticas contábeis relevantes para apresentação das informações financeiras da Companhia.

(i) <u>Caixa e equivalentes de caixa</u>

Compreendem o caixa, depósitos bancários, aplicações de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados no curto prazo em até 90 dias a partir da data da aplicação.

(ii) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívidas e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 09) – Instrumentos Financeiros, adotado pela Companhia em 01 de janeiro de 2018, conforme deliberação CVM 763/16.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos quando a Companhia se torna parte de disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos a valor justo acrescido,

PÁGINA: 176 de 333

para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quando pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- Valor justo por meio do resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem com os resultados de suas flutuações no valor justo.

Os passivos financeiros não derivativos são mensurados ao:

- Valor justo por meio do resultado: quando classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.
- Custo amortizado: Passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa.

Da mesma forma, a Companhia classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

(iii) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo no momento da venda quando da prestação dos serviços, incluindo a cessão de equipamentos que são utilizados nos serviços e as vendas de mercadorias para os clientes. Todas as contas a receber têm origem os serviços prestados ou vendas de mercadoria.

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo no momento da venda, ajustado pela redução ao valor recuperável.

A perda esperada para crédito de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização desses valores, sendo apuradas em bases individuais e considerando em suas premissas o conceito de perda de crédito esperadas.

PÁGINA: 177 de 333

(iv) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado pelo método de custo médio. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

(v) <u>Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos</u>

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes no Brasil, na data da apresentação das demonstrações financeiras que são 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido. Periodicamente a administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributaria ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes", ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

PÁGINA: 178 de 333

(vi) Investimentos em controlada e sociedade em conta de participação

Os direitos e obrigações detidos pela Companhia na sociedade controlada em conjunto, conforme detalhado na Nota Explicativa 7 foram avaliados pela Administração da Companhia à luz dos requerimentos do CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto, resultando na classificação do mesmo como um empreendimento controlado em conjunto.

Um empreendimento controlado em conjunto é um acordo através do qual as partes que detêm controle conjunto sobre o acordo possuem direitos sobre os ativos líquidos do acordo conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de controle.

Os resultados e os ativos e passivos da sociedade controlada em conjunto são incorporados nestas demonstrações financeiras pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial ao custo e ajustado em seguida para reconhecer a participação da Companhia no resultado e em outros resultados abrangentes da sociedade controlada em conjunto.

As exigências do CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, são aplicadas para determinar a necessidade de reconhecer qualquer perda por redução ao valor recuperável relacionada ao investimento da Companhia na sociedade controlada em conjunto. Quando necessário, o valor contábil total da sociedade controlada em conjunto é submetido ao teste de redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 01 (R1) como um único ativo comparando seu valor recuperável (que é o maior entre o valor em uso e o valor justo deduzido do custo de venda) com seu valor contábil. Qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida, quando aplicável, fará parte do valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com o CPC 01 (R1) na extensão em que o valor recuperável do investimento aumenta posteriormente.

(vii) <u>Imobilizado de locação e uso operacional</u>

O imobilizado de locação e uso operacional, composto por andaimes suspensos, estruturas de acesso, equipamento de pintura, jateamento e isolamento e habitáculos pressurizados, é utilizado para prestação de serviços a terceiros.

O imobilizado de uso próprio consiste em máquinas e equipamentos, em instalações para guarda dos equipamentos, edificações, benfeitorias, mobiliário e equipamentos necessários ao funcionamento destas instalações.

São avaliados ao custo histórico deduzido de depreciação e perda por redução recuperável acumuladas, quando aplicável. Custo histórico inclui gastos diretamente atribuídos à aquisição dos bens do ativo imobilizado.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear que levam em consideração a estimativa de vida útileconômica dos bens. Terrenos não são depreciados.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado operacional.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados, a cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A Companhia revisou a vida útil do ativo imobilizado no exercício de 2018 e concluiu que não há alterações a realizar nesse exercício.

PÁGINA: 179 de 333

(viii) Intangível - Software

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Custos associados ao desenvolvimento e manutenção desses softwares são reconhecidos como despesas quando incorridos.

Os softwares possuem vida útil definida e são amortizados no prazo de cinco anos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A Companhia revisou a vida útil doa tivo imobilizado no exercício de 2018 e concluiu que não há alterações a realizar nesse exercício.

(ix) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*), ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa- UGC). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

(x) Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

(xi) <u>Provisões</u>

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas são registradas pelo montante das perdas prováveis, observada a natureza de cada provisão. As provisões, quando constituídas, são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa.

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados a serem derivados de um contrato são menores que o custo inevitável de atender as obrigações do contrato. A provisão é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado de se rescindir o contrato e o custo líquido esperado de continuar com o contrato.

PÁGINA: 180 de 333

(xii) Participação nos lucros

O reconhecimento dessa participação é feito ao longo do ano, sendo desembolsado no exercício seguinte. O valor de participação de resultados é fixado com base no Valor Econômico Agregado - EVA.

O EVA indica se a rentabilidade de um determinado negócio (empreendimento) foi superior ou inferior ao custo do capital empregado, considerando a estrutura de capital da Companhia.

Seu cálculo é feito através da seguinte fórmula: (Lucro operacional após o imposto de renda) – (capital empregado x custo médio ponderado de capital).

(xiii) Plano de opção de compra de ações

A Companhia oferece a determinados empregados e executivos planos de opção de compra de ações. O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa, durante o período no qual o direito é adquirido, período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições, reconhecendo o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida a reserva de capital no patrimônio líquido.

Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida a reserva de capital no patrimônio líquido.

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social, quando as opções são exercidas.

(xiv) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, e são, subsequentemente, demonstrados pelo valor de custo amortizado. A metodologia do cálculo para cada empréstimo segue as condições particulares de cada contrato, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

As taxas e tributos pagos para contratação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, e também são registrados na rubrica despesas financeiras pela taxa efetiva de juros.

A Administração controla diariamente os saldos de cada dívida através de controles gerenciais, no qual atualiza os indicadores financeiros (taxas de juros e spreads) conforme acordado em cada contrato.

Empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante exceto pelas parcelas que podem incondicionalmente ser liquidadas após 12 meses da data de encerramento do balanço das demonstrações financeiras.

(xv) Capital social

O capital social da Companhia é dividido em ações ordinárias e sem valor nominal.

PÁGINA: 181 de 333

(xvi) Distribuição de dividendos e juros de capital próprio

A distribuição de dividendos e juros de capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado e reclassificado para o patrimônio líquido, sendo dado ao JCP o mesmo tratamento de apresentação contábil dos dividendos.

(xvii) Reconhecimento de receitas e despesas

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a medição das etapas de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço.

A receita de locação é reconhecida pró-rata *temporis* no resultado mensalmente de forma linear de acordo com os contratos de locação de equipamentos.

A Companhia separa os componentes identificáveis de um único contrato ou de um grupo de contratos a fim de refletir a substância de um contrato ou de um grupo de contratos, reconhecendo a receita de cada um dos elementos de forma proporcional ao seu *fair value*. Desta forma a receita da Companhia se divide em locação, serviços e indenizações.

A receita de juros é reconhecida em base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em aberto e a taxa efetiva ao longo do período até o vencimento, quando se determina que essa receita será apropriada à Companhia.

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre as vendas.

Receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

(xviii) Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado por meio do resultado do período da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado diluído por ação é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e na IAS 33.

PÁGINA: 182 de 333

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, tampouco nas informações contábeis relativas ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades, não evidenciadas nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, tampouco nas informações contábeis relativas ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, tampouco nas informações contábeis relativas ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019.

iv. contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, tampouco nas informações contábeis relativas ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, tampouco nas informações contábeis relativas ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, tampouco nas informações contábeis relativas ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019.

PÁGINA: 183 de 333

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, uma vez que não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, tampouco nas informações contábeis relativas ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável, uma vez que não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, tampouco nas informações contábeis relativas ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, uma vez que não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, tampouco nas informações contábeis relativas ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019.

PÁGINA: 184 de 333

10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Plano de Negócios

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A distribuição dos investimentos em 2016 foi: habitáculos pressurizados (25%), equipamentos para tratamento de superfície e pintura industrial (19%), equipamentos de acesso (21%), informática (16%), benfeitorias (11%) e diversos (8%).

A distribuição dos investimentos em 2017 foi: 88% direcionados a investimentos produtivos, 10% referentes a informática (ERP e outros) e 2% relativos a benfeitorias. Os investimentos produtivos referem-se, principalmente, a Web Deck, habitáculos pressurizados, material tubular, pisos e empilhadeiras.

A distribuição dos investimentos em 2018 foi: equipamento de acesso (69%), equipamentos para tratamento de superfície e pintura industrial (25%), habitáculos pressurizados (1%), informática (2%) e diversos (3%).

A distribuição dos investimentos no período corrente foi a seguinte: equipamentos de acesso (67%), equipamentos para tratamento de superfície e pintura industrial (22%), habitáculos pressurizados (8%), informática (1%) e diversos (2%).

A Companhia persegue o objetivo de investir em equipamentos que gerem melhoria de produtividade, visto o negócio da Companhia ser intensivo no uso de mão de obra.

Atualmente, os planos da Companhia preveem investimentos limitados a equipamentos produtivos que gerem redução imediata de custos ou necessários para o atendimento a novos contratos de prestação de serviços e/ou locação.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia avalia as fontes de investimento disponíveis no mercado financeiro no momento da realização de investimentos. A escolha da fonte de financiamento é feita com base nos custos dos financiamentos disponíveis, na liquidez da Companhia no momento da captação, no retorno financeiro previsto para os projetos de investimento, na previsão de fluxo de caixa e, consequentemente, na liquidez da Companhia prevista para o horizonte do projeto.

Para eventuais fusões e aquisições, a Companhia considera diversas alternativas para fontes de financiamento, dentre as quais destacamos: financiamentos bancários, aporte de capital dos sócios e uso de recursos disponíveis em caixa.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

PÁGINA: 185 de 333

10.8 - Plano de Negócios

- c. novos produtos e serviços, indicando:
- i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

PÁGINA: 186 de 333

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

10.9 – Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

No período corrente, o montante gasto com participação em feiras e com publicidade foi de 0,2 milhões comparado com R\$ 0,3 milhões em 31 de dezembro de 2018, R\$ 0,3 milhões em 31 de dezembro de 2016. A decisão para alocação de recursos é tomada de acordo com a relevância das feiras realizadas.

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

PÁGINA: 187 de 333

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, a divulgação de projeções e estimativas neste Formulário de Referência é facultativa, desde que a administração não tenha divulgado projeções e estimativas. A Companhia, não tendo divulgado projeções e estimativas até o momento, optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções ou estimativas de qualquer natureza (inclusive operacionais e financeiras) relacionadas aos seus negócios ou atividades.

PÁGINA: 188 de 333

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

11.2 – Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções ou estimativas.

PÁGINA: 189 de 333

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

A estrutura administrativa da Companhia é composta (i) pelo Conselho de Administração; (ii) pela Diretoria; (iii) pelo Comitê de Auditoria, conforme se descreve adiante; e (iv) podendo, ainda, instalar Conselho Fiscal, conforme se descreve adiante.

a. atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão de deliberação colegiada da Companhia, responsável por fixar a orientação geral dos negócios da Companhia. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração deve ser composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 9 (nove) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Além das responsabilidades atribuídas ao Conselho de Administração na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), o Estatuto Social determina cumprir-lhe, ainda:

- (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- (ii) eleger e destituir os diretores da Companhia e fixar suas atribuições, observando o disposto no estatuto social;
- (iii) aprovar o orçamento anual, o plano de negócios, bem como quaisquer planos de estratégia, de investimento, anuais e/ou plurianuais, e projetos de expansão da Companhia;
- (iv) criar e alterar as competências, regras de funcionamento, convocação e composição dos órgãos de administração da Companhia, incluindo seus comitês de assessoramento;
- (v) aprovar orçamento de comitês de assessoramento, se e quando instaurados;
- (vi) manifestar-se previamente sobre qualquer proposta a ser submetida à deliberação da assembleia geral;
- (vii) deliberar sobre a convocação da assembleia geral, quando julgar conveniente, ou no caso do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações;
- (viii) apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia;
- (ix) fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos necessários;
- (x) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria;
- (xi) determinar a realização de inspeções, auditoria ou tomada de contas nas subsidiárias, controladas ou coligadas da Companhia, bem como em fundações que patrocine;
- (xii) manifestar-se previamente sobre atos ou contratos, quando o estatuto social assim o exigir;
- (xiii) deliberar, quando autorizado pelo estatuto social, sobre a emissão de ações ou de bônus de subscrição;

PÁGINA: 190 de 333

- (xiv) deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, commercial papers, notas promissórias, bonds, notes e de quaisquer outros títulos de uso comum no mercado, para distribuição pública ou privada;
- (xv) autorizar a alienação de bens do ativo não circulante, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros;
- (xvi) aprovar a criação e extinção de subsidiárias ou controladas no Brasil ou no exterior, bem como deliberar, por proposta da Diretoria, sobre a aquisição, cessão, transferência, alienação e/ou oneração, a qualquer título ou forma, de participações societárias e valores mobiliários de outras sociedades no Brasil ou no exterior;
- (xvii) escolher e destituir os auditores independentes, observando-se, nessa escolha, o disposto na regulamentação aplicável;
- (xviii) aprovar a proposta da administração de distribuição de dividendos, ainda que intercalares ou intermediários, ou pagamento de juros sobre o capital próprio com base em balanços semestrais, trimestrais ou mensais, nos termos do estatuto social;
- (xix) a deliberação, dentro dos limites do capital autorizado, sobre a emissão de ações da Companhia, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para o seu exercício nos casos previstos no artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xx) aprovar as políticas da Companhia, incluindo, desde que obrigatórias pela regulamentação aplicável: (a) política de remuneração; (b) política de indicação de membros do Conselho de Administração, de comitês de assessoramento e da Diretoria; (c) política de gerenciamento de riscos; (d) política de transações com partes relacionadas; e (e) política de negociação de valores mobiliários;
- (xxi) elaborar e divulgar parecer fundamentado, favorável ou contrário à aceitação de qualquer oferta pública de aquisição que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia ("OPA"), divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da respectiva OPA, que deverá abordar, no mínimo: (a) a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (b) quanto aos planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (c) a respeito de alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado;
- (xxii) exercer as funções normativas das atividades da Companhia, podendo avocar para seu exame e deliberação qualquer assunto que não se compreenda na competência privativa de outros órgãos; e
- (xxiii) deliberar sobre os assuntos que lhe forem submetidos pela Diretoria.

Diretoria

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a Diretoria deve ser composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 5 (cinco) diretores, todos residentes no País, acionistas ou não, e eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, sendo designados: (i) 1 (um) diretor presidente; (ii) 1 (um) diretor financeiro; (iii) 1 (um) diretor de relações com investidores; (iv) 1 (um) diretor de operações; e (v) os demais, se houver, diretores sem designação específica. Os membros da Diretoria são eleitos para um mandato de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição.

PÁGINA: 191 de 333

Nos termos do Estatuto Social, compete aos diretores:

- (i) representar a Companhia, em juízo e fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros e quaisquer repartições públicas federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais;
- (ii) administrar, gerir e orientar os negócios sociais, bem como praticar todos os atos necessários à execução os planos de negócios, operacionais e de investimentos da Companhia, nos termos do estatuto social;
- (iii) praticar os atos necessários à representação da Companhia e consecução do objeto social, por mais especiais que sejam, inclusive para renunciar a direitos, transigir e acordar, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes, as deliberações tomadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração e as disposições e restrições de alçadas a eles determinadas pelo Conselho de Administração;
- (iv) assinar quaisquer documentos que gerem responsabilidades ou obrigações para a Companhia, incluindo escrituras, dívidas, letra de câmbio, cheques, ordens de pagamento; e
- (v) abrir, operar ou fechar qualquer conta bancária da Companhia.

As atribuições específicas dos diretores podem ser consultadas no item "b" abaixo.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia funcionará em caráter não permanente e, quando instalado, será composto por 3 (três) a 5 (cinco) membros e igual número de suplentes, todos residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral. O Conselho Fiscal da Companhia será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor. O Conselho Fiscal não possui regimento interno e, uma vez instalado, terá a competência disposta na legislação aplicável.

Comitê de Auditoria

As informações sobre o Comitê de Auditoria podem ser consultadas no item "a.ii" abaixo.

(i) se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados

O Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria possuem regimentos internos próprios, o quais foram aprovados em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de dezembro de 2019. A eficácia de tais regimentos internos, nos termos da aprovação do Conselho de Administração, está sujeita à divulgação do anúncio de início da Oferta, bem como à conclusão da Migração ao Novo Mercado. Para maiores informações com relação à Oferta e à Migração ao Novo Mercado, vide item 6.3 deste Formulário de Referência.

Os regimentos internos do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria poderão ser consultados no site da Companhia: www.priner.com.br.

A Diretoria e o Conselho Fiscal, por sua vez, não possuem regimentos internos.

(ii) se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto

A Companhia possui um Comitê de Auditoria não estatutário, instituído em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de dezembro de 2019. Os objetivos do Comitê de Auditoria são

PÁGINA: 192 de 333

supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e as atividades dos auditores independentes.

O Comitê de Auditoria é órgão de assessoramento do Conselho de Administração, sendo composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, sendo que o término desse prazo sempre coincidirá com o término de gestão dos membros do Conselho de Administração.

Na composição do Comitê de Auditoria: (i) ao menos, 1 (um) membro deve ser membro independente do Conselho de Administração da Companhia, conforme definido na Política de Indicação da Companhia, nos termos do Regulamento do Novo Mercado; (ii) ao menos, 1 (um) membro deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação editada pela CVM que dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários e define os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas no relacionamento com os auditores independentes; e (iii) o mesmo membro poderá acumular as duas características previstas nas alíneas (i) e (ii) acima. O Conselho de Administração elegerá, dentre os membros do Comitê de Auditoria, um coordenador, a quem caberá a representação, organização e coordenação de suas atividades.

As principais atribuições do Comitê de Auditoria são:

- (i) opinar sobre a contratação e destituição de auditor independente para a elaboração de auditoria externa independente ou para qualquer outro serviço;
- (ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- (iii) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;
- (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- (v) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas; e
- (vi) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.
- (iii) de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia não possui uma política formalizada de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente. Não obstante, é responsabilidade do Conselho de Administração escolher e destituir os auditores independentes, observando-se, nessa escolha, o disposto na regulamentação aplicável.

No mais, o Comitê de Auditoria é responsável por: (i) opinar sobre a contratação e destituição de auditor independente para a elaboração de auditoria externa independente ou para qualquer outro serviço; e (ii) acompanhar as atividades de auditoria interna e de controles internos da Companhia.

PÁGINA: 193 de 333

 em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 5 (cinco) diretores, todos residentes no País, acionistas ou não, e eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, sendo designados: (i) 1 (um) diretor presidente; (ii) 1 (um) diretor financeiro; (iii) 1 (um) diretor de relações com investidores; (iv) 1 (um) diretor de operações; e (v) os demais, se houver, diretores sem designação específica. Os membros da Diretoria são eleitos para um mandato de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição.

A Diretoria não possui regimento interno próprio, de modo que suas atribuições são designadas pelo Estatuto Social da Companhia. Sem prejuízo das demais atribuições previstas em lei, compete aos diretores:

- (i) representar a Companhia, em juízo e fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros e quaisquer repartições públicas federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais;
- (ii) administrar, gerir e orientar os negócios sociais, bem como praticar todos os atos necessários à execução os planos de negócios, operacionais e de investimentos da Companhia, nos termos do Estatuto Social;
- (iii) praticar os atos necessários à representação da Companhia e consecução do objeto social, por mais especiais que sejam, inclusive para renunciar a direitos, transigir e acordar, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes, as deliberações tomadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração e as disposições e restrições de alçadas a eles determinadas pelo Conselho de Administração;
- (iv) assinar quaisquer documentos que gerem responsabilidades ou obrigações para a Companhia, incluindo escrituras, dívidas, letra de câmbio, cheques, ordens de pagamento; e
- (v) abrir, operar ou fechar qualquer conta bancária da Companhia.

Nos termos do Estatuto Social, os diretores da Companhia terão as seguintes atribuições específicas:

- (i) cabe ao Diretor Presidente, especialmente: (a) fazer com que sejam observados o Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral; (b) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o relatório da administração e as contas da Diretoria, juntamente com o relatório dos auditores independentes, bem como a proposta para alocação dos lucros auferidos no exercício fiscal precedente; e (c) conduzir e coordenar as atividades dos diretores no âmbito dos deveres e atribuições estabelecidos para os respectivos diretores pelo Conselho de Administração e pelo Estatuto Social da Companhia;
- (ii) cabe ao Diretor Financeiro coordenar as atividades das áreas econômico-financeiras e contábeis da Companhia, bem como a tesouraria e a controladoria;
- (iii) cabe ao Diretor de Relações com Investidores, observado o disposto na regulamentação aplicável: (a) representar a Companhia perante a CVM, as bolsas de valores e demais órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais; (b) prestar informações ao público investidor, à CVM, às bolsas de valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação e regulamentação aplicáveis, no Brasil e no exterior; e (c) manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM.

PÁGINA: 194 de 333

- (iv) cabe ao Diretor de Operações coordenar a execução das atividades de prestação de serviços, engenharia, logística e manutenção de equipamentos; e
- (v) os diretores sem designação específica desempenharão as funções atribuídas a cada um de seus cargos, as quais serão fixadas pelo Conselho de Administração.
- c. data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Conselho Fiscal da Companhia funcionará em caráter não permanente e, até a data deste Formulário de Referência, o Conselho Fiscal não havia sido instalado. Não há, ainda, regimento interno do Conselho Fiscal.

- d. se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo:
- (i) a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros

Conselho de Administração e Diretoria

O presidente do Conselho de Administração conduzirá anualmente, se necessário com o suporte de assessoria externa especializada, um processo de avaliação formal e estruturada, visando a aprimorar sistematicamente a eficiência do órgão, referente ao Conselho de Administração, enquanto órgão colegiado, a cada um de seus membros, individualmente, ao presidente do Conselho de Administração, aos diretores da Companhia e aos membros do Comitê de Auditoria.

Estará elegível para participar do processo de avaliação, como avaliador ou avaliado, o membro do Conselho de Administração e da Diretoria que estiver na função por, pelo menos, 2 (duas) reuniões ordinárias desde a última avaliação.

Os resultados consolidados das avaliações do Conselho de Administração, dos membros do Conselho de Administração, dos diretores da Companhia e dos membros do Comitê de Auditoria serão divulgados a todos os membros do Conselho de Administração, sendo certo que os resultados das avaliações: (i) individuais dos membros do Conselho de Administração serão disponibilizados à pessoa em questão e ao presidente do Conselho de Administração; (ii) do presidente do Conselho de Administração, dos diretores e dos membros do Comitê de Auditoria serão disponibilizados a todos os membros do Conselho de Administração; e (iii) de cada membro do Conselho de Administração e do presidente do Conselho de Administração serão discutidos em sessões de feedback individuais.

A avaliação deverá ser realizada ao menos uma vez durante a vigência do mandato do respectivo membro do Conselho de Administração.

Comitê de Auditoria

O Conselho de Administração conduzirá anualmente, se necessário com o suporte de assessoria externa especializada, um processo de avaliação formal e estruturada, visando a aprimorar sistematicamente a eficiência do órgão, referente ao Comitê de Auditoria, enquanto órgão colegiado, e aos membros do Comitê de Auditoria.

Os resultados consolidados das avaliações serão disponibilizados a todos os membros do Comitê de Auditoria e do Conselho de Administração. Os resultados das avaliações individuais serão disponibilizados à pessoa em questão, ao coordenador do Comitê de Auditoria e ao presidente do Conselho de Administração da Companhia.

PÁGINA: 195 de 333

(ii) metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação

O desempenho dos diretores da Companhia é avaliado de acordo com metas globais da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração, sendo as referidas metas balizadas pelo Lucro Antes do Imposto de Renda (LAIR) e pelo EBITDA, conforme mencionado no item 3.2(i) deste Formulário de Referência. O acompanhamento das metas anuais é realizado mensalmente, e a apuração final dos resultados é feita no ano subsequente ao exercício, após a validação das demonstrações financeiras da Companhia pela auditoria externa.

(iii) como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão

Os resultados consolidados das avaliações do Conselho de Administração, dos membros do Conselho de Administração, dos diretores da Companhia e dos membros do Comitê de Auditoria serão divulgados a todos os membros do Conselho de Administração.

No mais, os resultados das avaliações: (i) individuais dos membros do Conselho de Administração serão disponibilizados à pessoa em questão e ao presidente do Conselho de Administração; e (ii) do presidente do Conselho de Administração, dos diretores e dos membros do Comitê de Auditoria serão disponibilizados a todos os membros do Conselho de Administração. Os resultados das avaliações de cada membro do Conselho de Administração e do presidente do Conselho de Administração serão discutidos em sessões de *feedback* individuais.

A partir da análise integrada dos resultados das avaliações de desempenho, são identificados os pontos fortes e oportunidades de melhoria de cada órgão, a serem objeto de análise do Conselho de Administração. O resultado das avaliações de desempenho visa a identificação e implementação de ações de melhoria, objetivando o aprimoramento da atuação e do funcionamento do Conselho de Administração, da Diretoria e do Comitê de Auditoria. Adicionalmente, conforme detalhado no item 13.1 deste Formulário de Referência, há a previsão de remuneração variável aos diretores da Companhia, atrelada a desempenho.

(iv) se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

A avaliação de desempenho do (i) Conselho de Administração, bem como de seus membros e dos diretores é de responsabilidade do Presidente do Conselho de Administração; e (ii) Comitê de Auditoria, bem como de seus membros, é do Conselho de Administração, sendo que poderá ser contratada empresa de assessoria ou consultoria externa para suporte no processo. Até a data deste Formulário de Referência, tais serviços de consultoria ou assessoria externos hão haviam sido contratados.

PÁGINA: 196 de 333

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a. prazos de convocação

A Companhia não adota prática diferenciada quanto aos prazos de convocação em relação ao previsto na legislação societária. Conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social, as Assembleias Gerais serão convocadas com, no mínimo, 15 (quinze) dias corridos de antecedência para primeira convocação e, no mínimo, 8 (oito) dias corridos de antecedência para segunda convocação. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente, ou no caso do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações.

b. competências

Sem prejuízo das matérias previstas na Lei das Sociedades por Ações, compete à Assembleia Geral, conforme disposto no Estatuto Social da Companhia:

- (i) reformar o estatuto social;
- eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, caso instalado, bem como definir o número de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, caso instalado;
- (iii) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras;
- (iv) deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, transformação ou incorporação (inclusive incorporação de ações) da Companhia;
- (v) apresentar pedidos de recuperação judicial ou extrajudicial, ou de autofalência;
- (vi) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;
- (vii) aprovar planos de outorga de opção de compra de ações aos seus administradores e empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a suas controladas;
- (viii) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio, com base nas demonstrações financeiras anuais;
- (ix) deliberar sobre aumento ou redução do capital social, bem como qualquer decisão que envolva a recompra, resgate ou amortização de ações, em conformidade com as disposições do Estatuto Social, excetuada a disposição prevista no parágrafo 1º do artigo 5º do Estatuto Social;
- (x) deliberar sobre a emissão de novas ações ou outros títulos conversíveis em ações, observadas as competências do Conselho de Administração, conforme o disposto no parágrafo 1º do artigo 5º e no artigo 14, item (xix), do Estatuto Social;
- (xi) deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta, quando a respectiva oferta pública de aquisição de ações for formulada pela própria Companhia;
- (xii) aprovar a dispensa da realização da oferta pública de aquisição de ações no caso de saída do Novo Mercado, nos termos do Regulamento do Novo Mercado; e
- (xiii) anuir para que, em caso de reorganização societária que envolva a transferência da base acionária da Companhia, as sociedades resultantes não pleiteiem o ingresso no Novo Mercado, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

PÁGINA: 197 de 333

c. endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos relativos à Assembleia Geral estarão disponíveis aos acionistas nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: Av. Geremário Dantas, n°1.400, lojas 249 a 267, Freguesia, Jacarepaguá, CEP 22.760-401, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro; (ii) site da Companhia: www.priner.com.br; e (iii) no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM: www.cvm.gov.br.

d. identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia adota a Política de Transação com Partes Relacionadas, aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de dezembro de 2019 ("Política"). A eficácia de referida política, nos termos da aprovação do Conselho de Administração, está sujeita à divulgação do anúncio de início da Oferta, bem como à conclusão da Migração ao Novo Mercado. Para maiores informações com relação à Oferta e à Migração ao Novo Mercado, vide item 6.3 deste Formulário de Referência.

A Política tem por objetivo estabelecer as regras e procedimentos que visam assegurar que todas as decisões envolvendo transações com partes relacionadas e/ou situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas e sempre em conformidade com os requisitos de competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade. A Política se aplica a todos os colaboradores e administradores da Companhia e de suas controladas.

A Política define um potencial conflito de interesses como as situações nas quais os objetivos pessoais dos tomadores de decisão, por qualquer razão, possam não estar alinhados aos objetivos e interesses da Companhia em matérias específicas. Neste sentido, o potencial conflito de interesses que surge quando uma pessoa se encontra envolvida num processo decisório no qual a sua capacidade de julgamento isento possa estar comprometida pelo fato de que: (a) de um lado, essa pessoa tem o poder de influenciar o resultado da decisão, e ao mesmo tempo (b) possa existir um ganho para ela diretamente, para algum membro próximo da família, ou ainda para terceiro com o qual a pessoa esteja envolvida.

Toda transação com partes relacionadas ou que envolva potencial conflito de interesse deverá ser formalizada contratualmente de acordo com os seguintes critérios: (i) observância das condições de mercado e dos mesmos princípios e procedimentos que norteiam negociações feitas pela Companhia com partes independentes; e (ii) o contrato que formalizará a transação deverá descrever, além dos termos da transação, os eventuais impactos e riscos ocasionados (ou que poderão ser ocasionados) para a Companhia e para a parte relacionada, caso aplicável.

Nos termos da Política, os administradores da Companhia e demais pessoas com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, direta ou indiretamente ("Pessoas Chave"), ao identificarem a possibilidade de participar de um processo decisório relativo a matéria em que possa ser caracterizada como parte relacionada ou esteja em situação de potencial conflito de interesses, devem manifestar seu potencial conflito de interesses. Adicionalmente, a Pessoa Chave deve ausentar-se das discussões sobre o tema, bem como absterse de votar no respectivo processo decisório.

Caso solicitado pelo presidente do Conselho de Administração, tais Pessoas Chave poderão participar parcialmente da discussão, visando apenas proporcionar maiores informações sobre a transação e as partes envolvidas, devendo se ausentar da parte conclusiva da discussão, incluindo do processo de votação da matéria.

Caso alguma Pessoa Chave que possa ter um potencial ganho privado decorrente de alguma decisão não manifeste seu potencial conflito de interesses, qualquer outra Pessoa Chave que tenha conhecimento da situação poderá fazê-lo. A não manifestação voluntária da Pessoa Chave é considerada uma violação da Política e deverá ser submetida às sanções cabíveis. A manifestação sobre eventual caracterização como parte relacionada ou da situação de potencial conflito de

PÁGINA: 198 de 333

interesses e a consequente abstenção da Pessoa Chave deverão constar da respectiva ata da reunião do Conselho de Administração, da reunião da Diretoria ou de qualquer outro órgão da Companhia em que a matéria for deliberada.

O Comitê de Auditoria é o órgão responsável por: (i) avaliar a adequação das transações com partes relacionadas ou com potencial conflito de interesses; (ii) avaliar, monitorar, e recomendar ao Conselho de Administração da Companhia a correção ou aprimoramento da Política; (iii) prestar esclarecimentos adicionais ao Conselho de Administração da Companhia a respeito da realização de transações com partes relacionadas ou com potencial conflito de interesses; e (iv) fiscalizar o cumprimento da Política, submetendo à apreciação do Conselho de Administração os casos nos quais haja suspeita da sua violação.

O Comitê de Auditoria da Companhia deverá reportar diretamente ao Conselho de Administração todas as transações com partes relacionadas ou com potencial conflito de interesses efetuadas no período.

Caberá ao Conselho de Administração, com auxílio do Comitê de Auditoria, tomar as medidas disciplinares que foram cabíveis no âmbito interno da Companhia, inclusive a destituição do cargo ou demissão do infrator nas hipóteses de violação grave. Caso a medida cabível seja de competência legal ou estatutária da Assembleia Geral, o Conselho de Administração da Companhia deverá convocá-la para deliberar sobre o tema.

e. solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Até a data deste Formulário de Referência, não houve nenhuma solicitação de procuração pela administração para o exercício do direito de voto, tampouco possuímos política estabelecida para tal finalidade. Por esta razão, observamos o disposto no artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações e na Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 481").

f. formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Nas Assembleias Gerais, os acionistas deverão apresentar, preferencialmente, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência: (i) um documento de identidade, caso o acionista seja pessoa física; (ii) os atos societários pertinentes que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante, caso o acionista seja pessoa jurídica; (iii) comprovante da participação acionária na Companhia emitido pela instituição depositária com data máxima de 5 (cinco) dias anteriores à Assembleia Geral; e (iv) se for o caso, procuração, nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações.

Os acionistas poderão fazer-se representar nas assembleias gerais por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado, instituição financeira ou administrador de fundo de investimento que represente os condôminos.

No caso de procuração em língua estrangeira, esta deverá ser acompanhada dos documentos societários, quando relativos a pessoa jurídica, e do instrumento de mandato devidamente vertidos para o português, notarizados e consularizados.

Os acionistas pessoas jurídicas podem ser representados nas assembleias por meio de seus representantes legais ou por meio de mandatários devidamente constituídos, de acordo com os atos constitutivos de tal acionista e com as regras do Código Civil, não sendo necessário que esse mandatário seja acionista ou administrador da Companhia ou, ainda, advogado.

Atualmente, não são admitidas procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

PÁGINA: 199 de 333

g. formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não adotou voto à distância, uma vez que não dispunha de ações em circulação, observado o disposto no artigo 1°, §2°, da Instrução CVM 481. À medida em que a Companhia passe a ter ações em circulação, a Companhia, à luz do disposto na Instrução CVM 481, adotará a possibilidade de seus acionistas exercerem o voto à distância.

O boletim de voto à distância será recebido até 7 (sete) dias antes da respectiva Assembleia Geral, observado o disposto no artigo 21-B da Instrução CVM 481. Os boletins recebidos após a data estabelecida serão desconsiderados pela Companhia.

Não serão exigidos reconhecimento de firma, notorização ou consularização, de modo que a Companhia comunicará ao acionista, em até 3 dias do recebimento do boletim de voto à distância, se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido, observado o disposto no artigo 21-U da Instrução CVM 481.

h. se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não adotou voto à distância, uma vez que não dispunha de ações em circulação, observado o disposto no artigo 1°, §2°, da Instrução CVM 481. À medida em que a Companhia passe a ter ações em circulação, a Companhia possibilitará que seus acionistas enviem os respectivos boletins de voto à distância para o endereço eletrônico a ser indicado na página de relações com investidores da Companhia: www.priner.com.br.

 i. instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

A Companhia não adotará prática diferenciada em relação ao previsto na legislação societária. Conforme disposto no artigo 21-L da Instrução CVM 481, acionistas que representem os percentuais mínimos previstos nos Anexos 21-L-I e 21-L-II da Instrução CVM 481, respectivamente, poderão solicitar a inclusão no boletim de voto a distância de: (i) candidatos ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal da Companhia, sempre que convocada Assembleia Geral; ou (ii) propostas de deliberação para a Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

As solicitações de inclusão descritas acima serão recebidas pelo Diretor de Relações com Investidores da Companhia: (i) <u>na hipótese do item (i) do parágrafo anterior</u>, no período entre: (a) o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a Assembleia Geral e até 25 dias antes da data prevista para sua realização, no caso de Assembleia Geral Ordinária, ou (b) o primeiro dia útil após a ocorrência de evento que justifique a convocação de Assembleia Geral para eleição de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e até 25 dias antes da data prevista para a realização da Assembleia, no caso de Assembleia Geral Extraordinária convocada para esse fim; e (ii) <u>na hipótese do item (ii) do parágrafo anterior</u>: no período entre o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a Assembleia Geral Ordinária e até 45 dias antes da data prevista para sua realização.

As solicitações de inclusão de propostas ou candidatos no boletim de voto a distância, conforme descritas acima, deverão ser enviadas, por escrito e observado o disposto nos artigos 21-L e 21-M da Instrução CVM 481, aos seguintes endereços, físicos e eletrônicos: Av. Geremário Dantas, n°1.400, lojas 249 a 267, Freguesia, Jacarepaguá, CEP 22.760-401, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, e para o endereço eletrônico a ser indicado na página de relações com investidores da Companhia: www.priner.com.br.

PÁGINA: 200 de 333

j. se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns ou páginas na rede mundial de computadores destinados a receber ou compartilhar comentários de acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

k. outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Não há outras informações, além das instruções disponibilizadas acima, necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância para as Assembleias Gerais da Companhia.

PÁGINA: 201 de 333

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

a. Número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

No exercício social de 2018, foram realizadas 3 (três) reuniões, todas as quais foram reuniões extraordinárias. Não houve a realização de reuniões ordinárias no exercício social de 2018.

b. Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do Conselho de Administração

Não há acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia.

c. Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia adota a Política de Transação com Partes Relacionadas, aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de dezembro de 2019 ("Política"). A eficácia de referida política, nos termos da aprovação do Conselho de Administração, está sujeita à divulgação do anúncio de início da Oferta, bem como à conclusão da Migração ao Novo Mercado. Para maiores informações com relação à Oferta e à Migração ao Novo Mercado, vide item 6.3 deste Formulário de Referência.

A Política tem por objetivo estabelecer as regras e procedimentos que visam assegurar que todas as decisões envolvendo transações com partes relacionadas e/ou situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas e sempre em conformidade com os requisitos de competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade. A Política se aplica a todos os colaboradores e administradores da Companhia e de suas controladas.

A Política define um potencial conflito de interesses como as situações nas quais os objetivos pessoais dos tomadores de decisão, por qualquer razão, possam não estar alinhados aos objetivos e interesses da Companhia em matérias específicas. Neste sentido, o potencial conflito de interesses que surge quando uma pessoa se encontra envolvida num processo decisório no qual a sua capacidade de julgamento isento possa estar comprometida pelo fato de que: (a) de um lado, essa pessoa tem o poder de influenciar o resultado da decisão, e ao mesmo tempo (b) possa existir um ganho para ela diretamente, para algum membro próximo da família, ou ainda para terceiro com o qual a pessoa esteja envolvida.

Toda transação com partes relacionadas ou que envolva potencial conflito de interesse deverá ser formalizada contratualmente de acordo com os seguintes critérios: (i) observância das condições de mercado e dos mesmos princípios e procedimentos que norteiam negociações feitas pela Companhia com partes independentes; e (ii) o contrato que formalizará a transação deverá descrever, além dos termos da transação, os eventuais impactos e riscos ocasionados (ou que poderão ser ocasionados) para a Companhia e para a parte relacionada, caso aplicável.

Nos termos da Política, os administradores da Companhia e demais pessoas com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, direta ou indiretamente ("Pessoas Chave"), ao identificarem a possibilidade de participar de um processo decisório relativo a matéria em que possa ser caracterizada como parte relacionada ou esteja em situação de potencial conflito de interesses, devem manifestar seu potencial conflito de interesses. Adicionalmente, a Pessoa Chave deve ausentar-se das discussões sobre o tema, bem como absterse de votar no respectivo processo decisório.

Caso solicitado pelo presidente do Conselho de Administração, tais Pessoas Chave poderão participar parcialmente da discussão, visando apenas proporcionar maiores informações sobre a transação e as partes envolvidas, devendo se ausentar da parte conclusiva da discussão, incluindo do processo de votação da matéria.

PÁGINA: 202 de 333

Caso alguma Pessoa Chave que possa ter um potencial ganho privado decorrente de alguma decisão não manifeste seu potencial conflito de interesses, qualquer outra Pessoa Chave que tenha conhecimento da situação poderá fazê-lo. A não manifestação voluntária da Pessoa Chave é considerada uma violação da Política e deverá ser submetida às sanções cabíveis. A manifestação sobre eventual caracterização como parte relacionada ou da situação de potencial conflito de interesses e a consequente abstenção da Pessoa Chave deverão constar da respectiva ata da reunião do Conselho de Administração, da reunião da Diretoria ou de qualquer outro órgão da Companhia em que a matéria for deliberada.

O Comitê de Auditoria é o órgão responsável por: (i) avaliar a adequação das transações com partes relacionadas ou com potencial conflito de interesses; (ii) avaliar, monitorar, e recomendar ao Conselho de Administração da Companhia a correção ou aprimoramento da Política; (iii) prestar esclarecimentos adicionais ao Conselho de Administração da Companhia a respeito da realização de transações com partes relacionadas ou com potencial conflito de interesses; e (iv) fiscalizar o cumprimento da Política, submetendo à apreciação do Conselho de Administração os casos nos quais haja suspeita da sua violação.

O Comitê de Auditoria da Companhia deverá reportar diretamente ao Conselho de Administração todas as transações com partes relacionadas ou com potencial conflito de interesses efetuadas no período.

Caberá ao Conselho de Administração, com auxílio do Comitê de Auditoria, tomar as medidas disciplinares que foram cabíveis no âmbito interno da Companhia, inclusive a destituição do cargo ou demissão do infrator nas hipóteses de violação grave. Caso a medida cabível seja de competência legal ou estatutária da Assembleia Geral, o Conselho de Administração da Companhia deverá convocá-la para deliberar sobre o tema.

A Companhia sujeita-se, ainda, ao Código de Ética e Conduta, cuja nova versão foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de dezembro de 2019 ("Código"). A eficácia de referida nova versão do Código, nos termos da aprovação do Conselho de Administração, está sujeita à divulgação do anúncio de início da Oferta, bem como à conclusão da Migração ao Novo Mercado. Para maiores informações com relação à Oferta e à Migração ao Novo Mercado, vide item 6.3 deste Formulário de Referência.

O Código prevê, dentre outros: (i) que colaboradores da Companhia não poderão realizar atividades externas (incluindo a prestação de consultoria ou a ocupação de cargo) em organizações com interesses conflitantes ou que façam negócios com a Companhia; (ii) vedação a vínculos societários, próprios ou por intermédio de cônjuge ou familiares, com fornecedores ou concorrentes da Companhia, se o cargo que o funcionário ou administrador ocupa lhe conferir o poder de influenciar transações ou permitir acesso a informações privilegiadas; e (iii) que o funcionário que ocupar posições (remuneradas ou não) em entidades externas e também o funcionário que tiver cônjuge ou familiares que trabalhem na Companhia ou que trabalhem em concorrentes, fornecedores, clientes, em órgãos governamentais ou em instituições sem fins lucrativos que se relacionem com a Companhia, deve, obrigatoriamente, comunicar o fato por escrito, o mais rápido possível, à sua liderança imediata, que avaliará eventuais conflitos de interesses.

Frente a uma situação de conflito de interesses, (i) o superior imediato deverá também reportar o fato diretamente ao Comitê de Ética para análise e deliberações cabíveis; (ii) fornecedores e prestadores de serviço também deverão fazê-lo formalmente (por escrito), neste caso, diretamente ao gestor do contrato; e (iii) ainda que esta seja deflagrada ocasionalmente, o funcionário (direto ou indireto), administrador, fornecedor ou, prestador de serviço deve prontamente declarar-se conflitado e impedido de participar da discussão em curso ou mesmo votar na matéria na qual tiver conflito de interesses, devendo, inclusive, retirar-se de uma eventual reunião em que a discussão esteja ocorrendo, garantindo, assim, a adequada independência e transparência do processo. Situações que possam acarretar conflitos de interesses não explicitadas no Código devem ser informadas às lideranças imediatas para orientação.

PÁGINA: 203 de 333

- d. Se o emissor possui política de indicação e preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:
- (i) órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 12 de dezembro de 2019 ("Política de Indicação"). A eficácia de referida política, nos termos da aprovação do Conselho de Administração, está sujeita à divulgação do anúncio de início da Oferta, bem como à conclusão da Migração ao Novo Mercado. Para maiores informações com relação à Oferta e à Migração ao Novo Mercado, vide item 6.3 deste Formulário de Referência.

A Política pode ser consultada no site: www.priner.com.br.

(ii) principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros

A Política de Indicação tem por objetivo determinar os critérios para composição do Conselho de Administração, da Diretoria e dos comitês da Companhia, prezando as melhores práticas de governança corporativa e considerando a diversidade de conhecimentos, experiências, comportamentos, aspectos culturais, faixa etária e de gênero para permitir que a Companhia se beneficie da pluralidade de argumentos e de um processo de tomada de decisão com maior qualidade e segurança.

O Conselho de Administração da Companhia é composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 9 (nove) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. A indicação de membros do Conselho de Administração obedecerá aos seguintes critérios, além dos requisitos legais, regulamentares, e daqueles expressos no Estatuto Social da Companhia:

- (i) alinhamento e comprometimento com os valores e à cultura da Companhia, seu Código de Conduta e suas políticas internas;
- (ii) reputação ilibada;
- (iii) formação acadêmica compatível com as atribuições dos membros do Conselho de Administração, trajetória profissional reconhecida e sólida experiência;
- (iv) estar isento de conflito de interesse com a Companhia; e
- (v) disponibilidade de tempo para dedicar-se adequadamente à função e responsabilidade assumida, que vai além da presença nas reuniões do conselho de administração e da leitura prévia da documentação.

A indicação dos membros para composição do Conselho de Administração poderá ser feita pela administração ou por qualquer acionista da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. O acionista que desejar indicar candidatos para o Conselho de Administração poderá notificar a Companhia por escrito informando o nome completo e qualificação dos candidatos em até 30 dias antes da realização da Assembleia Geral que elegerá o novo Conselho de Administração da Companhia.

PÁGINA: 204 de 333

Nos termos do artigo 3º da Instrução CVM nº 367, de 29 de maio de 2002, conforme alterada ("<u>Instrução CVM 367</u>"), o acionista que submeter a indicação de membro do Conselho de Administração deverá apresentar, no mesmo ato:

- cópia do instrumento de declaração de desimpedimento, nos termos da Instrução CVM 367, ou declarar que obteve do indicado a informação de que está em condições de firmar tal instrumento, indicando as eventuais ressalvas; e
- (ii) currículo do candidato indicado, contendo, no mínimo, sua qualificação, experiência profissional, escolaridade, principal atividade profissional que exerce no momento e indicação de quais cargos ocupa em conselhos de administração, fiscal ou consultivo em outras companhias e o atendimento aos critérios de indicação estabelecidos na Política de Indicação.

A proposta de reeleição dos conselheiros deverá ser baseada nas suas avaliações individuais anuais.

O Conselho de Administração da Companhia deve ser composto por, no mínimo, 2 (dois) membros independentes, ou 20% (vinte por cento), o que for maior. Para os fins da verificação do enquadramento do conselheiro independente, não é considerado conselheiro independente aquele que:

- (i) é acionista controlador direto ou indireto da Companhia;
- (ii) tem seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia;
- (iii) é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até segundo grau do acionista controlador, de administrador da Companhia ou de administrador do acionista controlador; e
- (iv) foi, nos últimos três anos, empregado ou diretor da companhia ou do seu acionista controlador.

Adicionalmente, para os fins da verificação do enquadramento do conselheiro independente, as situações descritas abaixo devem ser analisadas de modo a verificar se implicam perda de independência do conselheiro independente em razão das características, magnitude e extensão do relacionamento:

- é afim até segundo grau do acionista controlador, de administrador da Companhia ou de administrador do acionista controlador;
- (ii) foi, nos últimos três anos, empregado ou diretor de sociedades coligadas, controladas ou sociedade sob controle comum;
- (iii) tem relações comerciais com a Companhia, o seu acionista controlador ou coligadas, controladas ou sociedades sob controle comum;
- (iv) ocupa cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a Companhia ou com o seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades da Companhia; e
- (v) recebe outra remuneração da Companhia, de seu acionista controlador, coligadas, controladas ou sociedade sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do Conselho de Administração ou de comitês da Companhia, de seu acionista controlador, de suas coligadas, controladas ou sociedade sob controle comum, exceto proventos em dinheiro decorrentes de participação no capital social da Companhia e benefícios advindos de planos de previdência complementar.

PÁGINA: 205 de 333

A caracterização do indicado ao conselho de administração como conselheiro independente será deliberada pela Assembleia Geral, que poderá basear sua decisão:

- (i) na declaração, encaminhada pelo indicado a conselheiro independente ao Conselho de Administração, atestando seu enquadramento em relação aos critérios de independência estabelecidos na Política de Indicação, contemplando a respectiva justificativa, se verificada alguma das situações (i) a (v) descritas anteriormente; e
- (ii) na manifestação do Conselho de Administração da Companhia, inserida na proposta da administração referente à assembleia geral para eleição de administradores, quanto ao enquadramento ou não enquadramento do candidato nos critérios de independência.

Compete à Diretoria da Companhia verificar o cumprimento dos requisitos estabelecidos na Política de Indicação e, caso cumpridos, o nome do candidato será posto em votação em Assembleia Geral de acionistas ou reunião do Conselho de Administração da Companhia, conforme aplicável. A eleição dos membros do Conselho de Administração será realizada conforme previsto no Estatuto Social e na legislação aplicável.

PÁGINA: 206 de 333

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

12.4 – Descrever a cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre esses e o emissor por meio de arbitragem

Nos termos do Estatuto Social, a Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

| Nome | Data de nascimento | Orgão administração | Data da eleição | Prazo do mandato | Número de Mandatos Consecutivos |
|--|---------------------------|---|-----------------|---|---|
| CPF | Profissão | Cargo eletivo ocupado | Data de posse | Foi eleito pelo controlador | Percentual de participação nas reuniões |
| Outros cargos e funções exercidas no emissor | | Descrição de outro cargo / função | | | |
| Marcelo Gonçalves Costa | 19/08/1965 | Pertence apenas à Diretoria | 01/03/2019 | 1 ano | 4 |
| 961.422.437-15 | Administrador | 12 - Diretor de Relações com Investidores | 01/03/2019 | Sim | 0.00% |
| Diretor Financeiro da Companhia | | | | | |
| Yoshiro Marcelo Sakaki Leal | 13/07/1977 | Pertence apenas à Diretoria | 01/03/2019 | 1 ano | 4 |
| 909.654.005-06 | Engenheiro | 19 - Outros Diretores | 01/03/2019 | Sim | 0.00% |
| Não aplicável | | Diretor de Operações | | | |
| Túlio Cintra | 07/03/1969 | Pertence apenas à Diretoria | 01/03/2019 | 1 ano | 4 |
| 120.423.248-25 | Engenheiro | 10 - Diretor Presidente / Superintendente | 01/03/2019 | Sim | 0.00% |
| Não aplicável | | | | | |
| Bruno de Mello Pereira | 23/12/1974 | Pertence apenas ao Conselho de Administração | 12/12/2019 | AGO que deliberar sobre exercício de 2020 | 5 |
| 054.224.087-48 | Administrador de Empresas | 21 - Vice Presidente Cons. de Administração | 12/12/2019 | Sim | 100.00% |
| Não aplicável. | | | | | |
| Roberto Carmelo de Oliveira | 29/11/1954 | Pertence apenas ao Conselho de Administração | 12/12/2019 | AGO que deliberar sobre exercício de 2020 | 5 |
| 399.935.827-00 | Engenheiro Civil | 27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo) | 12/12/2019 | Sim | 100.00% |
| Membro do Comitê de Auditoria | | | | | |
| Pedro Henrique Chermont de Miranda | 24/08/1973 | Pertence apenas ao Conselho de Administração | 12/12/2019 | AGO que deliberar sobre exercício de 2020 | 5 |
| 023.120.657-70 | Engenheiro Mecânico | 20 - Presidente do Conselho de Administração | 12/12/2019 | Sim | 100.00% |
| Não aplicável | | | | | |
| Eduardo Khair Chalita | 18/05/1960 | Pertence apenas ao Conselho de Administração | 12/12/2019 | AGO que deliberar sobre exercício de 2020 | 0 |
| 600.137.107-53 | Engenheiro Civil | 27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo) | 12/12/2019 | Sim | 100.00% |
| Membro do Comitê de Auditoria | | | | | |

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

| Nome | Data de nascimento | Orgão administração | Data da eleição | Prazo do mandato | Número de Mandatos Consecutivos | |
|--|--------------------|---|-----------------|---|---|--|
| CPF | Profissão | Cargo eletivo ocupado | Data de posse | Foi eleito pelo controlador | Percentual de participação nas reuniões | |
| Outros cargos e funções exercidas no emissor | | Descrição de outro cargo / função | | | | |
| Pedro Hermes da Fonseca Rudge | 22/05/1976 | Pertence apenas ao Conselho de Administração | 12/12/2019 | AGO que deliberar sobre exercício de 2020 | 0 | |
| 016.802.887-50 | Economista | 22 - Conselho de Administração (Efetivo) | 12/12/2019 | Sim | 100.00% | |
| Não aplicável | | | | | | |

Experiência profissional / Critérios de Independência

Marcelo Gonçalves Costa - 961.422.437-15

O Sr. Marcelo Gonçalves Costa cursou Administração de Empresas na Universidade Federal do Rio de Janeiro, possui pós graduação em Engenharia Econômica e Organização Industrial na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Mestrado no IBMEC. O Sr. Marcelo possui 33 anos de experiência em serviços industriais, distribuição de GLP, fabricantes de produtos plásticos, indústrias de varejo e tecnologia, adquiridos por organizações globais e locais, sendo também atuado como professor por 5 ano. Ingressou na Companhia em agosto de 2013 e ocupou cargos relevantes. Foi Gerente Financeiro, de agosto de 2013 a março de 2014 e Diretor Financeiro desde abril de 2014 e Diretor de Relações com Investidores desde março de 2017. Além disso, nos últimos 5 anos, (i) foi professor de finanças, contabilidade e gestão de operações/varejo, em cursos de extensão e MBAS no IBMEC e INFNET, de 2010 a 2013; e (ii) ocupou diversos cargos de gerência na SHV Gás Brasil (Supergasbrás e Minasgás), empresa que atua no setor de energia, do período de 1997 a 2012, tais como, Gerente Corporativo de Tesouraria, Gerente de Planejamento Estratégico, Gerente de Tesouraria, Gerente Financeiro.

Nos últimos 5 anos, o Sr. Marcelo Gonçalves Costa não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

O Sr. Marcelo Gonçalves Costa declarou não ser pessoa politicamente exposta, nos termos do artigo 3º-B da Instrução CVM 301.

Yoshiro Marcelo Sakaki Leal - 909.654.005-06

As principais experiências profissionais do Sr. Yoshiro Marcelo Sakaki Leal nos últimos 5 anos incluem (i) de 2006 a 2013, exerceu os cargos de Engenheiro II, Engenheiro III, Coordenador de Produção e Gerente de Operações na Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S/A, companhia aberta atuante nas áreas de bens industriais, construção e engenharia e serviços diversos; e (ii) Superintende de Operações, em 2015, e, desde outubro/2015, Diretor de Operações da Companhia.

Nos últimos 5 anos, o Sr. Yoshiro Marcelo Sakaki Leal não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

O Sr Yoshiro Marcelo Sakaki Leal declarou não ser pessoa politicamente exposta, nos termos do artigo 3º-B da Instrução CVM 301.

Túlio Cintra - 120.423.248-25

O Sr. Túlio Cintra é engenheiro Civil pela Escola de Engenharia de São Carlos – USP e Mestre (MSc) pela University of Sheffield UK (with distinction) e possui MBA em Finanças pela Universidade de São Paulo. O Sr. Tulio Cintra tem 27 anos de experiência no segmento de óleo e gás e serviços de engenharia industrial e é Diretor Presidente da Companhia desde 2012. Antes de integrar a Companhia, o Sr. Tulio foi Chief Investment Officer da Odebrecht Óleo e Gás S.A. de 2006 a 2012, sociedade anônima fechada voltada para atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural, Diretor Executivo da Mills por 2 anos e tem passagem como executivo na Ocyan, Braskem, CBPO e Construtora Odebrecht, tendo trabalhado na Malásia, Coréia do Sul, Angola, Portugal, Argentina e Inglaterra.

Nos últimos 5 anos, o Sr. Túlio Cintra não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

O Sr. Túlio Cintra declarou não ser pessoa politicamente exposta, nos termos do artigo 3º-B da Instrução CVM 301.

Bruno de Mello Pereira - 054.224.087-48

As principais experiências profissionais do Sr. Bruno de Mello Pereira incluem: (i) sócio da Leblon Equities Gestão de Recursos Ltda. (desde 2008) gestora de investimentos em ações no Brasil (em Bolsa e Private Equity); (ii) Membro do Conselho de Administração da Priner Serviços Industriais S.A. (desde 2015), companhia atuante no setor serviços e manutenção industrial; (iii) diretor financeiro da Casa Show S.A. em 2009, empresa do setor de varejo de material de construção; (iv) analista de empresas (sell side) no UBS Pactual, acompanhando o setor financeiro no Brasil e na America Latina (2000 a 2008); (v) analista de empresas (sell-side) no Banco Icatu (1997 a 1999) acompanhando o setor bancário no Brasil; (vi) auditor na Ernst & Young (1994 a 1996) O Sr. Bruno de Mello Pereira é graduado em administração de empresas pela UFF (Universidade Federal Fluminense) e possui certificação CFA (Chartered Financial Analyst).

Nos últimos 5 anos, o Sr. Bruno de Mello Pereira não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

O Sr. Bruno de Mello Pereira declarou não ser pessoa politicamente exposta, nos termos do artigo 3º-B da Instrução CVM 301.

Roberto Carmelo de Oliveira - 399.935.827-00

O Sr. Roberto Carmelo de Oliveira ingressou na Companhia em 2013, e exerceu diversos cargos relevantes. Foi Diretor Comercial de novos negócios de novembro de 2013 a fevereiro de 2015. Desde abril de 2015, ocupa o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia. Além disso, de 1989 a 2013, exerceu os cargos de Diretor Comercial de Novos Negócios, Diretor da Divisão de Serviços Industriais, Gerente da Filial de São Paulo, Gerente da Filial de Camaçari-BA, Gerente Geral de coligada MNKF – Imperator, Gerente da Divisão Industrial, Gerente da Filial do Rio de Janeiro, Engenheiro de Vendas e Engenheiro Supervisor de Obras na Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S/A, companhia aberta atuante nas áreas de bens industriais, construção e engenharia e serviços diversos.

Nos últimos 5 anos, o Sr. Roberto Carmelo de Oliveira não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

O Sr. Roberto Carmelo de Oliveira declarou não ser pessoa políticamente exposta. n nos termos do artigo 3º-B da Instrucão CVM 301.

Pedro Henrique Chermont de Miranda - 023.120.657-70

O Sr. Pedro Henrique Chermont de Miranda é engenheiro formado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio. As principais experiências profissionais do Sr. Pedro Henrique Chermont de Miranda incluem (i) Sócio Fundador da Leblon Equities Gestão de Recursos Ltda. (desde 2008) gestora de investimentos em ações no Brasil (em Bolsa e Private Equity); (ii) Membro do Conselho de Administração da Springs Global Participações S/A (desde 2012), companhia aberta do setor têxtil; (iii) Membro do Conselho de Administração da Saraiva Livreiros e Editores S.A. (em 2015), companhia aberta que atua nos ramos editorias, varejista e de educação; (iv) Membro do Conselho de Administração da Priner Serviços Industriais S.A. (atual denominação da Mills SI Serviços Industriais S.A.) (desde 2014), companhia fechada que atua no segmento de serviços industriais; (v) Membro do Conselho de Administração da BR Home Center; (vi) Membro do Conselho de Administração do Grupo Pão de Açúcar (2009 a 2014), companhia aberta do setor varejista; (vii) Membro do Conselho de administração da Mills Andaimes Tubulares do Brasil S.A. (2009 a 2012), companhia aberta que atua no setor de serviços de engenharia e aluguel de equipamentos; (viii) Membro do Conselho de administração da Globex Utilidades S.A. (detentora das marcas Ponto Frio e Pontofrio.com) (2006 a 2008), que atua no ramo varejista e de comércio eletrônico; (ix) Membro do Conselho de administração da Rossi Residencial S.A. 2000 a 2002), companhia aberta do ramo de construção; e (x) Sócio Diretor da Investidor Profissional (IP) Gestão de Recursos (1995 a 2008), gestora de investimentos. Nos últimos 5 anos, o Sr. Pedro Henrique Chermont de Miranda não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

O Sr. Pedro Henrique Che

Eduardo Khair Chalita - 600.137.107-53

As principais experiências profissionais do Sr. Eduardo Khair Chalita incluem: (i) Membro do Conselho de Administração da Novapontocom Comércio Eletrônico S.A. (2010 a 2014), que atua no ramo de comércio eletrônico; (ii) Diretor Presidente da Americanas.com – Grand Cayman (2000 a 2004), que atua no ramo de comércio eletrônico; (iii) Diretor da Lojas Americanas S.A. (1996 – 2004), companhia aberta do ramo varejista; (iv) Membro do Conselho de administração da Pontofrio.com Comércio Eletrônico S.A. (2008 a 2010), que atua no ramo de comércio eletrônico; e (v) socio da omni55, empresa de consultoria e participações (desde 2018).

Nos últimos 5 anos, o Sr. Eduardo Khair Chalita não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

O Sr. Eduardo Khair Chalita declarou não ser pessoa politicamente exposta, nos termos do artigo 3º-B da Instrução CVM 301.

Pedro Hermes da Fonseca Rudge - 016.802.887-50

Pedro Rudge é sócio fundador e COO da Leblon Equities.

Pedro tem 22 anos de experiência no mercado acionário brasileiro. De 2004 a 2008, trabalhou na IP como membro da equipe de investimentos e em 2006 tornou-se sócio. Foi responsável pela estruturação de veículos de investimentos e análise de governança corporativa. De 2002 a 2004, Pedro trabalhou no Bradesco-Templeton, onde foi analista sênior focado nos setores de Telecom e Bens de Capital e esteve pessoalmente envolvido em analisar, conduzir e desinvestir diversos investimentos do fundo fechado F.V.L. De 1996 a 2002, Pedro trabalhou na Latinvest Asset Management, uma empresa especializada em mercados emergentes, onde ele teve a oportunidade de iniciar sua carreira como trader e se tornar um dos gestores do fundo de ações.

Pedro atuou como membro de conselhos fiscais de empresas como Empresa Brasileira de Compressores S.A. – Embraco, Tele Nordeste Celular Participações S.A., Trafo Equipamentos Elétricos S.A., Renner Participações S.A. e Globex S.A. Atualmente faz parte do Conselho de Administração da Springs Global. Pedro tem 42 anos de idade e é graduado em economia pela Faculdade Candido Mendes. Nos últimos 5 anos, o Sr. Pedro Hermes da Fonseca Rudge não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

O Sr. Pedro Hermes da Fonseca Rudge declarou não ser pessoa politicamente exposta, nos termos do artigo 3º-B da Instrucão CVM 301.

N/A

| Tipo de Condenação | Descrição da Condenação |
|---|-------------------------|
| Marcelo Gonçalves Costa - 961.422.437-15 | |
| N/A | |
| Yoshiro Marcelo Sakaki Leal - 909.654.005-06 | |
| N/A | |
| Túlio Cintra - 120.423.248-25 | |
| N/A | |
| Bruno de Mello Pereira - 054.224.087-48 | |
| N/A | |
| Roberto Carmelo de Oliveira - 399.935.827-00 | |
| N/A | |
| Pedro Henrique Chermont de Miranda - 023.120.657-70 | |
| N/A | |
| Eduardo Khair Chalita - 600.137.107-53 | |
| N/A | |
| Pedro Hermes da Fonseca Rudge - 016.802.887-50 | |

12.7/8 - Composição Dos Comitês

| Nome | Tipo comitê | Tipo de Auditoria | Cargo ocupado | Data de nascimento | Data posse | Prazo mandato |
|---|--------------------------|-------------------|----------------------------------|--------------------|---------------------------------------|---|
| CPF | Descrição outros comitês | Profissão | Descrição outros cargos ocupados | Data eleição | Número de Mandatos Consecutivos | Percentual de participação nas reuniões |
| Outros cargos/funções exercidas no en | nissor | | | | | |
| Eduardo Khair Chalita | Comitê de Auditoria | | Membro do Comitê (Efetivo) | 18/05/1960 | 12/12/2019 | 12/12/2021 |
| 600.137.107-53 | | Engenheiro Civil | | 12/12/2019 | 0 | 100.00% |
| Membro Independente do Conselho de Ac | lministração | | | | | |
| Luciana Doria Wilson | Comitê de Auditoria | | Outros | 06/09/1979 | 21/01/2020 | 21/01/2022 |
| 268.475.448-99 | | Economista | Coordenadora do Comitê (Efetivo) | 21/01/2020 | 0 | 100.00% |
| | | | | | | |
| Roberto Carmelo de Oliveira | Comitê de Auditoria | | Membro do Comitê (Efetivo) | 29/11/1954 | 12/12/2019 | 12/12/2021 |
| 399.935.827-00 | | Engenheiro Civil | | 12/12/2019 | 0 | 100.00% |
| Membro Independente do Conselho de Administração | | | | | | |
| Experiência profissional / Critérios de Independência | | | | | | |

Eduardo Khair Chalita - 600.137.107-53

As principais experiências profissionais do Sr. Eduardo Khair Chalita incluem: (i) Membro do Conselho de Administração da Novapontocom Comércio Eletrônico S.A. (2010 a 2014), que atua no ramo de comércio eletrônico; (ii) Diretor Presidente da Americanas.com – Grand Cayman (2000 a 2004), que atua no ramo de comércio eletrônico; (iii) Diretor da Lojas Americanas S.A. (1996 – 2004), companhia aberta do ramo varejista; (iv) Membro do Conselho de administração da Pontofrio.com Comércio Eletrônico S.A. (2008 a 2010), que atua no ramo de comércio eletrônico; e (v) socio da omni55, empresa de consultoria e participações (desde 2018).

Nos últimos 5 anos, o Sr. Eduardo Khair Chalita não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

O Sr. Eduardo Khair Chalita declarou não ser pessoa politicamente exposta, nos termos do artigo 3º-B da Instrução CVM 301.

Luciana Doria Wilson - 268.475.448-99

Formada em Ciências Econômicas pela PUC-SP - (2002) e Mestre em Finanças e Economia Empresarial – São Paulo Business School Escuela de Organización Industrial (EOI) - (2017/18). As principais experiências profissionais da Sra. Luciana Doria Wilson: (i) Membro do Conselho Fiscal da Fleury S.A. (desde 2019) e Eztec Empreendimentos e Participações S.A. (desde 2018); (ii) Membro Suplente do Conselho Fiscal da Camil Alimentos S.A. (2018-2019) e Anima Educação S.A. (desde 2019); e (iii) Membro do Comitê Executivo e Diretora Executiva da Saraiva S.A. (2013-2016), tendo desenvolvido diversas atividades, dentre elas, a contabilidade societária. Dentre outras premiações, a Sra. Luciana Doria Wilson foi premiada pela (i) Stanford LEAD Program Corporate Innovation – Intellectual Contribution Award in Finance and Business Model; (ii) Certificado Women on Board, pelo selo WOB (Women on Board).

Nos últimos 5 anos, a Sra. Luciana Doria Wilson não esteve sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

A Sra. Luciana Doria Wilson declarou não ser pessoa politicamente exposta, nos termos do artigo 3º-B da Instrução CVM 301.

Roberto Carmelo de Oliveira - 399.935.827-00

O Sr. Roberto Carmelo de Oliveira ingressou na Companhia em 2013, e exerceu diversos cargos relevantes. Foi Diretor Comercial de novos negócios de novembro de 2013 a fevereiro de 2015. Desde abril de 2015, ocupa o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia. Além disso, de 1989 a 2013, exerceu os cargos de Diretor Comercial de Novos Negócios, Diretor da Divisão de Serviços Industriais, Gerente da Filial de São Paulo, Gerente da Filial de Camaçari-BA, Gerente Geral de coligada MNKF – Imperator, Gerente da Divisão Industrial, Gerente da Filial do Rio de Janeiro, Engenheiro de Vendas e Engenheiro Supervisor de Obras na Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S/A, companhia aberta atuante nas áreas de bens industriais, construção e engenharia e serviços diversos.

Nos últimos 5 anos, o Sr. Roberto Carmelo de Oliveira não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

O Sr. Roberto Carmelo de Oliveira declarou não ser pessoa politicamente exposta, n nos termos do artigo 3º-B da Instrução CVM 301.

| Tipo de Condenação | Descrição da Condenação | | |
|--|-------------------------|--|--|
| Eduardo Khair Chalita - 600.137.107-53 | | | |
| N/A | | | |
| Luciana Doria Wilson - 268.475.448-99 | | | |
| N/A | | | |

Roberto Carmelo de Oliveira - 399.935.827-00

N/A

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, pois, na data deste Formulário de Referência, não existe nenhuma relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2° grau relacionadas a administradores da Companhia, controladas ou controladores.

PÁGINA: 214 de 333

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada | Tipo de pessoa relacionada |
|--|---------------------------|---|---------------------------------|
| Cargo/Função | | | |
| Exercício Social 31/12/2018 | | | |
| Administrador do Emissor | | | |
| Pedro Henrique Chermont de Miranda | 023.120.657-70 | Prestação de serviço | Controlador Direto |
| Membro do Conselho de Administração | | | |
| Pessoa Relacionada | | | |
| Leblon Equities Partners V Fundo de Investimento em Participações | 15.189.579/0001-50 | | |
| Prestador de serviço | | | |
| <u>Observação</u> | | | |
| O Sr. Pedro Henrique Chermont de Miranda é sócio de sociedade que atua como gestora | a de carteira do Leblon E | Equities Partners V Fundo de Investimento er | m Participações Multiestratégia |
| Administrador do Emissor | | | |
| Bruno de Mello Pereira | 054.224.087-48 | Prestação de serviço | Controlador Direto |
| Membro do conselho de administração | | | |
| Pessoa Relacionada | | | |
| Leblon Equities Partners V Fundo de Investimento em Participações | 15.189.579/0001-50 | | |
| Prestador de serviço | | | |
| <u>Observação</u> | | | |
| O Sr. Bruno de Mello Pereira é sócio de sociedade que atua como gestora de carteira do | Leblon Equities Partner | s V Fundo de Investimento em Participações | Multiestratégia |
| | | | |

Exercício Social 31/12/2017

| Administrador do Emissor | | | |
|---|--------------------|----------------------|--------------------|
| Pedro Henrique Chermont de Miranda | 023.120.657-70 | Prestação de serviço | Controlador Direto |
| Membro do Conselho de Administração | | | |
| Pessoa Relacionada | | | |
| Leblon Equities Partners V Fundo de Investimento em Participações | 15.189.579/0001-50 | | |

<u>Observação</u>

Prestação de Serviço

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada | Tipo de pessoa relacionada |
|---------------|----------|---|----------------------------|
| Cargo/Função | | | |

O Sr. Pedro Henrique Chermont de Miranda é sócio de sociedade que atua como gestora de carteira do Leblon Equities Partners V Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia

Administrador do Emissor

Bruno de Mello Pereira 054.224.087-48 Prestação de serviço Controlador Direto

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Leblon Equities Partners V Fundo de Investimento em Participações 15.189.579/0001-50

Prestação de Serviço

Observação

O Sr. Bruno de Mello Pereira é sócio de sociedade que atua como gestora de carteira do Leblon Equities Partners V Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia

Exercício Social 31/12/2016

Administrador do Emissor

Pedro Henrique Chermont de Miranda 023.120.657-70 Prestação de serviço Controlador Direto

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Leblon Equities Partners V Fundo de Investimento em Participações 15.189.579/0001-50

Prestador de Serviço

<u>Observação</u>

O Sr. Pedro Henrique Chermont de Miranda é sócio de sociedade que atua como gestora de carteira do Leblon Equities Partners V Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia

Administrador do Emissor

Bruno de Mello Pereira 054.224.087-48 Prestação de serviço Controlador Direto

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Leblon Equities Partners V Fundo de Investimento em Participações 15.189.579/0001-50

Prestador de Serviço

Observação

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada | Tipo de pessoa relacionada |
|---|-------------------------|---|----------------------------|
| Cargo/Função | | | |
| O Cr. Drupa de Mella Dereira á cácia de acciadade que etua como gestoro de conteiro de la | Lablas Equities Dortner | a V Funda da Investimenta em Derticinaçãos | Multipotrotógio |

O Sr. Bruno de Mello Pereira é sócio de sociedade que atua como gestora de carteira do Leblon Equities Partners V Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

12.11 – Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

A Companhia mantém apólice de Seguros de Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores (D&O) com cobertura, contratada com a Tokio Marine Seguradora S.A. (CNPJ n° 33.164.021.0001-00), mediante o pagamento de prêmio líquido no valor de R\$13.200,00 (treze mil e duzentos reais), pagos em 4 (quatro) parcelas sem juros acrescidos de IOF, e tendo o limite total de indenização correspondente a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais). A vigência do referido seguro é das 24 horas do dia 30/11/2019 até às 24h do dia 30/11/2020, sendo renovável anualmente, sem franquia e com âmbito de cobertura no território mundial, jurisdição brasileira.

Este seguro se estende aos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal ("Segurados"). O objetivo deste contrato de seguro é o pagamento das perdas devidas pelo Segurados, pelos fatos e/ou reclamações decorrentes de atos de gestão. A extensão de cobertura da referida apólice abrange, dentre outras hipóteses, custos emergenciais, danos morais, práticas trabalhistas indevidas, indisponibilidade de bens e direitos, confisco de bens, restrição de liberdade, extradição e deportação e bloqueio de conta corrente (Penhora On-Line), questões tributárias ou fiscais, descumprimento de normas definidas por órgãos reguladores; demandas movidas por acionistas, principalmente minoritários, que se sentem prejudicados em decisões dos gestores em relação a políticas comerciais, distribuição de dividendos, operações de financiamentos, perdas no mercado de derivativos, entre outras inúmeras causas; demandas causadas por clientes, fornecedores, terceirizadas, por disputas comerciais e cobrança de dívidas da Companhia que tenha envolvimento do gestor.

As coberturas e franquias seguem abaixo:

- Coberturas:
 - Cobertura A Atos danosos do segurado
 - Cobertura B Reembolso ao Tomador
 - Cobertura C Reclamações no Âmbito do Mercado de Capitais

> Franquias:

- Coberturas A e B: Zero.
- Cobertura C: R\$ 30.000,00.

12.12 - Outras informações relevantes

12.12 - Outras informações relevantes

Abaixo, apresentam-se, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas nos últimos 3 (três) anos: (i) data de realização; (ii) casos de instalação em segundo convocação; e (iii) o quórum exato de instalação de cada Assembleia Geral.

| Evento | Data de Realização | Quórum de Instalação | Instalação em Segunda Convocação |
|--|-----------------------|-------------------------|--|
| Assembleia Geral Extraordinária | 12/12/2019 | 100% | Não |
| Assembleia Geral Extraordinária | 29/11/2019 | 100% | Não |
| Assembleia Geral Extraordinária | 03/05/2019 | 100% | Não |
| Assembleia Geral Ordinária | 17/04/2019 | 100% | Não |
| Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária | 26/04/2018 | 100% | Não |
| Assembleia Geral Extraordinária | 15/12/2017 | 100% | Não |
| Assembleia Geral Extraordinária | 06/10/2017 | 100% | Não |
| Assembleia Geral Extraordinária | 20/09/2017 | 100% | Não |
| Assembleia Geral Extraordinária | 11/08/2017 | 100% | Não |
| Assembleia Geral Extraordinária | 18/07/2017 | 100% | Não |
| Assembleia Geral Extraordinária | 18/07/2017 | 100% | Não |
| Assembleia Geral Extraordinária | 11/05/2017 | 100% | Não |
| Assembleia Geral Extraordinária | 24/04/2017 | 100% | Não |
| Assembleia Geral Ordinária | 31/03/2017 | 100% | Não |
| Assembleia Geral Extraordinária | 14/03/2017 | 100% | Não |
| Assembleia Geral Extraordinária | 21/02/2017 | 100% | Não |
| Assembleia Geral Extraordinária | 09/01/2017 | 100% | Não |
| Assembleia Geral Extraordinária | 01/12/2016 | 100% | Não |
| Assembleia Geral Extraordinária | 30/06/2016 | 100% | Não |
| Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária | 28/04/2016 | 100% | Não |

13.1 – Descrições da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não Estatutária

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma Política de Remuneração das Pessoas-Chave da Companhia, conforme aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de dezembro de 2019 ("Política de Remuneração"). Incluem-se dentre as "Pessoas-Chave" da Companhia os membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Comitê de Auditoria e dos demais comitês da Companhia (sejam eles estatutários ou não estatutários), bem como cargos estratégicos ocupados por pessoas com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle de atividades da Companhia, direta ou indiretamente. Para maiores informações com relação à Oferta e à Migração ao Novo Mercado, vide item 6.3 deste Formulário de Referência.

A Política de Remuneração tem por objetivo estabelecer os critérios e procedimentos para definição da remuneração a ser auferida pelas Pessoas-Chave (conforme definição acima mencionada), de forma a (i) alinhar os interesses das Pessoas-Chave e os objetivos da Companhia; (ii) atrair, recompensar, reter e incentivar as Pessoas-Chave na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados; (iii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e (iv) assegurar a manutenção de padrões compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, estabelecendo diretrizes para a fixação de eventual remuneração e benefícios concedidos às Pessoas-Chave.

A Política de Remuneração poderá ser consultada no site na Companhia: www.priner.com.br.

Nos termos do Estatuto Social, compete à Assembleia Geral fixar a remuneração global e anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, cabendo ao Conselho de Administração a sua alocação entre os seus próprios membros e os membros da Diretoria.

- b. composição da remuneração, inclusive:
- (i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Abaixo, encontram-se descritos os elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles segregados por órgão da administração, de acordo com a Política de Remuneração.

PÁGINA: 220 de 333

Conselho de Administração

| Elemento da Remuneração | Descrição e Objetivos |
|--|---|
| Remuneração fixa anual | A remuneração dos conselheiros da Companhia é composta apenas de remuneração fixa, cabendo ao Conselho de Administração sua alocação entre os seus próprios membros, que é balizada nas práticas de mercado e visa reconhecer o valor dos conselheiros interna e externamente. Nos últimos 3 exercícios sociais todos os membros do Conselho de Administração renunciaram às suas remunerações por se tratarem de membros do controlador da Companhia, ou de partes relacionadas a membros do controlador da Companhia. |
| Remuneração variável | Não aplicável ao Conselho de Administração, na data deste Formulário de Referência. |
| Benefícios pós- emprego | Não aplicável ao Conselho de Administração, na data deste Formulário de Referência. |
| Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo | Não aplicável ao Conselho de Administração, na data deste Formulário de Referência. |
| Remuneração baseada em | Não aplicável ao Conselho de Administração, na data deste Formulário de Referência. Excepciona-se o conselheiro Roberto Carmelo de Oliveira, a quem houve a concessão de remuneração baseada em ações, na forma de opções de compra de ações de emissão da Companhia, à época em que ocupava o cargo de diretor da Companhia*. |
| ações | Os planos de opção da Companhia visam à atração e retenção de profissionais que agreguem valor para os resultados da Companhia. Para mais informações sobre referidos planos, vide item 13.4 deste Formulário de Referência. |

^{*}Conforme o Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de dezembro de 2014.

Diretoria Estatutária

| Elemento da Remuneração | Descrição e Objetivos |
|---|--|
| | Os diretores estatutários receberão um pró-labore mensal fixo. Os diretores estatutários poderão ser elegíveis aos seguintes benefícios: plano de saúde e seguro de vida. |
| Remuneração fixa anual | A remuneração fixa dos diretores estatutários tem o objetivo de manter o equilíbrio em relação à prática do mercado em geral, conforme definido pelo Conselho de Administração. O pró-labore leva em consideração o nível de responsabilidade do cargo, o desenvolvimento e a experiência do executivo, bem como o seu valor no mercado de trabalho, considerando dados de mercado, oriundos de pesquisas salariais realizadas pela Companhia. |
| | Os diretores estatutários receberão valores a título de participação nos lucros e resultados da Companhia ("PLR"), Companhia, nos limites estabelecidos anualmente no plano de PLR, observada a elegibilidade de tais diretores, e, desde que sejam atingidas as metas estabelecidas no plano de PLR. |
| Remuneração variável | A participação nos resultados tem como principal objetivo reconhecer a participação da Diretora no desempenho da Companhia em um determinado exercício social. O valor dessa participação em resultados da Diretoria é igual a todos os diretores, de modo a refletir a crença de que o gerador de resultados é o esforço coordenado entre todos para a consecução da geração de valor da Companhia. |
| | Os diretores estatutários farão jus ainda a bônus, concedido com base no alcance de metas, como gratificação pela boa gestão da Companhia. Não necessariamente está atrelado ao resultado da Companhia. Os diretores estatutários não fazem jus a remuneração por participação |
| | em reuniões e comissões. |
| Benefícios pós- emprego | Não aplicável à Diretoria Estatutária, na data deste Formulário de Referência. |
| Benefícios | Com exceção do Diretor Presidente, os diretores estatutários celebraram contratos de trabalho junto à Companhia, cuja vigência compreende o período de mandato do respectivo diretor estatutário. |
| motivados pela cessação do exercício do cargo | Nos termos de referidos contratos de trabalho, em caso de destituição do cargo de diretor estatutário, os respectivos diretores farão jus aos salários vincendos até a data originalmente prevista de término do respectivo mandato. |
| Remuneração baseada em ações | Os diretores estatutários fazem jus a remuneração baseada em ações, na forma de opções de compra de ações de emissão da Companhia, nos termos dos Planos de Opção de Compra de Ações da Companhia. |
| | Os planos de opção da Companhia visam à atração e retenção de profissionais que agreguem valor para os resultados da Companhia. Para mais informações sobre referidos planos, vide item 13.4 deste Formulário de Referência. |

Diretoria Não Estatutária

O diretor comercial não estatutário da Companhia (Sr. Adyval Sodré Filho) goza da mesma remuneração e dos mesmos benefícios descritos para os diretores estatutários, acima.

Conselho Fiscal

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não dispõe de Conselho Fiscal instalado.

Comitês

O Comitê de Auditoria não estatutário da Companhia foi instalado em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de dezembro de 2019. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não dispunha de outros comitês, estatutários ou não-estatutários, instalados

| Elemento da Remuneração | Descrição e Objetivos |
|---|---|
| Remuneração fixa anual | Os membros do Comitê de Auditoria são elegíveis a remuneração fixa a ser estabelecida pelo Conselho de Administração. A remuneração fixa dos membros do Comitê de Auditoria tem o objetivo de manter o equilíbrio em relação à prática do mercado em geral, conforme definido pelo Conselho de Administração. |
| Remuneração variável | Não aplicável ao Comitê de Auditoria, na data deste Formulário de Referência. |
| Benefícios pós- emprego | Não aplicável ao Comitê de Auditoria, na data deste Formulário de Referência. |
| Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo | Não aplicável ao Comitê de Auditoria, na data deste Formulário de Referência. |
| Remuneração baseada em ações | Não aplicável ao Comitê de Auditoria, na data deste Formulário de Referência. |

(ii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

As proporções de cada elemento na remuneração total, em relação aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 foram, podem ser verificadas nas tabelas abaixo. Estas fazem referência apenas à remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, estatutária e não estautária, visto que o Comitê de Auditoria ainda não se encontrava instalado nos últimos três exercícios sociais, tampouco a Companhia dispunha de outros comitês ou de um Conselho Fiscal instalados.

| Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2018 | | | | | |
|--|------------------------------|--------------------------|------------------------------|--|--|
| Elemento da Remuneração | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Diretoria Não Estatutária | | |
| Remuneração Fixa Anual | | | | | |
| Salário ou pró-labore | - | 75% | 73% | | |
| Beneficios Diretos ou Indiretos | - | 5% | 1% | | |
| Participação em Comitês | - | - | - | | |
| Outros (FGTS) | - | 4% | 7% | | |
| Remuneração Variável | | | | | |
| Bônus | - | 16%¹ | 19% | | |
| Participação nos Resultados | - | - | - | | |
| Participações em Reuniões | - | - | - | | |
| Comissões | - | - | - | | |
| Outros | - | - | - | | |

PÁGINA: 223 de 333

| Benefícios Pós-Emprego | - | - | - |
|---|---------|---------|---------|
| Benefícios motivados pela Cessação do Exercício do Cargo | - | - | - |
| Remuneração Baseada em Ações (Outorga de Opções) | - | • | - |
| TOTAL | 100,00% | 100,00% | 100,00% |

¹ Os diretores fizeram jus ao pagamento de bônus, em razão da qualidade da gestão da Companhia no exercício de 2018. Vide item 10.1.h deste Formulário de Referência, com apresentação de análise sobre as principais contas das demonstrações de resultados da Companhia.

| Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2017 | | | | |
|---|------------------------------|---------------------------------------|------------------------------|--|
| Elemento da Remuneração | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária ² | Diretoria Não Estatutária | |
| Remuneração Fixa Anual | | | | |
| Salário ou pró-labore | - | 62% | - | |
| Benefícios Diretos ou Indiretos | - | 3% | - | |
| Participação em Comitês | - | - | - | |
| Outros (FGTS) | - | 4% | - | |
| Remuneração Variável | | | | |
| Bônus | - | 12%³ | - | |
| Participação nos Resultados | - | - | - | |
| Participações em Reuniões | - | - | - | |
| Comissões | - | - | - | |
| Outros | - | - | - | |
| Benefícios Pós-Emprego | - | - | - | |
| Benefícios motivados pela Cessação do Exercício do Cargo | - | - | - | |
| Remuneração Baseada em Ações (Outorga de Opções) | 100%¹ | 19% | - | |
| TOTAL | 100,00% | 100,00% | 100,00% | |

¹ Os membros do Conselho de Administração não recebem remuneração baseada em ações, exceto pelo conselheiro Roberto Carmelo de Oliveira. Este benefício é decorrente do Primeiro Plano de Opção de Ações da Companhia e lhe foi outorgado à época em que era diretor da Companhia.

² Ó Sr. Adyval Sodré assumiu o cargo de diretor não estatutário em 15 de dezembro de 2017. Até tal data, ocupava o cargo de diretor estatutário e, portanto, foi considerado no quadro acima.

³ Os diretores fizeram jus ao pagamento de bônus, em razão da qualidade da gestão da Companhia no exercício de 2017. Vide item 10.1.h deste Formulário de Referência, com apresentação de análise sobre as principais contas das demonstrações de resultados da Companhia.

| Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2016 | | | | |
|---|------------------------------|--------------------------|------------------------------|--|
| Elemento da Remuneração | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Diretoria Não Estatutária | |
| Remuneração Fixa Mensal | | | | |
| Salário ou pró-labore | - | 58% | - | |
| Beneficios Diretos ou Indiretos | - | 3% | - | |
| Participação em Comitês | - | - | - | |
| Outros (FGTS) | - | 3% | - | |
| Remuneração Variável | | | | |
| Bônus | - | - | - | |
| Participação nos Resultados | - | 17% | - | |
| Participações em Reuniões | - | - | - | |
| Comissões | - | - | - | |
| Outros | - | - | - | |
| Benefícios Pós-Emprego | - | - | - | |
| Benefícios motivados pela Cessação do Exercício do Cargo | - | - | - | |
| Remuneração Baseada em Ações (Outorga de Opções) | 100%¹ | 20% | - | |
| TOTAL | 100,00% | 100,00% | 100,00% | |

¹Os membros do Conselho de Administração não recebem remuneração baseada em ações, exceto pelo conselheiro Roberto Carmelo de Oliveira. Este benefício é decorrente do Primeiro Plano de Opção de Ações da Companhia e lhe foi outorgado à época em que era diretor da Companhia.

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Conselho de Administração

A remuneração dos conselheiros da Companhia é composta apenas de remuneração fixa, cabendo ao Conselho de Administração sua alocação entre os seus próprios membros, que é balizada nas práticas de mercado e visa reconhecer o valor dos conselheiros interna e externamente. A remuneração por ações a que faz jus o conselheiro Roberto Carmelo de Oliveira é decorrente do Primeiro Plano de Opções da Companhia e lhe foi outorgada à época em que era diretor da Companhia. Para maiores informações verificar os itens 13.2 e 13.5 do Formulário de Referência.

Diretoria Estatutária

A parcela fixa da remuneração dos diretores estatutários é determinada de acordo com os padrões de mercado para o segmento de manutenção industrial (considerando dados de mercado, oriundos de pesquisas salariais realizadas pela Companhia), sendo reajustada anualmente em função do dissídio mandatório e/ou a título de mérito. São considerados, ainda, o nível de responsabilidade do cargo, o desenvolvimento e a experiência do executivo.

O programa de remuneração variável é baseado em três indicadores financeiros: EBITDA, EVA e geração de caixa operacional. Caso sejam atingidas as metas planejadas para esses indicadores, um percentual de até 30% do EVA será distribuído a todos os funcionários a título de participação nos resultados (PLR). Além disso, para uma equipe de executivos chave ao crescimento da companhia, poderá ser distribuído até 20% do EBITDA que exceder as metas anuais, e desde que todos os indicadores tenham sido superados. O valor será definido de forma individual segundo planilhas que monitoram o atingimento das metas definidas para sua respectiva unidade de negócio/área e acordadas no final do ano fiscal anterior ao exercício. Temos também como remuneração variável, a distribuição de PLR estabelecidos em Convenção Coletiva de Trabalho, o qual são regidas através da representatividade dos sindicatos das categorias e sindicato patronal.

Com relação aos planos de outorgas de opções de compra, conforme descritos no item 13.4 deste Formulário de Referência, assegurados aos diretores estatutários, a quantidade de opções outorgadas é definida com base no valor justo das opções concedidas que é calculado mediante as seguintes metodologias:

(I) <u>Primeiro Plano de Opções</u>: Black, Scholes & Merton – BSM e Binomial. Estas duas metodologias consideram as seguintes premissas: (i) taxa livre de risco, (ii) preço de exercício (Opção de Compra no montante de R\$ 0,516 por ação e a Opção de Venda correspondente a 5,2 vezes o EBITDA do ano anterior, reduzido da dívida líquida e dividido pelo número total de ações da Companhia); (iii) vida da opção de venda; (iv) volatilidade; (v) preço da ação da data base; (vi) taxa de dividendos; (vii) preço por ação; (viii) quantidade de opções; e (ix) restrição à venda das ações.

O montante apurado para o ano de 2016 foi de R\$ 181.259,00. Para os anos de 2017 e 2018 não houve apuração.

O valor justo de opções é determinado pela metodologia BSM e posteriormente os resultados são confrontados com os resultados obtidos com a aplicação do método binominal.

(II) <u>Segundo Plano de Opções</u>: Black, Scholes & Merton – BSM. Essa metodologia considera as seguintes premissas: (i) taxa livre de risco, (ii) preço de exercício (Opção de Compra no montante de R\$ 0,01 por ação e a Opção de Venda correspondente a 5,2 vezes o EBITDA do ano anterior, reduzido da dívida líquida e dividido pelo número total de ações da Companhia); (iii) vida da opção; (iv) volatilidade; (v) preço da ação da data base; (vi) taxa de dividendos; (vii) preço por ação; (viii) quantidade de opções; e (ix) restrição à venda das ações.

O montante apurado para o ano de 2016 foi de R\$ 783.832,90. Para o ano de 2017, o montante apurado foi de R\$ 661.852,11. Para o ano de 2018 não houve apuração.

(III) <u>Terceiro Plano de Opções</u>: Black, Scholes & Merton – BSM. Essa metodologia considera as seguintes premissas: (i) taxa livre de risco, (ii) preço de exercício (Opção de Compra no montante de R\$ 1,028 (corrigido pela variação do IPCA divulgado pelo IBGE a partir de 1º de janeiro de 2017) por ação e a Opção de Venda correspondente a 5,2 vezes o EBITDA do ano anterior, reduzido da dívida líquida e dividido pelo número total de ações da Companhia); (iii) vida da opção; (iv) volatilidade; (v) preço da ação da data base; (vi) taxa de dividendos; (vii) preço por ação; (viii) quantidade de opções; e (ix) restrição a venda das ações.

O Terceiro Plano de Opções da Companhia não se encontrava vigente no exercício de 2016, tendo sido aprovado no exercício de 2017. O montante apurado para o ano de 2017 foi de R\$ 81.221,98. Para o ano de 2018 não houve apuração.

Diretoria Não Estatutária

A mesma metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração aplicados à Diretoria Estatutária aplica-se à remuneração do diretor não estatutário da Companhia.

Conselho Fiscal

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não dispõe de Conselho Fiscal instalado. A remuneração fixa dos membros do Conselho Fiscal, caso este seja instalado, consistirá no pagamento de parcela fixa mensal (honorários), tendo como referência o valor de 10% da remuneração que, em média, seja atribuída aos diretores estatutários, conforme artigo 162, § 3º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, não computados os benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Comitês

O Conselho de Administração da Companhia é responsável por determinar a remuneração fixa mensal a que fazem jus os membros do Comitê de Auditoria da Companhia.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não dispunha de outros comitês, estatutários ou não-estatutários, instalados.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

As razões que justificam a composição da remuneração são o incentivo à melhoria da gestão e à permanência dos executivos da Companhia, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e com o desempenho de curto prazo da Companhia.

A Companhia baseia-se no princípio da meritocracia, de modo que cada colaborador é recompensado na medida dos seus resultados, em conformidade ainda com as suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional. Os desempenhos diferenciados serão recompensados observado os critérios de remuneração variável.

A existência da prática de remuneração variável e de remuneração baseada em ações permite o compartilhamento do risco e do resultado da Companhia com os seus principais executivos, características de uma política transparente e voltada para o alcance de resultados duradouros, que viabilizem a perpetuidade da Companhia, bem como a criação de valor a seus acionistas.

(v) a existência de membros não remunerados pela Companhia e a razão para esse fato

Determinados membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria podem vir a não ser remunerados para exercerem os referidos cargos, conforme definido pelo Conselho de Administração, na medida em que referidos membros participem da sociedade que atua como gestora de carteira do Leblon Equities Partners V Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, acionista controlador da Companhia.

A remuneração por ações a que faz jus o conselheiro Roberto Carmelo de Oliveira é decorrente do Primeiro Plano de Opções da Companhia e lhe foi outorgada à época em que era diretor da Companhia.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A Companhia emprega indicadores de desempenho na determinação da remuneração variável da Companhia. Os principais indicadores financeiros de desempenho utilizados para a determinação da parcela variável da remuneração dos administradores são o EBITDA e o Fluxo de Caixa. A parcela variável da remuneração dos administradores é determinada a partir do atingimento dos indicadores financeiros na Companhia e/ou das metas na unidade de negócio/área sob sua responsabilidade.

Com relação às parcelas fixas de remuneração, são levados em consideração dados de mercado, oriundos de pesquisas salariais realizadas pela Companhia. No mais, considera-se o nível de responsabilidade do cargo, o desenvolvimento e a experiência do profissional.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração é composta de uma parcela variável relevante, representada pela participação nos resultados da Companhia, e os valores a serem distribuídos são diretamente proporcionais aos indicadores financeiros e metas de área, apurados anualmente, conforme metodologia descrita no item (c) acima.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia

A política de remuneração da Companhia se baseia no desempenho e sustentabilidade financeira da Companhia, bem como na promoção da retenção e motivação dos administradores da Companhia, tanto no curto quanto no médio e longo prazo. Dessa forma, a política de remuneração

PÁGINA: 227 de 333

da Companhia é estruturada de forma a alinhar os interesses de seus colaboradores aos dos seus acionistas. Além da remuneração fixa concedida aos administradores, a Companhia concede a seus administradores remuneração variável de forma a criar mecanismos de retenção e motivação de tais administradores em consonância com o seu desempenho.

Nesse sentido, a prática de remuneração aplicada alinha os interesses dos administradores aos da Companhia e de seus acionistas, na medida em que uma parcela de remuneração dos diretores estatutários, dentre outros, depende do alcance de metas e/ou obtenção de resultados pela Companhia. Adicionalmente, os diretores estatutários e um membro do Conselho de Administração gozam do direito aos Planos de Opções de Ações da Companhia. Para mais informações, vide item 13.4 deste Formulário de Referência.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A Companhia é responsável pelo pagamento da totalidade dos membros da administração da Companhia. Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Nos termos dos contratos de outorgas de opções, celebrados com os administradores e certos empregados da Companhia, no âmbito do Primeiro e do Terceiro Plano de Opções de Compra de Ações, referidos no item 13.4 deste Formulário de Referência, o exercício das opções pelos beneficiários será antecipado caso se verifique a ocorrência de algum dos seguintes eventos de liquidez: (i) caso a Companhia realize uma oferta inicial de ações correspondente a, pelo menos, 25% de seu capital social; ou (ii) caso haja a transferência do controle, direto ou indireto, da Companhia a um terceiro. Para maiores informações, vide item 13.4 deste Formulário de Referência.

- h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:
- os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Nos termos do Estatuto Social, compete à Assembleia Geral fixar a remuneração global e anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, cabendo ao Conselho de Administração a sua alocação entre os seus próprios membros e os membros da Diretoria, sendo que a remuneração individual de cada membro do Conselho de Administração ou da Diretoria será definido de acordo com os critérios e procedimentos estabelecidos na Política de Remuneração.

 (ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração individual leva em consideração o nível de responsabilidade do cargo, a experiência e qualificação individual requeridas para o cargo ou função; e os valores médios adotados por sociedades que atuem no mesmo setor que a Companhia.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Nos termos do Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração a alocação da remuneração global e anual dos membros da administração fixada pela Assembleia Geral, entre os membros do Conselho de Administração e os diretores da Companhia. Deste modo, durante a deliberação anual sobre a remuneração global e anual, a política de remuneração é revista e reavaliada para adequação aos interesses da Companhia.

PÁGINA: 228 de 333

| Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2019 - Valores Anuais | | | | | | |
|---|---|---|--|--------------|--|--|
| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total | | |
| Nº total de membros | 3,00 | 3,00 | 0,00 | 6,00 | | |
| Nº de membros remunerados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Remuneração fixa anual | | | | | | |
| Salário ou pró-labore | 0,00 | 1.688.450,00 | 0,00 | 1.688.450,00 | | |
| Benefícios direto e indireto | 0,00 | 108.800,00 | 0,00 | 108.800,00 | | |
| Participações em comitês | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Outros | 0,00 | 75.560,00 | 0,00 | 75.560,00 | | |
| Descrição de outras remunerações fixas | | FGTS | | | | |
| Remuneração variável | | | | | | |
| Bônus | 0,00 | 850.000,00 | 0,00 | 850.000,00 | | |
| Participação de resultados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Participação em reuniões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Comissões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Descrição de outras remunerações variáveis | | | | | | |
| Pós-emprego | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Cessação do cargo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Baseada em ações (incluindo opções) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Observação | O número de membros total e de membros remunerados foi apurado da forma especificada no Ofício- Circular CVM/SEP/Nº03/2019, vide seção 13.16 deste Formulário de Referência. | O número de membros total e de membros remunerados foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº03/2019, vide seção 13.16 deste Formulário de Referência. | O número de membros total e de membros remunerados foi apurado da forma especificada no Oficio-Circular CVM/SEP/№03/2019, vide seção 13.16 deste Formulário de Referência. | 2 722 840 00 | | |
| Total da remuneração | 0,00 | 2.722.810,00 | 0,00 | 2.722.810,00 | | |

| Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais | | | | | |
|--|---------------------------|-----------------------|-----------------|--------------|--|
| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total | |
| Nº total de membros | 3,00 | 3,00 | 0,00 | 6,00 | |
| Nº de membros remunerados | 0,00 | 3,00 | 0,00 | 3,00 | |
| Remuneração fixa anual | | | | | |
| Salário ou pró-labore | 0,00 | 1.735.192,14 | 0,00 | 1.735.192,14 | |
| Benefícios direto e indireto | 0,00 | 106.055,58 | 0,00 | 106.055,58 | |
| Participações em comitês | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Outros | 0,00 | 101.398,32 | 0,00 | 101.398,32 | |

| Descrição de outras remunerações fixas | | FGTS | | |
|--|---|---|---|--------------|
| | | | | |
| Remuneração variável | | | | |
| Bônus | 0,00 | 366.286,86 | 0,00 | 366.286,86 |
| Participação de resultados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Participação em reuniões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comissões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações variáveis | | | | |
| Pós-emprego | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Cessação do cargo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Baseada em ações (incluindo opções) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Observação | O número de membros total e de membros remunerados foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº03/2019, vide seção 13.16 deste Formulário de Referência. | O número de membros total e de membros remunerados foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº03/2019, vide seção 13.16 deste Formulário de Referência. | O número de membros total e de membros remunerados foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº03/2019, vide seção 13.16 deste Formulário de Referência. | |
| Total da remuneração | 0,00 | 2.308.932,90 | 0,00 | 2.308.932,90 |

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|---|---------------------------|-----------------------|-----------------|--------------|
| Nº total de membros | 3,00 | 3,90 | 0,00 | 6,90 |
| Nº de membros remunerados | 0,00 | 3,90 | 0,00 | 3,90 |
| Remuneração fixa anual | | | | |
| Salário ou pró-labore | 0,00 | 2.259.269,63 | 0,00 | 2.259.269,63 |
| Benefícios direto e indireto | 0,00 | 117.958,53 | 0,00 | 117.958,53 |
| Participações em comitês | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 157.028,44 | 0,00 | 157.028,44 |
| Descrição de outras remunerações fixas | | FGTS | | |
| Remuneração variável | | | | |
| Bônus | 0,00 | 447.585,86 | 0,00 | 447.585,86 |
| Participação de resultados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Participação em reuniões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comissões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| Descrição de outras remunerações variáveis | | | | |
|---|----------------------------------|---|---|--------------|
| Pós-emprego | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Cessação do cargo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Baseada em ações (incluindo opções) | 0,00 | 703.816,84 | 0,00 | 703.816,84 |
| Observação | da forma especificada no Ofício- | O número de membros total e de membros remunerados foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº03/2019, vide seção 13.16 deste Formulário de Referência. | O número de membros total e de membros remunerados foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº03/2019, vide seção 13.16 deste Formulário de Referência. | |
| Total da remuneração | 0,00 | 3.685.659,30 | 0,00 | 3.685.659,30 |

| Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais | | | | | |
|--|---------------------------|-----------------------|-----------------|--------------|--|
| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total | |
| Nº total de membros | 4,08 | 4,00 | 0,00 | 8,08 | |
| Nº de membros remunerados | 1,00 | 4,00 | 0,00 | 5,00 | |
| Remuneração fixa anual | | | | | |
| Salário ou pró-labore | 0,00 | 2.502.752,73 | 0,00 | 2.502.752,73 | |
| Benefícios direto e indireto | 0,00 | 113.580,00 | 0,00 | 113.580,00 | |
| Participações em comitês | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Outros | 0,00 | 127.820,22 | 0,00 | 127.820,22 | |
| Descrição de outras remunerações fixas | | FGTS | | | |
| Remuneração variável | | | | | |
| Bônus | 0,00 | 717.552,76 | 0,00 | 717.552,76 | |
| Participação de resultados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Participação em reuniões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Comissões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Descrição de outras remunerações variáveis | | | | | |
| Pós-emprego | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Cessação do cargo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Baseada em ações (incluindo opções) | 21.026,07 | 884.250,43 | 0,00 | 905.276,50 | |

| Observação | único conselheiro que faz jus a remuneração por ações. Esse benefício é decorrente do Primeiro Plano de Opções da Companhia e lhe foi outorgado à época que era | apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº03/2019, vide | O número de membros total e de membros remunerados foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº03/2019, vide seção 13.16 deste Formulário de Referência. | |
|----------------------|---|--|---|--------------|
| Total da remuneração | 21.026,07 | 4.345.956,14 | 0,00 | 4.366.982,21 |

PÁGINA: 232 de 333

13.3 – Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

| Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2019) | | | | | |
|---|------------------------------|--------------------------|--------------------|-----------------|--|
| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total | |
| Nº total de membros | 3 | 3 | - | 6 | |
| Nº de membros remunerados | 0 | 3 | - | 3 | |
| Bônus | | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | - | 0 | - | 0 | |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | - | R\$1.086.382,00 | - | R\$1.086.382,00 | |
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas | - | R\$1.086.382,00 | - | R\$1.086.382,00 | |
| Participação nos resultados | | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | - | - | - | - | |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | - | - | - | - | |
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas | - | - | - | - | |

| Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2018 ¹ | | | | | |
|--|------------------------------|--------------------------|-----------------|-----------------|--|
| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total | |
| Nº total de membros | 3 | 3 | - | 6 | |
| Nº de membros remunerados | 0 | 3 | - | 3 | |
| Bônus | | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | - | 0 | - | 0 | |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | - | R\$1.150.118,00 | - | R\$1.150.118,00 | |
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas | - | R\$1.150.118,00 | - | R\$1.150.118,00 | |
| Valor efetivamente reconhecido no resultado no exercício social | - | R\$366.286,86 | - | R\$366.286,86 | |
| Participação nos resultados | | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | - | - | - | - | |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | - | - | - | - | |
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas | - | - | - | - | |
| Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social | - | - | - | - | |

¹ O pagamento de bônus pela Companhia a seus Diretores é determinado com base em seu orçamento anual, portanto é sujeita a confirmação dos indicadores de EVA e de disponibilidade de caixa. Nos exercícios sociais de 2018, 2017 e 2016 a Companhia não cumpriu as metas de EVA de forma a possibilitar a distribuição da bonificação máxima aos seus Diretores.

| Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2017 ² | | | | |
|--|------------------------------|--------------------------|-----------------|---------------|
| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
| Nº total de membros | 3 | 3,9 | - | 6,9 |
| Nº de membros remunerados | 0 | 3,9 | - | 3,9 |
| Bônus | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | - | 0 | - | 0 |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | - | R\$558.730,00 | - | R\$558.730,00 |
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas | - | R\$558.730,00 | - | R\$558.730,00 |
| Valor efetivamente reconhecido no resultado no exercício social | - | R\$447.585,86 | - | R\$447.585,86 |
| Participação nos resultados | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | - | - | - | - |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | - | - | - | - |
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas | - | - | - | - |
| Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social | - | - | - | - |

² O pagamento de bônus pela Companhia a seus Diretores é determinado com base em seu orçamento anual, portanto é sujeita a confirmação dos indicadores de EVA e de disponibilidade de caixa. Nos exercícios sociais de 2018, 2017 e 2016 a Companhia não cumpriu as metas de EVA de forma a possibilitar a distribuição da bonificação máxima aos seus Diretores.

| Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2016 ³ | | | | |
|--|------------------------------|--------------------------|-----------------|-----------------|
| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
| Nº total de membros | 4,08 | 4 | - | 8,08 |
| Nº de membros remunerados | 0 | 4 | - | 4 |
| Bônus | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | - | 0 | - | 0 |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | - | R\$1.997.247,00 | - | R\$1.997.247,00 |
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas | - | R\$1.997.247,00 | - | R\$1.997.247,00 |
| Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social | - | R\$717.552,76 | - | R\$717.552,76 |
| Participação nos resultados | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | - | - | - | • |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | - | - | - | - |
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas | - | - | - | - |
| Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social | - | - | - | - |

³ O pagamento de bônus pela Companhia a seus Diretores é determinado com base em seu orçamento anual, portanto é sujeita a confirmação dos indicadores de EVA e de disponibilidade de caixa. Nos exercícios sociais de 2018, 2017 e 2016 a Companhia não cumpriu as metas de EVA de forma a possibilitar a distribuição da bonificação máxima aos seus Diretores.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

a. termos e condições gerais

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 1º de dezembro de 2014, foi aprovado o primeiro plano de opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia outorgado aos administradores e determinados empregados da Companhia, conforme aditado em 2 de dezembro de 2014 e 15 de dezembro de 2017 ("Primeiro Plano de Opções").

O Primeiro Plano de Opções definiu que o número de ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, a serem emitidas não poderá superar o montante de 5% do capital social da Companhia, correspondentes a 4.622.285 ações, sendo outorgadas 4.622.278 opções, das quais 2.560.743 foram outorgadas para os administradores em exercício em 31 de dezembro de 2017. Até 30 de setembro de 2019, nenhuma opção foi exercida.

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 28 de abril de 2016, foi aprovado o segundo plano de opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia outorgado aos administradores da Companhia, com prazo de exercício até 31 de dezembro de 2017 ("Segundo Plano de Opções").

Foram outorgadas no âmbito do Segundo Plano de Opções, 1.262.607 opções, tendo sido todas exercidas integralmente até 30 de setembro de 2019.

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 15 de dezembro de 2017, foi aprovado o terceiro plano de opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia outorgado aos administradores e determinados empregados da Companhia ("Terceiro Plano de Opções" e, em conjunto com o Segundo Plano de Opções e o Primeiro Plano de Opções, referidos como "Planos de Opção").

O Terceiro Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de dezembro de 2017 ("Terceiro Plano de Opções", em conjunto denominados "Planos de Opções") para administradores e certos empregados da Companhia.

O Terceiro Plano de Opções definiu que o número de ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, a serem emitidas não poderá superar o montante de 558.462 ações representativas do capital social da Companhia, sendo que 176.847 opções foram outorgadas a certos diretores estatutários da Companhia.

As outorgas de opções aos beneficiários dos Planos de Opções foram realizadas por meio da celebração de contratos de outorga entre a Companhia e os respectivos beneficiários ("Contrato de Outorga"), os quais fixam os termos e as condições das respectivas opções outorgadas, observadas as quantidades limite de opções a serem outorgadas, conforme determinadas em Assembleia Geral.

Foram outorgadas o total de 6.443.347 opções das quais 4.000.197 foram outorgadas aos administradores em exercício em 31 de dezembro de 2017, sendo que até a presente data foram exercidas 1.262.607 opções referentes ao Segundo Plano de Opções.

b. principais objetivos dos planos

Os Planos de Opções têm por objetivo estabelecer regras para administradores e certos empregados da Companhia possam adquirir ações de emissão da Companhia, visando, com isso, (i) reforçar os níveis de atração, motivação e retenção de talentos, (ii) alinhar interesses dos executivos e empregados aos dos acionistas da Companhia, na geração de resultados e criação sustentável de valor, e (iii) reforçar a orientação de longo prazo das decisões tomadas pelos executivos. A meta dos referidos Planos consiste em criar incentivo de longo prazo, baseado no conceito de opção de compra de ações, que consiste na concessão de um direito e não em uma obrigação, de comprar ações da companhia a preços e prazos pré-estabelecido.

c. forma como o planos contribuem para esses objetivos

Os Planos de Opções alinham os interesses dos acionistas e dos administradores da Companhia, na medida em que garantem que apenas haja ganhos para os executivos quando também houver ganhos para a Companhia, promovendo, nesse sentido, o compartilhamento dos riscos e resultados da Companhia, e desta forma estimulando o beneficiário a buscar o crescimento da Companhia.

Adicionalmente, os Planos de Opções, possibilitam que os administradores e certos empregados da companhia se tornem acionistas da Companhia, e, dessa forma, criam fortes incentivos para que se comprometam efetivamente com a criação de valor da Companhia e para tal, exerçam suas funções de maneira a (i) integrar-se aos interesses dos acionistas, aos objetivos sociais da Companhia e planos de crescimento, (ii) maximizar os lucros da Companhia, bem como (iii) gerar uma relação de longo prazo destes profissionais conosco.

d. como os planos se inserem na política de remuneração da Companhia

Os Planos de Opções atualmente em vigor se inserem na política de remuneração da Companhia ao focar a remuneração dos administradores e outros colaboradores em componentes variáveis, atrelados ao desempenho da Companhia. Dessa forma, parte da remuneração total atribuída aos executivos da Companhia, se concentra nos incentivos que visam compartilhar com os mesmos os riscos e resultados da Companhia.

e. como os planos alinham os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

Os Planos de Opções alinham os interesses de seus beneficiários com os interesses dos acionistas da Companhia, na medida em que possibilita que os administradores e certos empregados da companhia se tornem acionistas da Companhia, estimulando uma gestão eficiente, atraindo e retendo os profissionais altamente qualificados e gerando crescimento e valor para a Companhia. Os mecanismos que permitem o alinhamento de interesses dos beneficiários ao longo do tempo incluem o prazo de carência durante os quais as opções não podem ser exercidas.

f. número máximo de ações abrangidas

O número máximo de ações abrangidas corresponde ao número máximo de opções que podem ser outorgadas no âmbito do Plano de Opções, considerando o limite abaixo descrito no item "g" abaixo.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

O número máximo de opções a serem outorgadas aos diretores estatutários da Companhia corresponde a 3.464.012 opções, sendo 2.024.558 opções no âmbito do Primeiro Plano de Opções, 1.262.607 opções no âmbito do Segundo Plano de Opções e 176.847 opções no âmbito do Terceiro Plano de Opções, que quando exercidas deverão ser convertidas em ações ordinárias da Companhia. Até a presente data foram exercidas 1.262.607 opções, referentes ao Segundo Plano. Nesse número não estão incluídas as opções do diretor não estatutário Adyval Sodré Filho, que em 15 de dezembro de 2017 renunciou ao cargo de diretor estatutário da Companhia.

PÁGINA: 238 de 333

h. condições de aquisição de ações

Primeiro Plano de Opções

Para exercício de opção por parte do beneficiário, este deverá manifestar formalmente o exercício total ou parcial das opções à Companhia através de uma notificação de exercício.

Os beneficiários adquirirão o direito de exercer as opções, total ou parcialmente, nos seguintes eventos:

(i) durante os Períodos de Referência, conforme indicados abaixo, se forem empregados e/ou administradores da Companhia:

| Período de Referencia | Ações Ordinárias que poderão ser adquiridas |
|--------------------------------|---|
| De 01 a 31 de maio de 2018 | Até 100% |
| De 01 a 31 de dezembro de 2019 | Até 100% |

Exercício Parcial Mínimo: a cada Período de Referência, o beneficiário deverá realizar o exercício de opções que lhe custem, no mínimo, o valor correspondente a 1/3 (um terço) do valor líquido do último bônus recebido pelo beneficiário. O não exercício parcial mínimo implicará a extinção da opção relativamente àquela quantidade de ações ordinárias equivalentes a 1/3 (um terço), a que o beneficiário faria jus. Excepcionalmente, a critério exclusivo do Conselho de Administração, o não exercício parcial mínimo, poderá não implicar a extinção da referida opção. Esta exceção só poderá ser concedida uma única vez ao beneficiário durante a vigência do Contrato de Outorga.

O Conselho de Administração deliberou que o não exercício parcial mínimo pelos outorgados até o dia 31 de maio de 2016 não implica a extinção da referida opção, que poderá ser exercida nos períodos de referência seguintes.

Em 15 de dezembro de 2017, foi aprovada a alteração do Período de Referência do Primeiro Plano de Opções.

- (ii) em caso de aposentadoria do beneficiário, independente da época em que ele tenha se aposentado;
- (iii) a qualquer momento a partir da data de assinatura do Contrato de Outorga, até 31 de dezembro de 2019, na hipótese de falecimento ou invalidez permanente do beneficiário, caso em que o exercício será realizado por seus herdeiros;
- (iv) na hipótese de desligamento sem justa causa, sendo que caso ocorrido antes de 1º de maio de 2016, o beneficiário fará jus ao exercício da opção, a qual somente poderá ser exercida após 1º de maio de 2016 e relativamente a uma quantidade menor de ações do que aquela prevista no Contrato de Outorga. O cálculo dessa nova quantidade será o resultado da fórmula prevista em cada Contrato de Outorga;
- (v) na hipótese de desligamento sem justa causa após 1º de maio de 2016, os beneficiários farão jus ao exercício da opção, em até 90 dias contados do seu desligamento sem justa causa, relativamente à totalidade das opções outorgadas;
- (vi) na hipótese de desligamento voluntário ter ocorrido após 1º de maio de 2016, o beneficiário fará jus ao exercício da opção, em até 30 dias contados do seu desligamento voluntário, relativamente à totalidade das opções outorgadas; e
- (vii) na ocorrência de um evento de liquidez: (a) caso a Companhia realize uma oferta inicial de ações correspondente a, pelo menos, 25% de seu capital social; ou (b) caso haja a transferência do controle, direto ou indireto, da Companhia a um terceiro.

PÁGINA: 239 de 333

As opções somente poderão ser exercidas caso o beneficiário esteja vinculado à Companhia, na data de exercício, como empregado ou administrador da Companhia. No caso de desligamento voluntário antes de 1º de maio de 2016 ou desligamento por justa causa, os beneficiários não farão jus ao exercício das opções outorgadas.

Em caso de exercício das opções de compra dos beneficiários, nos termos dos Contratos de Outorga vigentes, a Companhia terá a opção de adquirir de cada beneficiário do Primeiro Plano de Opções as ações de sua titularidade que forem resultantes do exercício da opção, mediante: (i) oferta de recompra voluntária por parte da Companhia, sujeita a disponibilidade de caixa; ou (ii) oferta de recompra obrigatória por parte da Companhia, no período de 1º a 30 de junho de 2020, em caso de não ocorrência de uma oferta pública de ações ou evento de liquidez.

II. <u>Segundo Plano de Opções</u>

Para exercício de opção por parte do beneficiário, este deverá manifestar formalmente o exercício total ou parcial das opções à Companhia através de uma notificação de exercício.

O beneficiário adquirirá o direito de exercer as opções, total ou parcialmente, nos seguintes eventos:

- (i) até 50% das opções entre o período de 1º de dezembro de 2016 a 31 de dezembro de 2016. E o saldo remanescente entre o período de 1º de dezembro de 2017 a 31 de dezembro de 2017;
- (ii) a qualquer momento a partir da data de assinatura do Contrato de Outorga, na hipótese de falecimento ou invalidez permanente do beneficiário, caso em que o exercício será realizado por seus herdeiros;
- (iii) na hipótese de desligamento sem justa causa, o beneficiário fará jus ao exercício da opção, em até 90 dias contados do seu desligamento sem justa causa, relativamente à totalidade das opções outorgadas; e
- (iv) na ocorrência de um evento de liquidez: (a) caso a Companhia realize uma oferta inicial de ações correspondente a, pelo menos, 25% de seu capital social; ou (b) caso haja a transferência do controle, direto ou indireto, da Companhia a um terceiro.

As opções somente poderão ser exercidas caso o beneficiário esteja vinculado à Companhia, na data de exercício. No caso de desligamento voluntário ou desligamento por justa causa, os beneficiários não farão jus ao exercício das opções outorgadas.

Em caso de exercício das opções de compra dos beneficiários, nos termos dos Contratos de Outorga vigentes, a Companhia terá a opção de adquirir de cada beneficiário do Segundo Plano de Opções as ações de sua titularidade que forem resultantes do exercício da opção, mediante: (i) oferta de recompra voluntária por parte da Companhia, sujeita a disponibilidade de caixa; ou (ii) oferta de recompra obrigatória por parte da Companhia, no período de 1º a 30 de junho de 2020, em caso de não ocorrência de um IPO ou evento de liquidez.

III. <u>Terceiro Plano de Opções</u>

Para exercício de opção por parte do beneficiário, este deverá manifestar formalmente o exercício total ou parcial das opções à Companhia através de uma notificação de exercício.

O beneficiário adquirirá o direito de exercer as opções, total ou parcialmente, nos seguintes eventos:

- (i) até 100% das opções entre o período de 1º de dezembro de 2019 a 31 de dezembro de 2019;
- (ii) a qualquer momento a partir da data de assinatura do Contrato de Outorga, na hipótese de falecimento ou invalidez permanente do beneficiário, caso em que o exercício será realizado por seus herdeiros;

PÁGINA: 240 de 333

- (iii) na hipótese de desligamento sem justa causa, o beneficiário fará jus ao exercício da opção, em até 90 dias contados do seu desligamento sem justa causa, relativamente à totalidade das opções outorgadas;
- (iv) na hipótese de desligamento voluntário, o beneficiário fará jus ao exercício da opção, em até 30 dias contados do seu desligamento voluntário, relativamente à totalidade das opções outorgadas; e
- (v) na ocorrência de um evento de liquidez: (a) caso a Companhia realize uma oferta inicial de ações correspondente a, pelo menos, 25% de seu capital social; ou (b) caso haja a transferência do controle, direto ou indireto, da Companhia a um terceiro.

As opções somente poderão ser exercidas caso o beneficiário esteja vinculado à Companhia, na data de exercício. No caso de desligamento por justa causa, os beneficiários não farão jus ao exercício das opções outorgadas.

Em caso de exercício das opções de compra dos beneficiários, nos termos dos Contratos de Outorga vigentes, a Companhia terá a opção de adquirir de cada beneficiário do Terceiro Plano de Opções as ações de sua titularidade que forem resultantes do exercício da opção, mediante (i) oferta de recompra voluntária por parte da Companhia, sujeita a disponibilidade de caixa; ou (ii) oferta de recompra obrigatória por parte da Companhia, no período de 1º a 30 de junho de 2020, em caso de não ocorrência de uma oferta pública de ações ou evento de liquidez.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

I. Primeiro Plano de Opções

Conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de dezembro de 2014 e alterado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de dezembro de 2017, o preço de compra unitário das ações sujeitas a cada opção corresponde a:

- (i) caso exercidas até 31 de maio de 2018, será mantido o preço de opção de R\$ 0,5160 por ação, sem correção por qualquer índice; e
- (ii) caso exercidas após 31 de maio de 2018, o preço de opção corresponderá a R\$ 0,5160 por ação, corrigido pela variação do IPCA divulgado pelo IBGE entre 31 de maio de 2018 e a data do exercício.

II. <u>Segundo Plano de Opç</u>ões

O preço de compra unitário das ações sujeitas a cada opção corresponde a R\$ 0,01, sem correção por qualquer índice, conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 28 de abril de 2016.

III. Terceiro Plano de Opções

O preço de compra unitário das ações sujeitas a cada opção corresponde a R\$ 1,028, corrigido pela variação do IPCA divulgado pelo IBGE a partir de 1º de janeiro de 2017, conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 15 de dezembro de 2017.

j. critérios para fixação do prazo de exercício

Para informações sobre a fixação do prazo de exercício ver o item "h" acima.

k. forma de liquidação

As opções outorgadas no âmbito dos Planos de Opções da Companhia conferem aos respectivos titulares o direito de subscrever e/ou adquirir ações representativas do capital da Companhia, contra o pagamento do respectivo preço de emissão ou de aquisição, conforme o caso, em montante correspondente ao preço de exercício de cada opção. Com o propósito de satisfazer o exercício de opções de compra de ações outorgadas nos termos dos Planos da Companhia, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração: (i) emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado; e/ou (ii) alienar e/ou utilizar ações mantidas em tesouraria. As ações resultantes do exercício das opções de compra serão integralizadas e/ou adquiridas por seus respectivos beneficiários à vista, em moeda corrente nacional.

O pagamento do preço de aquisição nos casos de (i) transferência de controle, (ii) direito de Co-Venda, (iii) exercício da recompra voluntária, ou (iv) exercício da opção de compra das ações ordinárias, conforme definidos em cada contrato de outorga poderá ser realizado na forma de liquidação por diferença, observado o seguinte procedimento:

- (a) Liquidação por Diferença Transferência de Controle. Caso: (i) a Companhia envie uma Notificação de Evento de Liquidez por Transferência de Controle, e (ii) no prazo de 30 (trinta) dias, o outorgado exerça a sua opção, e, ainda, (iii) o outorgado aliene as suas ações ordinárias ao potencial adquirente, inclusive por força do exercício do direito de obrigar a venda conjunta, então, o outorgado poderá transferir ao potencial adquirente as suas ações sem que as tenha integralizado ou pago (conforme o caso), devendo receber o saldo entre o preço por ação relativo ao evento de liquidez e o preço de aquisição não integralizado ou pago das suas ações. Caso o Evento de Liquidez, por qualquer motivo, não ocorra em até 120 (cento e vinte) dias da notificação de evento de liquidez: (a) e as novas ações não tenham sido emitidas, o exercício da opção ficará sem efeito, voltando a situação anterior; ou (b) e as novas ações tenham sido emitidas, o outorgado as integralizará/pagará, em até 1 (um) ano da notificação de exercício.
- (b) Liquidação por Diferença Demais Hipóteses. Caso ocorram, antes do pagamento do preço de aquisição e em até 30 (trinta) dias a contar do exercício da opção, as hipóteses de (i) exercício de direito de Co-Venda, (ii) exercício da recompra voluntária ou (iii) exercício da opção de compra das ações ordinárias, o outorgado receberá a diferença entre o preço de aquisição não integralizado/pago e o preço por ação na respectiva operação de compra e venda, conforme aplicável.

restrições à transferência das ações

Para o Primeiro, Segundo e Terceiro Plano de Opções:

- (i) na ocorrência de um IPO, pelo menos 50% das ações detidas pelo beneficiário (desde que adquiridas no âmbito do Contrato de Outorga) não poderão ser vendidas ou alienadas de qualquer outra forma pelo outorgado, por um prazo de 1 ano (*lock up* period);
- (ii) no caso de alienação do controle da Companhia, se o adquirente do controle comprar ações detidas pelo atual controlador da Companhia, que representem o controle, o beneficiário ficará obrigado a vender a totalidade de suas ações para o adquirente do controle, nas mesmas condições de preço e prazo, por ação, previstas nos documentos da transação;
- (iii) em caso de venda parcial, sem transferência de controle, o beneficiário poderá exercer o direito de venda de suas ações na mesma proporção e valor da operação efetuada pelo pelo acionista contratolador. Outorgas ainda não convertidas em ações ordinárias serão mantidas pelo outorgado nos prazos, valores e condições previstas no Contrato de Outroga e no respectivo Plano de Opções; e

- (iv) uma vez convertida as opções em ações ordinárias, a Companhia terá o direito de preferência para a aquisição dessas ações a qualquer tempo.
- m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção dos planos

A Assembleia Geral da Companhia, conforme aplicável, poderá, a qualquer tempo, (i) alterar ou extinguir os Planos de Opções; (ii) estabelecer a regulamentação aplicável aos casos omissos; e (iii) prorrogar o prazo final para o exercício das opções vigentes.

Os Planos de Opções também poderão, ainda, ser extintos: (i) após o decurso do prazo de vigência da opção; (ii) quando da oferta pública inicial de ações (IPO); ou (iii) no caso de transferência do controle direto ou indireto da Companhia.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos nos planos de remuneração baseada em ações

No caso de saída do administrador da Companhia, aplicar-se-ão as disposições mencionadas no item "h" acima.

PÁGINA: 243 de 333

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

13.5 – Remuneração baseada em ações reconhecidas no resultado nos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração e da diretoria estatutária.

I- Primeiro Plano de Opções

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2019)

| | Conselho de Administração ⁽⁴⁾ | Diretoria Estatutária |
|--|---|--------------------------|
| Nº total de membros | 3 | 3 |
| Nº de membros remunerados (1) | 1 | 3 |
| Preço médio ponderado de exercício: | | |
| (a) das opções em aberto no início do exercício social | 0,5160 | 0,5160 |
| (b) das opções perdidas durante o exercício social | = | = |
| (c) das opções exercidas durante o exercício social | = | = |
| (d) das opções expiradas durante o exercício social (3) | - | - |
| Diluição potencial no caso do exercício de todas | 0,51% | 1,93% |
| as opções outorgadas | | |
| Outorga de opções de compra de ações | | |
| Data de outorga | 01/12/2014 | 01/12/2014 |
| Quantidade de opções outorgadas | 536.185 | 2.024.558 |
| Prazo para que as opções se tornem exercíveis ⁽²⁾ | 01/12/2019 até | 01/12/2019 até |
| Frazo para que as opções se torriem exerciveis (-) | 31/12/2019 | 31/12/2019 |
| Prazo máximo para o exercício das opções | 01/12/2019 até | 01/12/2019 até |
| Frazo maximo para o exercicio das opções | 31/12/2019 | 31/12/2019 |
| Prazo de restrição à transferência das ações | - | - |
| Valor justo das opções na data da outorga | 0,17 | 0,17 |

⁽¹⁾ Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem foi atribuída remuneração baseada em ações reconhecida no resultado do emissor no exercício, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/nº03/2019.

⁽²⁾ As opções poderão ser exercidas antecipadamente ao prazo acima mencionado, nas hipóteses previstas na alínea "h" do item 13.4 supra.

⁽³⁾ Em 15 de dezembro de 2017, foi aprovada a alteração do período para exercício das opções pelo Conselho de Administração da Companhia.

⁽⁴⁾ O conselheiro Roberto Carmelo é o único conselheiro que faz jus a remuneração por ações. Esse benefício é decorrente do Primeiro Plano de Opções da Companhia e lhe foi outorgado à época em que era diretor da Companhia.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2018

| Remaneração baseada em ações — exercício | | |
|---|------------------------------|----------------|
| | Conselho de | Diretoria |
| | Administração ⁽⁴⁾ | Estatutária |
| Nº total de membros | 3 | 3 |
| Nº de membros remunerados (1) | 1 | 3 |
| Preço médio ponderado de exercício: | | |
| (a) das opções em aberto no início do exercício social | 0,5160 | 0,5160 |
| (b) das opções perdidas durante o exercício social | - | - |
| (c) das opções exercidas durante o exercício social | • | • |
| (d) das opções expiradas durante o exercício social (3) | • | - |
| Diluição potencial no caso do exercício de todas | 0,51% | 1,93% |
| as opções outorgadas | | |
| Outorga de opções de compra de ações | | |
| Data de outorga | 01/12/2014 | 01/12/2014 |
| Quantidade de opções outorgadas | 536.185 | 2.024.558 |
| | 01/05/2018 até | 01/05/2018 até |
| Prazo para que as opções se tornem exercíveis (2) | 31/05/2018; | 31/05/2018; |
| | 01/12/2019 até | 01/12/2019 até |
| | 31/12/2019 | 31/12/2019 |
| | 01/05/2018 até | 01/05/2018 até |
| Prazo máximo para o exercício das opções | 31/05/2018; | 31/05/2018; |
| Prazo maximo para o exercicio das opções | 01/12/2019 até | 01/12/2019 até |
| | 31/12/2019 | 31/12/2019 |
| Prazo de restrição à transferência das ações | - | - |
| Valor justo das opções na data da outorga | 0,17 | 0,17 |

⁽¹⁾ Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem foi atribuída remuneração baseada em ações reconhecida no resultado do emissor no exercício, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/n°03/2019.

⁽²⁾ As opções poderão ser exercidas antecipadamente ao prazo acima mencionado, nas hipóteses previstas na alínea "h" do item 13.4 supra.

⁽³⁾ Em 15 de dezembro de 2017, foi aprovada a alteração do período para exercício das opções pelo Conselho de Administração da Companhia.

⁽⁴⁾ O conselheiro Roberto Carmelo é o único conselheiro que faz jus a remuneração por ações. Esse benefício é decorrente do Primeiro Plano de Opções da Companhia e lhe foi outorgado à época em que era diretor da Companhia.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Remuneração baseada em ações - para o exercício social encerrado em 31/12/2017

| Remuneração baseada em ações – para o exerci | | |
|---|------------------------------|---|
| | Conselho de | Diretoria Estatutária ⁽⁶⁾ |
| NO.4.4.1.1.1.1 | Administração ⁽⁴⁾ | |
| Nº total de membros | 3 | 3,9 |
| Nº de membros remunerados (1) | 1 | 3 |
| Preço médio ponderado de exercício: | | |
| (a) das opções em aberto no início do exercício social | 0,5160 | 0,5160 |
| (b) das opções perdidas durante o exercício social | - | • |
| (c) das opções exercidas durante o exercício social | - | • |
| (d) das opções expiradas durante o exercício social (3) | - | ı |
| Diluição potencial no caso do exercício de todas | 0,57% | 2,16% |
| as opções outorgadas | 0,37% | 2,10% |
| Outorga de opções de compra de ações | | |
| Data de outorga | 01/12/2014 | 01/12/2014 |
| Quantidade de opções outorgadas | 536.185 | 2.024.558 |
| | 01/05/2018 até | 01/05/2018 até |
| Droze pere que es eneños es ternem evereíveis (2) | 31/05/2018; | 31/05/2018; |
| Prazo para que as opções se tornem exercíveis (2) | 01/12/2019 até | 01/12/2019 até |
| | 31/12/2019 | 31/12/2019 |
| | 01/05/2018 até | 01/05/2018 até |
| Droze mávime pere e evereície des eneños | 31/05/2018; | 31/05/2018; |
| Prazo máximo para o exercício das opções | 01/12/2019 até | 01/12/2019 até |
| | 31/12/2019 | 31/12/2019 |
| Prazo de restrição à transferência das ações | - | - |
| Valor justo das opções na data da outorga | 0,17 | 0,17 |

⁽¹⁾ Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem foi atribuída remuneração baseada em ações reconhecida no resultado do emissor no exercício, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP 03/2019.

⁽²⁾ As opções poderão ser exercidas antecipadamente ao prazo acima mencionado, nas hipóteses previstas na alínea "h" do item 13.4 supra.

⁽³⁾ O Conselho de Administração deliberou que o não exercício parcial mínimo pelos outorgados até o dia 31 de maio de 2016 não implica na extinção da referida opção, que poderá ser exercida nos períodos de referência seguintes

⁽⁴⁾ O conselheiro Roberto Carmelo é o único conselheiro que faz jus a remuneração por ações. Esse benefício é decorrente do Primeiro Plano de Opções da Companhia e lhe foi outorgado à época que era diretor da Companhia.

⁽⁵⁾ Em 15 de dezembro de 2017, foi aprovada a alteração do período para exercício das opções pelo Conselho de Administração da Companhia.

⁽⁶⁾ Na remuneração baseada em ações não foi considerado o diretor Adyval Sodré Filho que renunciou ao cargo de Diretor Estatutário em 15 de dezembro de 2017.

Remuneração baseada em ações - para o exercício social encerrado em 31/12/2016

| Remaneração baseada em ações — para o exerci | Conselho de Diretoria | | |
|---|------------------------------|--------------------|--|
| NO total de manuluse | Administração ⁽⁴⁾ | <u>Estatutária</u> | |
| Nº total de membros | 4,22 | 4 | |
| Nº de membros remunerados (1) | 1 | 4 | |
| Preço médio ponderado de exercício: | | | |
| (a) das opções em aberto no início do exercício social | 0,5160 | 0,5160 | |
| (b) das opções perdidas durante o exercício social | - | - | |
| (c) das opções exercidas durante o exercício social | - | - | |
| (d) das opções expiradas durante o exercício social (3) | - | - | |
| Diluição potencial no caso do exercício de todas | 0,58% | 2,4% | |
| as opções outorgadas | 0,3676 | 2,4 /0 | |
| Outorga de opções de compra de ações | | | |
| Data da outorga | 01/12/2014 | 01/12/2014 | |
| Quantidade de opções outorgadas | 536.185 | 2.237.184 | |
| | 01/05/2017 até | 01/05/2017 até | |
| Proze pere que es eneños se ternem evereíveis (2) | 31/05/2017; | 31/05/2017; | |
| Prazo para que as opções se tornem exercíveis (2) | 01/05/2018 até | 01/05/2018 até | |
| | 31/05/2018 | 31/05/2018 | |
| | 01/05/2017 até | 01/05/2017 até | |
| Prazo máximo para o exercício das opções | 31/05/2017; | 31/05/2017; | |
| | 01/05/2018 até | 01/05/2018 até | |
| | 31/05/2018 | 31/05/2018 | |
| Prazo de restrição à transferência das ações | - | - | |
| Valor justo das opções na data de cada outorga | 0,17 | 0,17 | |

⁽¹⁾ Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem foi atribuída remuneração baseada em ações reconhecida no resultado do emissor no exercício, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/n°03/2019.

⁽²⁾ As opções poderão ser exercidas antecipadamente ao prazo acima mencionado, nas hipóteses previstas na alínea "h" do item 13.4 supra.

⁽³⁾ O Conselho de Administração deliberou que o não exercício parcial mínimo pelos outorgados até o dia 31 de maio de 2016 não implica na extinção da referida opção, que poderá ser exercida nos períodos de referência seguintes

⁽⁴⁾ O conselheiro Roberto Carmelo é o único conselheiro que faz jus a remuneração por ações. Esse benefício é decorrente do Primeiro Plano de Opções da Companhia e lhe foi outorgado à época que era diretor da Companhia.

II- Segundo Plano de Opções

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2019) e para o exercício social encerrado em 31/12/2018

O Segundo Plano de Opções foi integralmente exercido no final do exercício social de 2017 e, portanto, não se aplica para o exercício social corrente (2019) e para o exercício social encerrado em 31/12/2018.

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2017

| Remaneração baseada em ações — exercicio | | | | |
|--|------------------------------|--------------------------|--|--|
| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | | |
| NO 4-4-1 de mendense | | | | |
| Nº total de membros | 3 | 3,9 | | |
| Nº de membros remunerados (1) | 0 | 1 | | |
| Preço médio ponderado de exercício: | - | - | | |
| (a) das opções em aberto no início do exercício social | - | 0,01 | | |
| (b) das opções perdidas durante o exercício social | - | - | | |
| (c) das opções exercidas durante o exercício social | - | 0,01 | | |
| (d) das opções expiradas durante o exercício social | - | = | | |
| Diluição potencial no caso do exercício de todas | | 1,35% | | |
| as opções outorgadas | _ | 1,3370 | | |
| Outorga de opções de compra de ações | | | | |
| Data da outorga | - | 28/04/2016 | | |
| Quantidade de opções outorgadas | - | 1.262.607 | | |
| | | (i) até 50% entre | | |
| | | 01/12/2016 a | | |
| | | 31/12/2016; | | |
| Prazo para que as opções se tornem exercíveis | - | (ii) saldo | | |
| | | remanescente | | |
| | | entre 01/12/2017 | | |
| | | a 31/12/2017 | | |
| Prazo máximo para o exercício das opções | - | 31/12/2017 | | |
| Prazo de restrição à transferência das ações | - | - | | |
| Valor justo das opções na data de cada outorga | - | 1,16 | | |

⁽¹⁾ Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem foi atribuída remuneração baseada em ações reconhecida no resultado do emissor no exercício, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/nº03/2019.

Remuneração baseada em ações para o exercício social encerrado em 31/12/2016

| Remuneração baseada em ações para o exercic | Conselho de Diretoria | | | |
|--|-----------------------|--|--|--|
| | Administração | Estatutária | | |
| Nº total de membros | 4,08 | 4 | | |
| Nº de membros remunerados (1) | - - | 1 | | |
| Preço médio ponderado de exercício: | - | - | | |
| (a) das opções em aberto no início do exercício social | - | 0,01 | | |
| (b) das opções perdidas durante o exercício social | - | - | | |
| (c) das opções exercidas durante o exercício social | - | 0,01 | | |
| (d) das opções expiradas durante o exercício social | - | - | | |
| Diluição potencial no caso do exercício de todas | | 1,36% | | |
| as opções outorgadas | <u>-</u> | 1,30 /0 | | |
| Outorga de opções de compra de ações | | | | |
| Data da outorga | - | 28/04/2016 | | |
| Quantidade de opções outorgadas | - | 1.262.607 | | |
| Prazo para que as opções se tornem exercíveis | - | (i) até 50% entre 01/12/2016 a 31/12/2016; (ii) saldo remanescente entre 01/12/2017 | | |
| Prazo máximo para o exercício das opções | - | a 31/12/2017 31/12/2017 | | |
| Prazo de restrição à transferência das ações | - | - | | |
| Valor justo das opções na data de cada outorga | - | 1,16 | | |

⁽¹⁾ Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem foi atribuída remuneração baseada em ações reconhecida no resultado do emissor no exercício, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/nº03/2019.

III- Terceiro Plano de Opções

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2019)

| | Conselho de Diretoria | | | |
|--|-----------------------|--------------|--|--|
| | | | | |
| | Administração | Estatutária | | |
| Nº total de membros | 3 | 3 | | |
| Nº de membros remunerados (1) | 0 | 2 | | |
| Preço médio ponderado de exercício: | = | = | | |
| (a) das opções em aberto no início do exercício social | - | 1,028 | | |
| (b) das opções perdidas durante o exercício social | - | - | | |
| (c) das opções exercidas durante o exercício social | - | - | | |
| (d) das opções expiradas durante o exercício social | - | - | | |
| Diluição potencial no caso do exercício de todas | | 0,17% | | |
| as opções outorgadas | - | 0,17 70 | | |
| Outorga de opções de compra de ações | | | | |
| Data da outorga | - | 15/12/2017 | | |
| Quantidade de opções outorgadas | - | 176.847 | | |
| Droze pere que es eneños es ternem evereíveis (2) | | 01/12/2019 a | | |
| Prazo para que as opções se tornem exercíveis ⁽²⁾ | - | 31/12/2019 | | |
| Prazo máximo para o exercício das opções | - | 31/12/2019 | | |
| Prazo de restrição à transferência das ações | - | - | | |
| Valor justo das opções na data de cada outorga | - | 0,14 | | |

⁽¹⁾ Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem foi atribuída remuneração baseada em ações reconhecida no resultado do emissor no exercício, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/nº 03/2019.

⁽²⁾ As opções poderão ser exercidas antecipadamente ao prazo acima mencionado, nas hipóteses previstas na alínea "h" do item 13.4 supra.

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2018

| | Conselho de Diretoria | | |
|--|-----------------------|--------------|--|
| | Administração | Estatutária | |
| Nº total de membros | 3 | 3 | |
| Nº de membros remunerados (1) | 0 | 2 | |
| Preço médio ponderado de exercício: | - | - | |
| (a) das opções em aberto no início do exercício social | - | 1,028 | |
| (b) das opções perdidas durante o exercício social | - | - | |
| (c) das opções exercidas durante o exercício social | - | - | |
| (d) das opções expiradas durante o exercício social | - | - | |
| Diluição potencial no caso do exercício de todas | | 0,17% | |
| as opções outorgadas | - | 0,17 /0 | |
| Outorga de opções de compra de ações | | | |
| Data da outorga | - | 15/12/2017 | |
| Quantidade de opções outorgadas | - | 176.847 | |
| Prazo para que as opções se tornem exercíveis ⁽²⁾ | | 01/12/2019 a | |
| Prazo para que as opções se torriem exerciveis 47 | - | 31/12/2019 | |
| Prazo máximo para o exercício das opções | = | 31/12/2019 | |
| Prazo de restrição à transferência das ações | = | - | |
| Valor justo das opções na data de cada outorga | - | 0,14 | |

⁽¹⁾ Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem foi atribuída remuneração baseada em ações reconhecida no resultado do emissor no exercício, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/nº 03/2019.

⁽²⁾ As opções poderão ser exercidas antecipadamente ao prazo acima mencionado, nas hipóteses previstas na alínea "h" do item 13.4 supra.

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2017

| Remuneração baseada em ações – exercício | | | |
|--|------------------------------|--------------------------|--|
| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | |
| Nº total de membros | 3 | 3,9 | |
| Nº de membros remunerados (1) | 0 | 2 | |
| Preço médio ponderado de exercício: | - | - | |
| (a) das opções em aberto no início do exercício social | = | 1,028 | |
| (b) das opções perdidas durante o exercício social | - | - | |
| (c) das opções exercidas durante o exercício social | - | - | |
| (d) das opções expiradas durante o exercício social | • | • | |
| Diluição potencial no caso do exercício de todas | | 0,19% | |
| as opções outorgadas | <u>-</u> | 0, 1970 | |
| Outorga de opções de compra de ações | | | |
| Data da outorga | - | 15/12/2017 | |
| Quantidade de opções outorgadas | - | 176.847 | |
| Prazo para que as opções se tornem exercíveis ⁽²⁾ | | 01/12/2019 a | |
| Frazo para que as opções se torriem exerciveis 🗝 | - | 31/12/2019 | |
| Prazo máximo para o exercício das opções | - | 31/12/2019 | |
| Prazo de restrição à transferência das ações | - | - | |
| Valor justo das opções na data de cada outorga | - | 0,14 | |

⁽¹⁾ Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem foi atribuída remuneração baseada em ações reconhecida no resultado do emissor no exercício, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/nº 03/2019.

⁽²⁾ As opções poderão ser exercidas antecipadamente ao prazo acima mencionado, nas hipóteses previstas na alínea "h" do item 13.4 supra

13.6 - Opções em Aberto

13.6 – Informações sobre as opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social

I- Primeiro Plano de Opções

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018

| opgoes em aberto do imai do exercicio sociai e | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária ⁽³⁾ |
|---|------------------------------|---|
| Nº total de membros | 3 | 3 |
| Nº de membros remunerados (1) | 1 | 3 |
| Opções ainda não exercíveis | | |
| Quantidade | 536.185 | 2.024.558 |
| Data em que se tornarão exercíveis (2) | 01/12/2019 a 31/12/2019 | 01/12/2019 a 31/12/2019 |
| Prazo máximo para exercício das opções | 01/12/2019 a 31/12/2019 | 01/12/2019 a 31/12/2019 |
| Prazo de restrição à transferência das ações | - | - |
| Preço médio ponderado de exercício | 0,5160 | 0,5160 |
| Valor justo das opções no último dia do exercício social | R\$ 89.489,25 | R\$ 337.898,64 |
| Opções exercíveis | | |
| Quantidade | - | = |
| Prazo máximo para exercício das opções | - | = |
| Prazo de restrição à transferência das ações | - | = |
| Preço médio ponderado de exercício | - | = |
| Valor justo das opções no último dia do exercício social | - | - |
| Valor justo do total das opções no último dia do exercício social | - | - |

⁽¹⁾ Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem foi atribuída remuneração baseada em ações reconhecida no resultado do emissor no exercício, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/nº 03/2019.

II- Segundo Plano de Opções

As opções sob o Segundo Plano de Opções foram integralmente exercidas ao final do exercício social de 2017.

PÁGINA: 253 de 333

⁽²⁾ As opções poderão ser exercidas antecipadamente ao prazo acima mencionado, nas hipóteses previstas na alínea "h" do item 13.4 supra.

⁽³⁾ Na remuneração baseada em ações não foi considerado o diretor Adyval Sodré que renunciou ao cargo de diretor estatutário em 15 de dezembro de 2017.

13.6 - Opções em Aberto

III- Terceiro Plano de Opções

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018

| Opções em aberto ao imai do exercicio sociar e | Conselho de Diretoria | | | |
|---|-----------------------|----------------------------|--|--|
| | Administração | Estatutária ⁽³⁾ | | |
| Nº total de membros | - | 3 | | |
| N° de membros remunerados (1) | | 2 | | |
| Opções ainda não exercíveis | - | | | |
| Quantidade | | 176.847 | | |
| Quantidade | - | | | |
| Data em que se tornarão exercíveis (2) | - | 01/12/2019 a 31/12/2019 | | |
| Prazo máximo para exercício das opções | - | 01/12/2019 a 31/12/2019 | | |
| Prazo de restrição à transferência das ações | - | - | | |
| Preço médio ponderado de exercício | - | 1,028 | | |
| Valor justo das opções no último dia do exercício social | - | R\$ 25.720,40 | | |
| Opções exercíveis | | | | |
| Quantidade | - | - | | |
| Prazo máximo para exercício das opções | - | - | | |
| Prazo de restrição à transferência das ações | - | - | | |
| Preço médio ponderado de exercício | - | - | | |
| Valor justo das opções no último dia do exercício social | - | - | | |
| Valor justo do total das opções no último dia do exercício social | - | - | | |

⁽¹⁾ Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem foi atribuída remuneração baseada em ações reconhecida no resultado do emissor no exercício, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/nº 03/2019.

⁽²⁾ As opções poderão ser exercidas antecipadamente ao prazo acima mencionado, nas hipóteses previstas na alínea "h" do item 13.4 supra.

⁽³⁾ Na remuneração baseada em ações não foi considerado o diretor Adyval Sodré que renunciou ao cargo de diretor estatutário em 15 de dezembro de 2017.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

Não houve exercício de opções no âmbito do Primeiro Plano de Opções ou do Terceiro Plano de Opções nos exercícios sociais de 2016, 2017 e 2018.

Nos exercícios sociais de 2016 e 2017, houve o exercício de 100% das opções outorgadas no âmbito do Segundo Plano de Opções, conforme tabelas abaixo:

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017

| | opycoo oxororado oxorororo ocorar en con en ac accomisto de con | | | | |
|---|---|---|--|--|--|
| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária ⁽³⁾ | | | |
| Nº total de membros | 3 | 3,9 | | | |
| Nº de membros remunerados | - | 1 | | | |
| Opções exercidas | | | | | |
| Número de ações | - | 631.304 | | | |
| Preço médio ponderado de exercício | - | 0,01 | | | |
| Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas | - | - | | | |
| Ações entregues | | | | | |
| Número de ações entregues | - | 631.304 | | | |
| Preço médio ponderado de aquisição | - | 0,01 | | | |
| Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas (1) | - | - | | | |

⁽¹⁾ Não existe valor de mercado atribuído às ações.

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária ⁽³⁾ |
|---|------------------------------|---|
| Nº total de membros | 4,08 | 4 |
| Nº de membros remunerados | = | 1 |
| Opções exercidas | | |
| Número de ações | - | 631.303 |
| Preço médio ponderado de exercício | - | 0,01 |
| Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas | - | - |
| Ações entregues | | |
| Número de ações entregues | - | 631.303 |
| Preço médio ponderado de aquisição | - | 0,01 |
| Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas (1) | - | - |

⁽¹⁾ Não existe valor de mercado atribuído às ações.

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

a. Modelo de precificação

O valor justo médio ponderado das opções concedidas foi determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes, utilizando como premissas: (i) taxa livre de riscos; (ii) preço de exercício; (iii) vida esperada da opção; (iv) volatilidade das ações da empresa comparável; (v) preço da ação na data-base; e (vi) taxa de dividendos.

b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

I - Primeiro Plano de Opções

| 1. Premissas básicas | | | | Total |
|-------------------------------|------------|------------|------------|-----------|
| Lote | 1º | 2° | 3° | - |
| Data de outorga do plano | 02/12/2014 | 02/12/2014 | 02/12/2014 | - |
| Percentual de opções | 33% | 33% | 34% | - |
| Total de opções | 1.525.351 | 1.525.351 | 1.571.576 | 4.622.278 |
| Preço de exercício na outorga | 0,52 | 0,52 | 0,52 | 2.385.095 |
| Cotação na outorga | 0,56 | 0,56 | 0,56 | 2.599.514 |
| Correção índice | não | não | não | - |
| Dias corridos por ano | 365 | 365 | 365 | - |
| Dias úteis por ano | 252 | 252 | 252 | - |

| 2. Premissas por lote | | | |
|--|------------|------------|------------|
| Beneficiário | 1° | 2° | 3° |
| Quantidade de opções | 1.525.351 | 1.525.351 | 1.571.576 |
| Outorga | 02/12/2014 | 02/12/2014 | 02/12/2014 |
| Período de vesting (anos) | 1,4 | 1,4 | 1,4 |
| Período de vesting (meses) | 17 | 17 | 17 |
| Data do vesting | 30/04/2016 | 30/04/2016 | 30/04/2016 |
| Duração do vesting em anos | 1,39 | 1,39 | 1,39 |
| Data de exercício | 31/05/2016 | 31/05/2017 | 31/05/2018 |
| Vida opção em anos (até exercício) | 1,50 | 2,50 | 3,50 |
| Vencimento em anos | 1,50 | 2,50 | 3,50 |
| Vencimento do plano | 31/05/2018 | 31/05/2018 | 31/05/2018 |
| Preço de exercício no vencimento - R\$ | 0,52 | 0,52 | 0,52 |
| Cotação na outorga | 0,56 | 0,56 | 0,56 |
| Volatilidade - σ | 34,20% | 34,20% | 34,20% |
| Taxa de dividendo - q | 3,98% | 3,98% | 3,98% |
| Taxa livre de risco - Rf | 13,03% | 12,86% | 12,71% |
| Multiplicador de Hull & White - M | 1,00 | 1,00 | 1,00 |

| 3. Resultados por opção | | | |
|-------------------------|------|------|------|
| Lote | 1º | 2° | 3° |
| BSM - R\$/opção | 0,14 | 0,17 | 0,19 |
| Valor intrínseco | 0,05 | 0,05 | 0,05 |

| Cálculo de BSM - | Cálculo de BSM - opção de compra | | |
|----------------------|----------------------------------|-----------|-----------|
| Lote | 1º | 2° | 3° |
| s | 0,56 | 0,56 | 0,56 |
| X | 0,516 | 0,516 | 0,516 |
| Rf | 13,03% | 12,86% | 12,71% |
| Vol | 34,20% | 34,20% | 34,20% |
| Т | 1,50 | 2,50 | 3,50 |
| q | 3,98% | 3,98% | 3,98% |
| d1 | 0,739 | 0,840 | 0,932 |
| d2 | 0,320 | 0,299 | 0,292 |
| N(d1) | 0,770 | 0,799 | 0,824 |
| N(d2) | 0,626 | 0,618 | 0,615 |
| C - R\$ por opção | 0,14 | 0,17 | 0,19 |
| Quantidade de opções | 1.525.351 | 1.525.351 | 1.571.576 |
| Montante - R\$ | 213.549 | 259.310 | 298.599 |

| Montante total - R\$ | 771.458 |
|-----------------------------|---------|
| Valor justo médio R\$/opção | 0,17 |

II - Segundo Plano de Opções

| 1. Premissas básicas | | |
|-------------------------------|------------|------------|
| Lote | 1° | 2° |
| Data de outorga do plano | 05/12/2016 | 05/12/2016 |
| Percentual de opções | 50% | 50% |
| Total de opções | 631.303 | 631.304 |
| Preço de exercício na outorga | 0,01 | 0,01 |
| Cotação na outorga | 1,18 | 1,18 |
| Correção índice | não | não |
| Dias corridos por ano | 365 | 365 |
| Dias úteis por ano | 252 | 252 |

| 2. Premissas por lote | | |
|--|------------|------------|
| Beneficiário | 1º | 2° |
| Quantidade de opções | 631.303 | 631.304 |
| Outorga | 05/12/2016 | 05/12/2016 |
| Período de vesting (anos) | - | 1,0 |
| Período de vesting (meses) | - | 12 |
| Data do vesting | 05/12/2016 | 30/11/2017 |
| Duração do vesting em anos | - | 0,98 |
| Data de exercício | 27/12/2016 | 27/12/2017 |
| Vida opção em anos (até exercício) | 0,06 | 1,06 |
| Vencimento em anos | 0,06 | 0,06 |
| Vencimento do plano | 31/12/2017 | 31/12/2017 |
| Preço de exercício no vencimento - R\$ | 0,01 | 0,01 |
| Cotação na outorga | 1,18 | 1,18 |
| Volatilidade - σ | 26,74% | 26,74% |
| Taxa de dividendo - q | 2,72% | 2,72% |
| Taxa livre de risco - Rf | 13,63% | 12,04% |
| Multiplicador de Hull & White - M | 1,00 | 1,00 |

| Cálculo de BSM - opção de compra | | |
|----------------------------------|---------|---------|
| Lote | 1º | 2° |
| S | 1,180 | 1,180 |
| X | 0,010 | 0,010 |
| Rf | 13,63% | 12,04% |
| Vol | 26,74% | 26,74% |
| Т | 0,06 | 1,06 |
| q | 2,72% | 2,72% |
| d1 | 72,800 | 17,823 |
| d2 | 72,735 | 17,547 |
| N(d1) | 1,000 | 1,000 |
| N(d2) | 1,000 | 1,000 |
| C - R\$ por opção | 1,16000 | 1,13000 |
| Quantidade de opções | 631.303 | 631.304 |
| Montante total - R\$ | 732.311 | 713.374 |

III - Terceiro Plano de Opções

| 1. Premissas básicas | |
|-------------------------------|------------|
| Lote | |
| Data de outorga do plano | 15/12/2017 |
| Percentual de opções | 100% |
| Total de opções | 558.462 |
| Preço de exercício na outorga | 1,03 |
| Cotação na outorga | 1,06 |
| Correção índice | não |
| Dias corridos por ano | 365 |
| Dias úteis por ano | 252 |

| 2. Premissas por lote | |
|--|------------|
| Beneficiário | Antes |
| Quantidade de opções | 558.462 |
| Outorga | 15/12/2017 |
| Período de vesting (anos) | - |
| Período de vesting (meses) | |
| Data do vesting | 15/12/2017 |
| Duração do vesting em anos | |
| Data de exercíci | 31/12/2019 |
| Vida opção em anos (até exercício) | 2,04 |
| Vencimento em anos | 2,04 |
| Vencimento do plano | 31/12/2019 |
| Preço de exercício no vencimento - R\$ | 1,14 |
| Cotação na outorga | 1,06 |
| Volatilidade - σ | 24,04% |
| Taxa de dividendo - q | 4,04% |
| Taxa livre de risco - Rf | 9,33% |

| Cálculo de BSM - opção de compra | |
|----------------------------------|---------|
| S | 1,056 |
| X | 1,143 |
| Rf | 9,33% |
| Vol | 24,04% |
| T | 2,04 |
| q | 4,04% |
| C - R\$ por opção | 0,145 |
| Quantidade de opções | 558.462 |
| Montante total - R\$ | 81.222 |

c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

A Companhia esclarece que não ocorreu exercício antecipado.

d. Forma de determinação da volatilidade esperada

Até a data de elaboração deste formulário de referência as ações da Companhia não eram admitidas à negociação em bolsas de valores. Em casos como este, as normas contábeis sugerem utilizar a volatilidade histórica ou implícita de sociedades similares cujas ações tenham histórico de negociação em bolsa de valores.

Atualmente, a sociedade mais comparável à Companhia que tem ações admitidas a negociação em bolsas de valores é a Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A., que recentemente enfrentou uma grave crise econômico-financeira e, portanto, teve uma volatilidade atípica ao longo dos últimos anos.

Tendo em vista que a Companhia não enfrenta uma situação similar, a administração entendeu que a volatilidade da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. não possa ser utilizada como referência para o cálculo do valor justo das opções.

Desta forma, foi utilizada a volatilidade média do índice IBOVESPA.

e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

A Companhia esclarece que não há outras características da opção que teriam sido incorporadas na mensuração de seu valor justo.

PÁGINA: 259 de 333

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

13.9 – Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

> Valores mobiliários emitidos pela Companhia

| | Ações Ordinárias (Em Unidades) |
|---------------------------|--------------------------------|
| Diretoria | 291.341 |
| Conselho de Administração | - |
| Conselho Fiscal | - |

Valores mobiliários emitidos por sociedade controlada da Companhia: Priner Locação de Equipamentos S.A.

| | Ações Ordinárias (Em Unidades) |
|---------------------------|--------------------------------|
| Diretoria | 1 |
| Conselho de Administração | - |
| Conselho Fiscal | - |

Valores mobiliários emitidos pelo acionista controlador da Companhia: Leblon Equities Partners V Fundo de Investimento em Participações

| | Cotas (Em Unidades) |
|---------------------------|---------------------|
| Diretoria | - |
| Conselho de Administração | - |
| Conselho Fiscal | - |

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

13.10 - Informações sobre planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável, uma vez que não há planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos diretores estatutários da Companhia.

PÁGINA: 261 de 333

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

| | Diretoria Estatutária | | Conselho de Administração | | | Conselho Fiscal | | | |
|--------------------------------------|-----------------------|--------------|---------------------------|------------|------------|-----------------|------------|------------|------------|
| | 31/12/2018 | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2018 | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2018 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Nº de membros | 3,00 | 3,90 | 4,00 | 3,00 | 3,00 | 4,08 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Nº de membros remunerados | 3,00 | 3,90 | 4,00 | 0,00 | 0,00 | 1,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Valor da maior remuneração(Reais) | 834.000,00 | 1.411.266,93 | 1.885.909,62 | 0,00 | 0,00 | 21.026,07 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Valor da menor remuneração(Reais) | 572.699,20 | 472.503,10 | 541.267,08 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Valor médio da remuneração(Reais) | 769.644,30 | 945.040,85 | 1.086.489,22 | 0,00 | 0,00 | 5.153,45 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Observação

| | Diretoria Estatutária | | | | |
|------------|--|--|--|--|--|
| 31/12/2018 | No exercício de 2017 e 2018, todos os diretores exerceram suas funções nos 12 meses que compõem esse exercício social. | | | | |
| 31/12/2017 | No exercício de 2017 e 2018, todos os diretores exerceram suas funções nos 12 meses que compõem esse exercício social. | | | | |
| 31/12/2016 | No exercício de 2016, (i) para apuração do valor da menor remuneração da Diretoria, foram excluídos os diretores que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses; e (ii) o valor da maior remuneração anual individual foi auferida por diretor que exerceu suas funções nos 12 meses que compõem esse exercício social. | | | | |

| | Conselho de Administração | | | | | |
|------------|---|--|--|--|--|--|
| 31/12/2018 | Até a data deste Formulário de Referência, os membros do Conselho de Administração da Companhia não eram remunerados. A remuneração por ações a que faz jus o conselheiro Roberto Carmelo de Oliveira é decorrente do Primeiro Plano de Opções da Companhia e lhe foi outorgado à época em que era diretor da Companhia. Para maiores informações verificar o item 13.2 e 13.5 do Formulário de Referência. | | | | | |
| 31/12/2017 | Até a data deste Formulário de Referência, os membros do Conselho de Administração da Companhia não eram remunerados. A remuneração por ações a que faz jus o conselheiro Roberto Carmelo de Oliveira é decorrente do Primeiro Plano de Opções da Companhia e lhe foi outorgado à época em que era diretor da Companhia. Para maiores informações verificar o item 13.2 e 13.5 do Formulário de Referência. | | | | | |
| 31/12/2016 | Até a data deste Formulário de Referência, os membros do Conselho de Administração da Companhia não eram remunerados. A remuneração por ações a que faz jus o conselheiro Roberto Carmelo de Oliveira é decorrente do Primeiro Plano de Opções da Companhia e lhe foi outorgado à época em que era diretor da Companhia. Para maiores informações verificar o item 13.2 e 13.5 do Formulário de Referência. | | | | | |

| Conselho Fiscal | | | | |
|-----------------|---|--|--|--|
| 31/12/2018 | 31/12/2018 Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não dispunha de um Conselho Fiscal instalado. | | | |
| 31/12/2017 | 31/12/2017 Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não dispunha de um Conselho Fiscal instalado. | | | |
| 31/12/2016 | 31/12/2016 Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não dispunha de um Conselho Fiscal instalado. | | | |

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

13.12 – Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Exceto pelo Diretor Presidente, os membros da Diretoria Estatutária celebraram contratos de trabalho junto à Companhia, cuja vigência se refere ao período de mandato do Diretor, e que dispõe que, em caso de destituição do cargo de diretor estatutário, os referidos diretores farão jus aos salários vincendos até o encerramento do referido contrato de trabalho. Salvo por referido mecanismo, não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores da Companhia em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

13.13 - Percentual na remuneração total detido por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido nas regras contábeis que tratam do assunto, em relação aos 3 últimos exercícios sociais.

Não houve, nos 3 últimos exercícios sociais, pagamento de remuneração a membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, da Companhia conforme definido nas regras contábeis que tratam do assunto.

PÁGINA: 265 de 333

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

13.14 - Remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam, em relação aos 3 últimos exercícios sociais

| Órgão | Exercício social encerrado em 31/12/2018 |
|---------------------------|--|
| Conselho de Administração | R\$ 257.041,00 |
| Diretoria | - |
| Conselho Fiscal | - |

| Órgão | Exercício social encerrado em 31/12/2017 |
|---------------------------|--|
| Conselho de Administração | R\$ 340.630,00 |
| Diretoria | - |
| Conselho Fiscal | - |

| Órgão | Exercício social encerrado em 31/12/2016 |
|---------------------------|--|
| Conselho de Administração | R\$ 654.595,00 |
| Diretoria | - |
| Conselho Fiscal | - |

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

13.15 - Remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia

Não aplicável, nos 3 últimos exercícios sociais não houve remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria executiva ou do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia.

PÁGINA: 267 de 333

13.16 - Outras Informações Relevantes

13.16 - Outras informações relevantes

No item 13.2 deste Formulário de Referência informamos o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal da Companhia. Para tanto, o cálculo do número de membros de cada órgão foi apurado nos termos do Ofício-Circular CVM/SEP/nº03/2019, aferindo-se o número de membros em cada mês do exercício, somando o resultado de todos os meses e dividindo pelo número de meses do exercício, obtendo assim, uma média anual do número de membros dos órgãos de administração. Nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente o cálculo dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria se deu conforme demonstrado a seguir:

Diretoria

| | Nº de membros | | | |
|--------------------------------|---------------|------|------|------|
| | 2019 | 2018 | 2017 | 2016 |
| Janeiro | 3 | 3 | 4 | 4 |
| Fevereiro | 3 | 3 | 4 | 4 |
| Março | 3 | 3 | 4 | 4 |
| Abril | 3 | 3 | 4 | 4 |
| Maio | 3 | 3 | 4 | 4 |
| Junho | 3 | 3 | 4 | 4 |
| Julho | 3 | 3 | 4 | 4 |
| Agosto | 3 | 3 | 4 | 4 |
| Setembro | 3 | 3 | 4 | 4 |
| Outubro | ı | 3 | 4 | 4 |
| Novembro | ı | 3 | 4 | 4 |
| Dezembro | ı | 3 | 3 | 4 |
| Total | 27 | 36 | 47 | 48 |
| Média (Total / Nº de meses) | 3 | 3 | 3,9 | 4 |

Conselho de Administração

| | Nº de membros | | | |
|--------------------------------|---------------|------|------|------|
| | 2019 | 2018 | 2017 | 2016 |
| Janeiro | 3 | 3 | 3 | 5 |
| Fevereiro | 3 | 3 | 3 | 5 |
| Março | 3 | 3 | 3 | 4 |
| Abril | 3 | 3 | 3 | 4 |
| Maio | 3 | 3 | 3 | 4 |
| Junho | 3 | 3 | 3 | 4 |
| Julho | 3 | 3 | 3 | 4 |
| Agosto | 3 | 3 | 3 | 4 |
| Setembro | 3 | 3 | 3 | 4 |
| Outubro | ı | 3 | 3 | 4 |
| Novembro | ı | 3 | 3 | 4 |
| Dezembro | ı | 3 | 3 | 3 |
| Total | 27 | 36 | 36 | 49 |
| Média (Total / Nº de meses) | 3 | 3 | 3 | 4,08 |

Em 24 de abril de 2017, foi realizada assembleia geral extraordinária de acionistas da Companhia, na qual foi aprovada a retificação da remuneração global anual dos administradores da Companhia dos exercícios de 2016 e 2017, de forma que (i) a remuneração dos administradores referente ao exercício de 2016 foi retificada para R\$4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais); e (ii) a remuneração dos administradores referente ao exercício de 2017 foi retificada para R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais), conforme informado no item 13.2 deste Formulário de Referência.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos

a) número de empregados:

A tabela a seguir evidencia a composição do quadro de colaboradores da Companhia (excluindo as subsidiárias da Companhia) nas datas indicadas:

| | 30/09/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
|----------------------------|------------|------------|------------|------------|
| Por grupos | | | | |
| Administrativo | 139 | 133 | 117 | 133 |
| Operacional | 2.484 | 2.394 | 1.915 | 2.072 |
| Total | 2.623 | 2.527 | 2.032 | 2.205 |
| Por localização geográfica | | | | |
| RJ | 83 | 94 | 179 | 254 |
| BA | 1.695 | 1.573 | 1.174 | 1.186 |
| RJ (Macaé) | 338 | 325 | 262 | 253 |
| RS (Rio Grande) | 0 | 0 | 0 | 7 |
| RJ (Caxias) | 50 | 79 | 0 | 21 |
| SP | 457 | 456 | 417 | 484 |
| Total | 2.623 | 2.527 | 2.032 | 2.205 |

b) número de terceirizados:

A tabela a seguir evidencia a composição dos trabalhadores terceirizados contratados pela Companhia (incluindo as subsidiárias da Companhia) nas datas indicadas:

| | 30/09/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
|----------------------------|------------|------------|------------|------------|
| Por grupos | | | | |
| Administrativo | 10 | 11 | 10 | 8 |
| Operacional | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Total | 10 | 11 | 10 | 8 |
| Por localização geográfica | | | | |
| BA | 5 | 5 | 5 | 5 |
| PE | 3 | 3 | 3 | 0 |
| RJ (Caxias) | 1 | 1 | 1 | 1 |
| RJ (Macaé) | 0 | 1 | 0 | 1 |
| SP | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Total | 10 | 11 | 10 | 8 |

c) índice de rotatividade

O quadro abaixo evidencia os índices de rotatividade para cada um dos exercícios abaixo:

| Exercício Social | Índice de Rotatividade (%) |
|------------------|----------------------------|
| 30/09/2019 | 34% |
| 31/12/2018 | 44% |
| 31/12/2017 | 48% |
| 31/12/2016 | 41% |

PÁGINA: 269 de 333

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

A Companhia esclarece que não houve alterações relevantes com relação aos números divulgados no item 14.1 deste Formulário de Referência relativamente aos três últimos exercícios sociais, bem como ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019.

A Companhia gere um portfólio de obras em todo o país. Esse é composto de projetos de longo prazo, de curto prazo como as "paradas programadas" de unidades fabris e aumentos/redução de efetivo quando solicitado pelos clientes. O alto índice de rotatividade reflete dezenas de eventos de mobilização e de desmobilização de mão-de-obra que ocorre a cada início ou final de uma fase do projeto respectivamente, decorrendo do curso regular das atividades da Companhia e em seu segmento de atuação.

PÁGINA: 270 de 333

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

a. Política de salários e remuneração variável

A Companhia acredita que um de seus principais diferenciais competitivos é a qualidade de sua mão-de-obra especializada. A Companhia desenvolve, ao longo dos anos, uma cultura de desenvolvimento de recursos humanos baseada em realização, participação de colaboradores e transparência, além de ter uma longa tradição de oferecimento de participação nos lucros e oportunidades para desenvolvimento profissional. A Companhia acredita que esta cultura promove a lealdade, comprometimento e entusiasmo de seus colaboradores. A Companhia tem como política de remuneração o pagamento de salários compatíveis com os praticados no mercado. Adicionalmente, é oferecido para todos os seus empregados programa de participação nos resultados.

b. Política de benefícios

Como política padrão, a Companhia oferece aos seus colaboradores os seguintes benefícios e facilidades, que podem sofrer alterações em função de contratos celebrados com seus clientes: (i) convênios com planos de saúde com cobertura hospitalar, através de contribuição participativa variando de 15% a 35%, de acordo com o salário recebido; (ii) seguro de vida em grupo integralmente custeado pela Companhia; (iii) convênios com empresas de assistência odontológica integralmente custeado pelos colaboradores optantes pelo benefício; (iv) cestas básicas de acordo com as convenções coletivas de trabalho; (v) parceria em universidades para concessão de descontos aos colaboradores, auxilio educação para cursos de especialização e extensão, através de reembolso em 50% aos participantes; (vi) vale refeição mediante o desconto em folha de pagamento na proporção do custo do benefício, variando de 10% a 20%, de acordo com o estrato organizacional; (vii) convênio farmácia; e (viii) plano de opção de compra de ações (somente para os gerentes e executivos da Companhia).

 c. Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preços de exercício; (iv) prazos de exercício; (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

O Primeiro Plano e o Terceiro Plano de Opções de Ações da Companhia dispõem que é possível outorgar remuneração baseada em ações a certos empregados não administradores. As ações comprometidas pelo Primeiro Plano de Opções a esses empregados correspondem a 2.061.535 e pelo Terceiro Plano, 381.615. Para maiores informações, vide itens 13.4 e 13.5 deste Formulário de Referência.

PÁGINA: 271 de 333

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

14.4 – Descrever as relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais

Os colaboradores da Companhia são representados pelos sindicatos das localidades em que possui estabelecimentos, havendo negociações coletivas anuais entre a Companhia e os referidos sindicatos. A Companhia celebra os acordos coletivos e convenções coletivas com os sindicatos e participa ativamente de ações correlatas aos fechamentos de acordos entre o sindicato patronal e os sindicatos dos funcionários, mantendo uma relação respeitosa e transparente. A Companhia zela pelo cumprimento das cláusulas definidas pelos acordos firmados entre as partes. Nos últimos três exercícios sociais, não há histórico de greves, manifestações e/ou paralisações de trabalho.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

14.5 – Fornecer outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta seção 14 que já não tenham sido divulgadas nos itens anteriores.

PÁGINA: 273 de 333

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| Última alteração | |
|---|------------------|
| CPF/CNPJ | |
| erenciais % Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % |
| | |
| | |
| | |
| 20/02/2020 | |
| | |
| 0,000% 2.251.600 | 5,920% |
| | |
| 18/02/2020 | |
| | |
| 0,000% 2.000.000 | 5,260% |
| | |
| 12/12/2019 | |
| | |
| 0,000% 291.341 | 0,770% |
| | |
| 17/02/2020 | |
| | |
| 0,000% 14.578.858 | 38,320% |
| | |
| 12/12/2019 | |
| | |
| 0,000% 3.174.603 | 8,340% |
| | 0,000% 3.174.603 |

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| Acionista | | | | | |
|--------------------------------------|---|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------|
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mand | atório | Tipo pessoa | CPF/CNPJ | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % |
| Detalhamento por classes de ações (U | nidades) | | | | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | |
| OUTROS | | | | | |
| 15.748.399 | 41,390% | 0 | 0,000% | 15.748.399 | 41,390% |
| AÇÕES EM TESOURARIA - Data da últi | AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: | | | | |
| 0 | 0,000% | 0 | 0,000% | 0 | 0,000% |
| TOTAL | | | | | |
| 38.044.801 | 100,000% | 0 | 0,000% | 38.044.801 | 100,000% |

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | |
|--|-----------------------------------|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------------------|
| ACIONISTA | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Ma | ndatório | Tipo pessoa | CPF/CNPJ | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | • | • | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social |
| Leblon Equities Partners V Fundo de Ir | nvestimento em Participações | | | 15.189.579/0001-50 | |
| | | | | | |
| 582.132 | 100,000 | 0 | 0,000 | 582.132 | 100,000 |
| TOTAL | | | | | |
| 582.132 | 100,000 | 0 | 0,000 | 582.132 | 100,000 |

15.3 - Distribuição de Capital

| Data da última assembleia / Data da última alteração | 17/02/2020 |
|---|------------|
| Quantidade acionistas pessoa física (Unidades) | 16.908 |
| Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades) | 232 |
| Quantidade investidores institucionais (Unidades) | 25 |

Ações em Circulação

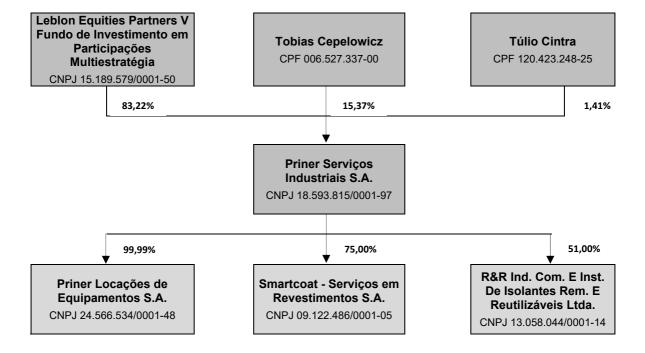
Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

| Quantidade ordinárias (Unidades) | 19.999.999 | 52,570% |
|-------------------------------------|------------|---------|
| Quantidade preferenciais (Unidades) | 0 | 0,000% |
| Total | 19.999.999 | 52,570% |

PÁGINA: 277 de 333

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

15.4 – Organograma dos acionistas e do grupo econômico



15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Não aplicável, visto que, na data deste Formulário de Referência, não há qualquer acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia ou do qual o acionista controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão da Companhia.

PÁGINA: 279 de 333

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

15.6 – Indicar alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Nos últimos três exercícios sociais e no exercício corrente não houve alteração relevante nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia.

PÁGINA: 280 de 333

15.7 - Principais Operações Societárias

15.7 - Principais operações societárias

| Evento | Transferência do acervo líquido de bens e equipamentos de locação da Companhia. |
|---|--|
| Principais condições do negócio | Em 21 de fevereiro de 2017, determinados ativos da Companhia (acervo líquido de bens e equipamentos de locação de titularidade da Companhia) foram contribuídos no capital social da Priner Locação de Equipamentos S.A., controlada pela Companhia. |
| Sociedades envolvidas | A Companhia e a Priner Locação de Equipamentos S.A. |
| Efeitos resultantes da operação no quadro acionário | Não aplicável, uma vez que não houve alteração do quadro societário da Companhia. |
| Quadro societário antes e depois da operação | Não aplicável, uma vez que não houve alteração do quadro societário da Companhia. |
| Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas | Aprovação em Assembleia Geral de acionistas. |

| Evento | Aquisição do controle societário da R&R Indústria, Comércio e Instalação de Isolantes Removíveis e Reutilizáveis Ltda. |
|---|---|
| Principais condições do negócio | Em 24 de janeiro de 2017 foi concretizada aquisição de 51% de participação societária na empresa R&R Indústria, Comércio e Instalação de Isolantes Removíveis e Reutilizáveis Ltda., por meio da aquisição de 25.500 quotas do total de 50.000 quotas representativas de seu capital social. A sociedade adquirida foi constituída em dezembro de 2010 e tem como atividade principal a fabricação de isolantes removíveis e reutilizáveis para isolamento térmico, acústico e proteção passiva contrafogo. |
| Sociedades envolvidas | A Companhia e a R&R Indústria, Comércio e Instalação de Isolantes Removíveis e Reutilizáveis Ltda. |
| Efeitos resultantes da operação no quadro acionário | Não aplicável, uma vez que não houve alteração do quadro societário da Companhia. |
| Quadro societário antes e depois da operação | Não aplicável, uma vez que não houve alteração do quadro societário da Companhia. |
| Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas | Não aplicável, uma vez que a operação não interferiu na relação da Companhia com seus acionistas, bem como não ocasionou conflitos entre seus acionistas. |

15.7 - Principais Operações Societárias

| Evento | Aquisição do controle societário da Smartcoat Engenharia em Revestimento Ltda. (atualmente denominada Smartcoat – |
|-------------------------------------|---|
| | Serviços em Revestimentos S.A.) |
| Principais | Em 28 de julho de 2017 foi concretizada aquisição de 75% de |
| condições do | participação societária na empresa Smartcoat Engenharia em |
| negócio | Revestimento Ltda., através da aquisição de 20.025.000 quotas do total de 26.700.000 quotas representativas de seu capital social. A sociedade tem como atividade principal a prestação de serviço de preparação de superfícies, pintura industrial, engenharia em revestimento e locação de equipamentos de hidrojato. |
| Sociedades | A Companhia e a Smartcoat Engenharia em Revestimento Ltda. |
| envolvidas | - |
| Efeitos resultantes | Não aplicável, uma vez que não houve alteração do quadro |
| da operação no | societário da Companhia. |
| quadro acionário Quadro societário | Não aplicável, uma vez que não houve alteração do quadro |
| antes e depois da operação | societário da Companhia. |
| Mecanismos | Não aplicável, uma vez que a operação não interferiu na relação |
| utilizados para | da Companhia com seus acionistas, bem como não ocasionou |
| garantir o | conflitos entre seus acionistas. |
| tratamento | |
| equitativo entre os | |
| acionistas | |

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

15.8. - Outras informações relevantes

Nós temos do Acordo de Quotistas celebrado em 24 de janeiro de 2017, entre a Priner Serviços Industriais S.A. ("Companhia") e determinado acionista vendedor, por meio do qual foi outorgado à Companhia opção de compra da participação societária equivalente à 49% (quarenta e nove por cento) do capital social da R&R Indústria, Comércio e Instalação de Isolantes Removíveis e Reutilizáveis Ltda. ("R&R"), de forma a consolidar a participação da Companhia na R&R. Referida opção de compra poderá ser exercida a qualquer momento. A aquisição pela Companhia da participação societária na R&R poderá ser exercida (i) entre janeiro de 2019 e janeiro de 2021, pelo valor equivalente ao percentual de quotas a ser adquirido multiplicado pela avaliação da R&R, sendo que referida avaliação não poderá ser superior ao valor de R\$12 milhões; e (ii) a partir de janeiro de 2021, pelo valor equivalente ao percentual de quotas a ser adquirido multiplicado pela avaliação da R&R, sendo que referida avaliação não poderá ser superior ao valor de R\$12 milhões. A avaliação da R&R será calculada por um múltiplo de 4 (quatro) vezes a média anual do EBITDA (sendo considerado como "EBITDA" o os lucros antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) da R&R apurado nos últimos 2 (dois) anos, deduzido endividamento líquido.

Nos temos do Acordo de Acionistas celebrado em 28 de julho de 2017, entre a Companhia e os demais acionistas da Companhia, foi outorgado à Companhia a opção de compra de participação societária equivalente à 25% (vinte e cinco por cento) do capital social da SmartCoat – Engenharia em Revestimentos S.A. ("Smartcoat"), de forma a consolidar a participação da Companhia na Smartcoat. Referida opção de compra poderá ser exercida até julho de 2020, na ocorrência de um evento de liquidez, conforme termos e condições estabelecidos no instrumento de compra e venda, ou caso a Companhia realize captação de recursos no mercado mediante a emissão de novas ações em valor de, no mínimo R\$30 milhões. A aquisição da participação na Smartcoat poderá ser exercida pelo valor equivalente à 4 (quatro) vezes o valor do EBITDA (sendo considerado como "EBITDA" o resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas e das depreciações, amortizações e exaustões) da Smartcoat apurado nos 12 (doze) meses calendário anteriores à data de exercício da opção de compra, subtraído o endividamento líquido, multiplicado pelo percentual do capital social detido pelos quotistas vendedores

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 15 que não tenham sido divulgadas acima ou nos demais itens deste Formulário de Referência.

PÁGINA: 283 de 333

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

16.1 – Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

A Política de Transação com Partes Relacionadas da Companhia foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de dezembro de 2019 ("Política"), nos termos do artigo 14, inciso "xx" do Estatuto Social da Companhia. A eficácia da Política, nos termos da aprovação do Conselho de Administração, está sujeita à divulgação do anúncio de início da Oferta, bem como à conclusão da Migração ao Novo Mercado. Para maiores informações com relação à Oferta e à Migração ao Novo Mercado, vide item 6.3 deste Formulário de Referência.

A Política tem por objetivo estabelecer as regras e procedimentos que visam assegurar que todas as decisões envolvendo transações com partes relacionadas e/ou situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas e sempre em conformidade com os requisitos de competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade. A Política se aplica a todos os colaboradores e administradores da Companhia e de suas controladas.

A Política abarca definições objetivas com relação aos conceitos de partes relacionadas e transações com partes relacionadas. Neste sentido, para fins da Política, considera-se uma transação com partes relacionadas quaisquer transferências de recursos, serviços, direitos ou obrigações entre a Companhia e uma parte relacionada, independentemente de haver a cobrança de um preco em contrapartida.

Toda transação com partes relacionadas ou que envolva potencial conflito de interesse deverá ser formalizada contratualmente de acordo com os seguintes critérios: (i) observância das condições de mercado e dos mesmos princípios e procedimentos que norteiam negociações feitas pela Companhia com partes independentes; e (ii) o contrato que formalizará a transação deverá descrever, além dos termos da transação, os eventuais impactos e riscos ocasionados (ou que poderão ser ocasionados) para a Companhia e para a parte relacionada, caso aplicável.

Nos termos da Política, os administradores da Companhia e demais pessoas com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, direta ou indiretamente ("Pessoas Chave"), ao identificarem a possibilidade de participar de um processo decisório relativo a matéria em que possa ser caracterizada como parte relacionada ou esteja em situação de potencial conflito de interesses, devem manifestar seu potencial conflito de interesses. Adicionalmente, a Pessoa Chave deve ausentar-se das discussões sobre o tema, bem como abster-se de votar no respectivo processo decisório.

Caso solicitado pelo presidente do Conselho de Administração, tais Pessoas Chave poderão participar parcialmente da discussão, visando apenas proporcionar maiores informações sobre a transação e as partes envolvidas, devendo se ausentar da parte conclusiva da discussão, incluindo do processo de votação da matéria.

Caso alguma Pessoa Chave que possa ter um potencial ganho privado decorrente de alguma decisão não manifeste seu potencial conflito de interesses, qualquer outra Pessoa Chave que tenha conhecimento da situação poderá fazê-lo. A não manifestação voluntária da Pessoa Chave é considerada uma violação da Política e deverá ser submetida às sanções cabíveis. A manifestação sobre eventual caracterização como parte relacionada ou da situação de potencial conflito de interesses e a consequente abstenção da Pessoa Chave deverão constar da respectiva ata da reunião do Conselho de Administração, da reunião da Diretoria ou de qualquer outro órgão da Companhia em que a matéria for deliberada.

O Comitê de Auditoria é o órgão responsável por: (i) avaliar a adequação das transações com partes relacionadas ou com potencial conflito de interesses; (ii) avaliar, monitorar, e recomendar ao conselho de administração da Companhia a correção ou aprimoramento da Política; (iii) prestar esclarecimentos adicionais ao Conselho de Administração da Companhia a respeito da realização de transações com partes relacionadas ou com potencial conflito de interesses; e (iv) fiscalizar o cumprimento da Política, submetendo à apreciação do Conselho de Administração os casos nos quais haja suspeita da sua violação.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

O Comitê de Auditoria da Companhia deverá reportar diretamente ao Conselho de Administração todas as transações com partes relacionadas ou com potencial conflito de interesses efetuadas no período.

Caberá ao Conselho de Administração, com auxílio do Comitê de Auditoria, tomar as medidas disciplinares que foram cabíveis no âmbito interno da Companhia, inclusive a destituição do cargo ou demissão do infrator nas hipóteses de violação grave. Caso a medida cabível seja de competência legal ou estatutária da Assembleia Geral, o Conselho de Administração da Companhia deverá convocá-la para deliberar sobre o tema.

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de divida | |
|----------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|---------------------------|---------------------------|-----------------------|--|---------------|
| Luiz Antônio Angélica | 06/03/2018 | 1.000.000,00 | R\$1.195.246,05 | R\$1.000.000,00 | 06/03/2020 | SIM | 0,060000 |
| Relação com o emissor | Luiz Antonio A | ngélica é administrador d | a Smartcoat – Serviços | em Revestimentos S.A. | | | |
| Objeto contrato | Mútuo. O cont de 6% ao ano | · | • | 0% (cem por cento) da var | • | | ıma sobretaxa |
| Garantia e seguros | Não aplicável | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Não aplicável | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Financiamento | de capital de giro e melh | noria de liquidez. | | | | |
| Posição contratual do emissor | Outra | | | | | | |
| Especificar | | | | | | | |
| Túlio Cintra | 27/03/2018 | 100.000,00 | R\$119.963,00 | R\$100.000,00 | 27/03/2020 | SIM | 0,060000 |
| Relação com o emissor | Tulio Cintra é | Diretor Presidente da Cor | npanhia. | | | | |
| Objeto contrato | Mútuo. O cont de 6% ao ano | • | • | 0% (cem por cento) da var | • | | |
| Garantia e seguros | Não aplicável. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Não aplicável. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Mútuo contrata | ado para financiamento d | e capital de giro e melho | | | | |
| Posição contratual do emissor | Devedor | | | | | | |
| Especificar | | | | | | | |
| Túlio Cintra | 16/03/2018 | 650.000,00 | R\$510.989,00 | R\$650.000,00 | 16/03/2020 | SIM | 0,060000 |
| Relação com o emissor | Tulio Cintra é | Diretor Presidente da Cor | mpanhia. | | | | |
| Objeto contrato | Mútuo. O cont de 6% ao ano | | axa correspondente a 10 | 0% (cem por cento) da var | iação acumulada da Ta | axa DI, acrescida de u | ıma sobretaxa |
| Garantia e seguros | Não aplicável. | | | | | | |

| Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo Taxa de ou outro tipo juros de divida cobrados |
|-------------------------------|---|---|---|---|--|
| Não aplicável. | | | | | |
| Mútuo contrata | ado para financiamento d | e capital de giro e melho | oria de liquidez. | | |
| Devedor | | | | | |
| | | | | | |
| 05/03/2018 | 500.000,00 | R\$604.458,00 | R\$500.000,00 | 05/03/2020 | SIM 0,060000 |
| Roberto Carm conselho de a | elo de Oliveira é administ dministração na Assembl | trador da Companhia, vi eia Geral Extraordinária | de item 12.5/6 deste Formu realizada em 17/04/2019 p | lário de Referência. El ara um mandato de m | le foi reeleito como membro do ais 1 (um) ano. |
| | | axa correspondente a 10 | 00% (cem por cento) da var | iação acumulada da T | axa DI, acrescida de uma sobreta |
| Não aplicável. | | | | | |
| Não aplicável. | | | | | |
| Mútuo contrata | ado para financiamento d | e capital de giro e melho | oria de liquidez. | | |
| Devedor | | | | | |
| | | | | | |
| 15/02/2018 | 750.000,00 | R\$131.969,00 | R\$750.000,00 | 15/02/2020 | SIM 0,060000 |
| Tulio Cintra é | Diretor Presidente da Cor | mpanhia. | | | |
| | | axa correspondente a 10 | 00% (cem por cento) da var | iação acumulada da T | axa DI, acrescida de uma sobreta |
| Não aplicável. | | | | | |
| Não aplicável. | | | | | |
| Mútuo contrata | ado para financiamento d | e capital de giro e melho | oria de liquidez. | | |
| Devedor | | | | | |
| | | | | | |
| | Não aplicável. Mútuo contrata Devedor 05/03/2018 Roberto Carm conselho de a Mútuo. O cont de 6% ao ano Não aplicável. Não aplicável. Mútuo contrata Devedor 15/02/2018 Tulio Cintra é Mútuo. O cont de 6% ao ano Não aplicável. Não aplicável. Mútuo Contrata | Não aplicável. Mútuo contratado para financiamento de Devedor 05/03/2018 500.000,00 Roberto Carmelo de Oliveira é administiconselho de administração na Assemble Mútuo. O contrato é remunerado pela trade 6% ao ano. Não aplicável. Não aplicável. Mútuo contratado para financiamento de Devedor 15/02/2018 750.000,00 Tulio Cintra é Diretor Presidente da Con Mútuo. O contrato é remunerado pela trade 6% ao ano. Não aplicável. Não aplicável. Não aplicável. Não aplicável. Mútuo contratado para financiamento de Mútuo | Não aplicável. Mútuo contratado para financiamento de capital de giro e melho Devedor 05/03/2018 500.000,00 R\$604.458,00 Roberto Carmelo de Oliveira é administrador da Companhia, vi conselho de administração na Assembleia Geral Extraordinária Mútuo. O contrato é remunerado pela taxa correspondente a 10 de 6% ao ano. Não aplicável. Mútuo contratado para financiamento de capital de giro e melho Devedor 15/02/2018 750.000,00 R\$131.969,00 Tulio Cintra é Diretor Presidente da Companhia. Mútuo. O contrato é remunerado pela taxa correspondente a 10 de 6% ao ano. Não aplicável. Não aplicável. Não aplicável. Não aplicável. | Não aplicável. Mútuo contratado para financiamento de capital de giro e melhoria de liquidez. Devedor 05/03/2018 500.000,00 R\$604.458,00 R\$500.000,00 Roberto Carmelo de Oliveira é administrador da Companhia, vide item 12.5/6 deste Formu conselho de administração na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17/04/2019 p Mútuo. O contrato é remunerado pela taxa correspondente a 100% (cem por cento) da var de 6% ao ano. Não aplicável. Não aplicável. Mútuo contratado para financiamento de capital de giro e melhoria de liquidez. Devedor 15/02/2018 750.000,00 R\$131.969,00 R\$750.000,00 Tulio Cintra é Diretor Presidente da Companhia. Mútuo. O contrato é remunerado pela taxa correspondente a 100% (cem por cento) da var de 6% ao ano. Não aplicável. Não aplicável. Não aplicável. | transação (Reais) Não aplicável. Mútuo contratado para financiamento de capital de giro e melhoria de liquidez. Devedor 05/03/2018 500.000,00 R\$604.458,00 R\$500.000,00 05/03/2020 Roberto Carmelo de Oliveira é administrador da Companhia, vide item 12.5/6 deste Formulário de Referência. El conselho de administração na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17/04/2019 para um mandato de m Mútuo. O contrato é remunerado pela taxa correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada da T de 6% ao ano. Não aplicável. Não aplicável. Mútuo contratado para financiamento de capital de giro e melhoria de liquidez. Devedor 15/02/2018 750.000,00 R\$131.969,00 R\$750.000,00 15/02/2020 Tulio Cintra é Diretor Presidente da Companhia. Mútuo. O contrato é remunerado pela taxa correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada da T de 6% ao ano. Não aplicável. Não aplicável. Não aplicável. Não aplicável. |

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de divida | |
|----------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|---------------------------|---------------------------|------------------------|--|---------------|
| Luiz Antônio Angélica | 09/05/2018 | 140.000,00 | R\$164.475,12 | R\$140.000,00 | 09/05/2020 | SIM | 0,060000 |
| Relação com o emissor | Luiz Antonio A | ngélica é administrador d | la Smartcoat – Serviços | em Revestimentos S.A. | | | |
| Objeto contrato | Mútuo. O cont de 6% ao ano | | axa correspondente a 10 | 0% (cem por cento) da vai | riação acumulada da Ta | axa DI, acrescida de | uma sobretaxa |
| Garantia e seguros | Não aplicável. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Não aplicável. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Mútuo contrata | ado para financiamento d | e capital de giro e melho | ria de liquidez. | | | |
| Posição contratual do emissor | Outra | | | | | | |
| Especificar | | | | | | | |
| Túlio Cintra | 24/09/2018 | 110.000,00 | R\$124.286,00 | R\$110.000,00 | 24/09/2020 | SIM | 0,060000 |
| Relação com o emissor | Tulio Cintra é | Diretor Presidente da Cor | mpanhia. | | | | |
| Objeto contrato | Mútuo. O cont de 6% ao ano | | • | 0% (cem por cento) da vai | - | | uma sobretaxa |
| Garantia e seguros | Não aplicável. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Não aplicável. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Mútuo contrata | ado para financiamento d | e capital de giro e melho | ria de liquidez. | | | |
| Posição contratual do emissor | Devedor | | | | | | |
| Especificar | | | | | | | |
| Luiz Antônio Angélica | 28/09/2018 | 1.560.000,00 | R\$1.745.635,53 | R\$1.560.000,00 | 28/01/2020 | SIM | 0,060000 |
| Relação com o emissor | Luiz Antonio A | ngélica é administrador d | da Smartcoat – Serviços | em Revestimentos S.A. | | | |
| Objeto contrato | Mútuo. O cont de 6% ao ano | | axa correspondente a 10 | 0% (cem por cento) da vai | riação acumulada da Ta | axa DI, acrescida de | uma sobretaxa |
| Garantia e seguros | Não aplicável. | | | | | | |

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de divida | |
|--|--------------------------------|-------------------------------|---------------------------|---|----------------------|--|---------------|
| Rescisão ou extinção | Não aplicável. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Mútuo contrata | ado para financiamento de | e capital de giro e melho | ria de liquidez. | | | |
| Posição contratual do emissor | Outra | | | | | | |
| Especificar | | | | | | | |
| Espólio de Isidoro Barbiero (inventariante Igor Freitas Barbiero) | 15/05/2018 | 1.000.000,00 | R\$1.166.717,70 | R\$1.000.000,00 | 15/11/2019 | SIM | 0,060000 |
| Relação com o emissor | 19/03/2018 foi | | mandato do Conselheiro | Revestimentos S.A. Conforr de Administração do qual | | | |
| Objeto contrato | Mútuo. O cont de 6% ao ano. | | | 0% (cem por cento) da var | | | uma sobretaxa |
| Garantia e seguros | Não aplicável. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Não aplicável. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Mútuo contrata | ado para financiamento de | e capital de giro e melho | ria de liquidez. | | | |
| Posição contratual do emissor | Outra | | | | | | |
| Especificar | | | | | | | |
| Roberto Carmelo de Oliveira (Rcarmelo Assessoria e Treinamento EIRELI - ME) | 01/10/2017 | 257.041,00 | 0,00 | R\$257.041,00 | Indeterminado | SIM | 0,000000 |
| Relação com o emissor | | | | le item 12.5/6 deste Formu realizada em 17/04/2019 p | | | embro do |
| Objeto contrato | Consultoria. P | restação de serviço de co | nsultoria com objetivo d | e Desenvolvimento de Nov | os Negócios no Segme | nto de Serviços Indo | ustriais. |
| Garantia e seguros | Não aplicável. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Não aplicável. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Prestação de s | serviços de consultoria. D | esenvolvimento de Novo | os Negócios no Segmento | Industrial. | | |
| Posição contratual do emissor | Outra | | | | | | |

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de divida | |
|--|-------------------|-------------------------------|------------------------------|----------------------------|---|--|-----------|
| Especificar | Contratante | | | | | ' | |
| Smarcoat – Serviços em Revestimentos S.A. | 04/05/2018 | 2.000.000,00 | 0,00 | R\$2.000.000,00 | 2 meses da data de cada desembolso. | SIM | 0,120000 |
| Relação com o emissor | A Smarcoat – | Serviços em Revestiment | os S.A. é controlada pela | Companhia. | | | |
| Objeto contrato | Mútuo. O conti | rato é remunerado pela ta | xa correspondente a 12% | ao ano. | | | |
| Garantia e seguros | Não aplicável. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Não aplicável. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Mútuo contrata | ado para financiamento de | e capital de giro e melhoria | a de liquidez. Trata-se de | reforço de Caixa para cum | orimento das obi | rigações. |
| Posição contratual do emissor | Credor | | | | | | |
| Especificar | | | | | | | |
| Smarcoat – Serviços em Revestimentos S.A. | 11/05/2018 | 400.000,00 | 0,00 | R\$400.000,00 | 60 dias | SIM | 0,120000 |
| Relação com o emissor | A Smarcoat – | Serviços em Revestiment | os S.A. é controlada pela | Companhia. | | | |
| Objeto contrato | Mútuo. O conti | rato é remunerado pela ta | ixa correspondente a 12% | ao ano. | | | |
| Garantia e seguros | Não aplicável. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Não aplicável. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Mútuo contrata | ado para financiamento de | e capital de giro e melhoria | a de liquidez. Trata-se de | reforço de Caixa para cum | orimento das obi | rigações. |
| Posição contratual do emissor | Credor | | | | | | |
| Especificar | | | | | | | |
| Roberto Carmelo de Oliveira (Rcarmelo Assessoria e Treinamento EIRELI - ME) | 31/12/2016 | 334.595,00 | - | R\$334.595,00 | Indeterminado | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | | | | | ário de Referência. Ele foi i ara um mandato de mais 1 | | embro do |
| Objeto contrato | Consultoria. P | restação de serviço de co | nsultoria com objetivo de | Desenvolvimento de Novo | os Negócios no Segmento | de Serviços Indu | striais. |

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de divida | |
|--|--------------------------------|---|---------------------------|---------------------------|---------------------------|--|-----------------|
| Garantia e seguros | Não aplicável. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Não aplicável. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Prestação de s | serviços de consultoria. D | esenvolvimento de Novo | s Negócios no Segmento | Industrial. | | |
| Posição contratual do emissor | Outra | | | | | | |
| Especificar | Contratante | | | | | | |
| Osvaldo Burgos Schirmer (Schirmer e Associados Consultores de Negócios Ltda.) | 31/12/2016 | 320.000,00 | - | R\$320.000,00 | Indeterminado | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | | os Schirmer foi conselheir ia realizada em 28/04/201 | | em 01/12/2014, reeleito e | e teve renuncia deliberad | da na Assembleia G | Geral Ordinária |
| Objeto contrato | Consultoria. S | erviço de consultoria em | ootencial aquisição de no | vos negócios. | | | |
| Garantia e seguros | Não aplicável. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Não aplicável. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Prestação de s | serviços de consultoria. P | otencial para aquisição d | e novos negócios. | | | |
| Posição contratual do emissor | Outra | | | | | | |
| Especificar | Contratante | | | | | | |
| Túlio Cintra | 25/05/2018 | 800.000,00 | R\$941.729,00 | R\$800.000,00 | 25/05/2020 | SIM | 0,060000 |
| Relação com o emissor | Tulio Cintra é | Diretor Presidente da Cor | npanhia. | | | | |
| Objeto contrato | Mútuo. O cont de 6% ao ano. | | ixa correspondente a 100 | % (cem por cento) da var | iação acumulada da Tax | xa DI, acrescida de | uma sobretaxa |
| Garantia e seguros | Não aplicável. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Não aplicável. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Financiamento | de capital de giro e melh | oria de liquidez. | | | | |
| Posição contratual do emissor | Devedor | | | | | | |

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de divida | |
|--|--------------------------------|-------------------------------|----------------------------|-----------------------------|----------------------------|--|---------------|
| Especificar | | | | | | | |
| R&R Indústria, Comércio e Instalação de Isolantes Removíveis e Reutilizáveis Ltda | 31/12/2017 | 806.290,98 | - | R\$806.290,98 | Indeterminado | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | A R&R Indústr | ia, Comércio e Instalação | de Isolantes Removíveis | e Reutilizáveis Ltda. é co | ntrolada pela Companhia | | |
| Objeto contrato | Pintura/Isolam | ento/Jateamento. Contra | tação de Serviços de Pin | ura, Isolamento e Jateame | ento durante o exercício d | le 2017. | |
| Garantia e seguros | Não aplicável. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Não aplicável. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Pintura/Isolam | ento/Jateamento. Aquisiç | ão de manta protetora pa | ra revenda futura a cliente | es. | | |
| Posição contratual do emissor | Outra | | | | | | |
| Especificar | Contratante | | | | | | |
| Tulio Cintra | 18/06/2018 | 400.000,00 | R\$467.846,00 | R\$400.000,00 | 18/06/2020 | SIM | 0,060000 |
| Relação com o emissor | Tulio Cintra é l | Diretor Presidente da Cor | mpanhia. | | | | |
| Objeto contrato | Mútuo. O cont de 6% ao ano. | rato é remunerado pela ta | axa correspondente a 100 | % (cem por cento) da vari | ação acumulada da Taxa | DI, acrescida de ι | ıma sobretaxa |
| Garantia e seguros | Não aplicável. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Não aplicável. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Mútuo contrata | ado para financiamento d | e capital de giro e melhor | a de liquidez. | | | |
| Posição contratual do emissor | Devedor | | | | | | |
| Especificar | | | | | | | |
| Luiz Antonio Angélica | 22/03/2019 | 700.000,00 | R\$743.804,75 | R\$700.000,00 | 22/03/2020 | SIM | 0,050000 |
| Relação com o emissor | Luiz Antonio A | ngélica é administrador d | la Smartcoat – Serviços e | m Revestimentos S.A. | | | |
| Objeto contrato | Mútuo. O cont de 5% ao ano. | | axa correspondente a 100 | % (cem por cento) da vari | ação acumulada da Taxa | DI, acrescida de ι | ıma sobretaxa |

| Posição contratual do emissor Outra Especificar Espólio de Isidoro Barbiero (inventariante Igor Freitas Barbiero) Relação com o emissor Isidoro E 19/03/20 represer | ável. Intratado para financiam | ento de capital de giro e melh | noria de liquidez. | | | |
|--|-----------------------------------|--------------------------------|----------------------------|---|------------------|---------------|
| Natureza e razão para a operação Mútuo co Posição contratual do emissor Outra Especificar Espólio de Isidoro Barbiero (inventariante Igor Freitas Barbiero) Relação com o emissor Isidoro E 19/03/20 represer | ntratado para financiam | ento de capital de giro e melh | noria de liquidez. | | | |
| Posição contratual do emissor Especificar Espólio de Isidoro Barbiero (inventariante Igor Freitas Barbiero) Relação com o emissor Isidoro E 19/03/20 represer | | ento de capital de giro e melh | noria de liquidez. | | | |
| Espédicar Espólio de Isidoro Barbiero (inventariante Igor Freitas Barbiero) Relação com o emissor Isidoro E 19/03/20 represer | 19 1.500.000,00 | | | | | |
| Espólio de Isidoro Barbiero (inventariante Igor Freitas Barbiero) Relação com o emissor Isidoro E 19/03/20 represer | 19 1.500.000,00 | | | | | |
| Freitas Barbiero) Relação com o emissor Isidoro E 19/03/20 represer | 19 1.500.000,00 | | | | | |
| 19/03/20 represer | | R\$1.593.447,60 | R\$1.500.000,00 | 15/03/2020 | SIM | 0,050000 |
| Obieto contrato Mútuo. C | 18 foi deliberado o termi | | | rme Assembleia Geral Extraor I foi eleito em 28/07/2017 devi | | |
| de 5% a | | pela taxa correspondente a 1 | 100% (cem por cento) da va | ıriação acumulada da Taxa DI, | , acrescida de ι | ıma sobretaxa |
| Garantia e seguros Não apli | ável. | | | | | |
| Rescisão ou extinção Não apli | ável. | | | | | |
| Natureza e razão para a operação Mútuo co | ntratado para financiam | ento de capital de giro e melh | noria de liquidez. | | | |
| Posição contratual do emissor Outra | | | | | | |
| Especificar | | | | | | |
| Smarcoat – Serviços em Revestimentos S.A. 07/05/20 | 19 2.600.000,00 | R\$2.427.980,90 | R\$2.600.000,00 | 1 ano podendo ser prorrogado pelo mesmo período | SIM | 0,120000 |
| Relação com o emissor A Smaro | oat – Serviços em Reves | stimentos S.A. é controlada po | ela Companhia. | | | |
| Objeto contrato Mútuo. C | contrato é remunerado | pela taxa correspondente a 1 | 12% ao ano. | | | |
| Garantia e seguros Não apli | l | | | | | |
| Rescisão ou extinção Não apli | cavei. | | | | . | |
| Natureza e razão para a operação Mútuo co | | | | | | |

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de divida | | | |
|---|-------------------|--|---------------------------|-----------------------------|---|--|----------|--|--|
| Posição contratual do emissor | Devedor | | | | | | | | |
| Especificar | | | | | | | | | |
| Smarcoat – Serviços em Revestimentos S.A. | 10/05/2019 | 10.500.000,00 | R\$11.085.367,65 | R\$10.500.000,00 | 1 ano podendo ser prorrogado pelo mesmo período | SIM | 0,120000 | | |
| Relação com o emissor | A Smarcoat – | Serviços em Revestiment | os S.A. é controlada pel | a Companhia. | | | | | |
| Objeto contrato | Mútuo. O con | trato é remunerado pela ta | ixa correspondente a 12 | % ao ano. | | | | | |
| Garantia e seguros | Não aplicável | | | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Não aplicável | ão aplicável. | | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Mútuo contrat | Mútuo contratado para financiamento de capital de giro e melhoria de liquidez. Reforço de Caixa para cumprimento das obrigações. | | | | | | | |
| Posição contratual do emissor | Devedor | | | | | | | | |
| Especificar | | | | | | | | | |
| Smarcoat – Serviços em Revestimentos S.A. | 16/05/2019 | 4.200.000,00 | R\$4.424.823,41 | R\$4.200.000,00 | 1 ano podendo ser prorrogado pelo mesmo período | SIM | 0,120000 | | |
| Relação com o emissor | A Smarcoat – | Serviços em Revestiment | os S.A. é controlada pel | a Companhia. | | | | | |
| Objeto contrato | Mútuo. O con | trato é remunerado pela ta | xa correspondente a 12 | % ao ano. | | | | | |
| Garantia e seguros | Não aplicável | | | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Não aplicável | | | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Mútuo contrat | ado para financiamento de | e capital de giro e melho | ria de liquidez. Reforço de | Caixa para cumprimento das | obrigações | | | |
| Posição contratual do emissor | Devedor | | | | | | | | |
| Especificar | | | | | | | | | |
| Smarcoat – Serviços em Revestimentos S.A. | 30/08/2019 | 3.440.000,00 | R\$3.491.320,09 | R\$3.440.000,00 | 1 ano podendo ser prorrogado pelo mesmo período | SIM | 0,120000 | | |

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de divida | |
|---|-------------------|-------------------------------|---------------------------|------------------------------|---|--|----------|
| Relação com o emissor | A Smarcoat – | Serviços em Revestiment | os S.A. é controlada pe | ela Companhia. | | | |
| Objeto contrato | Mútuo. O cont | rato é remunerado pela ta | xa correspondente a 12 | 2% ao ano. | | | |
| Garantia e seguros | Não aplicável. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Não aplicável. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Mútuo contrat | ado para financiamento de | e capital de giro e melho | oria de liquidez. Reforço de | Caixa para cumprimento das | obrigações. | |
| Posição contratual do emissor | Devedor | | | | | | |
| Especificar | | | | | | | |
| Smarcoat – Serviços em Revestimentos S.A. | 30/09/2019 | 950.000,00 | R\$953.648.95 | R\$950.000,00 | 1 ano podendo ser prorrogado pelo mesmo período | SIM | 0,120000 |
| Relação com o emissor | A Smarcoat – | Serviços em Revestiment | os S.A. é controlada pe | ela Companhia. | | | |
| Objeto contrato | Mútuo. O cont | rato é remunerado pela ta | xa correspondente a 12 | 2% ao ano. | | | |
| Garantia e seguros | Não aplicável. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Não aplicável. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Mútuo contrat | ado para financiamento de | e capital de giro e melho | oria de liquidez. Reforço de | Caixa para cumprimento das | obrigações. | |
| Posição contratual do emissor | Credor | | | | | | |
| Especificar | | | | | | | |
| Smarcoat – Serviços em Revestimentos S.A. | 30/10/2018 | 750.000,00 | R\$846.597,11 | R\$750.000,00 | 1 ano podendo ser prorrogado pelo mesmo período | SIM | 0,120000 |
| Relação com o emissor | A Smarcoat – | Serviços em Revestiment | os S.A. é controlada pe | ela Companhia. | | | |
| Objeto contrato | Mútuo. O cont | rato é remunerado pela ta | xa correspondente a 12 | 2% ao ano. | | | |
| Garantia e seguros | Não aplicável. | | | | | | |

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo Taxa de ou outro tipo juros de divida cobrados |
|----------------------------------|-------------------|-------------------------------|---------------------------|------------------------------|---------------------|---|
| Rescisão ou extinção | Não aplicável. | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Mútuo contrata | ado para financiamento de | e capital de giro e melho | oria de liquidez. Reforço de | Caixa para cumprime | ento das obrigações. |
| Posição contratual do emissor | Devedor | | | | | |
| Especificar | | | | | | |

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

16.3 – Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

(a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses.

Quando da celebração dos contratos com partes relacionadas que se encontram descritos no item 16.2 deste Formulário de Referência, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para endereçar riscos decorrentes da existência de conflitos de interesses. Ainda, em 12 de dezembro de 2019, foi aprovada a Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia, pelo Conselho de Administração, a qual passou a reger a celebração de transações com partes relacionadas. A eficácia de referida política, nos termos da aprovação do Conselho de Administração, está sujeita à divulgação do anúncio de início da Oferta, bem como à conclusão da Migração ao Novo Mercado. Para maiores informações com relação à Oferta e à Migração ao Novo Mercado, vide item 6.3 deste Formulário de Referência.

A Companhia adota práticas de governança corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação brasileira e regulamentação aplicável. Todas as decisões inerentes aos negócios da Companhia são submetidas à prévia análise e deliberação pela administração da Companhia.

Para mais informações sobre conflitos de interesses, consultar a seção 12 deste Formulário de Referência.

(b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Eventuais operações e negócios celebrados entre a Companhia e suas partes relacionadas serão realizadas no intuito de maximizar a nossa eficiência operacional e proporcionar melhorias gerenciais e de resultado para nós. Em todas as operações da Companhia são avaliados o preço, o prazo, a capacidade técnica e os encargos financeiros em face de condições de mercado.

As transações contratadas com partes relacionadas descritas na seção 16.2 acima foram formalizadas por meio de instrumentos adequados, com a devida indicação do objeto da transação, valores envolvidos no negócio, prazos e taxas cobradas, quando aplicáveis, bem como dos demais direitos e responsabilidades das partes envolvidas, com o propósito de oferecer maior transparência para cada transação contratada.

Em 12 de dezembro de 2019, foi aprovada a Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia, pelo Conselho de Administração, a qual passou a reger a celebração de transações com partes relacionadas. A eficácia de referida política, nos termos da aprovação do Conselho de Administração, está sujeita à divulgação do anúncio de início da Oferta, bem como à conclusão da Migração ao Novo Mercado. Para maiores informações com relação à Oferta e à Migração ao Novo Mercado, vide item 6.3 deste Formulário de Referência.

PÁGINA: 297 de 333

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

16.4- Outras Informações Relevantes

A Companhia informa, com relação ao item 16.2 deste Formulário de Referência, que os mútuos em nome do Espólio de Isidoro Barbiero (inventariante, Igor Freitas Barbiero), em 15 de maio de 2018 (de R\$1,0 milhão) e em 15 de março de 2019 (de R\$1,5 milhões), passaram a ser representados pelos herdeiros Inêz Maria de Freitas Barbiero, Igor Freitas Barbiero e Camila Barbiero de Siqueira.

PÁGINA: 298 de 333

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

| Data da autorização ou aprovação | Valor do capital (Reais) | Prazo de integralização | Quantidade de ações ordinárias (Unidades) | Quantidade de ações preferenciais (Unidades) | |
|----------------------------------|--------------------------|-------------------------|--|---|------------|
| Tipo de capital | Capital Emitido | | | | |
| 13/02/2020 | 173.913.040,00 | | 17.391.304 | 0 | 17.391.304 |
| Tipo de capital | Capital Subscrito | | | | |
| 13/02/2020 | 173.913.040,00 | | 17.391.304 | 0 | 17.391.304 |
| Tipo de capital | Capital Integralizado | | | | |
| 13/02/2020 | 247.280.259,62 | | 38.044.801 | 0 | 38.044.801 |
| Tipo de capital | Capital Autorizado | | | | |
| 13/02/2020 | 247.280.259,62 | | 38.044.801 | 0 | 38.044.801 |
| Tipo de capital | Capital Emitido | | | | |
| 12/12/2019 | 73.367.219,62 | | 20.653.497 | 0 | 20.653.497 |
| Tipo de capital | Capital Subscrito | | | | |
| 12/12/2019 | 73.367.219,62 | | 20.653.497 | 0 | 20.653.497 |
| Tipo de capital | Capital Integralizado | | | | |
| 12/12/2019 | 73.367.219,62 | | 20.653.497 | 0 | 20.653.497 |
| Tipo de capital | Capital Autorizado | | | | |
| 12/12/2019 | 0,00 | | 27.000.000 | 0 | 27.000.000 |

17.2 - Aumentos do Capital Social

| Data de deliberação | Orgão que deliberou o aumento | Data emissão | Valor total emissão (Reais) | Tipo de aumento | Ordinárias (Unidades) | Preferênciais (Unidades) | Total ações (Unidades) | Subscrição / Capital anterior | Preço emissão | Fator cotação |
|--|---|--|--------------------------------|--------------------------|--------------------------|-----------------------------|---------------------------|----------------------------------|---------------|-----------------|
| 05/12/2016 | Reunião do Conselho de Administração | 05/12/2016 | 6.313,03 | Subscrição particular | 631.303 | 0 | 631.303 | 0,02000000 | 0,01 | R\$ por Unidade |
| Critério para determinação do preço de emissão | | O preço de emissão foi determinado no Segundo Plano de Opções da Companhia aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 28 de abril de 2016. Vide item "i.II" do item 13.4 deste Formulário de Referência. | | | | | | | | |
| Forma de integralização | | Moeda corrente nacional. | | | | | | | | |
| 15/12/2017 | Assembleia Geral Extraordinária | 15/12/2017 | 6.313,04 | Subscrição particular | 631.304 | 0 | 631.304 | 0,02000000 | 0,01 | R\$ por Unidade |
| Critério para determinação do preço de emissão | | O preço de emissão foi determinado no Segundo Plano de Opções da Companhia aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 28 de abril de 2016. Vide item "i.II" do item 13.4 deste Formulário de Referência. | | | | | | | | |
| Forma de inte | gralização | Moeda corrente na | cional. | | | | | | | |
| 26/04/2018 | Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária | 26/04/2018 | 11.499.999,44 | Subscrição particular | 11.165.048 | 0 | 11.165.048 | 27,47000000 | 1,03 | R\$ por Unidade |
| Critério para determinação do preço de emissão | | Preço por ação calculado de acordo com o disposto no inciso I, §1º, do artigo 170 da Lei 6.404/76. | | | | | | | | |
| Forma de integralização | | Moeda corrente nacional. | | | | | | | | |
| 29/11/2019 | Assembleia Geral Extraordinária | 29/11/2019 | 19.999.999,95 | Subscrição particular | 19.047.619 | 0 | 19.047.619 | 37,48000000 | 1,05 | R\$ por Unidade |
| Critério para determinação do preço de emissão | | Preço por ação calculado de acordo com o disposto no inciso I, §1º, do artigo 170 da Lei 6.404/76. | | | | | | | | |
| Forma de inte | gralização | Moeda corrente na | cional. | | | | | | | |
| 13/02/2020 | RCA | 13/02/2020 | 173.913.040,00 | Subscrição pública | 17.391.304 | 0 | 17.391.304 | 84,21000000 | 10,00 | R\$ por Unidade |
| Critério para determinação do preço de emissão | | O preço foi fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento (Procedimento de Bookbuilding) conduzido por instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários junto a investidores institucionais, em conformidade com o disposto no artigo 44 da instrução CVM nº400 de 29 de dezdembro de 2003, conforme alterada, justificando-se a escola do critério de determinação de preço por ação. | | | | | | | | |
| Forma de integralização | | Moeda corrente na | cional. | | | | | | | |

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

| | Quantidade | de ações antes da aprovação | (Unidades) | Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades) | | |
|-------------------|--------------------------------|-----------------------------|------------------------|--|--------------------------------|------------------------|
| Data aprovação | Quantidade ações ordinárias | | Quantidade total ações | Quantidade ações ordinárias | Quantidade ações preferenciais | Quantidade total ações |
| Grupamento | | | | | | |
| 12/12/2019 | 123.920.981 | 0 | 123.920.981 | 20.653.497 | 0 | 20.653.497 |

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável.

PÁGINA: 302 de 333

17.5 - Outras Informações Relevantes

17.5 - Outras informações relevantes

O capital autorizado da Companhia foi constituído na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 1º de dezembro de 2014 e aumentado o seu limite na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de abril de 2016, na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de dezembro de 2017, e na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de dezembro de 2019.

PÁGINA: 303 de 333

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA Ordinária

Tag along 100,000000

Direito a dividendosMínimo de 25% do lucro líquido ajustado será destinado ao pagamento de dividendos obrigatórios.

O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, será capitalizado ou distribuído aos acionistas como

dividendo complementar.

Direito a voto Pleno

Conversibilidade Não

Direito a reembolso de capital Sim

Descrição das características do reembolso de capital

As ações ordinárias possuem direito a reembolso do capital, no caso de nossa liquidação. Ainda, qualquer um dos acionistas da Companhia dissidente de certas deliberações tomadas em Assembleia Geral poderá retirar-se da Companhia, mediante o reembolso do valor de suas ações, com base no valor patrimonial, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o direito de retirada poderá ser exercido, dentre outras, nas seguintes circunstâncias: (i) cisão da Companhia; (ii) redução do dividendo mínimo obrigatório da Companhia; (iii) mudança do objeto social da Companhia; (iv) fusão ou incorporação da Companhia em outra sociedade; e (v) participação da Companhia em um grupo de sociedades.

Restrição a circulação Não

Resgatável Não

Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários De acordo com a Lei das Sociedades por ações, nem o Estatuto Social nem a assembleia-geral poderão privar o acionista dos direitos de: (i) participar dos lucros sociais; (ii) participar do acervo da companhia, em caso de liquidação; (iii) fiscalizar, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais; (iv) preferência para a subscrição de ações, partes beneficiárias conversíveis em ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, observado o disposto nos artigos 171 e 172; e (v) retirar-se da sociedade nos casos previstos na referida lei.

Outras características relevantes

A alienação direta ou indireta do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar OPA tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de dezembro de 2019, a disposição acima, referente a alienação de controle da Companhia, terá eficácia a partir da data de entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado, a ser celebrado entre a Companhia e a B3.

Vide item 18.10 deste Formulário de Referência.

PÁGINA: 304 de 333

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

18.2 – Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de dezembro de 2019, as regras estatutárias descritas adiante terão eficácia a partir da data de entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado, a ser celebrado entre a Companhia e a B3.

A alienação direta ou indireta do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição ("OPA") tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

A OPA referida acima deve observar as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado.

Em caso de alienação indireta de controle, o adquirente deve divulgar o valor atribuído à Companhia para os efeitos de definição do preço da oferta pública de aquisição de ações, bem como divulgar a demonstração justificada desse valor.

Adicionalmente, a saída voluntária da Companhia do Novo Mercado deverá ser precedida de OPA que observe os procedimentos previstos sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta, nos termos da legislação e da regulamentação em vigor e do Regulamento do Novo Mercado.

A OPA deverá observar os seguintes requisitos:

- (i) o preço ofertado deve ser justo, sendo possível o pedido de nova avaliação da Companhia, na forma estabelecida na legislação societária; e
- (ii) acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das ações em circulação deverão aceitar a OPA ou concordar expressamente com a saída do segmento sem efetuar a venda das ações.

Vale informar que consideram-se ações em circulação apenas as ações cujos titulares concordem expressamente com a saída do Novo Mercado ou se habilitem para o leilão da oferta pública de aquisição de ações, na forma da regulamentação editada pela CVM aplicável às ofertas públicas de aquisição de ações de companhia aberta para cancelamento de registro.

Atingido o quórum previsto acima, bem como no parágrafo 1º do artigo 33 do Estatuto Social da Companhia, (i) os aceitantes da OPA não podem ser submetidos a rateio na alienação de sua participação, observados os procedimentos de dispensa dos limites previstos na regulamentação editada pela CVM aplicável a ofertas públicas de aquisição de ações; e (ii) o ofertante ficará obrigado a adquirir as ações em circulação remanescentes, pelo prazo de 1 (um) mês, contado da data da realização do leilão, pelo preço final do leilão da oferta pública de aquisição de ações, atualizado até a data do efetivo pagamento, nos termos do edital e da legislação e da regulamentação em vigor, que deve ocorrer em, no máximo, 15 (quinze) dias contados da data do exercício da faculdade pelo acionista.

A saída voluntária do Novo Mercado pode ocorrer independentemente da realização da OPA na hipótese de dispensa aprovada em assembleia geral, observado o disposto no Regulamento do Novo Mercado.

A saída compulsória da Companhia do Novo Mercado deverá ser precedida de OPA, com as mesmas características da OPA prevista acima, bem como no artigo 33 do Estatuto Social da Companhia.

PÁGINA: 305 de 333

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

Na hipótese de não atingimento do percentual para saída do Novo Mercado, após a realização de OPA, as ações de emissão da Companhia ainda serão negociadas pelo prazo de 6 (seis) meses no Novo Mercado, contados da realização do leilão da OPA, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária.

PÁGINA: 306 de 333

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

18.3 – Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

O Estatuto Social da Companhia não prevê hipótese adicional de suspensão de direitos às estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, que prevê que a Assembleia Geral pode deliberar a suspensão dos direitos do acionista que deixar de cumprir qualquer obrigação imposta pela Lei das Sociedades por Ações, por sua regulamentação ou pelo Estatuto Social da Companhia, cessando a suspensão logo que regularizada a obrigação que tenha dado causa à suspensão. Não obstante, essa suspensão não abrangerá o direito de fiscalização e solicitação de informações dos acionistas, nos termos do Estatuto Social da Companhia.

PÁGINA: 307 de 333

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica.

PÁGINA: 308 de 333

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Valor mobiliário Identificação do valor

Debêntures 2ª Série

mobiliário

Debêntures

Data de vencimento

Data de emissão

10/05/2019 14/11/2022

Quantidade

22.500.000

(Unidades)

Valor total (Reais)

22.500.000,00

Saldo Devedor em Aberto

Restrição a circulação

22.500.000,00

Sim

Descrição da restrição

As debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data de cada subscrição ou aquisição pelos investidores profissionais, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução da CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Não obstante o previsto acima, a vedação à negociação das Debêntures no mercado secundário no período de 90 (noventa) dias contados de cada data de subscrição inicial pelos Investidores Profissionais não será aplicável no caso do exercício de garantia firme por qualquer dos Coordenadores (conforme definido na Escritura de Emissão). nos termos do inciso II do artigo 13 da Instrução CVM 476.

Conversibilidade Não

Possibilidade resgate Não

Características dos valores mobiliários de dívida

Vide item 18.12.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

As Debentures não serão objeto de repactuação programada.

As deliberações tomadas na Assembleia Geral dos Debenturistas dependerão, em regra, da aprovação de Debenturistas titulares de, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação de cada série, em primeira ou em segunda instalação.

Outras características relevantes

Outras características relevantes: São hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, dentre outras: (a) não pagamento pela Companhia e/ou pelas Smartcoat e Priner Locação de quaisquer obrigações pecuniárias devidas no âmbito desta Escritura, nas datas previstas, desde que o inadimplemento não seja devidamente sanado no prazo de 1 (um) Dia Útil contados da data do inadimplemento; (b) alteração do controle acionário direto ou indireto da Companhia e/ou das Smartcoat e Priner Locação, conforme a definição prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, salvo se com expressa prévia anuência do Agente Fiduciário, após deliberação dos Debenturistas de cada série em Assembleia Geral; (c) vencimento antecipado no pagamento de quaisquer obrigações financeiras da Companhia e/ou das Smartcoat e Priner Locação e/ou de quaisquer sociedades por elas controladas, direta ou indiretamente, no mercado nacional e internacional, em valor individual ou agregado superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ou seu equivalente em outras moedas.

Valor mobiliário

Debêntures

Identificação do valor

Debêntures 1ª Série

mobiliário

10/05/2019

Data de emissão

PÁGINA: 309 de 333

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

 Data de vencimento
 10/05/2023

 Quantidade
 45.000.000

(Unidades) Valor total

45.000.000,00

(Reais)

Saldo Devedor em Aberto 45.000.000,00

Restrição a circulação Sim

Descrição da restrição

As debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data de cada subscrição ou aquisição pelos investidores profissionais, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução da CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Não obstante o previsto acima, a vedação à negociação das Debêntures no mercado secundário no período de 90 (noventa) dias contados de cada data de subscrição inicial pelos Investidores Profissionais não será aplicável no caso do exercício de garantia firme por qualquer dos Coordenadores (conforme definido na Escritura de Emissão), nos termos do inciso II do artigo 13 da Instrução CVM 476.

Conversibilidade Não
Possibilidade resgate Não

Características dos valores mobiliários de dívida

Vide item 18.12.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

As Debentures não serão objeto de repactuação programada.

As deliberações tomadas na Assembleia Geral dos Debenturistas dependerão, em regra, da aprovação de Debenturistas titulares de, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação de cada série, em primeira ou em segunda instalação.

Outras características relevantes

Outras características relevantes: São hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, dentre outras: (a) não pagamento pela Companhia e/ou pelas Smartcoat e Priner Locação de quaisquer obrigações pecuniárias devidas no âmbito desta Escritura, nas datas previstas, desde que o inadimplemento não seja devidamente sanado no prazo de 1 (um) Dia Útil contados da data do inadimplemento; (b) alteração do controle acionário direto ou indireto da Companhia e/ou das Smartcoat e Priner Locação, conforme a definição prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, salvo se com expressa prévia anuência do Agente Fiduciário, após deliberação dos Debenturistas de cada série em Assembleia Geral; (c) vencimento antecipado no pagamento de quaisquer obrigações financeiras da Companhia e/ou das Smartcoat e Priner Locação e/ou de quaisquer sociedades por elas controladas, direta ou indiretamente, no mercado nacional e internacional, em valor individual ou agregado superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ou seu equivalente em outras moedas.

PÁGINA: 310 de 333

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

| Valor Mobiliário | Pessoas Físicas | Pessoas Jurídicas | Investidores Institucionais | |
|------------------|-----------------|-------------------|-----------------------------|---|
| Debêntures | C |) ; | 3 | 4 |

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

As ações ordinárias de emissão da Companhia estão admitidas a negociação na B3, sob o código "PRNR3".

As Debêntures foram depositadas para (i) distribuição pública no mercado primário, por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Segmento CETIP UTVM ("B3"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (ii) negociação no mercado secundário, por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3.

PÁGINA: 312 de 333

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui, na data deste Formulário de Referência, valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

PÁGINA: 313 de 333

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não emitiu títulos no exterior.

PÁGINA: 314 de 333

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

18.9 – Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

A Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, em 3 de maio de 2019, aprovou a 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.

Foram emitidas 67.500.000 (sessenta e sete milhões e quinhentas mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia fidejussória, em 2 (duas) séries, pela Companhia, sendo 45.000.000 (quarenta e cinco milhões) debêntures da 1ª (primeira) série ("Debêntures da 1ª Série") e 22.500.000 (vinte e duas milhões e quinhentas mil) debêntures da 2ª (segunda) série ("Debêntures da 2ª Série" e, quando em conjunto com as Debêntures da 1ª Série, as "Debêntures"), com valor nominal unitário de R\$ 1,00 (um real) cada Debênture, no valor total de R\$ 67.500.000,00 (sessenta e sete milhões e quinhentos mil reais) na data de sua emissão, sendo R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais) relativos às Debêntures da 1ª Série e R\$ 22.500.000,00 (vinte e dois milhões e quinhentos mil reais) relativos às Debêntures da 2ª Série, nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Priner Serviços Industriais S.A.".

Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o prazo de vencimento das Debêntures da 1ª Série será em 10 de maio de 2023 e das Debêntures da 2ª Série em 14 de novembro de 2022.

PÁGINA: 315 de 333

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

18.10 - Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, indicar: a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados; b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição; e c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a emissão das Debêntures serão integralmente destinados à (i) liquidação de dívidas da Companhia e/ou da Smartcoat, conforme descritas no Anexo IV-A à Escritura de Emissão; (ii) liquidação de dívidas da Companhia e/ou da Smartcoat, nas suas respectivas datas de vencimento ou de forma antecipada, conforme descritas no Anexo IV-B à Escritura de Emissão; (iii) aplicação dos recursos em títulos de emissão dos Coordenadores com liquidez diária, os quais serão cedidos fiduciariamente em benefício dos titulares das Debêntures e liberados à Companhia para a realização do item (ii) acima; e/ou (iv) após a liquidação antecipada de todas as dívidas descritas no Anexo IV-A à Escritura de Emissão, os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a emissão das Debêntures poderão ser utilizados para o capital de giro da Companhia, desde que respeitados os termos e condições do Contrato de Cessão Fiduciária (definido na Escritura de Emissão).

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não se aplica

PÁGINA: 316 de 333

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

18.11 – Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Não aplicável, pois a Companhia não realizou qualquer oferta pública de aquisição de ações de emissão de terceiros, nos últimos três exercícios sociais ou no exercício corrente.

PÁGINA: 317 de 333

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

18.12 - Outras informações relevantes

As Debêntures foram emitidas em 10 de maio de 2019 em 2 (duas) séries, com as características descritas no Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Priner Serviços Industriais S.A. ("Escritura de Emissão"). As principais características dos valores mobiliários da dívida, em complemento ao item 18.5 deste Formulário de Referência, seguem abaixo:

| (1) Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado | As Debêntures da 1ª Série vencerão em 10 de maio de 2023; e as Debêntures da 2ª Série vencerão em 14 de novembro de 2022. As Debêntures terão seu vencimento antecipado declarado nas hipóteses e nos termos previstos na Escritura de Emissão. |
|---|---|
| (2) Juros | Remuneração das Debêntures da 1ª Série. Sobre o valor nominal unitário das Debêntures da 1ª Série ou sobre o saldo do valor nominal unitário das Debêntures da 1ª Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios, a partir da primeira data de integralização ou da última respectiva data de pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série (conforme abaixo definido) (inclusive), conforme o caso, até a data do pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série (exclusive), correspondentes à variação das Debêntures da 1ª Série (exclusive), correspondentes à variação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI <i>over</i> extra grupo de um dia, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário, disponível em sua página na rede mundial de computadores (http://www.b3.com.br), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, expressa na forma percentual ao ano ("Taxa DI"), acrescida de sobretaxa de 4,50% (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. Remuneração das Debêntures da 2ª Série. Sobre o valor nominal unitário das Debêntures da 2ª Série ou sobre o saldo do valor nominal unitário das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios, a partir da primeira data de integralização ou da última respectiva data de pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série (exclusive), conforme o caso, até a data do pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série (exclusive), correspondentes à variação da Taxa DI, acrescida de sobretaxa de 4,50% (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures da 2ª Série" e, quando em conjunto com a Remuneração das Debêntures da 1ª Série, a "Remuneração das Debêntures"). |

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

| (3) Garantia e, se real, descrição do bem objeto | As Debêntures não contarão com garantia flutuante, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações. Não obstante, em garantia do pagamento integral e tempestivo da totalidade das obrigações principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Companhia em razão das Debêntures, no âmbito da Escritura de Emissão, incluindo, mas sem se limitar, ao valor nominal unitário das Debêntures da 1ª Série, ao valor nominal unitário das Debêntures da 2ª Série, à Remuneração das Debêntures, bem como a todos e quaisquer valores devidos aos titulares das Debêntures, a qualquer título, e todos os custos e despesas para fins da cobrança dos créditos oriundos das Debêntures e da excussão das garantias, incluindo Encargos Moratórios (definidos na Escritura de Emissão), penas convencionais, honorários advocatícios, custas e despesas judiciais ou extrajudiciais e tributos, bem como todo e qualquer custo incorrido pelo Agente Fiduciário e/ou pelos titulares das Debêntures, serão constituídas as seguintes garantias: fianças da Smartcoat e Priner Locação e a cessão fiduciária (a) pela Smartcoat, em benefício do Agente Fiduciário sobre os direitos creditórios oriundos de determinados contratos celebrados entre a Smartcoat e terceiros; e (b) pela Companhia, em benefício do Agente Fiduciário sobre os direitos creditórios oriundos da integralização das Debêntures. |
|--|--|
| (4) Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado | N/A |
| (5) Eventuais restrições impostas ao emissor em relação: (i) à distribuição de dividendos (ii) à alienação de determinados ativos (iii) à contratação de novas dívidas (iv) à emissão de novos valores mobiliários (v) à realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas | Distribuição de Dividendos: É causa de vencimento antecipado, o pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação nos lucros prevista dos documentos societários da Companhia e/ou da Smartcoat, caso esteja em curso um Evento de Vencimento Antecipado ou a Companhia e/ou as Priner Locação e Smartcoat estejam inadimplentes com as obrigações pecuniárias descritas na Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária, ressalvado, entretanto, (a) o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; (b) o pagamento de dividendos acima dos dividendos mínimos obrigatórios previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações caso (1) o Índice de Alavancagem esteja equivalente ou inferior a 1,00 (um inteiro); (2) não esteja em curso um Evento de Vencimento Antecipado; e/ou (3) a Companhia e/ou as Smartcoat e Priner Locação estejam adimplentes com as obrigações pecuniárias descritas nesta Escritura e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária; e (c) a distribuição de dividendos pela Smartcoat aos seus preferencialistas, que será compensada com créditos destes contra a Smartcoat. Alienação de determinados ativos: É causa de vencimento antecipado, a venda ou transferência de ativo relevante da Companhia e/ou das Smartcoat e Priner Locação e/ou de qualquer controlada ou coligada destas, de valor individual superior a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido da Companhia e/ou das Smartcoat e Priner Locação, respectivamente, exceto se aprovado previamente pelos Debenturistas de cada série reunidos em Assembleia Geral. Contratação de novas dívidas: Não há impedimento à contratação de novas dívidas, entretanto a dívida bruta menos o valor em conta escrow não pode superar R\$ 80.000.000,00 ao final de cada trimestre. |

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Dívida Bruta significa a soma dos (i) empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, incluídos (1) os títulos descontados com regresso, (2) as fianças e avais prestados em benefício de terceiros, (3) os arrendamento mercantil / leasing financeiro, e (4) os títulos de renda fixa não conversíveis frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional; (ii) passivos decorrentes de instrumentos financeiros derivativos, líquidos de ativos decorrentes de instrumentos financeiros derivativos; e (iii) contas a pagar em decorrência de aquisição de outras empresas (menos a conta reserva e escrow account). Exclui empréstimos de mútuo recebidos de controladores, investidores e executivos da empresa.

Emissão de novos valores mobiliários: Não há impedimento à emissão de novos valores mobiliários. Contudo deve-se observar a mesma regra prevista no item "Contratação de novas dívidas" disposta acima.

Realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas: É causa de vencimento antecipado, fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer outra forma de reorganização societária da Companhia e/ou das Smartcoat e Priner Locação, salvo se com expressa prévia anuência do Agente Fiduciário, após deliberação dos Debenturistas de cada série em Assembleia Geral.

(6) O agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato

A Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fiduciário"), foi indicada como agente fiduciário, representando a comunhão dos debenturistas. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleias Gerais, uma para cada série das Debêntures, para a escolha do novo agente fiduciário, as quais poderão ser convocadas pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Companhia, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das debêntures em circulação de cada série ou pela CVM. Além de outras previstos em lei, em ato normativo da CVM e Escritura de Emissão, constituem obrigações do Agente Fiduciário: (i) exercer suas atividades com boa-fé, transparência e lealdade perante os Debenturistas; e (ii) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens.

Adicionalmente, a Companhia esclarece que, apesar de poder, voluntariamente, realizar o resgate de debêntures, poderá realizar uma Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures que será submetida à aprovação dos debenturistas.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve, nos últimos 3 (três) exercícios sociais ou no exercício social corrente, qualquer plano para recompra de ações de nossa emissão.

PÁGINA: 321 de 333

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não possuímos ações em tesouraria, tanto no exercício social corrente quanto nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

PÁGINA: 322 de 333

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

19.3 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes que não foram evidenciadas no item 19 deste Formulário de Referência.

PÁGINA: 323 de 333

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação 12/12/2019

Órgão responsável pela aprovação Conselho de Administração

Cargo e/ou função

Diretores e membros do Conselho de Administração, bem como os acionistas controladores da Companhia, diretos ou indiretos, seus diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal, do Comitê de Auditoria Estatutário e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária (ainda que não seja administrador), gerentes e funcionários, sociedades controladas e/ou sob controle comum e seus respectivos acionistas controladores, membros da administração e de órgãos com funções técnicas ou consultivas, prestadores de serviços e outros profissionais da Companhia que tenham acesso a Informações Relevantes, em especial àqueles que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a Companhia (tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição administração) ("Pessoas Vinculadas").

Principais características e locais de consulta

Em reunião do nosso Conselho de Administração da Companhia realizada em 12/12/2019, foi aprovado o Manual das Políticas de Divulgação de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia ("Política de Negociação"), nos termos da legislação aplicável, tem por objetivo definir os procedimentos e critérios a serem adotados por Pessoas Vinculadas, no que se refere à negociação de Valores Mobiliários de emissão da Companhia a fim de evitar que estes sejam negociados com a utilização de Informações Relevantes ainda não divulgadas ao mercado e ao público investidor, bem como o uso inadequado da posse de Informações Relevantes que ainda não se tenham tornado públicas, em observância aos termos da Instrução CVM 358.

São consideradas "Informação Relevante" qualquer decisão do acionista controlador, deliberação de Assembleia Geral ("AG") ou dos órgãos de administração da Companhia ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, que possa influir de modo ponderável: (a) na cotação de ações, debêntures, bônus de subscrição, recibos, direitos de subscrição, notas promissórias, opções de compra ou de venda, índices e derivativos de qualquer espécie ou, ainda, quaisquer outros títulos ou contratos de investimento coletivo de emissão da Companhia, ou a eles referenciados, que por determinação legal, sejam considerados valores mobiliários ("Valores Mobiliários"); (b) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os Valores Mobiliários; ou (c) na decisão dos investidores exercerem quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de Valores Mobiliários, nos termos do art. 2º da Instrução CVM 358.

Além das Pessoas Vinculadas, as normas desta Política aplicam-se também aos casos em que as negociações de Valores Mobiliários, por parte das Pessoas Vinculadas, se deem de forma direta e/ou indireta para o benefício próprio delas, independentemente de serem conduzidas em seu nome, mediante a utilização, por ex.: (a) sociedades controladas direta ou indiretamente; (b) terceiros com que for mantido contrato de fidúcia ou administração de carteira ou ações; (c) procuradores ou agentes; (c) cônjuges dos quais não estejam separados judicialmente; (d) companheiros(as); (e) descendentes ou seus cônjuges ou companheiro(a); e (f) quaisquer dependentes incluídos na respectiva declaração anual de imposto sobre a renda ("Pessoas Ligadas").

Não são consideradas negociações indiretas e não estarão sujeitas à vedação prevista na Política de Negociação, as negociações realizadas por fundos e/ou clubes de investimento de que sejam cotistas as Pessoas Ligadas, desde que: (a) os fundos de investimento não sejam exclusivos; e (b) as decisões de negociação do administrador do fundo de investimento não possam de nenhuma forma ser influenciadas pelos seus respectivos cotistas.

A eficácia da Política de Negociação está sujeita à divulgação do anúncio de início da Oferta, bem como à conclusão da Migração ao Novo Mercado. Para maiores informações com relação à Oferta e à Migração ao Novo Mercado, vide item 6.3 deste Formulário de Referência.

PÁGINA: 324 de 333

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Períodos de vedação e descrição

Nos termos da Política de Negociação, é vedada a negociação de Valores Mobiliários pelas dos procedimentos de fiscalização Pessoas Vinculadas nos seguintes períodos (a) durante o período em que tiverem conhecimento de Informação Relevante ainda não divulgada ao mercado até o momento em que tal divulgação for efetivada; (b) durante o período em que houver intenção de promover fusão, incorporação, cisão total ou parcial, transformação ou reorganização societária envolvendo a Companhia ou empresas a ela ligadas ou parte relevante de seus ativos; (c) sempre que estiver em curso aquisição ou alienação de Valores Mobiliários pela Companhia, sociedades controladas, sociedades coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para este fim; (d) no período de 15 dias anterior à divulgação das informações financeiras trimestrais e das demonstrações financeiras padronizadas; (e) durante os períodos especiais de vedação à negociação, a serem declarados pelo Diretor de Relações com Investidores.

> Não poderão negociar Valores Mobiliários os administradores que se afastarem da administração da Companhia antes da divulgação pública de ato ou fato relevante relativo a negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão (a) pelo prazo de 6 meses após o seu afastamento; ou (b) até a divulgação do ato ou fato relevante ao mercado.

> As vedações continuarão prevalecendo se referidas negociações puderem interferir nas condições dos negócios dos quais decorrem as vedações, em prejuízo de seus acionistas ou dela própria.

> As vedações não se aplicam às (i) negociações de Valores Mobiliários realizadas pelas Pessoas Vinculadas que tenham celebrado Planos de Investimento, desde que tais programas observem os requisitos da Política de Negociação; (ii) aquisição de ações que se encontrem em tesouraria, através de negociação privada, decorrente do exercício de opção de compra de acordo com plano de outorga de opção de compra de ações aprovado em AG, ou quando se tratar de outorga de ações a administradores, empregados ou prestadores de serviços como parte de remuneração previamente aprovada em AG.

Cabe ao Diretor de Relações com Investidores acompanhar e executar a Política de Negociação, informando à CVM, por meio de sistema eletrônico da pág. da CVM na rede mundial de computadores, à B3.

PÁGINA: 325 de 333

20.2 - Outras Informações Relevantes

20.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes que não foram evidenciadas no item 20.1 deste Formulário de Referência.

PÁGINA: 326 de 333

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

21.1 – Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

De acordo com a legislação e as normas da CVM em vigor, em especial a Lei das Sociedades por Ações e a Instrução CVM n° 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("<u>Instrução CVM 358</u>"), toda e qualquer companhia de capital aberto deve, como regra geral, apresentar à CVM e à B3 determinadas informações periódicas, tais como informações financeiras trimestrais e demonstrações financeiras anuais acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, bem como arquivar junto à CVM e à B3 quaisquer acordos de acionistas existentes, avisos concernentes às assembleias gerais de acionistas e cópias de atas e comunicados relativos à divulgação de atos ou eventuais fatos relevantes. Nesse sentido, a nossa Companhia deve cumprir e cumpre com as normas e legislação relacionadas acima.

A Instrução CVM 358 disciplina, ainda, algumas regras a respeito da divulgação e do uso de informações sobre os atos ou fatos relevantes, inclusive, mas não se limitando, ao que se refere à divulgação de informações relativas à negociação e a aquisição de títulos emitidos pelas companhias de capital aberto.

Tais regras:

- estabelecem o conceito de ato ou fato relevante que origina a obrigatoriedade de divulgação. Enquadram-se no conceito de ato ou fato relevante as decisões tomadas pelos acionistas controladores, resoluções de assembleia geral de acionistas ou da administração da companhia, ou quaisquer outros atos ou fatos políticos, administrativos, técnicos, financeiros ou econômicos relacionados com os negócios da companhia que possam influenciar o preço de suas ações e/ou a decisão dos investidores de negociarem e/ou manterem tais ações ou de exercer quaisquer direitos subjacentes às ações;
- especificam atos ou fatos que são considerados relevantes, tais como a celebração de contratos prevendo a transferência de controle da companhia, a entrada ou retirada de acionistas que mantenham com a companhia qualquer contrato ou colaboração operacional, administrativa, financeira ou tecnológica, bem como a ocorrência de qualquer reestruturação societária realizada entre as sociedades relacionadas à companhia em questão;
- obrigam a companhia de capital aberto a divulgar atos ou fatos relevantes à CVM e à B3, bem como ao mercado em geral, por meio da publicação dos referidos atos ou fatos relevantes nos jornais geralmente utilizados pela referida companhia;
- exigem que o adquirente do controle de uma companhia de capital aberto divulgue um fato relevante, inclusive sua intenção, ou não, de promover o cancelamento do registro da companhia como companhia aberta, no prazo de um ano;
- exigem que os administradores e os membros do conselho fiscal (ou de qualquer órgão técnico ou consultivo) de uma companhia de capital aberto divulguem à CVM e à B3 o número, tipo e forma de negociação das ações emitidas pela referida companhia, suas subsidiárias e suas sociedades controladoras, detidas por referidas pessoas, bem como detidas por seus cônjuges, companheiros e dependentes, informando ainda quaisquer mudanças em referidas posições acionárias;
- exigem que, se qualquer acionista controlador, direto ou indireto, ou qualquer acionista elegendo membros do conselho de administração de uma companhia de capital aberto aumente ou diminua sua participação na referida companhia em mais de 5,0% (cinco por cento), referido acionista ou entidade divulgue as informações relacionadas com a referida aquisição ou alienação; e
- proíbem a negociação de valores mobiliários com base em informações privilegiadas.

PÁGINA: 327 de 333

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

Ademais, mediante a Migração ao Novo Mercado (para mais informações vide item 6.3 deste Formulário de Referência), a Companhia fará parte do segmento especial de listagem "Novo Mercado" de governança corporativa da B3. Nesse sentido, adicionalmente à legislação e às normas da CVM aplicáveis, devemos observar o Regulamento de Listagem do Novo Mercado, que contempla regras de divulgação mais rigorosas e amplia as informações a serem divulgadas pelas companhias de capital aberto em razão da adoção das práticas de governança corporativa diferenciadas. O Regulamento do Novo Mercado, dentre as diversas obrigações que estabelece, impõe a obrigação, à companhia de capital aberto, de divulgar um cronograma de eventos corporativos anualmente, até o dia 10 de dezembro para o ano civil seguinte.

Em 12 de dezembro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou uma nova versão da Política de Divulgação de Informações Relevantes da Companhia ("Política de Divulgação"). A eficácia de referida nova Política de Divulgação, nos termos da aprovação do Conselho de Administração realizada em 12 de dezembro de 2019, está sujeita à divulgação do anúncio de início da Oferta, bem como à conclusão da Migração ao Novo Mercado. Para maiores informações com relação à Oferta e à Migração ao Novo Mercado, vide item 6.3 deste Formulário de Referência.

De acordo com a regulamentação da CVM aplicável e a Política de Divulgação, é considerada uma informação relevante qualquer decisão de eventual acionista controlador, deliberação da Assembleia Geral da Companhia ou dos órgãos de administração da Companhia, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, que possa influenciar de modo ponderável (i) na cotação dos valores mobiliários de emissão da Companhia; (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os valores mobiliários de emissão da Companhia; ou (iii) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de Valores Mobiliários de emissão da Companhia, nos termos do artigo 2º da Instrução CVM 358.

Ainda, de acordo com a regulamentação da CVM aplicável, antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante ocorrido referente à Companhia, é vedada a negociação com ações de emissão da Companhia: (i) pela Companhia; (ii) pelos eventuais acionistas controladores, diretos ou indiretos; (iii) pelos Diretores da Companhia; (iv) pelos seus Conselheiros; (v) pelos membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição; (vi) por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, nas sociedades controladoras, controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante; (vii) por quem quer que tenha conhecimento do ato ou fato relevante, sabendo que se trata de informação ainda não divulgada ao mercado, em especial àqueles que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a Companhia, tais como auditores independentes, analistas de mercado e consultores, aos quais compete verificar a respeito da divulgação da informação antes de negociar com valores mobiliários de emissão da Companhia; e (viii) pelos administradores que se afastarem de sua administração antes da divulgação pública de negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão, e cuja vedação se estenderá pelo prazo de 6 (seis) meses após o seu afastamento.

A referida vedação também prevalece sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de emissão da Companhia, de sociedades controladas, de coligadas ou de outra sociedade sob controle comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim, bem como se existir a intenção da Companhia de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária.

Exceto pelo descrito acima, não há outras normas, regimentos ou procedimentos internos por nós adotados para assegurar que tais informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva.

Cumpre ressaltar que, além das normas e regras delineadas acima, adotamos o Código (definido vide seção 21.2), aprovado pelo conselho de administração da Companhia, que fixa o regramento básico que todos os empregados e profissionais que trabalham junto de nós devem seguir.

PÁGINA: 328 de 333

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

Para assegurar que as regras sobre divulgação de informações constantes na Política de Divulgação da Companhia sejam cumpridas, exigimos que cada um de nossos Conselheiros de Administração, Diretores, acionistas controladores e quaisquer pessoas que em virtude do cargo, função ou posição que ocupe na Companhia tenha acesso a informação relevante assinem um termo de adesão à Política de Divulgação, por meio do qual se dão por cientes de seus termos e se comprometem a cumpri-los em sua integridade. Nos termos da referida Política de Divulgação, quaisquer pessoas vinculadas à referida política que tenham conhecimento de atos ou fatos que possam configurar uma informação relevante deverá comunicá-los imediatamente ao Diretor de Relações com Investidores, cabendo ao referido Diretor zelar pela ampla e imediata disseminação da informação relevante, de forma clara e precisa e em linguagem acessível ao público investidor, de forma simultânea na CVM e nas Bolsas de Valores e em todos os mercados nos quais a Companhia tenha valores mobiliários admitidos a negociação, assim como ao público investidor em geral.

PÁGINA: 329 de 333

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2 – Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

O Conselho de Administração da Companhia aprovou, em 24 de abril de 2018, o Código de Ética, o qual foi aditado pelo Conselho de Administração da Companhia em 21 de dezembro de 2018 e 12 de dezembro de 2019. O Código de Ética é aplicável a todos os membros da administração da Companhia, empregados diretos e indiretos da Companhia, bem como seus fornecedores, administradores, prestadores de serviço e demais parceiros comerciais da Companhia.

A eficácia da referida nova versão do Código de Ética e Conduta, nos termos da aprovação do Conselho de Administração realizada em 12 de dezembro de 2019, está sujeita à divulgação do anúncio de início da Oferta, bem como à conclusão da Migração ao Novo Mercado. Para maiores informações com relação à Oferta e à Migração ao Novo Mercado, vide item 6.3 deste Formulário de Referência.

Adicionalmente ao que está descrito no item 20.1 deste Formulário de Referência, o Código de Ética e Conduta tem por objeto o estabelecimento de elevados padrões de conduta e transparência, a serem compulsoriamente observados pelas Pessoas Vinculadas, a fim de adequar a política interna da Companhia ao princípio da transparência e às boas práticas de conduta no uso e divulgação de Informações Relevantes e na negociação de valores mobiliários da Companhia. Para fins do disposto no Código de Ética e Conduta, constitui ato ou fato relevante aquilo que está disposto no artigo 155, §1° da Lei das Sociedades por Ações e no artigo 2° da Instrução CVM 358/02.

Nos termos do Código de Ética e Conduta, compete ao nosso Diretor de Relação com Investidores a responsabilidade primária pela comunicação e divulgação, à CVM, à B3 e, se for o caso, às bolsas de valores e mercados de balcão em que nossos valores mobiliários sejam admitidos à negociação, assim como ao mercado em geral, de qualquer ato ou fato relevante.

A Política de Divulgação e o Código de Ética e Conduta tem por objetivo disciplinar o uso e a divulgação de informações no âmbito da Companhia, suas coligadas e controladas, contemplando, ainda, os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações não divulgadas, devendo ser observada tanto por nosso Diretor de Relações com Investidores quanto pelas demais pessoas vinculadas identificadas na Política de Divulgação.

Sujeitam-se às normas e procedimentos da Política de Divulgação e do Código de Ética e Conduta, os acionistas controladores, diretos ou indiretos, membros do Conselho de Administração, membros da Diretoria, membros do Conselho Fiscal (caso instalado) e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, ou quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição em nossa Companhia, nossos controladores, controladas ou coligadas tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante ("Pessoa Vinculada"), as quais deverão aderir formalmente à Política de Divulgação por meio da assinatura do Termo de Adesão.

A Política de Divulgação prevê como regra geral a comunicação e divulgação simultânea à CVM, à B3 e às entidades de balcão organizado em que tenhamos valores mobiliários negociados, de ato ou fato relevante, que deverá ocorrer imediatamente após a deliberação, ocorrência ou conhecimento a seu respeito, conforme o caso, de modo claro e preciso e contendo, no mínimo, as informações exigidas pela regulamentação, divulgação essa a ser feita preferencialmente antes do início ou após o encerramento dos negócios nas bolsas de valores em que tenhamos nossos valores mobiliários negociados.

A Informação Relevante deve ser divulgada ao público, no mínimo, por meio (a) da página na rede mundial de computadores de, pelo menos, um portal de notícias que disponibilizará ao mercado, com acesso gratuito, a integralidade da informação; (b) da página na rede mundial de computadores da Companhia (http://www.priner.com.br), em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM, à B3 e/ou quaisquer outras bolsas de valores ou mercados de balcão organizados em que a Companhia tenha seus Valores Mobiliários admitidos à negociação; e (c) do sistema de envio de informações periódicas e eventuais da CVM (Sistema IPE).

PÁGINA: 330 de 333

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

O Diretor de Relações com Investidores poderá determinar a divulgação adicional do ato e fato relevante por meio de publicação nos jornais de grande circulação habitualmente utilizados pela nossa Companhia, podendo tal publicação ser feita de forma resumida, desde que indique os endereços na rede mundial de computadores onde a informação completa deverá estar disponível a todos os investidores, em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM.

Sigilo:

As Pessoas Vinculadas devem guardar absoluto sigilo da Informação Relevante até sua devida divulgação ao mercado, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento.

Quando a informação confidencial precisar ser divulgada a empregado ou agente da Companhia ou a outra pessoa que ocupe cargo, função ou posição na Companhia, seus controladores, controladas ou coligadas, que não seja diretor, membro do conselho de administração ou do conselho fiscal, a pessoa responsável pela transmissão da informação deverá se certificar de que a pessoa que a está recebendo tem conhecimento desta Política, exigindo ainda que assine o Termo de Adesão cuja minuta consta do Anexo I a esta Política antes de lhe facultar acesso à informação.

Quaisquer violações desta Política verificadas pelas Pessoas Vinculadas deverão ser imediatamente comunicadas à Companhia na pessoa do Diretor de Relações com Investidores, nos termos da Instrução CVM 358.

Caso qualquer Pessoa Vinculada verifique que (a) uma Informação Relevante ainda não divulgada ao público tornou-se do conhecimento de pessoas diversas das que (a) tiveram originalmente conhecimento; e/ou (b) decidiram manter sigilosa a Informação Relevante, ou, ainda, que ocorreu oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários, tais fatos deverão ser imediatamente comunicados à Companhia, na pessoa do Diretor de Relação com Investidores.

Responsabilidade de Divulgação de Informação Relevante:

Cabe ao Diretor de Relações com Investidores acompanhar e executar a presente Política, devendo informar à CVM, por meio de sistema eletrônico disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, e à B3 e/ou a quaisquer outras bolsas de valores ou mercados de balcão organizados em que a Companhia tenha seus Valores Mobiliários admitidos à negociação, imediatamente após a sua ciência, qualquer Informação Relevante ocorrida ou relacionada aos negócios da Companhia, assim como zelar pela sua ampla e imediata disseminação da Informação Relevante simultaneamente na CVM e na B3 (e/ou em quaisquer outras bolsas de valores ou mercados de balcão organizados em que a Companhia tenha seus Valores Mobiliários admitidos à negociação), assim como ao público investidor em geral.

Caberá ao Diretor de Relações com Investidores, em caso de dúvida, decidir sobre a caracterização de determinado ato ou fato como Informação Relevante. Também compete ao Diretor de Relações com Investidores providenciar, sempre que solicitado pela CVM, a correção, o aditamento ou republicação de Informação Relevante.

Excepcionalmente, as Informações Relevantes poderão deixar de ser divulgadas quando os acionistas controladores ou os administradores entenderem que sua divulgação poderá colocar em risco interesse legítimo da Companhia.

Na hipótese mencionada acima, caberá ao Diretor de Relações com Investidores acompanhar a cotação, preço e volume de negociação dos Valores Mobiliários de emissão da Companhia e, em caso de constatação de oscilação atípica ou se a Informação Relevante não divulgada se tornar pública, deverá divulgar imediatamente a Informação Relevante que a Companhia decidiu não divulgar anteriormente.

PÁGINA: 331 de 333

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O administrador responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações é o Sr. Marcelo Gonçalves Costa, nosso Diretor de Relações com Investidores.

O Diretor de Relações com Investidores da Companhia deve verificar o cumprimento da Política de Divulgação diante da ocorrência de ato ou fato relevante, informando qualquer irregularidade ao Conselho de Administração. No caso de violação do sigilo de ato ou fato relevante previamente a sua divulgação ao mercado, cabe a ele apurar o motivo que provocou tal violação e encaminhar ao Conselho de Administração suas conclusões para que este tome as providências cabíveis. O Diretor de Relações com Investidores da Companhia deve, ainda, monitorar a negociação de valores mobiliários de nossa emissão, especialmente em negociações que ocorrem em períodos que antecedem à divulgação ao mercado de ato ou fato relevante, com o propósito de identificar eventuais negociações vedadas pela legislação vigente por pessoas que tinham conhecimento de tal ato ou fato relevante, comunicando eventuais irregularidades ao Conselho de Administração e à CVM

PÁGINA: 332 de 333

21.4 - Outras Informações Relevantes

21.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes que não foram evidenciadas no item 21 deste Formulário de Referência.

PÁGINA: 333 de 333